

ALFA
Revista de Lingüística

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Marcos Macari

Vice-Reitor

Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Pró-Reitor de Pesquisa

José Arana Varela

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Diretor

Johnny Rizzieri Olivieri

Vice-Diretor

Carlos Roberto Ceron

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Lingüística

Homenagem a
Maria Tereza de Camargo Biderman

ISSN 0002-5216 (IMPRESSA)

Alfa	São Paulo	v.50	n.2	p.1-281	2006
------	-----------	------	-----	---------	------

Alfa: Revista de Linguística
UNESP – Universidade Estadual Paulista - Campus de São José do Rio Preto
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários
Rua Cristóvão Colombo, 2265 – Jardim Nazareth
15054-000 – São José do Rio Preto - SP
cristina@ibilce.unesp.br

Comissão Editorial

Arnaldo Cortina
Marco Antônio Domingues Sant'Anna
Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher
Sandra Aparecida Ferreira
Sebastião Carlos Leite Gonçalves
Sílvia Dinucci Fernandes

Editora responsável

Cristina Carneiro Rodrigues

Organizadoras

Ieda Maria Alves e Gladis Maria de Barcellos Almeida

Capa

Adriana Bessa Dammann

Revisão dos Abstracts

Álvaro Luiz Hattnher

Assessoria Técnica

Maria do Carmo Junqueira

Conselho Editorial

Alceu Dias Lima (UNESP), Ângela Cecília Souza Rodrigues (USP), Arnaldo Cortina (UNESP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Beatriz Nunes de Oliveira Longo (UNESP), Bento Carlos Dias da Silva (UNESP), Christian Hudelot (LEAPLE-CNRS), Cláudia Maria Xatara (UNESP), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (UNESP), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Daniel Leonard Everett (University of Manchester), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Esmeralda Vailati Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (UNICAMP), Francisco da Silva Borba (UNESP), Helena Hatsue Nagamine Brandão (USP), Hildo Honório do Couto (UnB), Ieda Maria Alves (USP), Ingedore G. V. Koch (UNICAMP), Jacques Fontanille (Université de Limoges), Jacyntho Luís Brandão (UFMG), João Azenha Júnior (USP), João Moraes (UFRJ), João Wanderlei Geraldi (UNICAMP), John Robert Schmitz (UNICAMP), José Luiz Fiorin (USP), Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP), Laurent Danon-Boileau (Université René Descartes), Leda Bisol (PUC-RS), Leonor Scliar Cabral (UFSC), Luís Antônio Marcuschi (UFPE), Luís Carlos Travaglia (UFU), Maria Aparecida Caltabiano M. B. Silva (PUC-SP), Maria Augusta Bastos de Mattos (UNICAMP), Maria Bernadete M. Abaurre (UNICAMP), Maria Celeste Consolin Dezotti (UNESP), Maria do Rosário F.V. Gregolin (UNESP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Helena Vieira Abrahão (UNESP), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Marta Pereira Scherre (UnB), Maria Tereza de Camargo Biderman (UNESP), Marilda Couto Cavalcanti (UNICAMP), Mary Aizawa Kato (UNICAMP), Rafael Eugenio Hoyos-Andrade (UNESP), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rodolfo Ilari (UNICAMP), Rosemary Arrojo (State University of New York), Silvana Mabel Serrani Infante (UNICAMP), Sírio Possenti (UNICAMP), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia de Almeida Cardoso (USP).

Publicação semestral/Bi-annual publication

Alfa: Revista de Linguística / UNESP – Universidade Estadual Paulista – v.1 (1962) –
v.23 (1977); v.24 (1980) – São Paulo, UNESP, 1962-1977; 1980 –

Semestral

Publicação suspensa de 1978-1979

ISSN 0002-5216 (Impressa)

Os artigos publicados na Alfa: Revista de Linguística são indexados por:
The articles published in Alfa: Revista de Linguística are indexed by:

LLBA - Linguistics and Language Behavior Abstracts; MLA International Bibliography; Bancos de Dados DARE – Unesco; Bibliographie Latinoamericaine D'Articles – Institute des Hautes Études D'Amérique Latine; BLL – Bibliography of Linguistic Literature; BLLDB – Bibliography of Linguistic Data Base; Clase-Cich-Unam – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; Francis Data Base.

APRESENTAÇÃO

Este número da revista *Alfa*, que contempla a área do Léxico, homenageia a trajetória acadêmica da Profa. Maria Tereza de Camargo Biderman, que, neste ano de 2006, completou setenta anos – a maior parte deles dedicada aos estudos lexicais.

Os trabalhos aqui reunidos foram escritos por ex-orientandos e por colegas de diferentes instituições, brasileiras e estrangeiras, com os quais a mestra Maria Tereza tem mantido estreitas relações profissionais e também, em decorrência, de amizade.

Versando sobre diferentes perspectivas do Léxico, esses trabalhos estudam a **palavra** em distintas dimensões: na dimensão lexicológica, em que a palavra é enfocada em seus aspectos formais e semânticos, sincrônica ou diacronicamente; na dimensão lexicográfica, em que as palavras, obedecendo a diferentes formas de organização, são reunidas nos dicionários; na dimensão terminológica, em que se estuda a palavra especializada, o termo, como também sua inserção em obras terminográficas.

Essas diferentes perspectivas do trabalho lexical estão presentes no trabalho acadêmico da Profa. Maria Tereza de Camargo Biderman, quer sob a forma de produção bibliográfica quer como docente, desde 1977, junto ao Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara.

Iniciou suas atividades didáticas em 1965, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, na época um dos institutos isolados que, em 1977, passaram a formar a UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho). A partir desse ano, a Profa. Biderman começou a exercer suas atividades no campus de Araraquara.

A produção acadêmica de nossa homenageada, pesquisadora de nível IA do CNPq, apresenta um número grande de artigos publicados em periódicos e de capítulos de livros, de comunicações apresentadas em congressos nacionais e internacionais. Destacamos, dentre sua produção, a organização de dois números da revista *Alfa* dedicados ao Léxico: n. 28 supl., em 1984, e n. 42, em

1998; a obra teórica *Teoria Lingüística: Teoria Lexical e Lingüística Computacional*, publicada em 1978 e em segunda edição em 2001 (Editora Martins Fontes); e sua significativa produção dicionarística, iniciada, em 1992, com a publicação do *Dicionário Contemporâneo de Português* (Editora Vozes). Desde então, publicou vários dicionários destinados ao público escolar – *Dicionário Didático de Português* (Ática, 1998); *Dicionário do Estudante* (Editora Globo, 2005); *Dicionário Ilustrado de Português* (Editora Ática, 2005); *Meu primeiro livro de palavras - um dicionário ilustrado do português de A a Z*, em co-autoria (Ática, 2005) – e um dicionário terminológico: *Dicionário de Termos Financeiros e Bancários* (Disal Editora, 2006).

Coordena, no momento, o projeto Institutos do Milênio do CNPq *Dicionário Histórico do Português do Brasil (sécs. XVI, XVII e XVIII)*, de que participam pesquisadores e pós-graduandos de dez universidades brasileiras e de Portugal.

A trajetória acadêmica da Profa. Maria Tereza de Camargo Biderman, assim como sua contribuição aos estudos do léxico e suas qualidades pessoais justificam esta homenagem que, apoiada pela Comissão Editorial da revista *Alfa*, lhe prestam alguns daqueles que com ela têm vivenciado felizes e proveitosos momentos acadêmicos.

Ieda Maria Alves
Gladis Maria de Barcellos Almeida

SUMÁRIO / CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES

- Achegas para a discussão do conceito de regionalismos no português do Brasil
Contributions for the Discussion of the Concept of Regionalisms in Brazilian Portuguese
Aparecida Negri Isquerdo 9

- Dicionário e cores
Dictionary and Colors
Claudia Zavaglia 25

- Lexicografia e Terminografia: alguns contrapontos fundamentais
Lexicography and terminology: some basic contrasts
Cleci Regina Bevilacqua
Maria José Bocorny Finatto 43

- Léxico e gramática no *Diccionario da lingua portugueza* (1813) de
António de Moraes Silva
Lexikon and grammar in *Diccionario da Lingua Portugueza* (1813), by
António de Moraes Silva
Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa 55

- Sobre estudios históricos del léxico español
About historic studies of the Spanish lexicon
Dieter Messner 69

- A Teoria Comunicativa da Terminologia e a sua prática
The Communicative Theory of Terminology and its Practice
Gladis Maria de Barcellos Almeida 85

- Para uma gramática do adjetivo
Towards a grammar of Portuguese adjectives
Graça Rio-Torto 103

- A observação sistemática da neologia lexical: subsídios para o estudo do léxico
Systematic observation of lexical neology: a contribution for lexicon analysis
Ieda Maria Alves 131

<ul style="list-style-type: none"> ▪ As funções da definição nos dicionários bilingües The roles of definition in bilingual dictionaries <i>Magali Sanches Duran</i> <i>Claudia Maria Xatara</i> 145 ▪ A discriminação racial nos dicionários de língua – tópicos para discussão, a partir de dicionários portugueses contemporâneos Racial discrimination in dictionaries – topics for discussion, based on Portuguese contemporary dictionaries <i>Margarita Correia</i> 155 ▪ O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil The twentieth century scenery of the founding dictionaries in Brazilian lexicography: relations with the identity of Brazilian Portuguese <i>Maria da Graça Krieger</i> <i>Alexandra Feldekircher Müller</i> <i>Andréa Roberta da Rocha Garcia</i> <i>Rosinalda Pereira Batista</i> 173 ▪ <i>Corpora</i> comparáveis e variação lexical nas variedades africanas do português Comparable corpora and lexical variation in the African varieties of Portuguese <i>Maria Fernanda Bacelar do Nascimento</i> 189 ▪ A marca lexicográfica “termo do Brasil” no <i>Vocabulário Portuguez e latino</i> de D. Rafael Bluteau “Termo do Brasil”: a lexicographical mark in D. Rafael Bluteau’s <i>Vocabulario Portuguez e Latino</i> <i>Maria Filomena Gonçalves</i> 205 ▪ La clasificación de neologismos: una tarea compleja Typology of neologisms: a complex task <i>Maria Teresa Cabré Castellví</i> 229 ▪ Falsos cognatos, falsos amigos ou cognatos enganosos? Desfazendo a confusão teórica através da prática False cognates, false friends or deceptive cognates? Eliminating theoretical confusion through practice <i>Marilei Amadeu Sabino</i> 251 ▪ Os estrangeirismos da área da informática no <i>Aurélio XXI</i> Loan Words related to Computers in the <i>Aurélio XXI</i> dictionary <i>Waldenice Moreira Cano</i> <i>Daniela de Faria Prado</i> 265 	
ÍNDICE DE ASSUNTOS	277
SUBJECT INDEX	279
ÍNDICE DE AUTORES / AUTHOR INDEX	281

ACHEGAS PARA A DISCUSSÃO DO CONCEITO DE REGIONALISMOS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Aparecida Negri ISQUERDO¹

- RESUMO: Este trabalho discute a questão dos regionalismos no português do Brasil, associando a questão da norma lexical a fatores de natureza sócio-histórica – formação étnica do povo brasileiro, processos de ocupação e povoamento do território, contatos lingüísticos, atividades econômicas – e a características ambientais que individualizam as diferentes regiões do Brasil. Examina ainda critérios para a definição dos regionalismos, com destaque para os apontados por Oliveira (1999), e analisa um recorte de regionalismos que integram o acervo lexical da língua portuguesa do Brasil com base nesses critérios.
- PALAVRAS-CHAVE: Léxico; norma lexical; regionalismo; variação diatópica; português; Brasil.

Introdução

Tomar uma decisão acerca do tema a ser abordado neste trabalho foi particularmente difícil, justamente por tratar-se de uma publicação em homenagem à Profa. Maria Tereza Biderman. Explico-me: além de ter sido ela a Mestra que me forneceu as primeiras diretrizes para os estudos sobre o léxico e que me acompanhou durante a formação acadêmica, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, trata-se de uma pessoa muito especial do ponto de vista humano, de quem continuo aprendendo inúmeras lições de vida. Assim, partindo das lições aprendidas com a Mestra, enriquecidas com a experiência individual acumulada durante o meu caminhar acadêmico (pesquisas individuais e orientação de trabalhos sobre o léxico), proponho aqui uma reflexão acerca da problemática dos regionalismos no português do Brasil.

A despeito de tratar-se de um tema de certa forma abordado, desde o século XIX, quando começaram a surgir estudos pontuais sobre o léxico do português do Brasil (ISQUERDO, 2006a, p.11-29), a questão da norma lexical regional

¹ UEL – Centro de Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – 86010-610 – Londrina – PR – Brasil. Bolsista PV/CNPq. Endereço eletrônico: anegri.isquerdo@terra.com.br

continua a representar um desafio para os estudiosos da área. Fato esse justificável pela própria diversidade lexical que caracteriza a variante brasileira da língua portuguesa, diversidade essa decorrente da história social que individualiza as diferentes regiões do Brasil em termos de processos de ocupação e de povoamento, de formação étnica da população e de características sócio-ambientais que singularizam os diferentes espaços geográficos. Em face disso, entendo que a discussão acerca das particularidades lexicais do português do Brasil não pode ser dissociada de questões de natureza histórica sobre a formação do povo brasileiro.

Contextualização histórica e a questão lingüística

Na busca de uma associação entre vocabulário regional e história social, recupero inicialmente três classificações de regiões culturais do Brasil, estabelecidas por estudiosos brasileiros, em diferentes momentos da história do País – João Ribeiro (1954),² Diégues Júnior (1960) e Darcy Ribeiro (1997) –, os quais oferecem uma visão do processo de gestação da sociedade brasileira que, por sua vez, se reflete na formação do léxico do português do Brasil.

João Ribeiro (1954, p.257), ao tratar da história da formação do Brasil, pondera que, apesar das numerosas divisões administrativas do Brasil e do fato de a língua e a tradição portuguesa de certa forma garantirem a unidade nacional, a enorme extensão geográfica e a história das antigas capitanias confirmam a existência de grandes grupos locais distribuídos por todo o território brasileiro.

Nessa perspectiva, o mesmo estudioso compara a formação do Brasil a

um vastíssimo arquipélago de ilhas humanas que só acham contacto pelo caminho do mar. O sertão, as florestas, até alguns rios inavegáveis e principalmente o defeito de escassa colonização, repartem o território em grupos distantes e quase incomunicáveis desde a época colonial. (RIBEIRO, 1954, p.257)

Cuesta e Luz (1971, p.130), recuperando essa metáfora, asseveram que nessas ilhas humanas foram se constituindo as cidades, centros irradiadores com papel importante do ponto de vista lingüístico, visto que “em ondas de acção lenta, mas eficiente, a língua culta vai-se propagando desde as cidades até aos campos dos arredores, graças ao prestígio que o homem da cidade exerce sobre o camponês”.

² Segundo o Prefácio da 14ª edição, a obra *História do Brasil*, de João Ribeiro, foi publicada em 1900. Para este trabalho, consultamos a edição de 1954.

João Ribeiro (1954) estabelece cinco *células fundamentais* que, sob sua óptica, pelo processo de multiplicação, deram origem à *textura do Brasil*. São esses os cinco grupos locais propostos: 1) o Extremo Norte (a Amazônia, o Maranhão, Piauí e Ceará); 2) o Norte (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte); 3) o Centro (Sergipe, Bahia, Ilhéus e Porto Seguro); 4) o Interior (São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso); 5) o Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (RIBEIRO, 1954, p.257-280).

Diégues Júnior (1960), por seu turno, tomando como referência os diferentes processos de colonização e de povoamento ocorridos na história do Brasil, as atividades econômicas que se destacaram nas várias regiões brasileiras em diferentes momentos da sua história, estabelece dez regiões culturais para o Brasil: *nordeste agrário do litoral, mediterrâneo pastoril, Amazônia, mineração, centro-oeste, extremo-sul pastoril, colonização estrangeira, café, cacau e sal*.

Já Darcy Ribeiro (1997), trazendo a visão do antropólogo acerca da formação do perfil do povo brasileiro (matrizes étnicas, processos civilizatórios), delimita cinco áreas culturais que representam os diferentes “brasis na história”, a que correspondem cinco tipos humanos identificadores dessas áreas, com marcas distintas que refletem características étnicas, atividades econômicas e modos de ser singulares, no âmbito da sociedade brasileira: *o Brasil crioulo, o Brasil caboclo, o Brasil sertanejo, o Brasil caipira e os Brasis sulinos*.

Essas três tipologias de classificação de áreas culturais do Brasil, sob perspectivas distintas, procuram traçar um perfil da formação do povo brasileiro, atrelado a condicionantes históricos que interferiram e, de certa forma, determinaram o perfil do homem e da sociedade brasileira. Desde a formação agrária no Nordeste açucareiro, com a marcante presença das etnias indígena e africana, a expansão da atividade pastoril do Nordeste até o Centro-Oeste e as atividades extrativistas na Amazônia; a mineração que gerou a iniciativa das bandeiras e o movimento bandeirante responsável pela ocupação do interior do Brasil que, motivado pela saga dos mamelucos paulistas em busca de pedras preciosas e de ouro e de caça aos índios, gerou a ocupação de Mato Grosso, as minas goianas, os arraiais; a colonização do extremo-sul do Brasil, marcada pela disputa de territórios, pela ação das missões jesuíticas, pela ocupação do litoral por açorianos e a chegada de levas de migrantes europeus que marcaram a colonização da região, além da figura do gaúcho e do papel das estâncias na sociedade sulista. Não podem, pois, esses fatores de natureza etno-histórica serem desconsiderados, ao se focalizar a questão dos regionalismos no português do Brasil.

Acrescem-se ainda as particularidades físico-geográficas que identificam as várias regiões brasileiras em termos de características geomorfológicas, de clima, de flora e fauna, que geram hábitos culturais distintos que, por sua vez, exigem formas específicas de nomeação.

As áreas culturais apontadas individualizam-se, pois, por marcas étnicas, histórico-geográficas e lingüísticas, o que permite, por exemplo, o delinear de áreas dialetais que evidenciam características dos diferentes *falares* que convivem em um determinado território.

Não é demais lembrar a situação de contato da língua portuguesa com as línguas indígenas e africanas, no Brasil colonial, fator determinante para a configuração da variante aquém-mar do idioma transplantado. Nesse particular, Silva Neto (1986, p.595), por exemplo, pondera que “na constituição do português brasileiro há desde o século XVI duas *derivas*:³ a) uma *deriva* bastante conservadora, que se desenvolve, portanto, muito lentamente, e b) uma *deriva* a que condições sociais próprias imprimem velocidade inesperada”. No entender do filólogo,

no primeiro caso temos o falar de uma população proveniente de vários pontos de Portugal que, posta em contacto num meio tão diverso, elaborou um denominador comum que não participava das mudanças operadas na metrópole e que, por isso mesmo, era muito conservador. No segundo, pelo contrário, temos o falar das grandes massas que tiveram de aprender a língua dos senhores de modo imperfeito e muito rapidamente. (SILVA NETO, 1986, p.595)

Assim, no transcorrer dos primeiros séculos da colonização, nos diferentes núcleos populacionais, surgia uma variante lingüística que permitia a comunicação entre índios, negros e mestiços que tinham que aprender a falar a língua da minoria branca por uma questão de sobrevivência. Em face disso, na colônia falava-se um “português de tipo arcaizante e nivelado de dialectalismos que, modificados por hábitos lingüísticos de índios e negros, se substituiu a idiomas pré-colombianos e africanos menos ricos e desenvolvidos” (CUESTA; LUZ, 1971, p.131).

Nos séculos XVI e XVII, foram intensos o convívio e a miscigenação luso-tupi, o que explica a rápida difusão da *língua geral* nas áreas urbanas e rurais. É sabido que dentre as línguas faladas no Brasil nos primeiros anos da colonização, destaca-se o Tupi, a língua que se transformou em língua veicular e que favorecia a aproximação, em termos de comunicação, entre os indígenas e os colonizadores (ISQUERDO, 2006b).

Já a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, além de transplantar uma outra norma do português europeu, distinta da trazida pelos colonizadores no século XVI, provocou uma espécie de “reaportuguesamento das cidades”. Em

³ O autor vale-se de termo proposto pelo lingüista norte-americano Edward Sapir, que utiliza *deriva* como “determinada direção, que já encerra uma série de possibilidades. A rapidez ou a lentidão com que se caminha por essa estrada depende de condições histórico-sociais” (SILVA NETO, 1986, p.594).

razão disso, as falas urbanas “aproximaram-se muito mais da língua literária do que as rurais, embora estas últimas, sobretudo pelos contactos humanos, vão sofrendo, com o aumento das comunicações e a difusão do ensino, fortes influências planificadoras” (CUESTA; LUZ, 1971, p.131-132).

O século XVIII marca, portanto, o fim do período colonial, quando começa a desenhar-se uma nova realidade nacional, a do século imperial da vida política brasileira que se estende ao longo do século XIX, marcada por dois movimentos decisivos para os novos rumos da colônia: a Independência do Brasil (1822) e a Proclamação da República (1889). Esses fatos históricos exercem forte influência na questão lingüística. Inicia-se a busca da identidade do português do Brasil, quando ganha força a preocupação com a descrição da língua num afã nacionalista, representado particularmente pelos escritores românticos. A Semana de Arte Moderna (1922) retoma com veemência a questão da língua brasileira como símbolo da identidade nacional.

Em síntese, a história social do Brasil amalgama as diferentes influências e contatos sofridos pela língua portuguesa em terras brasileiras, cadinho onde se misturaram etnias, línguas e realidades culturais ímpares e singulares que resultaram nas especificidades lingüístico-culturais que identificam o homem brasileiro.

Considerando a dimensão continental do Brasil, os diferentes “brasis” que singularizam a realidade brasileira refletem-se no uso da língua, permitindo o estabelecimento de áreas dialetais no falar brasileiro. Nesse sentido, foi de suma importância a contribuição de Nascentes (1953, p.20-24) que, partindo da discussão de propostas como a de Júlio Ribeiro (1891) e a de Garcia (1915); pautando-se na divisão de grupos locais formulada por João Ribeiro (1914), justamente por entender que “sem uma base histórica não se pode fazer nada nesse assunto [divisão dialetal]”, e, após ter realizado o seu “ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuí, de Recife a Cuiabá”, propôs a divisão dialetal do Brasil que até na atualidade tem servido de referência para estudos sobre a língua portuguesa do Brasil.

O filólogo dividiu o País em seis subfalares distribuídos em dois grandes grupos, o do norte e o do sul, “separados por uma zona que ocupa uma posição mais ou menos equidistante dos extremos setentrional e meridional do país”. Consoante essa divisão, são dois os subfalares do Norte: o *amazônico* (Acre, Amazonas, Pará e parte de Goiás) e o *nordestino* (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e parte de Goiás). Já ao grupo do Sul, o estudioso brasileiro acoplou quatro subfalares: o *baiano* (intermediário entre os dois grupos reúne os estados do Sergipe, da Baía, parte de Minas – Norte, Nordeste e Noroeste – e de Goiás); o *fluminense* (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas – Mata e parte do Leste); o *mineiro* (Centro Oeste

e parte Leste de Minas Gerais); o *sulista* (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas – Sul e Triângulo –, Sul de Goiás e Mato Grosso). Considerou como território incaracterístico, em termos lingüísticos, a área que compreendia entre a fronteira boliviana (rios Verde, Guaporé, Mamoré até Abunã) e a fronteira de Mato Grosso com o Amazonas e o Pará, áreas até então praticamente despovoadas (NASCENTES, 1953, p.25-26).⁴

Na contemporaneidade, o Projeto Atlas Lingüístico do Brasil,⁵ que está documentando a língua portuguesa do Brasil na sua modalidade oral, poderá ratificar a proposta de Nascentes; propor novos contornos para a divisão apresentada pelo dialetólogo, ou até mesmo definir um novo desenho para a divisão dialetal do português do Brasil. Além disso, o produto final desse projeto – o Atlas Lingüístico do Brasil – fornecerá dados concretos sobre a norma lexical atualizada nos diferentes estados da Federação, o que propiciará a delimitação e a distribuição de regionalismos, muitos deles arcaísmos que se conservaram no uso da língua em certos espaços geográficos. A esse respeito, é ilustrativa a posição de Leão (1961) quando, ao tratar dos arcaísmos nos falares regionais, já apontava a falta de um estudo exaustivo acerca dessa questão, o que, segundo a estudiosa, só seria possível dentro de “minuciosas pesquisas dialetológicas”. Complementa a autora: “enquanto não se medirem os fatos para a elaboração de um atlas lingüístico brasileiro, disporemos apenas de informações fragmentárias e imprecisas, relativas aos arcaísmos da língua corrente, e à sua penetração na língua literária” (LEÃO, 1961, p.14). Essa ponderação da filóloga aplica-se também à questão dos regionalismos.

Situando a questão dos regionalismos

Discutir a configuração dos regionalismos no âmbito de uma língua implica considerar a noção de norma regional e popular, já que esses fatos lingüísticos situam-se na esfera da variação lexical de natureza diatópica, ou seja, a variação que se processa no eixo horizontal ou espacial. Partindo, pois, do conceito coseriano de norma como “um sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente” (COSERIU, 1979, p.50), podemos entendê-la como uma tradição solidificada no uso da língua por uma comunidade lingüística, como hábitos que se impõem ao indivíduo, daí o seu caráter prescritivo.

⁴ A respeito da delimitação das áreas dialetais no Brasil, ver Cardoso (1996). A autora formula e discute questões como a existência ou não de uma grande divisão Norte/Sul no português do Brasil; o problema dos limites rígidos na definição de áreas diatopicamente diferenciadas; a definição de fatos lingüísticos relevantes a serem considerados numa distribuição geolingüística, além de enfatizar a necessidade de um Atlas Lingüístico do Brasil como requisito para a busca de uma divisão lingüística do Brasil.

⁵ Projeto interinstitucional sediado na Universidade Federal da Bahia. Maiores informações sobre o projeto poderão ser obtidas por meio de consulta ao sítio: <http://www.alib.ufba.br/>.

No caso do português do Brasil, a norma pode ser entendida sob duas perspectivas: num sentido mais amplo e num ponto de vista mais restrito. No primeiro caso, tomam-se como referência, por exemplo, as normas americana e europeia, concebidas como variantes facultativas determinadas por uma tradição cultural e social, o que permite admitir a existência de duas normas dentro de um único sistema lingüístico, o português. Na segunda perspectiva, adotando como parâmetro apenas a norma brasileira, focalizam-se as normas representativas das diferentes regiões brasileiras, também concebidas como variantes condicionadas por fatores socioculturais. Esse ponto de vista conduz a duas noções de norma: “uma *norma geral* – a da sociedade global ou da nação – e as *normas* parciais, regionais, ou as normas dos grupos minoritários dentro da comunidade” (BIDERMAN, 2001a, p.20).

Nessa linha de raciocínio, pode-se admitir a existência de diferentes níveis de regionalismos, considerando-se os diferentes graus de disseminação do fato lingüístico. No Brasil, a discussão centra-se, sobretudo, na definição de *brasileirismo*, conceito polêmico que tem povoado discussões acerca das marcas dialetais em dicionários gerais da língua, nomeadamente nas várias edições do *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

Em matéria de definição e de classificação, todavia, as posições teóricas são distintas e diversificadas. D’Albuquerque, por exemplo, na obra *Falsos Brasileirismos* ([1945?], p.40), propõe duas categorias de brasileirismos: *gerais* (usados em todo o Brasil) e *regionais* (baianismos, gauchismos, mineirismos...). Essa posição é referendada por Mattoso Câmara Jr. (1973, p.66), quando define *brasileirismos* como:

Qualquer fato lingüístico peculiar ao português usado no Brasil, em contraste com o fato lingüístico correspondente peculiar ao português usado em Portugal ou lusitanismo. O brasileirismo pode ser: a) regional, quando privativo de uma dada região do Brasil; b) geral, quando se estender por todo o território brasileiro.

Já Biderman, em seu *Dicionário contemporâneo do português* (1992), destinado a alunos do Ensino Fundamental e Médio, define *regionalismo* como “qualidade do que é característico de uma região” e *brasileirismo* como “uso de linguagem típico do Brasil”. Todavia, ao tratar do assunto em texto especializado, recupera a definição de Boulanger (1985), adaptando-a à situação brasileira:

qualquer fato lingüístico (palavra, expressão, ou seu sentido) peculiar a uma ou outra variedade regional do português falado no Brasil, exceptuando a variedade empregada no eixo lingüístico Rio/São Paulo, considerada a variedade de referência, ou seja, o português

brasileiro padrão, e excluindo também as variedades usadas em outros territórios lusófonos. (BIDERMAN, 2001b, p.136)

A autora aponta ainda dois aspectos a serem considerados no exame desse tipo de fato lingüístico: i) “qual o ponto de referência para definir um termo como regional”? ii) “se o vocábulo é regional relativamente a um dialeto padrão, qual é esse dialeto padrão, de qual região?” (BIDERMAN, 2001b, p.135).

Como já pontuado em trabalho anterior (ISQUERDO, 2006b), essa definição remete a duas questões mais amplas relacionadas à questão da norma lexical do português do Brasil: i) a necessidade premente de uma clara definição de políticas lingüísticas para o Brasil que estabeleçam diretrizes para o enfrentamento e o tratamento de questões que afetam a realidade lingüística brasileira, dentre outras, a dos regionalismos; e ii) a necessidade de uma ampla descrição da língua portuguesa do Brasil na sua modalidade oral e de estudos profundos acerca da produção na modalidade escrita, representativa de diferentes momentos da história da língua.

A complexidade dessa questão se acentua quando focalizada do ponto de vista da lexicografia regional e geral. Nesse particular, no Brasil, merece especial destaque a tese de doutoramento de Ana Maria Pinto Pires de Oliveira (1999) que, sob a orientação de Maria Tereza Camargo Biderman, realizou um exaustivo estudo sobre a questão dos brasileirismos no Dicionário Aurélio. Essa tese configura-se como um ponto de referência para o estudo dos regionalismos no português do Brasil, não só pelas contribuições fornecidas para o estudo desse fato lingüístico, mas também por fornecer uma análise consistente sobre a formação da norma lexical da variante brasileira do português.⁶ Em razão disso, optei por destacar, no âmbito deste trabalho, aspectos pontuais dessa pesquisa.⁷

Esse estudo teve como objetivo inventariar e analisar unidades vocabulares classificadas dialetalmente como *brasileirismos* por Ferreira, no *Novo dicionário da Língua Portuguesa* (1994), versão informatizada, e apresentar uma proposta de sistematização desses fatos lingüísticos. O levantamento de todas as unidades lexicais marcadas como brasileirismos, na obra lexicográfica em estudo, resultou num montante de 24.498 itens lexicais. Em virtude da amplitude do *corpus*, a pesquisadora selecionou 10% dos verbetes reunidos em cada uma das letras que compõem a nomenclatura do dicionário, o que resultou numa base de dados

⁶ Particularmente o Capítulo III – *O Português do Brasil* – apresenta uma síntese significativa de trabalhos realizados sobre o português do Brasil e discute com muita propriedade a problemática da classificação de unidades lexicais como brasileirismo/regionalismo (OLIVEIRA, 1999, p.59-81).

⁷ Com essa opção presto dupla homenagem, por entender que a deferência aqui dispensada à Profa. Ana Maria P. P. Oliveira, *in memoriam*, estende-se à sua orientadora, Profa. Maria Tereza Biderman, uma vez que a opção pela realização do estudo dos brasileirismos no Dicionário Aurélio resultou de uma resposta positiva da pesquisadora à sugestão da sua orientadora.

de 2.449 itens lexicais, dos quais selecionou uma amostragem de 400 brasileirismos, para fins de análise (OLIVEIRA, 1999, p.93).

Com base na análise e discussão de critérios já existentes para a identificação de brasileirismos, a autora definiu esse fato lexical como “todo fato lingüístico, de caráter geral ou regional, que caracterize o português em uso no Brasil, em contraste com o usado na Europa”. Assim, pautando-se nos resultados do seu estudo sobre a questão das marcas dialetais de natureza diatópica no Dicionário Aurélio (1994) e orientada por esse conceito de brasileirismo, propôs a seguinte tipologia para o estudo desse fato lingüístico: *indigenismos; africanismos; lexias transplantadas que, no Brasil, assumiram novos matizes - brasileirismos semânticos; formações e derivações brasileiras de base vernácula e de base híbrida - vernácula/indígena e vernácula/estrangeira e lexias de origem expressiva próprias do uso brasileiro* (OLIVEIRA, 1999, p.95-99).

Dentre outras conclusões obtidas com o estudo, a pesquisadora constatou a “fragilidade da classificação de alguns brasileirismos apontados no Dicionário Aurélio, não raras vezes considerada incoerente, se comparada à expressão lingüística utilizada na definição”. Além disso, “a não especificação dos critérios empregados pelo lexicógrafo na categorização desses fatos lingüísticos” foi outro fator apontado pela estudiosa para a imprecisão da classificação apresentada pelo lexicógrafo (OLIVEIRA, 1999, p.337).

A estudiosa destaca também a necessidade de se estabelecer a diferença entre brasileirismos e regionalismos, pois muitos itens lexicais classificados como regionalismos, às vezes, correspondem a arcaísmos portugueses, o que significa que não podem ser considerados brasileirismos. A pesquisadora cita como exemplos desse fenômeno casos de unidades lexicais do campo léxico da *alimentação* marcadas dialetalmente como brasileirismos gerais no Dicionário Aurélio que são de uso restrito a uma dada região, o que lhes confere o estatuto de regionalismos: *acalenta-menino, acarajé, arroz-de-hauçá, arroz-de-função, anguzô* (OLIVEIRA, 1999, p.336).

As definições dessas unidades lexicais constantes do *Novo Dicionário Aurélio - Século XXI* (1999) são ilustrativas quanto aos equívocos evidenciados nesse dicionário, no que tange à inserção de marcas dialetais de natureza diatópica, tão bem apontados por Oliveira (1999). No caso, itens lexicais que nomeiam referentes específicos de determinadas regiões são classificados como de uso nacional (brasilirismos). Por exemplo: *acalenta-menino* é definido como “Bras. Feijão saboroso, que cozinha depressa, muito usado na alimentação das crianças”; *acarajé* como “Bras. Cul. Bolinho da culinária afro-baiana, feito de massa de feijão-fradinho, frito em azeite-de-dendê, e que se serve com molho de pimenta, cebola e camarão seco; acará”; *arroz-de-hauçá*, como “Bras. Cul. Prato típico da cozinha baiana e nordestina, preparado com arroz branco, sem

outro tempero senão o sal, e que se costuma enfeitar com pedacinhos de carne-do-sertão, ou de charque, fritos com alho e cebola, e postos em volta do prato”; *arroz-de-função*, como “Bras. Cul. V. arroz-doce. Arroz cozido no leite adoçado com açúcar, e temperado com casca de limão, canela em pau, ou água de flor de laranja, cravo, etc., e em geral polvilhado com canela; arroz-de-função, arroz-de-leite”; *anguzô*, como “Bras. Angu com caruru; Bras. Espécie de angu de milho; Bras. PE Esparregado que se come com angu”.

Observando-se o teor das definições, nota-se que esses regionalismos nomeiam referentes em sua maioria representativos do Nordeste brasileiro, portanto, desconhecidos no restante do País. Em *arroz-de-hauçá*, por exemplo, a própria definição já esclarece tratar-se de uma comida baiana e nordestina. *Arroz-de-função*, por sua vez, remete a uma variante regional de arroz-doce, que não integra a norma atualizada em todas as regiões brasileiras. Daí fatos lingüísticos dessa natureza não se configurarem como brasileirismos/regionalismos gerais.

Exemplos desse tipo remetem à questão do referente como um dos fatores geradores de regionalismos. Recortes de mundo distintos exigem formas também específicas de nomeação. Aliás, o problema da referenciação constituiu-se num dos grandes obstáculos a ser transposto pelo colonizador no período colonial, o que pode ser observado nos relatos de viagens, nos documentos escritos no Brasil colônia, a começar pela Carta de Caminha, que evidenciam a relação entre palavras e coisas em território brasileiro, e contribuem para a identificação dos “nomes do Brasil”, na verdade, “os nomes atribuídos às coisas do Brasil”, ensejando assim o início do delinear de uma norma nacional, distinta em muitos aspectos da transplantada pelo colonizador.

Na verdade, essa norma foi se desenhando de forma distinta nas diferentes regiões brasileiras, motivada por condicionantes extralingüísticos, como os fatores físico-geográficos que as individualizam, os contatos étnicos que ali se processaram, as atividades econômicas predominantes, enfim, pela história social das várias áreas culturais que foram se formando, nos mais diferentes rincões do Brasil, ao longo da sua história.

Considerando, pois, esses condicionantes, como também o papel do referente na configuração de um regionalismo e a tese da necessidade de se diferenciar brasileirismos de regionalismos, defendida por Oliveira (1999) e aqui aceita, examinarei alguns verbetes do *Vocabulário da erva-mate no cone sul de Mato Grosso do Sul* (JUSTINIANO, 2006),⁸ que bem ilustram essas questões. Trata-se de um vocabulário específico de uma atividade extrativista explorada no sul do

⁸ Trabalho produzido como dissertação de Mestrado no Programa de Mestrado em Letras da UFMS, defendido em 2005. A pesquisa foi realizada junto a profissionais que atuam nas diferentes fases do trabalho com a erva-mate em quatro municípios localizados na fronteira do Brasil com o Paraguai (Ponta Porã, Amambai, Caarapó e Tacuru). O levantamento dos dados foi realizado com o auxílio de questionário elaborado para esse fim e resultou num acervo de 301 unidades lexicais relacionadas à atividade extrativista da erva-mate.

estado de Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai, desde o século XIX, que já se configurou como um expoente econômico da região. São unidades lexicais que nomeiam referentes específicos, configurando-se assim como regionalismos locais.

erva crioula *s.f. 1* Erva-mate do tipo caseira produzida na própria região e pelo processo rudimentar. *Aqui na fazenda, nós toma apenas <erva crioula>, fabricada aqui mesmo pelo processo antigo* (TL).

erva cuê *s.f. 1* Erva sem sabor, velha, que já foi utilizada no preparo do tereré ou do mate. *Tomadô de tereré ou di mate, logo percebe o gosto ruim de <erva cuê>, aí precisa trocá a erva* (IM).

erva-mate cancheada *s.f. 1* Erva já submetida ao processo de quebramento e pronta para ser moída. *O estado de Mato Grosso exportava para a Argentina a <erva-mate cancheada> e lá, ela era preparada para a venda* (CF).

erva sarandada *s.f. 1* Erva submetida à saranda, espécie de peneira que separa a erva mais fina da grossa. *A <erva sarandada> é fina, com poucos palitos, especial para exportação* (CF).⁹

Observa-se que o lema do verbete e a sua respectiva definição remetem a uma realidade regional, distinta das demais regiões brasileiras. Além da especificidade dos referentes, percebem-se marcas de contatos interétnicos – *erva cuê*, por exemplo, é uma unidade lexical de uso corrente na região que nomeia a erva que já foi usada, que já está sem sabor, após muitas “rodadas de mate ou de tereré”; *erva-mate cancheada*, por seu turno, dá mostras da influência gaúcha no falar da região; *cancheat*, por exemplo, é classificado no Dicionário Aurélio (1999) como “brasileirismo do Sul”. Todavia, a palavra migrou com o grupo que a fala e fixou-se em outra região do Brasil para nomear uma atividade no âmbito de uma especialidade, no caso, o vocabulário usado por falantes ligados à atividade de extração e preparo da erva-mate. Nos dois exemplos, temos formações de base híbrida, respectivamente, português/guarani (*erva cuê*) e quíchua, via espanhol platino, e sufixo português (*cancheat*). Outra hipótese é a de que a unidade lexical em exame tenha entrado na região pelo Paraguai, em razão dos contatos linguísticos existentes nesse espaço geográfico. *Formações híbridas* é uma das categorias apontadas por Oliveira (1999) para classificar um item lexical como brasileiro/regionalismo.

Os demais verbetes – *erva crioula* e *erva sarandada* – também ilustram o uso regional dos termos *crioulo* (rudimentar, caseiro) e *saranda* (espécie de

⁹ Na transcrição do verbete, foram suprimidos alguns itens contemplados pela definição, como origem, sinônimos, variantes, remissivas, notas, dados os limites deste trabalho. A sigla entre parênteses após a abonação identifica o informante que forneceu o exemplo.

peneira). *Sarandear* – o ato de movimentar a *saranda* com a finalidade de peneirar a erva – pode ter resultado de analogia entre a ação de *sarandear* (saracotear-se, menear o corpo na dança) e a ação de movimentar a peneira para separar a erva fina da grossa. *Sarandear* pode ser uma variante de *sarabanda* – “música, e dança alegre com meneios de corpo hum pouco indecentes” (MORAIS E SILVA, 1922). Do espanhol “zarabanda” – “danza picaresca que se bailaba en España en los siglos XVI y XVII. Música para ella. Copla que se cantaba con ella. Movimiento rápido e desordenado de cosas, que produce mareo” (MOLINER, 2000). A palavra pode ter migrado para o sul do Brasil, seja diretamente do espanhol platino, seja com o colonizador português, e se fixado na fala sulista, integrando a norma local. Talvez o Dicionário Aurélio tenha considerado essa segunda hipótese para não marcar dialetalmente essa unidade lexical. O Dicionário Houaiss (2001), por sua vez, a classifica como um “regionalismo do Sul do Brasil”.

Frente ao exposto, pode-se aventar a hipótese de a unidade lexical *sarabanda* ter se disseminado no Centro-Oeste, sul de Mato Grosso do Sul, com as várias levadas de migração gaúcha que marcaram o povoamento da região em questão e na fronteira do Brasil com o Paraguai ter sofrido alterações formais e uma especialização de sentido, dando origem à *saranda* (peneira) e a *sarandear* (ato de movimentar a peneira). Não é demais lembrar que Moraes e Silva (1922) registra *sarabandear* como “dançar sarabanda”. Ou seria o uso dessa palavra fruto do contato do português com o espanhol também nessa faixa de fronteira, já que a atividade de exploração da erva-mate até hoje depende da mão-de-obra do imigrante paraguaio, o detentor dos segredos do seu preparo para o consumo? Reportando-se novamente à tipologia de Oliveira (1999) e considerando as hipóteses aventadas, *saranda* poderia ser incluída na categoria das *lexias de origem expressiva próprias do uso brasileiro*. Ainda no âmbito do vocabulário da erva-mate, merecem destaque verbetes como: *caa plantado*, *caa pocã*, *caa porã*, *cancha*, *cancha de barbaquá*, *cancha de tambora*.

caa plantado *s.m.* 1 Conjunto de pés de erva-mate plantado pelo homem. *Os <caa plantado> produz ainda mais que os outros nativos do mato* (IF).

caa pocã *s.f.* 1 Erval ruim que reúne poucas plantas e que não rende no corte. *Quando o minero encontrava uma <caa pocã> ficava muito desanimado* (IF).

caa porã *s.f.* 1 Erval bom formado por vários pés de erva juntos, e que rendem bastante na hora do corte. *Na região de Aral Moreira havia bastante <caa porã> que enchia os olhos do capatais* (FG).

Esses três verbetes dão mostras de uma característica do vocabulário pesquisado por Justiniano (2006): a presença do fenômeno das línguas em contato no vocabulário da erva-mate. Fatores de natureza histórico-geográfica justificam esse quadro. Como se trata de fronteira seca, convivem nessa faixa de território três idiomas: o português, o espanhol e o guarani. No vocabulário da erva-mate, essa realidade linguística ficou particularmente evidenciada.¹⁰ Dos verbetes supramencionados, formados a partir de *ka'a* (folha, mato, erva), dois são de base indígena (*caa pocã* e *caa porã*) e um de natureza híbrida, indígena/português (*caa plantado*). São exemplos de regionalismos locais motivados por condicionantes extralinguísticos, como a formação étnica do grupo, a situação histórico-geográfica da localidade, a atividade econômica focalizada. O primeiro, uma formação híbrida e os dois últimos, indigenismos, segundo Oliveira (1999).

Por fim, destaco o conjunto de verbetes formados a partir de *cancha* – *cancha de barbaquá*, *cancha de tambora* – que denota a influência do espanhol platino no léxico regional aqui focalizado. No âmbito dos ervais sul-mato-grossenses, genericamente, *cancha* nomeia o espaço onde se processa o trabalho com a *Ilex paraguariensis*. Nos verbetes a seguir, aparece especificada por um determinante, *barbaquá* e *tambora*, formando lexias híbridas. A primeira, de base indígena, designa “forno usado para secar a erva-mate, cujo calor é transmitido ao carijo por meio de condutores” (FRANCO; HOUAISS; VILLAR, 2001). Já a segunda, de origem espanhola, assume uma conotação bem específica no contexto de uso em tela: “objeto cilíndrico feito de chapas de aço, composta de ganchos internos que vão conduzindo as folhas de erva para fora, que é colocado sobre um forno, cuja finalidade é o sapecamento da erva-mate crua” (JUSTINIANO, 2006). Mais dois casos de regionalismos classificados como formações híbridas, segundo Oliveira (1999):

cancha de barbaquá *s.f* 1 Pátio em frente ao barbaquá que serve para depositar a erva crua que vem dos ervais e para a circulação dos trabalhadores. A <**cancha do barbaquá**> serve pra gente jogar os galhos de erva sobre o barbaquá (TL).

cancha de tambora *s.f* 1 Pátio em frente à tambora que serve para depositar a erva para o primeiro sapeco. Quem trabalha na <**cancha da tambora**> recebe muito calor dos forno da canhoneira (FG).

¹⁰Do total de verbetes que integram o vocabulário, 57% (162) são de base portuguesa; 17% (55) de base guarani ou de outras línguas indígenas; 12% (39) de origem espanhola e 14% (45) de base híbrida (JUSTINIANO, 2006, p.207).

Considerações finais

Neste trabalho, foram destacadas questões que afetam o estudo dos regionalismos no âmbito da língua portuguesa do Brasil. Alguns aspectos carecem ser retomados à guisa de conclusão, mais como uma ratificação do já exposto, em caráter de síntese, uma vez que conclusões parciais já foram apontadas ao longo do trabalho. Creio ter ficado evidente a necessidade de uma ampla descrição da norma lexical atualizada nas diferentes regiões brasileiras, como condição básica para a definição dos regionalismos no português do Brasil. A par disso, há que se ter em vista que esse estudo não pode estar desvinculado da dimensão histórico-social da linguagem, considerando-se que é no âmbito de um grupo social que a norma se instaura, é disseminada ou fica confinada a determinados espaços geográficos, dependendo das características socioculturais desse grupo. Enfim, o estudo dos regionalismos não pode abster-se do exame de fatores dessa natureza, sob pena de equivocar-se na configuração de um fato lingüístico como regional.

ISQUERDO, A. N. Contributions for the Discussion of the Concept of Regionalisms in Brazilian Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.9-24, 2006.

- *ABSTRACT: The present work discusses regionalisms in Brazilian Portuguese, relating the issue of lexical norm to sociohistorical factors – ethnic formation of the Brazilian people, the settlement process of the territory, linguistic contacts, economic activities – and the environmental characteristics individualizing the different geographic regions of Brazil. It also examines the criteria for the definition of regionalisms, highlighting those presented by Oliveira (1999) and analyzes some regionalisms that form the lexical collection of the Brazilian Portuguese language based on those criteria.*
- *KEYWORDS: Lexicon; lexical norms; regionalism; diatopic variation; Portuguese; Brazil.*

Referências bibliográficas

BIDERMAN, M. T. C. *Dicionário contemporâneo do português*. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. *Teoria lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

_____. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001b. p.131-144.

- CARDOSO, S. A. M. Para uma delimitação de áreas dialetais no Brasil. In: *Atas do I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística: conferências e mesas-redondas*. Salvador: ABRALIN/FINEP, UFBA, 1996. p.181-186.
- COSERIU, E. Sistema, norma e fala. In: _____. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Rio de Janeiro: Presença, 1979. p.13-85.
- CUESTA, P. V.; LUZ, M. A. M. de. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1971.
- D'ALBUQUERQUE, A. T. *Falsos brasileirismos*. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, [1945?].
- DIÉGUES JÚNIOR, M. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC. INEP. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio século XXI: dicionário eletrônico versão 3.0*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lexikon Informática, 1999.
- FRANCO, M. de M.; HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ISQUERDO, A. N. Brasileirismos, regionalismos e americanismos: desafios e implicações para a lexicografia brasileira. In: BERLINCK, R. de A.; GUEDES, M.; MURAKAWA, C. de A. A. (Org.) *Teoria e análise linguísticas: novas trilhas*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006a. p.11-29. (Trilhas linguísticas, 8)
- _____. Normas lexicais no português do Brasil e desafios para a lexicografia brasileira. In: *Atas do XI Simpósio Nacional de Letras e Linguística e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística*. Uberlândia: [s.l.], 2006b. (no prelo)
- JUSTINIANO, A. L. *Vocabulário da erva-mate no Cone Sul de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora da UNIDERP, 2006.
- LEÃO, A. V. *História de palavras*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1961.
- MATTOSO CÂMARA JÚNIOR, J. *Dicionário de filologia e gramática*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1973.
- MOLINER, M. *Diccionario de uso del español*. Madrid: Gredos, 2000.
- MORAES E SILVA, A. *Diccionario da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922. Edição fac-símile da segunda edição, 1813.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

OLIVEIRA, A. M. P. P. de. *O português do Brasil: brasileirismos e regionalismos*. 1999. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

RIBEIRO, D. *O povo do Brasil: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, J. *História do Brasil*. 14. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1954.

SILVA NETO, S. *História da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1986.

DICIONÁRIO E CORES

Claudia ZAVAGLIA¹

- **RESUMO:** O léxico de uma língua pode ser considerado um bem ou um conjunto de bens lingüísticos pertencente a uma sociedade de importância e valor reconhecidos num determinado lugar, região ou país que, devido ao progresso técnico e científico, evolui em continuidade, nas mais diversas frentes, uma vez que o processo de nomeação da realidade é uma constante dinâmica e vivaz. É nesse conjunto imenso de unidades lexicais, cujas divergências lingüístico-semânticas são inerentes e formadoras de culturas e comunidades de fala, que se inserem os itens lexicais cromáticos como microssistemas lingüísticos singulares repletos de significação e riqueza sintático-semântico-pragmática. No microssistema das cores, esse universo lexical abarca tipos de combinações fixas das mais variadas espécies, de forma representativa e peculiar. Nesta exposição, tratarei, especificamente, daqueles proverbiais e das expressões fixas, por meio de considerações de cunho teórico e prático concernentes à sistematização e à busca dessas expressões lexicais no processo de elaboração de uma obra lexicográfica especial, no caso, um Dicionário Multilíngüe de Cores – DMC.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Léxico; nomes de cor; expressão fixa; provérbio; dicionário multilíngüe.

Um mundo feito a cores

Isaac Newton, pioneiro em fracionar a luz do sol e as cores que a compõem, serviu-se de um prisma e produziu um espectro, obtendo, assim, a difração da luz branca em sete cores (as chamadas primárias): “vermelha”, “laranja”, “verde”, “amarela”, “azul”, “anil” e “violeta”. Goethe (1993), não compartilhando dos critérios utilizados por Newton, uma vez que este último tratou a produção da cor essencialmente como um fenômeno físico, reestudou e reanalisou as experiências com prismas e lentes. Giannotti, na Apresentação de Doutrina das cores (GOETHE, 1993, p.19) afirma que ele

propõe uma interpretação das cores a partir do órgão da visão, que não pode ser identificado a um conjunto de prismas e lentes, pois o

¹ UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Letras Modernas – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. Endereço eletrônico: zavaglia@ibilce.unesp.br

olho é um órgão vivo. Sua aversão a experimentos com lentes e prismas, no interior de um quarto escuro, ilustra bem essa nova postura diante do fenômeno cromático. A investigação ao ar livre, onde o olhar reencontra a natureza, é a única que parece fasciná-lo.

Segundo Brusatin (1983), diferentemente de quase todos os animais mamíferos, o homem possui a capacidade de “enxergar a cores”, como os peixes, os répteis, os pássaros, a abelha e a libélula, e essa é uma condição de sensível incerteza sobre a qual se apoiou toda e qualquer teoria científica concernente à essência das cores, no que diz respeito ao modo inconstante da sua aparição e do seu “ser percebida” (p.3).

É interessante ressaltar, contudo, que, do mesmo modo que para o físico a palavra cor designa uma luz, ou seja, um comprimento de onda, para os lingüistas tal unidade lexical denomina o absorver e o refletir da luz dos corpos, sejam eles naturais ou artificiais. Nessa vertente, de acordo com a sua vivência e experiência, o homem, com o decorrer do tempo, foi criando e registrando lingüisticamente sua afetividade pelas cores.

As expressões cromáticas estão ligadas à experiência e à sensibilidade do homem diante do mundo que o cerca, tanto para representar a cor como um aspecto sob a luz do sol – *folhas verdes, bolsa marrom, casaco preto*, como para representar signos universais e metafóricos como *ouro negro* ou *sair do vermelho*.

Claro está que o homem, no seu dia-a-dia, não vive mais sem as cores (se é que algum dia viveu): sensibiliza-se com a cor de uma flor da mesma maneira que é incitado a adquirir uma roupa de uma determinada pigmentação ou a pintar a sua casa de azul, de amarelo ou de branco. Inconscientemente exprime as suas emoções, utilizando-se de cromônimos² – hoje tão incorporados a sua realidade, por meio de expressões idiomáticas, sintagmáticas ou proverbiais –, cujo elo entre cor e objeto não se vincula mais em manifestações como: *fiquei vermelho como um pimentão, deu branco ou estou tremendo como varas verdes*.

Desse modo, tentar levar aos olhos dos falantes de uma língua as cores de sua linguagem me parece uma trajetória adequada para o enaltecimento de um dos mecanismos mais criativos de que é possuidor o homem, ou seja, a sua produção lingüística.

Um léxico feito a cores

Partindo-se da premissa de que cada língua tem uma maneira própria de compreender e divisar o mundo, o universo das cores é representado de acordo

² Termo traduzido em português do italiano “cromonimo” (singular) / “cromonimi” (plural) empregado por Enrico Arcaïni em *Analisi linguistica e traduzione*. Bologna: Patron, 1991.

com as particularidades de cada cultura, ou seja, conotativamente e subjetivamente. Por conseguinte, a percepção das cores será representada lingüisticamente de forma diferenciada de uma cultura para outra. Com efeito, Arcaini (1991) relata que toda língua natural é caracterizada pelo relativismo cultural e assim cada sistema lingüístico descreve de modo particular e único o universo das cores. Dessa maneira, cada língua assume uma maneira própria para distinguir e retratar os feixes cromáticos de sua cultura desprovidos de objetividade. Por outro lado: “Lingüisticamente o problema consiste em correlacionar – por meio da análise dos fatos empíricos – as descrições oferecidas por sistemas determinados a mundos que poderiam ter soluções bem delineadas no universo sensível” (ZAVAGLIA, 1996, p.14). Para Berlin e Kay (1969, p.2), a doutrina predominante dos lingüistas e antropólogos americanos do século XX é a da relatividade lingüística. Essa doutrina defende que cada língua tem um modo próprio de compilação de suas experiências e, portanto, que cada língua possui uma arbitrariedade semântica em relação a todas as outras línguas. Eco (1985, p.163 *apud* MORAES, 1995, p.65), com base no relativismo lingüístico, acredita que cada língua organiza o seu mundo lexical de acordo com suas necessidades práticas e, conseqüentemente, considera como relevantes diferentes aspectos do mundo. Esse mesmo autor pronuncia ainda que:

Quando um indivíduo profere o nome de uma cor, ele não está apontando diretamente para um estado do mundo (processo de referência), mas ao contrário, ele está correlacionando esse termo a uma unidade ou a um conceito cultural. Essa articulação do termo é determinada, obviamente por uma dada sensação, mas a transformação dos estímulos sensoriais em um objeto da percepção é, do mesmo modo, determinado pela relação semiótica entre a expressão lingüística e o significado ou conteúdo culturalmente correlacionado com ele. (ECO, 1985, p.160 *apud* MORAES, 1995, p.65)

Segundo diversos estudiosos sobre o argumento em questão, a percepção sobre o contínuo da luz vincula-se diretamente à prática cultural. Com efeito, se em determinadas culturas verifica-se a ausência de certas unidades lexicais cromáticas, isso não significa que os falantes dessas línguas não possuam habilidades fisiológicas de percepção do universo cromático. Antes, acreditamos que essas cores não sejam relevantes ou, ainda, não desfrutem de referências para tais universos culturais. Nesse mesmo sentido, Eco (2003) afirma que o modo de organizar, distinguir e segmentar as cores altera-se de cultura para cultura. E ainda:

Mesmo se forem individualizadas algumas constantes transculturais, parece difícil traduzir os nomes de cores entre línguas longínquas no tempo ou de culturas diversas; observou-se, também, que “o

significado dos nomes de cor é uma das maiores dificuldades da história da ciência”. Se se usa o termo *cor* para se referir à pigmentação das substâncias no ambiente, não se disse nada ainda sobre a nossa percepção cromática. É necessário distinguir os pigmentos como realidade cromática da nossa resposta perceptiva como efeito cromático – que depende de muitos fatores, tais como a natureza das superfícies, a luz, o contraste entre os objetos, o conhecimento anterior. (ECO, 2003, p.356, tradução nossa).

Sapir (1961, p.51) diz que há uma correlação entre o universo lexical de uma língua e a cultura, e que a variabilidade do léxico, refletindo o ambiente social, tem alcance no tempo e no espaço. Em outras palavras, os conceitos culturais, e o léxico a eles referente, torna-se cada vez mais rico e ramificado com o aumento da complexidade cultural no grupo. Sapir discorre sobre a relação que existe entre o ambiente físico e a língua e afirma que “o léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes” (*apud* MORAES, 1995, p.60). O léxico completo de uma língua pode ser considerado, na verdade, como todas as idéias, interesses e ocupações que chamam a atenção da comunidade, e que “[...] quanto mais necessário for para uma cultura fazer distinções dentro de uma dada série de fenômenos, tanto menos provável será a existência de um termo genérico para a série toda” (MORAES, 1995, p.60).

O léxico é tudo aquilo que o homem nomeia a partir de sua percepção da realidade, constituindo-se, portanto, em uma forma de registrar os seus conhecimentos. Após dar nome aos objetos, o homem os classifica e atribui-lhes significado. Portanto, os signos lingüísticos ou palavras são associados a conceitos que, por sua vez, simbolizam o universo referencial.

Segundo Biderman (1996),

[...] o léxico está associado ao conhecimento, e o processo de nomeação em qualquer língua resulta de uma operação perceptiva e cognitiva. Assim, no aparato lingüístico da memória humana, o léxico é o lugar do conhecimento, sob o rótulo sintético de palavras – os signos lingüísticos. (BIDERMAN, 1996, p.27)

Para Silva (2002, p.69), o léxico representa: “o repositório dos aspectos culturais e ideológicos de uma determinada comunidade lingüística, para conhecer bem o significado de uma palavra é preciso conhecer também o contexto cultural no qual ela se insere, bem como as situações em que é usada”.

É nesse conjunto imenso de unidades lexicais, cujas divergências lingüístico-semânticas são inerentes e formadoras de culturas e comunidades de fala, que

se inserem os itens lexicais cromáticos como microsistemas lingüísticos singulares repletos de significação e riqueza sintático-semântico-pragmática.

Esse grande universo lexical abarca tipos de combinações fixas das mais variadas espécies, tais como sintagmas nominais, verbais, preposicionais; expressões idiomáticas, provérbios, ditos populares, frases feitas, locuções, colocações, gírias, máximas, sentenças, entre outros. Ao conjunto dessas combinações estáveis chamaremos fraseologismos (F). Estes estão presentes, de forma representativa e peculiar, no microsistema das cores. Nesta exposição, tratarei, especificamente, daqueles proverbiais e das expressões fixas, cuja denominação será, doravante, Provérbios Cromáticos (PrCr) e Expressões Idiomáticas Cromáticas (EICr), respectivamente.

Expressões idiomáticas e provérbios

Segundo Xatara e Oliveira (2002):

Definimos **idiomatismo** ou **expressão idiomática** (EI) como “toda lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradução cultural”, baseando-nos, entre tantas outras teorias lexicais, nas de Biderman (1978), Chafe (1979), Danlos (1981), Gross (1982), Carneado Moré, Corbin (1983), Rwet (1983), Tagnin (1988) e Lodovici (1989), bem como nas considerações levantadas por Xatara em pesquisas anteriores (1994 e 1998). (XATARA; OLIVEIRA, 2002, p.57)

A partir dessa definição, as autoras salientam que uma expressão idiomática “é uma unidade locucional ou frasal que constitui uma combinatória fechada, de distribuição única ou distribuição bastante restrita” (XATARA; OLIVEIRA, 2002, p.57). Ademais, atentam para o fato de ao se apresentarem como sintagmas complexos, as EIs não possuem paradigmas, isto é, não permitem, em sua grande maioria, operações de substituição nesse eixo.

Para que uma unidade frasal (UF) seja caracterizada como EI, suas partes combinatórias não podem se desmembrar em unidades singulares de sentido. Ao contrário, o significado deve ser apreendido a partir da totalidade da UF que se tornará uma, tendo semântica própria e peculiar. A idiomaticidade é alcançada por meio de diferentes estratégias lingüísticas – as figuras de linguagem –, empregadas, comumente, na criação literária para a produção de efeitos expressivos no texto; as mais comuns são as metáforas (*ter o sangue azul*), a metonímia (*vestir verde-e-amarelo*), a antonomásia (*ser o Poeta Negro*), a sinestesia (*ter os lábios roxos de frio*), entre outras. Entretanto, as linhas limítrofes entre os fraseologismos idiomáticos e os não idiomáticos são tênues,

muitas vezes se confundem, coexistindo, não raro, significados idiomáticos e literais como para os sintagmas *mosca branca* (inseto/algo raro [ser]) e *elefante branco* (animal/algo de dimensões gigantescas [ser]). Welker (2004, p.162) entende os fraseologismos “– também chamados, entre outros termos, de *frasemas*, *unidades fraseológicas* ou *combinatórias lexicais*” como “sintagmas mais ou menos fixos”. Esse mesmo autor caracteriza tudo aquilo que se entende por “fraseologismos” como sendo polilexicais e fixos. Já aqueles idiomáticos devem conter, indiscutivelmente, traços de idiomaticidade, ou seja, a seqüência das partes que os compõem devem funcionar como uma unidade significativa. No que diz respeito às expressões idiomáticas, Caramori (2000, p.66) as define como “se estivessem em uma roda (roda temática), de mão dadas: *virar uma fera* pode parecer mais assustador do que *ficar uma arara*, mas, em determinados contextos, elas serão facilmente intercambiáveis” ressaltando a elasticidade semântica das mesmas. Vale (2001) questiona:

uma expressão cristalizada (doravante EC) deve ser considerada como um conjunto de palavras ou como uma palavra única? A noção de palavra é,³ por certo, uma das mais controvertidas na lingüística (Biderman, 1978, p.72-166). A tradição da escrita alfabética do Ocidente estabeleceu *grosso modo* que palavra deveria ser tudo aquilo que estivesse compreendido entre dois espaços em branco. Não se pretende aqui discutir a noção de palavra – embora a própria noção de expressão idiomática ou fixa ou cristalizada levante uma série de problemas para as diversas definições de palavra – mas é interessante notar que essa definição é ainda hoje a que norteia as diversas gramáticas tradicionais. (VALE, 2001, p.1)

Concerne à caracterização das EIs, esse mesmo autor revela que se baseia na sua definição tradicional, ou seja, uma seqüência de itens lexicais constituída de “mais de um segmento [...] cujo significado total não pode ser deduzido pelo significado das partes que a compõem” (VALE, 2001, p.18); adiante, diz que essa definição, mesmo sendo funcional, não é suficiente, uma vez que as expressões cristalizadas “podem ser caracterizadas por um *continuum* que vai da expressão relativamente transparente e flexível à expressão completamente opaca e cristalizada” (VALE, 2001, p.18).

No processo de lexicalização de um idiomatismo, uma condição decisiva para a sua cristalização, e conseqüente inclusão em macro ou microestruturas de dicionários, é a freqüência de uso pela comunidade lingüística no qual se encontra inserido. De fato, são os falantes de uma tradição cultural que elegem, consagram e consolidam uma expressão idiomática enquanto “ente existente” em seu universo lexical, tanto no que diz respeito à sua estruturação gráfica

³Veja também A. Rey. *La lexicologie*. Paris: Klincksieck, 1970 em relação aos estudos da “palavra”. (Nota minha).

quanto à sua estabilidade significativa. Com efeito, são os usuários do português do Brasil que tornam legítimo e julgam que se deva empregar *ficar vermelho de raiva* em detrimento de **ficar amarelo/cinza/rosa/marrom/preto de raiva*. Por outro lado, a flexibilidade da língua e a aceitação de seus falantes permitem contruções do tipo *ficar verde, roxo ou azul de raiva*, mesmo que com frequências menores de uso.⁴ O mesmo ocorre para o resultado contrário, ou seja, quando não se cristalizam e não se veiculam expressões como *ficar branco de raiva*, a não ser que seja empregada em contextos específicos, cujo contraste claro e escuro se faz evidente, como na frase: “O Urubu *ficou branco de raiva*, olhou e viu pouco distante uma lagoa e pensou [...]”, a partir do momento que sabemos que urubus são pretos.

Já os provérbios representam um patrimônio cultural incomensurável que proporciona uma imensa riqueza de significados às línguas humanas, fato esse que os projeta em uma dimensão histórica universal. Além disso, sintetizam o valor de incontáveis experiências humanas que, de certo modo, são levadas a uma reflexão pelas gerações futuras para que possam extrair úteis ensinamentos e apropriadas exortações, isto é, conselhos e avisos, para serem capazes de enfrentar, com maior serenidade e confiança em si mesmos, os pequenos, grandes e múltiplos desafios que a vida quotidiana lhes reserva.

A estruturação dos provérbios é variada; entretanto, baseia-se, geralmente, em uma unidade frasal que pode estar restrita a uma oração, com ou sem verbo, a uma estrutura binária de sintagmas correlatos, a enunciados fechados. Lança mão de diversos recursos para promover a sua memorização e cadência rítmica, como por exemplo, a rima, aliteração, repetição ou oposição de palavras, paronomásia, elipses. Dá preferência ao “presente do indicativo ou imperativo; formulação abstrata, figurada ou plena de imagens; formas impessoais ou indefinidas; concisão e brevidade” (XATARA; OLIVEIRA, 2002, p.13).

Concernente ao léxico das cores, os provérbios estão repletos de nomes ou adjetivos cromáticos, cujas considerações sobre uso e frequência são as mesmas feitas em relação aos idiomatismos. De fato, diz-se *De/À noite todos os gatos são pardos* e não marrons, pretos, amarelos ou brancos. Por outro lado, permitem-se mutações para o provérbio *O que seria do azul se todos gostassem do amarelo?* tais como como *O que seria do roxo, do vermelho, do verde se todos gostassem do amarelo, do preto, do azul?*

Dicionários vs fraseologismos cromáticos

Há uma área de estudos, antiga e tradicional, que oferece muitos benefícios à humanidade, no que diz respeito à comunicação tanto oral quanto escrita. É a

⁴ Em pesquisa realizada na internet, a maior frequência se dá com a expressão idiomática que utiliza o nome de cor “vermelho”, seguida do “verde”, “roxo” e “azul” em ordem decrescente.

chamada Lexicografia. Os lexicógrafos, para melhor delimitar seu objeto de estudo, elaboraram um tipo de obra de referência, a saber, os dicionários. A utilização de fundamentos teóricos e de critérios científicos é, contudo, ainda muito recente na produção lexicográfica. Os dicionários enquadram-se no campo de estudos da lexicografia. “A ciência dos dicionários”, é assim que Biderman (1984) define a lexicografia. Essa mesma autora afirma que essa ciência teve início nos séculos XVI e XVII quando foram elaborados os primeiros dicionários monolíngües e bilíngües (em latim e uma língua moderna). E ainda: “O dicionário é um instrumento cultural que remete tanto à língua como à cultura. O lexicógrafo descreve ambas – língua e cultura – como um todo pancrônico, embora se situe numa perspectiva sincrônica” (BIDERMAN, 1984, p.28).

Na maioria das vezes, o dicionário serve apenas como livro de consulta; espera-se, portanto, que os consulentes encontrem fácil e rapidamente entre suas unidades textuais a informação de que necessitam em particular. A disposição das palavras em um dicionário padrão geralmente é feita em ordem alfabética, como entradas lexicais, ou lemas, excetuando-se repertórios vocabulares especiais do tipo analógicos ou onomasiológicos. Para Aubert (1996, p.27) “A lexicografia considera as palavras enquanto parte do léxico, ou seja, como fazendo parte do conjunto de unidades de que uma determinada comunidade dispõe para se comunicar por intermédio da língua”. Segundo Boutin-Quesnel et al (1985, p.29), dicionário é o “repertório de unidades lexicais que contém informações de natureza semântica, referencial, gramatical ou fonética”. Esse autor definiu *dicionário especial* como “dicionário de língua que descreve unidades lexicais selecionadas por algumas de suas características. Ex: dicionário de sinônimos, dicionário de gíria, dicionário fonético”.

Sabe-se que, apesar de todo esforço que faça um lexicógrafo, ou uma equipe deles, seria praticamente impossível expor num dicionário todo o léxico de uma língua, ou fornecer respostas para todas as questões existentes ou que possam surgir no âmbito lingüístico. O dicionário não é mais que uma obra “representativa” da língua ou de uma parte dela. Ressalte-se, ainda, que a língua está em constante transformação, principalmente em virtude das grandes mudanças socioculturais e tecnológicas.

Uma vez que pretendo descrever o tratamento dado aos fraseologismos no DMC, convém examinar de que modo os dicionários gerais em português e os bilíngües italiano-português introduzem os Provérbios Cromáticos (PrCr) e as Expressões Idiomáticas Cromáticas (EICr) em seus textos.

Atrevo-me a afirmar, com certa precisão, que os dicionários gerais ou padrão possuem certa uniformidade e coerência dinâmico-estrutural no que concerne aos PrCrs e às EICrs: a inserção dessas unidades frasais (UFs), com raras e remotas exceções,⁵ é feita na microestrutura dos verbetes. Quando muito, essas obras

lexicográficas inserem na sua nomenclatura um ou outro sintagma cromático, geralmente hifenizado, atinentes a campos semânticos bem delimitados, como é o caso da botânica, zoologia e química: *abóbora-amarela*, *abelha-preta*, *vermelho-turco*, respectivamente.⁶

Observemos as entradas *vermelho* e *verde* no dicionário monolíngüe *Aurélio* da língua portuguesa:⁷

Cromônimo	Aurélio – 1999
VERMELHO	<p><i>vermelho</i>¹ Adj. 1. Da cor do sangue, da papoula, do rubi. 2. Diz-se dessa cor. 3. Afogueado, corado, rubro. 4. Diz-se das partes externas do corpo incidentalmente sujeitas a maior afluxo sanguíneo; congestionado. 5. Diz-se de cantiga ou anedota picante, obscena. 6. Pertencente ou relativo à ex-U.R.S.S. 7. P. ext. Fig. Comunista, marxista, ou socialista. ~ V. açafão -, anã -,a, bode -, cota -,a, cruz -,a, lama -,a, latão -, mancha -,a, naipes -,s, planeta - e sinal - S.m. 8. A cor vermelha. 9. Indivíduo vermelho (6 e 7). 10. Verniz de resina de sangue-de-drago e álcool. 11. Fís. No espectro visível (q. v.), a cor da radiação eletromagnética com os mais longos comprimentos de onda, situados, aproximadamente, entre 620 e 790 nanômetros. 12. Pop. Condição de prejuízo (de indivíduo, empresa, etc.).</p> <p><i>vermelho</i>² S. m. Zool. 1. Bras. Designação comum a várias espécies dos lutjanídeos, especialmente o peixe actinoptérigio, perciforme, <i>Lutjanus aya</i>, de coloração vermelha tendente ao róseo, mais clara no abdome, mancha negra no meio do corpo e na parte anterior. Atinge até 1m de comprimento, e sua carne é boa. Ocorre em toda a costa do Brasil. [Sin., nesta acepç.: acaraaia, acarapitanga, acarapuã, caranha, carapitanga, caraputanga, cherne-vermelho, dentão, vermelho-verdadeiro. Cf. vermelho-henrique.] 2. Bras. PR V. piolho-vermelho.</p>
VERDE	<p><i>verde</i> Adj. 2 g. 1. Da cor mais comum nas ervas e nas folhas das árvores; da cor da esmeralda. 2. Diz-se dessa cor. 3. V. verdejante. 4. Diz-se da planta que ainda tem seiva. 5. Diz-se da fruta que ainda não está madura. 6. Diz-se da madeira que não está seca. 7. Muito pálido. 8. Fig. Tenro, fraco, delicado. 9. Fig. Relativo aos primeiros anos de existência. 10. Coberto de vegetação (nativa ou cultivada). 11. Relativo à preservação dos recursos naturais e do equilíbrio ecológico (q. v.), ou às idéias ou ações políticas, econômicas, administrativas, dos que defendem esta</p>

⁵ Salvo o *Dicionário de Usos do Português Contemporâneo* de Francisco da Silva Borba, São Paulo: Editora Ática, 2002 que inova sua macroestrutura inserindo construções sintagmáticas. Embora essa obra tenha escopos de dicionário padrão, ainda poderia ser classificada naquele de tipo especial, uma vez que privilegia o “uso” da língua. Infere-se que, devido a essa especificidade, muitas entradas, apesar de existentes, são omitidas porque não usuais. De fato, esse dicionário possui na sua nomenclatura entradas cromáticas como: *bola-preta*, *cana-verde*, *capim-azul*, *carta branca*, *cheiro-verde*, entre outras, muito bem descritas e organizadas. Nessa mesma esteira procede o *Dicionário Unesp do Português Contemporâneo* de Francisco da Silva Borba (org.) São Paulo: Editora Unesp, 2004.

⁶ Exemplos extraídos de Ferreira (1999).

⁷ Por questões de espaço, restringir-me-ei a analisar apenas este dicionário e não o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

preservação. 12. Relativo ao uso ou à aplicação de princípios ou técnicas não-poluentes de exploração dos recursos naturais. 13. Relativo ao, ou que é partidário ou simpatizante do PV (Partido Verde) [v. verde (11)]. ~ V. algas -s, área -, bode -, caldo -, carne -, cinturão, Inferno -, luz -, marketing -, ouro -, pano -, raio -, sinal -, tapete - e vinho -. **S. m.** 14. A cor verde em todas as suas gradações. 15. Fís. No espectro visível (q. v.), a cor da radiação eletromagnética de comprimento de onda situado, aproximadamente, entre 510 e 575 nanômetros. 16. A vegetação, as plantas verdes; verdor, verdura. 17. Os recursos vegetais em geral, esp. aqueles que formam ecossistemas naturais, ou os encontrados em áreas em que ainda não houve interferência sensível das atividades humanas. 18. P.ext. O meio ambiente; a natureza. 19. Bras. Alimentos verdes para o gado. 20. Bras. N.E. GO A estação chuvosa. 21. Bras. MG Pastagem que rebenta após a queima da manga dos campos e as primeiras chuvas. 22. Bras. PR RS Mate amargo; chimarrão. 23. Bras. AL Verdete us. para matar formigas. **S. 2 g.** 24. Bras. V. integralista (2). 25. Bras. Membro do Partido Verde, ou simpatizante dele. *Cair no verde.* Bras. RJ Gir.1. Fugir para o campo; esconder-se no mato. *Jogar verde.* 1. Plantar verde para colher maduro. *Plantar verde para colher maduro.* 1. Estimular alguém mediante perguntas hábeis, dissimuladas, a fazer uma declaração, contar um fato; jogar verde.

As informações que figuram dos verbetes são bastante vastas e plurifuncionais; de fato, procuram conter toda a aquarela de significações possível para cada uma das entradas. As EIs, quando incluídas, localizam-se ao final do verbete, no interior ainda da sua microestrutura, como se observa para as EIs *cair no verde*, *plantar verde para colher maduro* e *jogar verde* da entrada *verde* do Aurélio, atribuindo ao consulente a tarefa de “descobrir” por si só onde estão introduzidas no dicionário. Ou seja, se o usuário não inferir que deverá utilizar como núcleo de sua pesquisa o nome de cor, é muito pouco provável que terá sucesso em suas investigações dicionarísticas, no que diz respeito a essas EIs. De fato, nas entradas *cair*, *plantar*, *colher*, *maduro* e *jogar* não há indício algum para essas expressões. Chamo a atenção para a ausência total de EIs na entrada *vermelho*. Não há vestígios, com efeito, de inserção para as EIs *estar/ficar vermelho de raiva/inveja/vergonha*; *ser faixa-vermelha*; *estar/sair no/do vermelho*; *parar no vermelho*; *passar no vermelho*; *estar/deixar/ficar vermelho como um camarão/pimentão*; *ver tudo vermelho*; *estender (o) tapete vermelho*. Para a UL verde, ainda faltam informações sobre a EI: *ter mão verde*; em contrapartida, as EIs *dar sinal verde*; *ser/estar casado na igreja verde*; *ver passarinho verde*; *tremar como/que nem varas verdes* encontram-se registradas no interior dos verbetes das entradas *sinal*; *igreja*; *passarinho* e *vara*, respectivamente. Mais uma vez, a tarefa de “adivinhar” por qual palavra procurar a EI cabe ao consulente.

Convém ressaltar que não existem regras lexicográficas que definam por qual unidade lexical presente na EI o dicionarista se deva pautar para a produção

de seus verbetes; há princípios, se posso assim me expressar, que orientam o pesquisador a identificar uma unidade que contenha mais representatividade semântica em detrimento de outra no conjunto total da expressão. Assim, o que se observa hoje nos dicionários brasileiros é uma lacuna no que diz respeito à orientação que um usuário de determinada obra deva seguir para a realização de suas pesquisas referente a EIs.

No que diz respeito às expressões proverbiais, a situação agrava-se um pouco mais. No dicionário *Aurélio*, nem mesmo no campo das rubricas há indicações sobre os provérbios. De fato, não é possível localizar PrCrS tais como *Céu azul, vento de norte ou sul; Céu pardacento, ou chuva ou vento; Ruivas ao nascente, chuva de repente; Vermelho ao mar, calor de rachar; Mais vale ficar vermelho cinco minutos, que amarelo toda a vida; Mais vale rosto vermelho que coração negro; Todo sangue é vermelho; Quem se aproxima do rubro, vermelho ficará; quem se aproxima do nanquim, preto estará; Nem todo branco é farinha; Em briga de branco, preto não se mete; Sapato branco em Janeiro é sinal de pouco dinheiro; De noite todos os gatos são pardos.*

No caso dos dicionários bilíngües ou plurilíngües, as informações lingüísticas que acompanham cada unidade lexical costumam ser, geralmente, menos detalhadas do que a dos dicionários monolíngües, talvez porque, ao recorrer aos primeiros, o interesse do público-alvo se reduza apenas à busca de equivalentes semânticos ou mesmo de empregos sinonímicos. Assim, a maioria desse tipo de dicionário oferece somente algumas informações a respeito das unidades abarcadas, como a categoria gramatical a qual pertence e suas formas flexionadas, não se estendendo à indicação de seu uso colocacional, de co-ocorrência, polissêmico ou metafórico.

Vejamos, a seguir, como os três dicionários bilíngües (DBs) italiano-português mais representativos no mercado lexicográfico brasileiro se comportam, no que diz respeito aos nomes de cores *azzurro* e *grigio*:

Cromônimo	Spinelli-Casasanta - 1988	Mea - 1997a	Benedetti - 2004
AZZURRO	(<i>pers.</i> LAZWARD) <i>adj.</i> Azul.	/ad'dzurro/, <i>adj.</i> azul; <i>cielo</i> —, céu azul; <i>occhi azzurri</i> , olhos azuis; <i>azzurro mare</i> , azul-marinho; <i>il Principe Azzurro</i> , o príncipe encantado; <i>sangue</i> —, sangue azul // <i>s.m.</i> azul // céu // (<i>desporto</i>) elemento da equipa nacional italiana; <i>gli azzurri</i> , a equipa nacional italiana.	<i>agg.</i> azul: <i>pesce azzurro</i> , sardinha, anchova, cavala. *(<i>fig.</i>) <i>principe azzurro</i> , príncipe encantado * <i>i calciatori azzurri</i> , jogadores da Seleção Italiana. <i>s.m.</i> o azul. *jogador da Seleção Italiana. *(<i>pol.</i>) pertencente ao partido "Forza Italia".

GRIGIO	(germ. GRIS) <i>adj.</i> gris; cinzento, a // cinzento-azulado, a; pardo, a // <i>cielo</i> —, céu gris // <i>pelliccia</i> — a, peliça parda.	//gridzo/, <i>adj.</i> (pl. f. -gie ou -ge) cinzento, pardo; <i>capelli grigi</i> , cabelos grisalhos; <i>occhi grigi</i> , olhos cinzentos; <i>cielo grigio</i> , céu encoberto; <i>una vita grigia</i> (fig.), uma vida cinzenta; <i>un'ora grigia</i> , uma triste hora; — <i>in volto</i> , carrancudo, mal-humorado, trombudo, sombrio // <i>s.m.</i> cor cinzenta.	<i>agg.</i> cinzento. // grisalho: <i>capelli grigi</i> , cabelos grisalhos. // (<i>anat.</i>) <i>materia, sostanza grigia</i> , substância cinzenta, inteligência // (<i>fig.</i>) descolorido, uniforme, monótono. // (<i>fig.</i>) nublado: <i>cielo grigio</i> , céu nublado // <i>s.m.</i> cinzento. // pêlo-de-rato, cavalo de pêlo cinzento.
---------------	--	--	---

Como se vê, os modelos de confecção de verbetes prestigiam o uso de sinônimos e descartam quaisquer possibilidades de definição da palavra-entrada para a compreensão semântica do consulente. Devemos destacar, todavia, que tanto o *Mea* quanto o *Benedetti* demonstram uma preocupação, ainda que incipiente, com a significação das entradas, uma vez que introduzem, ora sim ora não, sintagmas semicontextualizados ou orações-modelo em suas microestruturas, o que pode ser considerado um avanço, sem dúvida alguma, para a lexicografia bilíngüe do universo italiano-português. Ressaltamos, contudo, que o *Mea* refere-se ao contexto lingüístico-cultural de Portugal, característica essa que é inadequada ao contexto brasileiro, principalmente em processos ou práticas tradutórias de uma língua para a outra. De fato, observe o emprego da unidade lexical “equipa” na microestrutura da entrada *azzurro*.

Uma outra observação que se faz relevante é concernente à entrada *grigio* nos três dicionários arrolados, a saber: o item lexical *cinza* em língua portuguesa é inexistente como equivalente tradutório em todos eles e em todos os níveis das suas microestruturas. De fato, essas obras lexicográficas arrolam como equivalentes de *grigio* as unidades lexicais *cinzento*, *grisalho*, *pardo* e *gris*. Infere-se, portanto, que *cinza* em português não é considerado um adjetivo cromático, mas tão-somente como o substantivo concreto que designa “pó ou resíduos de combustão”. Em consonância a esta observação, quando buscamos na direção português-italiano do *Spinelli-Casanta* a entrada *cinza* deparamo-nos com a inexistência da acepção de *cinza* como adjetivo que designa cor; o mesmo se observa no *Dicionário de Português-Italiano* do *Mea*. Entretanto, no *Aurélio*, essa acepção ocorre, vejamos: “Adj. 2 g. e 2 n. 5. Bras. V. cinzento (1 e 2): ‘Os olhos cinza, envelhecidos, não revelavam nada’ (Francisco Jorge Torres, Bruxaxá, p.16); vestido cinza; gravatas de cor cinza”. No DMC, *grigio* tem sido traduzido muitas vezes pelo adjetivo *cinza*, uma vez que comprovamos e atestamos a sua freqüência. É o caso de expressões cromáticas como: *vestimenta cinza*, *roupa cinza*, *irmãs cinzas* entre outras.

No que diz respeito às EIs, o único dos três DBs que traz alguma indicação de atentar aos fraseologismos é o *Mea*, quando insere *grigio in volto* do qual depreendemos a EI *essere/diventare grigio in volto*, isto é, *estar/ficar de cara fechada/amarrada*. Por outro lado, a localização da EI se dá ao final do interior do verbete, como reza a tradição lexicográfica.

Na direção português-italiano, a maioria das EICrs se localizam pelo próprio nome de cor nela contido, como ocorre para a entrada *branco*, no qual encontramos *ter carta branca; ganhar cabelos brancos; ser branco como a neve/ o leite; passar a noite em branco* etc. Em contrapartida, são inexistentes indicações para expressões usuais como *dar (um) branco* e *ser o rei da cocada preta*, como o são para qualquer tipo de PrCr que tenho levantado até o momento.

Finalizo esta seção com uma oportuna citação de Welker (2002, p.8) que coloca a questão “em que lugar do dicionário eles (os fraseologismos) deveriam ser arrolados?:

O fato de que frasesmas idiomáticos deveriam aparecer isoladamente no final do verbete é confirmado pela seguinte constatação de um usuário: “A própria experiência mostra que pode ser difícil encontrar logo um frasesma no B-W [dicionário Brockhaus-Wahrig], sem primeiro ter que ler uma grande parte do verbete, quando não se associa [...] imediatamente o significado do componente do frasesma com determinada acepção do lema (Braasch 1988:95)”. É exatamente a associação entre componente(s) do fraseologismo e acepções do lema que é difícil ou mesmo, em muitos casos, impossível. Em que acepção – não idiomática – de *pôr*, de *ponto* ou de *i* poder-se-ia procurar, por exemplo, *pôr os pontos nos “is”*? (WELKER, 2002, p.8-9)

A macroestrutura do DMC

No *Dicionário Multilíngüe de Cores* (DMC),⁸ a nomenclatura é constituída por sintagmas nominais, verbais ou preposicionados cromáticos; por expressões idiomáticas, provérbios e fraseologismos cromáticos na sua totalidade, ou o núcleo da expressão e de seu significado, quando são permitidas permutas com verbos, preposições, adjetivos ou outros em uma construção cromática.

Sendo assim, no repertório lexicográfico ora em pauta há entradas como VISO ROSSO [fare il]; GIALLO DALL’INVIDIA [diventare; essere]; CINTURA NERA [essere]; NOTA PRETA [ganhar, custar uma]; BRANCAS NUVENTS [passar em]; MOSCA AZUL [estar com a]; AZUL DE SAUDADE [estar]; TUDO AZUL [estar]; REI DA COCADA PRETA [ser]; VARA VERDE [tremer como; que nem]; TAPETE

⁸ Projeto em desenvolvimento na Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de São José do Rio Preto – IBILCE, fomentado pela FAPESP na modalidade Auxílio à Pesquisa e Bolsas de Iniciação Científica.

VERMELHO [estender]; VERDE PARA COLHER MADURO [jogar; plantar]; ROXO DE RAIVA [estar; ficar], de acordo com o seu grupo cromático.

Para as expressões idiomáticas fixas, isto é, aqueles que não admitem nenhum tipo de substituição de suas partes morfológicas por outras, as entradas são marcadas pela expressão como um todo: LAVORARE COME UM NEGRO; ANDARE IN BIANCO; DI PUNTO IN BIANCO; MANGIARE IN BIANCO; ESSERE IN ROSSO; VER TUDO NEGRO; REMÉDIO DE TARJA PRETA; SERVIÇO DE PRETO; CASAR NA IGREJA VERDE.

No DMC, os provérbios encontram-se estruturados primeiramente de acordo com o nome de cor que faz parte da sua unidade fraseológica. Em um segundo momento, toda entrada de PrCr é feita a partir da sua UF total, como À NOITE TODOS OS GATOS SÃO PARDOS e SE SONO ROSE FIORIRANNO, em ordem alfabética.

Como o objetivo deste trabalho é propor um verbete inovador, mais completo, que além de preencher os vazios lingüísticos comumente encontrados em dicionários bilíngües, facilite e torne prática a pesquisa por parte do consulente, optou-se aqui pela introdução dos fraseologismos como ocorrência real nos textos, ou seja, da forma como são utilizados no seu emprego lingüístico, evitando, dessa forma, o desconforto de uma busca ou procura demorada por parte do consulente.

Para finalizar, a título de exemplificação e ilustração das observações procedidas até o momento, creio ser apropriado apresentar dois dos 600 verbetes multilíngües elaborados para o DMC até então para cada uma das direções do dicionário:

Italiano – Português

DELFINO ROSA // **s.m. BOTO COR-DE-ROSA; COR DE ROSA:** *O boto cor-de-rosa está ameaçado de extinção no Brasil.* (http://www.ucb.br/cecb/cd_5a_03/html/extincao.htm) // *Entrambi i mammiferi acquatici sono in via di estinzione, così come il caimano negro e il delfino rosa.* (<http://viaggeria.lycos.it/comunita/guide/interventi.asp?id=450>) ***Pink dolphin:** *The pink dolphin has a large forehead, which holds all the echolocation organs.* (http://www.amersol.edu.pe/ms/7th/7block/jungle_research/new_cards/14/report14a.html) ****Dauphin rose:** *Le voyage à la rivière des Amazones (1745), du Français Charles Marie de la Condamine, pose l'énigme du dauphin rose.* (<http://www.linternaute.com/savoir/encyclopedie/dauphins>) *****Delfin rosado:** *El delfín rosado, también conocido como Delfin del Amazonas o "boto" es una de las cinco especies de delfines de agua dulce.* (www.clubdelmar.org/delfinrosado.htm) # Mamífero (*Inia geoffrensis*) de água doce que tem o corpo pisciforme e pertence à família dos cetáceos.

CORPO AMARELO / / s.m. **CORPO LÚTEO**: *Dopo aver ovulato, il follicolo dominante si trasforma in un organello denominato **corpo luteo** con funzione endocrina di produzione di estrogeni e progesterone. (NET)// O LH (hormônio luteinizante) estimula a formação do **corpo lúteo** ou **corpo amarelo**. (NET) ***Yellow body; corpus luteum**: *Following the release of the egg from the ovary, the follicle which held the egg collapses on itself, becoming a **yellow body** “**corpus luteum**” (NET) ****Corps jaune**: *Image montrant le cycle de la maturatin de follicule de De Graaf, l’ovulation et son évolution vers la formation du **corps jaune**. (www.aly-abbara.com/livre_gyn_obs/images/cycle_ovulatoire.html) *****Cuerpo amarillo; cuerpo luteo**: *se desarrolla el **cuerpo amarillo** o **cuerpo luteo** a partir de los folículos atrésicos, el cual secreta gran cantidad de progesterona y también estrógenos. (www.farmaciegermana.com/FarmaciaGermanahomeopatiafitoterapiadietetica.htm) # Massa gialla creata sul luogo dell’espulsione dell’ovulo dalla ovaia, nel periodo di fertilità. SIN: CORPO LÚTEO****

Agradecimentos

À Profa. Dra. Maria Tereza Camargo Biderman, exemplo de mulher a ser seguido, por todos seus ensinamentos conscientes ou não em relação a minha vida profissional, acadêmica e pessoal.

ZAVAGLIA, C. Dictionary and colors. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.25-41, 2006.

- **ABSTRACT**: *The lexicon of a language can be considered an asset or a group of linguistic assets belonging to an important and valuable society that is recognized in a specific place, area or country. Due to the technical and scientific progress, the lexicon is developed continually in several fronts, once the nomination process of the reality is a dynamic and lively constant. Chromatic lexical items, as singular linguistic microsystems full of syntactic-semantic-pragmatic significance and wealth, are part of that large set of lexical units, whose linguistic-semantic divergences are inherent and formative of culture and speech communities. In the color microsystem, the lexical universe contains kinds of fixed expressions of varied types, in a representative and peculiar way. In this paper I will specifically discuss some proverbial and fixed expressions through theoretical and practical basis regarding to the systemization and search of these lexical expressions in the process of elaborating a special lexical work, in this case, a Multilingual Dictionary of Colors – DMC.*
- **KEYWORDS**: *Lexicon; color names; fixed expressions; proverb; multilingual dictionary.*

Referências bibliográficas

- ARCAINI, E. *Analisi linguistica e traduzione*. Bologna: Patron, 1991.
- AUBERT, F. H. *Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilingüe*. São Paulo: Humanitas, 1996. (Cadernos de terminologia, 2)
- BENEDETTI, I. (Org.) *Dicionário Martins Fontes italiano-português*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BERLIN, B; KAY, P. *Basic color terms: their universality and evolution*. Berkeley: University of California Press, 1969.
- BIDERMAN, M. T. C. O dicionário padrão da língua. *Alfa*, v.28, p. 27-43, 1984.
- _____. Léxico e vocabulário fundamental. *Alfa*, v.40, p. 27-46, 1996.
- BOUTIN-QUESNEL, R. et al. *Vocabulaire systématique de la terminologie*. Québec: Publications du Québec, 1985. (Cahiers de l'Office de la langue française)
- BRUSATIN, M. *Storia dei colori*. Torino: Einaudi, 1983.
- CARAMORI, A. P. *É o bicho: è bestiale: dicionário de expressões idiomáticas no domínio dos animais com equivalências em italiano e respectivas listas temáticas*. 2000. 147 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Italiana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- ECO, U. How culture conditions the colours we see. In: BLONSKY, M. (Ed.) *On signs*. Baltimore: J.H. University Press, 1985. p.157-175.
- _____. *Dire quasi la stessa cosa: esperienze di traduzione*. Milano: Bompiani, 2003.
- FERREIRA, A.B.H. *Dicionário Aurélio século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lexikon Informática, 1999.
- GOETHE, J. W. *Doutrina das cores*. Apresentação, seleção e tradução de Marco Giannotti. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.
- MEA, G. *Dicionário de italiano-português*. Porto: Porto, 1997a.
- _____. *Dicionário de português-italiano*. Porto: Porto, 1997b.
- MORAES, W. B. F. *Uso conotativo das designações das cores em português e em inglês*. 1995. 593f. Dissertação. (Mestrado em Língua e Literatura Norte-Americana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- SAPIR, E. *Linguística como ciência: ensaios*. Tradução de Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1961.

SILVA, M. C. P. *Estudo comparativo dos substantivos mais freqüentes em dicionários bilíngües francês-português e português-francês*. 2002. 265f. Tese. (Doutorado em Línguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

SPINELLI, V.; CASASANTA, M. *Dizionario completo italiano-portoghese (brasiliano) e portoghese (brasiliano)-italiano*. Milano: Ulrico Hoeri, 1988.

VALE, O. A. *Expressões cristalizadas do português do Brasil: uma proposta de tipologia*. 2001. 213f. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.

_____. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Thesaurus, 2004.

WELKER, H. A. Apresentação de fraseologismos num dicionário alemão-português de verbos (e em seis outros dicionários). *Zeitschrift für romanische Philologie*, v.118, n.3, p.392-429, 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/il/let/welker/fraseo.doc>>. Acesso em: 04 dez. 2006.

XATARA, C. M.; OLIVEIRA, W. A. L. *Dicionário de provérbios, idiomatismos e palavrões francês-português/português-francês*. São Paulo: Cultura, 2002.

ZAVAGLIA, C. *Os cromônimos no italiano e no português do Brasil: uma análise comparativa*. 1996. 264f. Dissertação. (Mestrado em Língua e Literatura Italiana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LEXICOGRAFIA E TERMINOGRAFIA: ALGUNS CONTRAPONTO FUNDAMENTAIS

Cleci Regina BEVILACQUA¹
Maria José Bocorny FINATTO²

- **RESUMO:** Este trabalho faz considerações sobre a natureza e o funcionamento do trabalho terminográfico, contrapondo-o à produção lexicográfica. Partindo de experiências com a elaboração de dicionários terminológicos da área jurídico-ambiental, pondera-se que há, nos dois tipos de trabalho, duas perspectivas bastante distintas para o enfoque do léxico.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Lexicografia; terminografia; dicionário monolíngüe; dicionário especializado; terminologia.

Introdução

No processo de elaboração de um dicionário terminológico, muito antes de ser finalizada a lista de verbetes e revisadas as respectivas definições, o terminólogo vivencia um processo geral de planejamentos: desenho da macroestrutura geral, da microestrutura, seleção da nomenclatura etc. Trata-se de um planejamento complexo, multifacetado e que deve ser revisado durante todo o período de execução da obra, especialmente na sua etapa de revisão final. Um questionamento se coloca já desde o início do planejamento do trabalho terminográfico e tende a recrudescer ao seu final: que critérios presidem a confirmação ou rejeição de uma unidade de registro no repertório de termos que se pretende oferecer?

Adotando aqui o ponto de vista de quem organiza dicionários terminológicos e atua como mediador da comunicação especializada, queremos apenas pontuar e discutir possíveis elementos juntivos e disjuntivos entre dois “estilos” de produzir obras dicionarísticas, o estilo lexicográfico e o terminográfico. É nossa

¹ UFRGS – Departamento de Línguas Modernas – 91540-000 – Porto Alegre – RS – Brasil. Endereço eletrônico: bevilacqua@terra.com.br

² UFRGS – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – 91540-000 – Porto Alegre – RS – Brasil. Endereço eletrônico: mfinatto@terra.com.br

intenção contextualizar o questionamento antes colocado nas duas situações, mas privilegiando a produção terminográfica. De tal sorte, oferecemos alguns subsídios iniciais para quem pretenda investigar o que a terminografia tem de particular e em que aspectos provavelmente pode “conectar-se” com a tradição lexicográfica, salvaguardadas as suas diferenças e especificidades metodológicas.

Nossas considerações, neste texto, serão tecidas tomando alguns poucos exemplos de dicionário geral monolíngüe de tipo padrão como um elemento central e prototípico da lexicografia, ainda que o dicionário monolíngüe de usos ou de frequências seja também mencionado como um tipo de produto lexicográfico que lhe é afim ou conexo. Na parte que se refere à terminografia, valemo-nos de algumas amostras do nosso *Glossário de Gestão Ambiental*, em fase de finalização, tomado como uma amostra da grande variedade da produção terminográfica brasileira.

Na oportunidade de um reconhecimento merecido, queremos registrar, neste trabalho, que a nossa primeira percepção da distinção aqui tratada, entre Terminologia/terminografia e Metalexicografia e lexicografia prática, diferença que hoje nos parece fundamental, só pôde colocar-se à medida que pudemos contar, há mais de 15 anos atrás, com as orientações valiosas da Profa. Dra. Maria Tereza Camargo Biderman. Naquela época, iniciávamos nossa trajetória em Terminologia e Lexicografia junto ao Grupo TERMISUL. Em visita à nossa cidade para ministrar uma disciplina de Lexicografia junto ao nosso Curso de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, seus ensinamentos foram preciosos.

Assim, ao revisitar o tema da distinção entre esses dois fazeres, temos, por um lado, a oportunidade de rememorar o nosso passado e, por outro, de ponderar o nosso próprio futuro como pesquisadoras em meio aos novos tipos de trabalhos que iniciamos recentemente.

Lexicografia – fundamentos e o processo de lematização

A finalidade da obra lexicográfica é, na percepção do usuário, a de, simplesmente, dirimir dúvidas. Sob essa ótica, sua principal missão será auxiliar os falantes nativos de uma língua com suas dificuldades de ortografia, de categorização e gramatical de palavras, além de prestar esclarecimentos sobre o significado e o uso de uma palavra pouco utilizada, incluindo algumas informações etimológicas. Essa visão do dicionário monolíngüe como fonte de soluções imediatas para determinadas dúvidas de uso da norma culta da língua produziu e fez prevalecer, durante muito tempo, a idéia de que qualquer

dicionário fosse uma lista de palavras com determinadas informações sobre as mesmas e que, portanto, era um “produto-lista” de elaboração relativamente “fácil”.

Contudo, para além dessa percepção utilitária tão imediata, em que pese a complexidade das funções citadas, é relativamente fácil antever que um dicionário, em geral, supera a singela função de “tira-dúvidas”. Afinal, é também um tipo de repositório ou de registro de todo um patrimônio sociocultural configurado pela língua, de modo que oferece bem mais do que respostas simples para dúvidas de grafia ou de regência verbal. Mas, com certeza, esse “a mais” contido em um dicionário só será descoberto pelo consulente da obra, independentemente do seu tipo ou natureza, à medida que ele saiba reconhecer as diferentes nuances de informação oferecidas em um verbete. Esse reconhecimento, naturalmente, requer um bom aprendizado.

Além do caráter de “tira-dúvidas de acesso rápido”, a produção lexicográfica pode ser percebida de um outro modo, em um viés bem menos pragmático e bastante apaixonado:

Fazer um dicionário é um assunto sumamente laborioso que requer, além de capacidades científicas tão espetaculares como agudeza de espírito, fantasia, coerência e juízo crítico, muitas virtudes discretas, aparentadas com as dos artífices, como paciência, assiduidade, constância, precisão nos pormenores e – por último mas não em ínfimo lugar – uma grande paixão de colecionador. (WEINRICH, 1979, p.314)

Seja para ultrapassar a apreensão da utilidade instantânea ou para compreender a visão admirada sobre os dicionários de quem aprendeu a conhecer as nuances das diferentes obras e que vivencia o seu fazer, quando interessa conhecer uma percepção teórica e metodológica exemplar da produção lexicográfica, Weinrich (1979) é um daqueles autores que merece ser relido sempre. Tomamos aqui algumas de suas idéias como um ponto de partida para nos guiar na reflexão sobre a lexicografia.

No seu entendimento fundamental, a obra lexicográfica, quando sua elaboração estiver associada a um trabalho de linguistas aplicados,³ terá, em geral, uma vinculação com três elementos básicos. Esses elementos são: a) um *corpus* de referência; b) uma dada concepção de gramática e de língua; c) uma concepção determinada de descrição do significado.

No que diz respeito ao *corpus* de referência da lexicografia, trata-se de uma amostra de uso de língua, do qual parte um determinado tipo de reconhecimento

³ Linguistas identificados *grosso modo* pelo autor, nos anos 70, pela subárea Linguística Aplicada. Tal designação, nos dias de hoje, é bastante problemática em função de amplitude de estudos e produção assim identificada.

do léxico. Esse *corpus* deve ser o mais representativo possível em função do tipo de produto que se tem em mente e do tipo de usuário que se pretende atender.

Os elementos *concepção de gramática* e *concepção de descrição do significado* aparecem intrinsecamente relacionados. Se a obra tem um caráter mais descritivo ou mais prescritivo, se as apresentações das paráfrases definitórias que correspondem ao conteúdo de cada unidade lematizada são mais ou menos pontuais, acompanhadas de abonações ou de exemplos – isso tudo dependerá do tipo de filiação teórica, relativa aos Estudos da Linguagem, em que se enquadrem a obra e seus autores. Em síntese, a concepção de língua e uma determinada avaliação do papel do léxico frente ao todo da língua, subjacente a cada empreendimento lexicográfico, modelará a apresentação de cada obra e decidirá o que deve ser privilegiado ou destacado.

Assim, por exemplo, no caso de um dicionário de usos do Português do Brasil, no qual estejam apresentadas as unidades por suas freqüências em um determinado *corpus*, espelhar-se-á uma concepção teórica específica. Nesse caso, conforme depreendemos dos ensinamentos de Biderman (1998, p.162), a língua poderá ser vista como um sistema probabilístico de combinatórias e de usos mais ou menos freqüentes, salientando-se que a freqüência será tomada como uma característica típica da palavra.

Em uma perspectiva como essa, cada tipo de palavra registrada terá padrões de freqüência que lhe são peculiares e isso deverá ser levado em conta na apresentação das informações para o consulente do dicionário, inclusive na descrição do significado mais usual ou freqüente de cada palavra.

Um outro aspecto particularmente interessante do “procedimento lexicográfico” é a lematização. Afinal, como outros aspectos, implica uma determinada concepção teórica do que seja uma *palavra*, mas também funciona como uma “marca” do fazer lexicográfico. Consiste no registro sintético da unidade, a partir de uma forma de realização tomada como referência, normalmente indicada na forma singular e no masculino quando temos nomes, ou no infinito, quando se tratar de verbos.

A lematização sintetiza, dentro de si, um reconhecimento da variação morfológica da unidade reconhecida como tal e também das suas combinatórias sintáticas. Essas combinatórias tendem a ser explicitadas no espaço do verbete destinado a exemplos, abonações e também no segmento tradicionalmente reservado às locuções em que a palavra lematizada participe, usualmente apresentadas como subverbetes de um verbete principal. Desse modo, por exemplo, em um dicionário monolíngüe, podemos encontrar um verbete para pé e, após todas as acepções elencadas para a palavra, um subverbeta para pé de anjo.

Há ainda que se considerar a descrição dos significados da unidade, geralmente apresentados do mais denotado ao mais conotado, ordenados em uma sucessão de acepções. Esse ordenamento parece ser algo típico da produção lexicográfica, capaz de identificá-la como um gênero textual. Naturalmente, a apresentação de acepções deve ser criteriosa, não sendo raras ou recentes as críticas sobre sua não pertinência em algumas obras.⁴

Homonímia e polissemia são também itens relativos à descrição do significado, itens especialmente retratados nos dicionários de língua. Quando o lexicógrafo entender que é caso de homonímia, apresenta dois diferentes sentidos de uma palavra em entradas duplas: uma mesma unidade passa a ser vista como duas; por isso, terá dois verbetes separados. Se, em sua concepção, o lexicógrafo percebe o fenômeno como polissemia, colocará duas acepções numeradas a partir de mesma palavra-lema.

Pequenos mas também grandes detalhes como esses citados até aqui, apenas a título de exemplo, são reveladores de posições teóricas, ora homogêneas, ora variadas, que circunscrevem um fazer capaz de apaixonar o observador atento da lexicografia. Afinal, o tratamento do léxico nos dicionários espelha uma série de posições, imagens e modelos do funcionamento da linguagem, sendo capaz de oferecer também um quadro de percepções, colocadas historicamente, sobre as relações entre a língua e a cultura de uma sociedade. Essas posições, repousadas nos dicionários brasileiros,⁵ percebidas pelos críticos desse tipo de obra e também por teóricos da linguagem em diferentes épocas, ensejam diferentes espécies de investigações científicas que, partindo da lexicografia, a tomarão como um objeto de estudo rico e multifacetado.

Esses estudos, uma vez produzidos e devidamente divulgados, com certeza, promoverão a maior visibilidade de uma crítica lexicográfica brasileira. Além disso, podem subsidiar investigações sobre qualidade ou adequação de determinados tipos de dicionários, auxiliando a preencher lacunas de formação de professores na área de Letras e Linguística e impulsionando uma melhor percepção do fazer lexicográfico em nossa sociedade.

Terminografia ou Lexicografia Especializada?

O fazer terminográfico, frente às interfaces da Lexicologia, Lexicografia teórica, e Lexicografia prática, coloca-se como uma aplicação das teorizações

⁴ Um trabalho que tratou de investigar a pertinência de acepções na lexicografia brasileira é o de Krieger (1980). As suas considerações ainda são válidas, aplicáveis a novas obras e merece ser relido.

⁵ Para uma boa e recente síntese da trajetória histórica da metalexigrafia e dos dicionários brasileiros, recomendamos o trabalho de Welker (2006).

da Terminologia. É, assim, diferente da lexicografia, frisamos, mas guarda com ela algumas semelhanças.

A elaboração de um dicionário ou glossário de termos,⁶ por exemplo, de Culinária ou de Direito Ambiental, pode ser percebida como um produto imediato, que, tal como o produto lexicográfico, também serve para tirar dúvidas sobre o sentido de um “termo técnico”, em uma área de saber específica. Mas também pode ser visto como produto da reflexão e, ao mesmo tempo, resultado da metodologia derivada dessa reflexão, teoricamente embasada.

O produto concreto, um dicionário terminológico, conforme temos entendido junto ao Grupo TERMISUL,⁷ advém do reconhecimento terminológico, processo empreendido a partir de um dado *corpus* de referência, segundo uma sistemática planejada. Esse *corpus* representa uma determinada linguagem especializada em uso e deve servir de fonte para que se reconheçam usos terminológicos em sua dimensão mais ampla, o que comporta padrões textuais, fraseologias (conforme a concepção de BEVILACQUA, 2004), expressões cristalizadas, combinatórias freqüentes ou específicas, e, naturalmente, definições ou conceituações de termos.

Essa linguagem técnica ou científica, segundo nossa ótica, não corresponde a uma língua à parte da língua cotidiana, mas perfaz um uso seu que a torna peculiar, especializada, em uma dada situação de comunicação. O reconhecimento dessa linguagem, procedido segundo determinados princípios e critérios, gerará o dicionário ou glossário, *grosso modo* percebido apenas como uma “lista de termos”.

Há quem considere que a terminografia pode ser compreendida como uma *lexicografia especializada* (PICHT, 1993). Optamos por desviar, aqui, dessa discussão, apenas assinalando a sua existência. Afinal, entendemos que, quando se imagina que a terminografia seja uma derivação da lexicografia, colocamos em meio a um enredamento teórico e epistemológico, o qual convém ser explorado com a devida calma, em outra ocasião.

Entretanto, à parte de uma longa discussão sobre derivações ou disjunções que se queira travar oportunamente, vale recuperar as idéias de Coseriu (1979), ainda hoje úteis para uma aproximação das duas práticas. Esse célebre lingüista assinalava que um dicionário (de qualquer tipo, lexicográfico ou terminológico) trata de reconhecer uma *língua funcional* (grifos nossos). Na sua concepção, o termo *língua funcional* é entendido como uma *língua delimitada* dentro de uma *língua histórica*. Em tais condições, os dicionários tratam de uma *língua* que

⁶ Adotamos junto ao Grupo TERMISUL uma distinção entre dicionário e glossário. Um glossário, na nossa concepção, implica uma abrangência menor de *corpus* de estudo que a de um dicionário. Um dicionário da legislação ambiental brasileira pressupõe um trabalho exaustivo de reconhecimento da terminologia. Um glossário, por sua vez, compreenderia, usualmente, um segmento dessa mesma legislação.

⁷ Para maiores detalhes, veja www.ufrgs.br/termisul.

corresponde a um determinado “dialeto”, num determinado nível, e na forma de um determinado estilo (COSERIU,1979, p.23).

Nesse ponto temos, então, uma importante conexão-pergunta entre os dois fazeres aqui em cotejo: uma linguagem especializada poderia ser entendida como um *estilo funcional* de uma língua determinada? Nessa medida, sem debater o estatuto da estilística coseriana frente aos Estudos da Linguagem atuais, a lexicografia que, por exemplo, tratasse da variante sul-rio-grandense do português brasileiro seria bastante semelhante à *lexicografia especializada* que se ocupe, também por exemplo, da “língua funcional” dos químicos utilizada no Brasil em uma determinada situação de comunicação.

Ainda que se reconheça, como bem assinala Cabré (1998, p.38), que “as regras gerais que governam o funcionamento do léxico são as mesmas que governam os termos” (grifo nosso) e que não temos uma “língua” diferente da língua portuguesa do Brasil na comunicação técnico-científica feita em português, acreditamos que os processos de trabalho lexicográfico e terminográfico realmente interconectam-se em vários pontos.

Todavia, há diferenças notáveis. Diferenças que não precisam ser “resolvidas”, mas, sim, compreendidas a bem de se preservar um trabalho criterioso em um e em outro caso. Naturalmente, é preciso reconhecer que a lexicografia monolíngüe incorpora, aos seus diferentes itens de informação, registros diatécnico, isto é, indica e explicita as determinadas acepções de uma palavra que correspondem a seus usos técnicos ou científicos. Isso é inerente à prática lexicográfica e é feito de um modo peculiar. O processo equivalente, na relação todo-parte entre linguagem cotidiana, geral, e linguagem especializada, não ocorre na terminografia. Isso porque a preocupação não é tratar de todo o léxico da língua em foco.

O modo de registro do verbete, em cada uma das situações, atestará algumas especificidades que merecem atenção à medida que realizam concepções teóricas distintas. O modo de lematização, por exemplo, é um fator de distinção considerável da Terminografia, sobre o que tratamos a seguir.

Fundamentos da Terminografia e alguns exemplos contrastantes

Como vimos em um trabalho anterior (FINATTO, 1998), a obra enciclopédica tende a superar a lexicográfica em detalhamento e variedade de informações definicionais. Na obra terminográfica, verificamos um modo de apresentação da informação que lhe é típico, muito mais recortado ou delimitado, normalmente vinculado a um conjunto textual de referência reconhecido pelo consulente da obra, tal como se tivesse sido elaborado especialmente para um determinado

segmento de usuários. Assim, muitas informações não precisam ser explicitadas no verbete, pois há a pressuposição, empiricamente fundamentada, do terminógrafo, de que não são necessárias.

Isso é o que vemos nos exemplos a seguir.⁸

meio ambiente 1 m. sing.

Circunvizinhança em que uma organização opera, incluindo-se ar, água, solo, recursos naturais, flora, fauna, seres humanos e suas inter-relações (cf. NBR ISO 14001). Nota: Neste contexto, circunvizinhança estende-se do interior de uma organização para o sistema global. (KRIEGER *et al.* *Glossário de Gestão Ambiental*, no prelo)

meio ambiente 2 m. sing

Conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. (cf. Legislação Brasileira LEI6938 de 31/08/81) (KRIEGER *et al.* *Glossário de Gestão Ambiental*, no prelo)

No caso do nosso *Glossário*, vê-se uma clara vinculação das definições e das demais informações com um universo de referência bastante específico. No primeiro verbete, um conjunto de Normas ISO da série 14.000, relativas à certificação de conformidade ambiental para empresas privadas ou públicas. No segundo, a referência é a legislação ambiental brasileira relativa ao mesmo tema.

Outro aspecto digno de nota é o tratamento do significado do termo meio ambiente. Os dois verbetes, apresentados um após outro, com o acompanhamento de um número, indicam que reconhecemos dois conceitos diferentes, o que caracteriza, na relação com a lexicografia, um tratamento de homonímia. Aqui, nessa decisão metodológica, vale um princípio teórico básico da terminografia: a cada conceito diferente deve corresponder uma entrada diferente, devidamente sinalizada. Assim, definições diferentes pressupõem conceitos diferentes,⁹ individualizados, válidos em determinadas situações e não em outras.

Além disso, vale destacar que, de acordo com nossa concepção de Terminologia, de viés comunicativo e textual, a qual dirige e modela a apresentação da informação para o usuário, acreditamos que o estatuto terminológico de uma unidade é dado por sua pertinência a um determinado tipo de texto. Isto é, nenhuma unidade lexical é *a priori* um termo, mas sim,

⁸ Na nossa obra aparecem também termos equivalentes em alemão, espanhol, francês e inglês, e notas sobre esses equivalentes, não reproduzidos aqui.

⁹ Não exploraremos aqui a distinção entre *conceitos* e *significados*. Para maiores detalhes sobre essa importante distinção, veja-se, por exemplo, a tese de doutoramento de Finatto (2001).

torna-se um termo à medida que essa condição é ativada em um ambiente textual e discursivo.

Vejamos, agora, um exemplo de registro lexicográfico desse mesmo item:

meio 1

[Do lat. *mediu*, por via popular.]

S. m.

1. Ponto eqüidistante, ou mais ou menos eqüidistante, dos extremos; metade: Depois de marcar o meio da linha vamos dividi-la em duas partes iguais; O vento partiu no meio as amarras do navio.

2. Ponto eqüidistante, ou mais ou menos eqüidistante, de diversos outros em sua periferia; centro: Dois diâmetros se cruzam no meio da circunferência; A lancha manobrava no meio da baía.

[seguem mais 20 acepções]

◊ **meio ambiente.**

1. O conjunto de condições naturais e de influências que atuam sobre os organismos vivos e os seres humanos.

[seguem mais 17 locuções]

(DICIONÁRIO AURÉLIO, 1999)

Esses, acreditamos, são exemplos bastante ilustrativos das duas práticas em suas junções e disjunções. Naturalmente, cabe registrar que o *Dicionário Aurélio* também utiliza o sistema de numeração para marcar homonímia, além da farta indicação de polissemia. Há um segundo verbete para meio, “**meio 2**”, associado a uma variante diatópica da palavra do Rio Grande do Sul.

Nos verbetes terminográficos, a característica é a acepção única, embora haja a presença de dois registros em separado para o termo meio ambiente. Na lexicografia, tal como se depreende desse exemplo, meio ambiente está morfologicamente subordinado ao registro da palavra meio. Esse tipo de subordinação não tem razão de existir no repertório terminográfico, visto que a concepção de léxico, diferente da primeira, não está em função da morfologia ou da etimologia, mas, sim, em função de um uso determinado, bastante localizado. Nesse sentido, se o uso mais freqüente de um determinado termo for no plural, assim será lematizada a unidade terminológica: no plural. Um exemplo desse caso é o termo águas residuárias, que também integra o nosso *Glossário de Gestão Ambiental*.

Discussão e perspectivas

Como tentamos demonstrar brevemente, a lexicografia e a terminografia, representadas aqui por uns poucos exemplos de um dicionário monolíngue e

de um glossário de termos, são práticas diferentes à medida que realizam concepções diferentes da língua e do léxico, nas funcionalidades da língua a que se dedicam retratar.

Considerando o pleno valor da prática terminográfica mais tradicional, representada pela produção dicionarística impressa em papel, parece-nos importante também ampliar a pesquisa na área para que sejam explorados, de um modo mais dinâmico, outros aspectos do reconhecimento terminológico, tais como a distribuição e o uso das terminologias em textos especializados, com informações oferecidas ao usuário em formato digital. Nessa direção, o grupo de pesquisa que integramos está desenvolvendo o projeto “*Acervo TERMISUL: padrões da linguagem legal, normativa e científica*”.¹⁰ Entre as informações que já estão sendo oferecidas, estão: a) *corpora* textuais em português, alemão, espanhol, francês e inglês; b) ferramentas para a extração de informações desses *corpora*, tais como geradores de contextos por expressões de busca; e, c) mapas conceituais relativos a grupos de documentos.

Também será oferecido um conjunto de amostras de glossários elaborados pelos alunos de graduação do Curso de Bacharelado em Letras – habilitação Tradutor. Esses glossários privilegiam a identificação dos termos e de seus diferentes tipos de uso em textos. A partir desse princípio teórico-metodológico, da nossa concepção de Terminologia, juntamente com uma ampla lista dos termos mais frequentes em dada área de conhecimento ou especialidade, são elaborados mapas conceituais de diferentes áreas do conhecimento.

Em síntese, além da inserção textual da terminologia, interessa-nos o modo como se configura o conhecimento e suas inter-relações. Esses dois procedimentos também podem ser incorporados ao rol das particularidades de um fazer terminográfico mais atual, fortemente marcado pela informatização e por recursos de consulta *on-line*. A esse fazer aqui referido, certamente corresponde uma produção lexicográfica de feição digital, informatizada, consultada via internet, que se diferenciará da produção tradicional impressa tanto pelo conteúdo quanto pelo tipo de recursos, orientação teórica e metodologias.

Ao encerrar este trabalho, vale retomar o questionamento lançado no seu início sobre que critérios presidem a confirmação ou rejeição de uma dada unidade em um repertório de termos, seja um glossário colocado na internet ou oferecido em uma obra impressa usual.

Os critérios são vários e, frisamos, devem ser teoricamente dependentes. Além disso, determinam não só quais elementos são apresentados, mas também o que deve e o que pode estar ausente. São princípios que também condicionam

¹⁰ Com apoio financeiro do CNPq. Edital 61/2005.Processo 401359/2006-9.

a forma de apresentação das informações para o consulente. A origem desses princípios não importa; o que importa é que sejam constantes, homogêneos, coerentes com os objetivos propostos e identificáveis.

Assim, muito antes que saber responder, pontualmente, a pergunta básica da terminografia, vale, sim, saber de onde ela se coloca e o que há nela implicado. Vale o mesmo para a produção lexicográfica e para a seleção de entradas de um dicionário monolíngüe.

Conforme a nossa homenageada, “é preciso desvendar o mistério de como se estrutura o léxico da nossa língua” (BIDERMAN, 1998, p.178). Nessa missão, lexicografia e terminografia cumprem importantes funções. Os “desvendamentos” da lexicografia e da terminografia, ao nosso ver, não são antagônicos; mas complementares.

Agradecimentos

À colega Anna Maria Becker Maciel, que colaborou com o planejamento estrutural deste texto. Às estudantes Siane Simioni e Edna Hornes de Lima, pelo auxílio inicial. Ao CNPq, à FAPERGS e PROPESQ/UFRGS, pelo suporte às nossas pesquisas em Terminologia.

BEVILACQUA, C. R.; FINATTO, M. J. B. Lexicography and terminology: some basic contrasts. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.43-54, 2006.

- *ABSTRACT: This paper deals with the nature and functioning of the terminographical work in counterpoint to the lexicographical work. Starting from the experience of elaborating dictionaries in the legal environmental area, it is put forward that there are two quite distinct views of the lexicon in those two types of work.*
- *KEYWORDS: Lexicography; terminography; monolingual dictionary; specialized dictionary; terminology.*

Referências bibliográficas

BEVILACQUA, C. R. *Unidades fraseológicas especializadas: descripción y reglas de formación em el ámbito de la energía solar*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto Universitário de Linguística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2004.

BIDERMAN, M. T. A face quantitativa da linguagem: um dicionário de frequências do português. *Alfa*, São Paulo, v.42, p.161-181, 1998. Número especial.

CABRÉ, M. T. et al. La terminología hoy: replanteamiento o diversificación. *Organon*, Porto Alegre, v.12, n.26, p.33-41, 1998.

COSERIU, E. A perspectivação funcional do léxico. In: VILELA, M. (Org.) *Problemas da lexicologia e lexicografia*. Porto: Civilização, 1979. p.15-33.

DICIONÁRIO Aurélio eletrônico século XXI: versão eletrônica. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 1999.

FINATTO, M. J. B. Elementos lexicográficos e enciclopédicos na definição terminológica: questões de partida. *Organon*, Porto Alegre, v.12, n.26, p.133-146, 1998.

_____. *Definição terminológica: fundamentos teórico-metológicos para sua descrição e explicação*. 2001. 395f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem, Teorias do Texto e do Discurso) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

KRIEGER, M. G. *A definição lexicográfica no novo dicionário Aurélio*. 1980. 214f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

KRIEGER, M. G. et al. *Glossário de gestão ambiental*. São Paulo: Disal, 2007 (no prelo).

PICHT, H. Ein trans-und interdisziplinäres Wissensgebiet. Die Entwicklung nach Eugen Wüster.¹¹ *Fachsprachen: Internationale Zeitschrift für Fachsprachenforschung, -didaktik und Terminologie*. Wien, v.1, n.1, p.2-18, 1993.

WEINRICH, H. A verdade dos dicionários. In: VILELA, M. (Org.) *Problemas da lexicologia e lexicografia*. Porto: Civilização, 1979. p.314-337.

WELKER, H. A. Breve histórico da metalexicografia no Brasil e dos dicionários gerais brasileiros. *MATRAGA*, Rio de Janeiro, ano 13, n.19, p.69-84, 2006

¹¹ “Terminologia – Uma área de conhecimento trans e interdisciplinar. A evolução desde Eugen Wüster”, artigo de Heribert Picht. A tradução de Leonardo Zilio, feita em 2005, em breve estará disponível no Cadernos de Tradução do Instituto de Letras da UFRGS.

LÉXICO E GRAMÁTICA NO *DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA* (1813) DE ANTÓNIO DE MORAIS SILVA

Clotilde de Almeida Azevedo MURAKAWA¹

- RESUMO: António de Moraes Silva publicou em 1789 a 1ª edição de seu *Diccionario da Lingua Portuguesa* e em 1813, a sua 2ª edição, ambas em Lisboa. Partindo da relação entre gramática e dicionário, obras que se completam no ensino e aprendizagem de uma língua, estudamos neste trabalho a projeção gramatical do autor na elaboração dos verbetes da 2ª edição do Dicionário, numa tentativa de demonstrar que Moraes, influenciado pelas idéias reformistas do Século das Luzes em Portugal, inovou em termos lexicográficos e gramaticais, registrando essas inovações e também algumas críticas às gramáticas de seu tempo, no interior dos verbetes de sua obra lexicográfica.
- PALAVRAS-CHAVE: Lexicografia; léxico; gramática; palavra-entrada; unidade lexical; pensamento lingüístico.

Contexto histórico-cultural

O século XVIII, conhecido como Século das Luzes ou período do Iluminismo, representou em Portugal um momento de renovação nas várias instituições político-culturais do país. Para Coelho (1979, v.2, p.455) o Iluminismo pode ser definido como

[...] um esforço de renovação cultural, de natureza sobretudo política, realizado no curso do séc. XVIII, que tinha em vista, por uma actualização de conceitos, de normas e de técnicas, uma maior eficiência na ordem social, e se subordinava à concepção nova do progresso humano. A designação provinha, como é óbvio, do significado de *iluminação* como *esclarecimento*, e com isto se prende a designação daquele século como das *luzes*.

Contraposto ao século anterior de estagnação principalmente cultural, o setecentismo português foi inovador e reformista. Inúmeras causas levaram

¹ UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil. Endereço eletrônico: murakawa.jau@netsite.com.br

Portugal a um isolamento dos demais países da Europa, principalmente da Inglaterra e França: 1) a ausência de uma corte protetora voltada para a cultura em geral, como tinha sido a de D. Manuel e de D. João III; 2) o Colégio das Artes nas mãos dos religiosos da Companhia de Jesus controlando a maior parte das publicações; 3) o ensino sob direção dos jesuítas; 4) a Inquisição e as mesas censórias tolhendo a liberdade de expressão e pensamento (MURAKAWA, 2006). Foi preciso chegar o reinado de D. João V (1689-750) para que

[...] esses sintomas premonitórios da necessidade dum novo tipo de cultura, que lá fora adquirira já direitos de cidade, se transformem numa declarada oposição à cultura jesuítica ainda dominante entre nós. Verney, Teodoro de Almeida, Francisco Freire de Carvalho, Lopes Praça e outros são unânimes em considerar o reinado de D. João V como a época da introdução da cultura moderna em Portugal (MACEDO, 1934, v.6, p.423).

Nomes ilustres se destacaram durante o reinado de D. João V e entre eles D. Luís da Cunha, D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira e fundador das Conferências Discretas e Eruditas, Alexandre de Gusmão e, em especial, D. Raphael Bluteau, autor do *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1728), obra fundamental para o início de uma Lexicografia moderna em Portugal.

É ainda no reinado de D. João V e de seus sucessores que a cultura portuguesa é contemplada com a fundação de instituições culturais basilares, como a Academia Real de História Portuguesa, fundada em 1720 por D. João V, e a Academia Real das Ciências, em 1779, durante o reinado de D. Maria I.

No tocante ao ensino, as propostas reformistas de Luis António Verney, expostas em seu Verdadeiro Método de Estudar de 1746, provocaram mudanças significativas. Cidade (1934) reúne no excerto abaixo as críticas e o pensamento de Verney com relação à vida política e cultural do país naquele tempo:

à Escolástica, o pedagoga impugna a célebre gramática alvarística, pesada máquina de centenas de regras, em arvesados versos latinos; repreende o desprezo do ensino de história, da cronologia e da geografia, como das línguas grega e hebraica, indispensáveis à interpretação das Letras Sagradas, que quere directa, e não através de emplastro dos comentaristas; critica o ensino da lógica, da filosofia, da metafísica, e da ética, do direito, da teologia, mais empenhado na exibição das subtilezas do que atento à objectividade do real, que cumpre observar e experimentar, ou à possibilidade do texto que é preciso estudar com todos os subsídios da filologia e da história; profliga o método especulativo aplicado à medicina, que reduz toda a anatomia aos estudos que se faziam em cadáveres... de carneiros. (CIDADE, 1934, v.6, p.472)

Após a expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal e a publicação do Alvará de 28/06/1759 e da Carta Régia de 06/11/1772 no reinado de D. José I, foram criadas em Portugal 1758 cadeiras autônomas de Latim, Grego, Retórica e Filosofia, no ensino oficial, já fora do controle dos religiosos. Em 1761, é criado o Colégio dos Nobres por indicação de M. Pina e Proença e Verney, e principalmente de Ribeiro Sanches sendo essa “[...] a primeira criação pedagógica pombalina que põe em prática recomendações como a primazia no estudo do Português sobre o Latim, a necessidade de línguas vivas, das ciências algébricas e experimentais, exercícios físicos, noções práticas” (SARAIVA; LOPES, 1979, p.604).

A revolução cultural por que passava Portugal foi acompanhada pelos ideais da Revolução Francesa representados por Diderot, Voltaire, Mirabeau, Montesquieu, autores com obras proibidas pela Inquisição de circularem, mas que corriam, às escondidas, de mão em mão entre os jovens intelectuais e universitários portugueses.

Antônio de Moraes Silva e o Século das Luzes

Foi no contexto histórico-cultural anteriormente delineado que vamos situar Antônio de Moraes Silva (1755-1824), brasileiro, natural do Rio de Janeiro e estudante de Direito da Universidade de Coimbra. Fazia parte o lexicógrafo brasileiro de um grupo de jovens estudantes que, como todo jovem, cheio de ideais de mudanças, algumas delas vindas da França, não era bem visto pelo Tribunal do Santo Ofício de Coimbra.

Denunciado pelo colega Francisco Cândido Chaves por práticas consideradas heréticas aos olhos do Tribunal, Moraes foi processado por duas vezes: a primeira em 1779 (Processo nº 8044) e a segunda em 1806 (Processo nº 14321). Antes de ser chamado a depor, apresentou-se ao Tribunal, em 1779, para fazer uma confissão voluntária e gozar do direito de “apresentado”, conforme estabeleciam os regimentos inquisitoriais. Antônio Baião, sobre a apresentação de Moraes, diz o seguinte:

Coimbra era meio pequeno e o segredo da Inquisição estava bem longe de ser guardado à risca, motivo porque o futuro gramático e dicionarista se apressou a ir assim de encontro às acusações que lhe faziam. (BAIÃO, 1924, v.2, p.115)

Mesmo tendo confessado, o Santo Ofício não julgou sinceras suas palavras e decretou sua prisão. Tal ato levou o dicionarista à fuga para a Inglaterra, onde recebeu a proteção de Luis Pinto de Sousa Coutinho, Visconde de Balsemão, Tendaes e Ferreiros e representante de Portugal na Inglaterra.

O agradecimento de Morais ao Visconde de Balsemão aparece no “Prologo ao Leitor” na edição de 1789 de seu Dicionario, reproduzido na edição de 1813, onde considera seu protetor “Varão benemerito da Humanidade, e da Patria” e a quem deveu os ensinamentos adquiridos, consultando a vasta e copiosa livraria de Balsemão.

Retornando a Lisboa em 1785, depois de passar pela Itália e França, apresentou-se Morais ao Tribunal para fazer sua confissão de culpa dando mostras de verdadeiro arrependimento. O Santo Ofício condenou-o, em 23 de dezembro do mesmo ano, a fazer a abjuração *in forma Ecclesiae*, com confiscação de seus bens para o fisco e câmara real.

Permaneceu Morais em Portugal até 1794, quando, depois de se casar com Narcisa Pereira da Silva, resolveu retornar ao Brasil, mais precisamente, para Muribeca, em Pernambuco, onde adquiriu um engenho de cana-de-açúcar e passou a se dedicar a esse tipo de atividade agrícola.

Novamente processado pela Inquisição em 1806, esse segundo processo não logrou efeito e foi arquivado definitivamente. Morais morreu anos mais tarde, em 1824, em Muribeca.

Foi, provavelmente, em Londres que Morais organizou a estrutura de seu *Diccionario da Lingua Portugueza* publicado em 1789 pela Officina de Simão Thaddeo Ferreira, em Lisboa. Desta 1ª edição Morais não se considerou autor, dando a Raphael Bluteau o mérito da composição e a ele, Morais, o mérito de reformador. Na verdade, desde a 1ª edição já podemos encontrar as inovações lexicográficas que iriam se consagrar na edição de 1813, publicada também em Lisboa na Typographia Lacerdina. Nesta edição o autor diz: “Diccionario da Lingua Portugueza, recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado, por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro” (SILVA, 1813, v.1).

A edição de 1789, vendida aos editores Borel, Borel e Companhia, foi considerada uma obra quase perfeita para a época:

[...] com a publicação do novo Diccionario da Lingua Portugueza, que pretendemos dar á luz; o qual por ser extrahido de quantos até agora tem apparecido, e concertado por sugeito, em quem concorrião as partes de bom entendimento, discrição, zelo, e constancia precisas para tão difficil, e trabalhosa empreza, tem sido reputado no juizo das pessoas mais entendidas, senão absolutamente perfeito, ao menos o melhor de quantos ha, e todavia bastante para encher o importantissimo fim a que se dirige. (SILVA, 1789, v.1, p.iv)

Foram os mesmos editores que em 1813 levaram a público a 2ª edição do Dicionario que apresenta, além da dedicatório ao Príncipe Regente D. João VI,

o Prologo da Primeira Impressão, o Ao leitor Benevolo, a Tabua dos Livros Portuguezes com que se autorisa o uso das palavras e o Epitome da Grammatica Portugueza, compêndio gramatical publicado anteriormente em 1806 por Simão Thaddeo Ferreira. Ao final do Epítome, Morais diz: “Acabou-se este Epitome da Grammatica Portugueza no Engenho novo da Moribeca em Pernambuco em 13 de julho de 1802” (SILVA, 1813, v.1, p.xlviii).

O acréscimo do Epitome à 2ª edição nos permite pensar que o lexicógrafo buscou apresentar suas reflexões sobre a gramática da língua portuguesa aliada ao seu Dicionario com a finalidade de estabelecer uma relação entre léxico e gramática.

No Epítome, o consulente encontra as regras gerais da língua; e nos verbetes do dicionário, as observações que Morais faz, contrariando, algumas vezes, as regras gramaticais vigentes. Ressalte-se que tais observações não estão registradas na edição de 1789, e isto corrobora o pensamento de que o lexicógrafo brasileiro buscou apresentar ao público português uma obra inovadora, com fundamentação lexicográfica e gramatical própria e de acordo com o pensamento iluminista que circulava em seu tempo. Não é por acaso que Morais coloca como epígrafe ao Epitome o trecho seguinte de Condillac (1715-1780):

Nous avons compliqué nôtre Grammaire, parce que nous l'avons voulu faire d'après les grammaires Latines. Nous ne la simplifierons, qu'autant que nous rappellerons les expressions aux élémens du discours. Condillac, Gramm. p. 2. chap. 21 note⁽¹⁾ p.205. édit. de 1780. à Geneve. (SILVA, 1813, v.1, p.i)

O conteúdo da citação reflete o pensamento lingüístico que ia se estabelecendo: tornar a língua portuguesa o centro dos estudos, deslocando para outro plano a língua latina. Era esta a proposta de Verney que Coelho sintetiza no trecho seguinte:

[...] a necessidade de tornar centro de estudos lingüísticos, em vez do Latim, a própria língua materna; ao lado das línguas clássicas já consideradas, de algumas modernas (para o caso, e conforme as necessidades do tempo, o Francês e o Italiano); a substituição da Retórica de ornato, sem finalidade persuasiva, por certos princípios mínimos conducentes ao discurso em perspectivas de razão; a inclusão, no quadro das necessidades da cultura geral, dos estudos históricos e geográficos [...] (COELHO, 1979, v.4, p.1139)

Constituído de um Prologo dirigido ao Leitor Benevolo e de uma Introdução, o Epitome está dividido em dois Livros: Livro I Das Palavras por si sós ou partes das Sentenças, com 9 capítulos, dedicados cada um a uma classe gramatical; e

o Livro II Da Composição das partes da Sentença entre si, ou Syntaxe, com 4 capítulos, onde o Capitulo I trata da Syntaxe de Concordancia e da Syntaxe da Regencia; o Capitulo II Da Syntaxe, ou Composição Figurada; o Capitulo III Das Composições viciosas; e o Capitulo IV Dos Sinais Ortograficos, e da Pontuação. Fecham o conjunto dos livros as tábuas da conjugação verbal. As 48 páginas do Epitome, com um número representativo de notas de pé de página, apresentam a gramática da língua portuguesa pensada e refletida por Morais e registrada, quando necessário, no interior dos verbetes de seu Dicionario.

Do Epitome (SILVA, 1813, v.1, p.iii), extraímos cinco pontos importantes que mostram a concepção de Morais sobre a gramática do português:

1. A Grammatica é arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras.
2. A Grammatica Universal ensina os methodos, e principios de falar communs a todas as linguas.
3. A grammatica particular de qualquer lingua, v.g. da Portugueza, applica os principios communs de todos os idiomas ao nosso, seguindo os usos, adoptados pelos que melhor falam.
4. Trata pois a Grammatica das Sentenças, (isto é, ensina a fazer proposições, ou sentidos perfeitos) e das diversas partes, de que ellas se compõem.
5. As sentenças constão de *Palavras*: as palavras de *Sillabas*; as Sillabas de *Sons elementares*, e suas *modificações*, e estes representam se aos olhos com Letras.

Esses cinco pontos do pensamento do lexicógrafo nos permitem estabelecer uma relação com o pensamento lingüístico moderno: 1) a existência de universais lingüísticos; 2) a noção de uso lingüístico e de norma culta; 3) o princípio da articulação da linguagem; 4) o princípio da variação fonética; 5) a diferença entre som e letra.

Léxico e gramática no Dicionario

Rey-Debove (1984), em seu artigo “Léxico e Dicionário”, publicado na Revista *Alfa*, em tradução de Clóvis Barleta de Morais, afirma que a aprendizagem de uma língua se dá de duas maneiras: uma natural, baseada em tentativas de comunicação por meio de conhecimento memorizado, como é o aprendizado da criança em seu ambiente familiar, e outra, artificial e metalingüística, baseada em consulta a dois tipos de obras descritivas: a gramática e o dicionário. Essas duas maneiras de aprendizagem não são excludentes, pelo contrário, se complementam; a aprendizagem natural é aperfeiçoada ao longo do tempo através da gramática e do dicionário; e a artificial “é na maioria das vezes

sustentada por verificações duma experiência prática de comunicação” (REY-DEBOVE, 1984, p.45).

A partir da afirmação da lingüista francesa dando ênfase à relação estreita entre gramática e dicionário na aprendizagem de uma língua, analisamos o Dicionario de Morais em sua edição de 1813, na tentativa de comprovar que o lexicógrafo brasileiro tinha plena consciência dessa relação estreita e buscou registrar nos verbetes de seu dicionário, de maneira explícita e algumas vezes crítica, a gramática da língua portuguesa adotada em seu tempo.

Muito embora tenha utilizado o *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1728) de Bluteau como fonte de referência para a elaboração de seu dicionário, apresentou inovações lexicográficas que tornaram sua obra modelo para a produção dicionarística nos séculos seguintes.

A primeira das inovações foi registrar, logo após a palavra-entrada, a classe gramatical a que pertence a unidade lexical. Esta, por sua vez, aparece grafada em maiúscula e com o acento diacrítico indicando a sílaba tônica; o sinal (`) indicando se a vogal é fechada e o agudo (´) ou forte para as abertas; chamou de mudas as pretônicas e postônicas. Este tipo de informação não aparece em Bluteau, que apenas registrou o gênero da unidade latina equivalente à palavra-entrada.

No Epitome da Grammatica Portugueza, Morais descreve de um modo geral os sons vocálicos e consonantais; mas é no interior do verbete que chama a atenção do leitor para determinadas particularidades com relação à pronúncia de certas unidades. Assim, no verbo AFOGÁR, informa no final do verbete: “N.B. *afogar* tem o mudo: except. Indicat. eu *afógo*, _ *ógas*, _ *óga*; *afógão*: subj. eu, elle *afógue*, tu *afógues*, elles *afóguem*” (SILVA, 1813, v.2, p.58). O mesmo tipo de informação está registrado entre parênteses em PARA, preposição: “(os *aa* mudos)” (SILVA, 1813, v.2, p.393). Neste caso, o que leva os *aa* serem mudos é a atonicidade da preposição em sua colocação frasal, como exemplifica Morais “*Vai para a França*”.

Com relação à pronúncia, Morais deu especial atenção às unidades lexicais cuja grafia etimológica poderia induzir o consulente a erro de leitura. Em BRACHIOLOGIA adverte entre parênteses “(*ch* como *k*)” (SILVA, 1813, v.1, p.296); ou ainda em INHÁBIL ou INHABILENTÁR, chama a atenção para que o *nh* não soe. Em INHÁBIL registra: “(o *n* não fere o *h*)” (SILVA, 1813, v.2, p.161); e em INHABILENTAR, “(Soa *inabilentar*)” (SILVA, 1813, v.2, p.161).

No Prologo da 1ª edição, de 1789, reproduzido na edição de 1813, se declara Morais contrário à ortografia em uso, sendo adepto da Ortografia Filosófica: “fundada na análise dos sons proprios ou vogaes, e na de suas modificações, pede que a cada hum se dê um só sinal, ou letra privativa, distinta, e que não represente nenhum outro som, ou consoante” (SILVA, 1789, v.1, p.ix).

Quanto ao grupo *qu-* ora pronunciado *cue*, ora *ke*, como grafa o autor, Morais em QUESTUÁRIO indica “(o *que* como *cue*)” (SILVA, 1813, v.2, p.541); já em QUEXIQUÉR, para o mesmo grupo indica “N.B. O *que* soa *ki*, ou *qi* sem o *u*” (SILVA, 1813, v.2, p.541).

Morais, no Epitome (SILVA, 1813, v.1, p.iv), afirma em nota de rodapé que o alfabeto português, assim como tantos outros, é em parte redundante e em parte “falto de letras, e talvez tem, e usa caracteres equívocos, exprimindo as mesmas letras sons diferentes; e talvez diferentes letras representão o mesmo som” (SILVA, 1813, v.1, p.iv). Selecionamos esta passagem para justificar as observações que Morais faz no interior de verbetes como em: TEXTO “(soa *tèisto*)” (SILVA, 1813, v.2, p.773); ou em CONTEXTO “(*Contèisto* sòa)” (SILVA, 1813, v.1, p.547). No caso de “mesma letra” com sons diferentes, Morais registra no primeiro verbete que inicia a letra X:

X, s.m. A vigesima segunda letra do Alfabeto Portuguez soa como o *ch* de *chapeo*: talvez soa como *is*; v.g. *exemplo*, como *eisemplo*, *extemporaneo*, como se fora escrito com *eis*, *sexto* como *seisto*, o que nunca succede quando o *x* fere a vogal seguinte; v. g. *péxa*. Talvez soa no estilo solenne como *es*; v. g. *connéxo*, *séxo*, *néxo*, *connéxão*, etc, que soão *conecso*, *secso*, *necso*, *connecsão*, etc. (SILVA, 1813, v.2, p.868)

Já à sua época o lexicógrafo brasileiro chamou a atenção para: a inutilidade do *h* no início de algumas palavras onde não existe a aspiração; a ausência de caracteres simples para *lh* e *nh*; a confusão de grafia para *g* e *j*; a redundância de *c* antes de *a* e *o* com som de *qe* e *ke* o mesmo com *c* seguido de *e* e *i* redundante com *c* e *s* (MURAKAWA, 2006).

Sobre a inutilidade do grafema *h* no início de palavras, Morais faz críticas a Duarte Nunes de Leão que grafou o adjetivo numeral *HUM* com *h*: “[...] não sei porque os Etymologistas se obstinão a escrever este adj. com *h* já que nem o pede a Etymologia, nem a pronuncia, que não é aspirada” (SILVA, 1813, v.2, p.122).

Não contrariando a ortografia vigente, Morais manteve as duplicadas como em *ABBÁDE*, *ACCEDÈR*, *AFFEICOÁR*, *AGGREGÁDO*, etc.; ou ainda a grafia etimológica de *ARCHIVÍSTA*, *CHRISMA*, *ATHÈO*, *GEOGRAPHÍA*, *STELLIONÀTO*, etc. Mas em alguns casos registrou a grafia que lhe pareceu mais correta, remetendo, entretanto, a unidade lexical para outro verbete com a grafia usual de seu tempo. A entrada *FARMÁCIA* (SILVA, 1813, v.2, p.12) remete para *PHARMÁCIA* (SILVA, 1813, v.2, p.446), onde novamente volta a grafar com *f*. O mesmo registro ocorre em *PERÍPHRASE*; no texto do verbete informa: “Hoje escrevemos *perífrase* evitando o *ph*” (SILVA, 1813, v.2, p.434).

Defendendo uma posição diversa da estabelecida em seu tempo, grafou com *y* a unidade PRÁYA por considerar que o *i* ocupa a posição de consoante. Assim dá como entrada PRÁIA, mas no final do verbete registra “(Praya, melhor ortogr.)” (SILVA, 1813, v.2, p.482). E tem o mesmo procedimento para todas as unidades onde a está na descendência da sílaba.

Ainda com relação ao *y* grego afirma que ele deve ser usado entre vogais em hiato como em *-eo-*, *-ea-*, em CORRÊO “(ou antes *correyo*)” (SILVA, 1813, v.1, p.477); CORRÊA “(ou antes *correya*)” (SILVA, 1813, v.1, p.474); IDEA “(melhor *ideya*)” (SILVA, 1813, v.2, p.126).

Muitas das posições gramaticais propostas por Morais estão no Epitome em notas de rodapé; no caso do *y* grego diz ele:

O *Y* usão muito por *i* nas palavras derivadas da lingua Grega, v.g., *hydra*, *synodo*: mas é superfluidade. O uso que d'elle se deve fazer, é como de consoante entre vogáes, que tem semelhante som, v.g. *praya*, *idé-ya*, *vè-ya*, *vè-yo*, *corrè-yo*, *vi-ya*, *bri-yo*, eu *ri-yo*, o *ri-yo* corre [...] (SILVA, 1813, v.1, p.iv)

Um registro interessante que confirma o pensamento e a reflexão constantes do autor sobre os fatos da língua é o registro de entradas grafadas de modo diferente indicando variação fonética: BORBOLÈTA/BARBOLÈTA; CEBOLÈTA/SABOLÈTA; CHOVISCAR/CHOVISNAR; MÍNGOA/MÈNGOA; ÒVO/OUVO; TRANÇA/TRÈNÇA (MURAKAWA, 2006, p.171).

Ainda com relação às formas variantes, Morais, ao assinalar a irregularidade de alguns verbos como MEDÍR, PEDÍR que mudam *d* em *ç* nas variações que acabam em *a* e *o*, *meço/meça* e *peço/peça*, registra em entradas separadas as variantes MÍDA, MÍDAS, MIDAMOS, MIDÁIS, MÍDÃO, como sendo “variações irregulares subjuntivas do verbo *Medir*” (SILVA, 1813, v.2, p.298). O mesmo tipo de registro se encontra no verbo PEDÍR, onde aparece a entrada PIDA, PIDE e PIDO (SILVA, 1813, v.2, p.450). O registro de tais formas foi feito com abonações de autores clássicos da língua portuguesa. No verbete EXPEDÍR, verbo derivado de PEDÍR, Morais acrescenta a seguinte nota: “Os Livros Clássicos fazem nos Subjuntivos *pida*, *impida*; *expida*. *Alv. 13. Set. 1725*. Hoje dizem *peça*, *expeça*, e *impeça* (SILVA, 1813, v.1, p.799). É de Camões o exemplo seguinte: “*não midas o passado*” (SILVA, 1813, v.2, p.298). Algumas dessas formas conjugadas ainda são empregadas em registros populares como *pida*, *pidas*, *pidamos*, onde o paradigma do verbo é construído a partir do infinitivo.

A diferença entre uma forma culta e outra popular é evidenciada pelo lexicógrafo na conjugação do verbo PROVÈR onde se confunde a conjugação:

Erradamente diz o vulgo *próve* por *provê*; *pròva* por *proveja*; *pròvo* por *provêjo*, confundindo o uso dos classicos, e confundindo as variações do verbo *provar* com as do verbo *provêr*, que se conjuga á imitação de *Ver*, sua raiz. (SILVA, 1813, v.2, p.522)

Partindo de um critério essencialmente gramatical, sistematicamente registrou em entradas separadas unidades lexicais homônimas. Substantivos como BÂNCO, CRÁVO, LÍMA, MÂNGA, NÓRA, homógrafos e homófonos se encontram na mesma entrada, muito embora do ponto de vista histórico tenham étimos e significados diversos. Entretanto, se têm étimos diferentes e pertencem a classes gramaticais diferentes, estão em entradas separadas como em: ADUÁR (s.m.) e ADUÁR (v.at.); CHÒCO (adj.) e CHÒCO (s.m.); GENTÍL (s.m.) e GENTIL (adj.); MAMÃO (s.m.) e MAMÃO (adj.); NÁDO (s.m.) e NÁDO (adj.); TENÁZ (s.m.) e TENÁZ (adj.).

Os critérios adotados por Morais para a inserção de homônimos em entradas separadas são bastante precisos. Se a classe gramatical é o primeiro critério para a separação, também outros são levados em consideração como a homografia e a homofonia, separando unidades que são homógrafas mas não são homófonas, como em: ENXÈRGA (s.f.) e ENXÉRGA (s.f.); LÒBO (s.m.) e LÓBO (s.m.); PRÉGAR (v.at.) e PRÈGAR (v.at.). É exatamente a heterofonia que faz a separação e nos permite entender o significado de cada uma delas. O verbo PRÈGAR “Segurar com prego” (SILVA, 1813, v.2, p.490) e PRÉGAR “Annunciar Doutrina Religiosa, inculcar, [...]” (SILVA, 1813, v.2, p.490).

O fato inverso também foi levado em consideração: PÈNA (s.f.) e PÈNNA (s.f.) estão em entradas separadas; entra aqui a heterografia. A primeira unidade é definida como “Mal fisico, ou moral, que se faz soffrer a quem commeteo delicto, crime, peccado” (SILVA, 1813, v.2, p.424); e a segunda, definida como “Pluma, a materia que reveste exteriormente as aves” (SILVA, 1813, v.2, p.428). Ambas de étimos latinos diversos *poena* e *pena*.

Finalmente, os homônimos com homofonia e homografia mas pertencentes a classes gramaticais diferentes são os mais encontrados no Dicionario. Em vários casos, observamos que uma unidade lexical guarda semelhança de significado com a outra, como em: CÍNTO (s.m.) e CÍNTO (p. pass de cingir); FEITÍÇO (s.m.) e FEITÍÇO (adj.); HERVÁDO (s.m.) e HERVÁDO (part. pass.); HOSPITÁL (s.m.) e HOSPITÁL (adj.).

Muito embora na Lexicografia contemporânea o critério gramatical não seja considerado o melhor para a separação de homônimos, pois entre eles não há modificação semântica, foi o adotado e seguido por Morais já que sua fonte de referência o *Vocabulario Portuguez e Latino* de Bluteau (1712-1728) não faz qualquer tipo de separação. Bluteau relaciona todos os valores semânticos de

uma unidade sem se importar com a classe gramatical, a etimologia, ou ainda a homofonia ou a homografia da palavra-entrada (MURAKAWA, 2006).

Considerações finais

O repertório lexical reunido por António de Morais Silva em seu Dicionario, edição de 1813, foi extraído de um *corpus* de referência constituído de obras de 203 autores portugueses dos séculos XIV ao XVIII (MURAKAWA, 2006). Como bem diz o lexicógrafo “Os Autores, com que autorizei os artigos addidos, são Portuguezes castiços, e de bom Seculo pela maior parte: [...]” (Silva, 1813, v.1, p.x).

Num confronto entre as duas edições do Dicionario, pode-se observar, na 2ª edição, o quanto Morais inovou em termos de acréscimo à nomenclatura. A 1ª edição, em dois volumes, contém 1290 páginas, sendo 749 no volume 1 e 541 no volume 2. A 2ª edição, publicada 24 anos mais tarde, contém 1678 páginas também distribuídas em dois volumes, onde 806 estão no volume 1 e 872 no volume 2, não incluídas as páginas destinadas à introdução e ao Epitome. A 2ª edição em muito foi ampliada, não só em sua nomenclatura mas também em informação lexicográfica, como novos valores polissêmicos acrescentados às unidades e informação gramatical contida nos verbetes, orientando o leitor para as irregularidades da língua portuguesa (MURAKAWA, 2006).

O acréscimo do Epitome da Grammatica Portugueza (1813), em que as regras gerais da língua estão estabelecidas, permitiu ao autor, quando necessário, colocar notas, observações, correções e críticas a certos empregos gramaticais prescritos. A Duarte Nunes de Leão (1530?-1608) criticou o uso do *h* no numeral HUM, justificando no interior do verbete a sua posição UM. Além de considerar o *h* desnecessário, assinalou a improcedência de tal emprego já que o numeral latino *unus -a -um* não possui *h*.

A Jerônimo Contador de Argote (1676-1749) que considerou o verbo HAVER, no sentido de *existir*, concordando no singular com nomes sujeitos do plural, Morais argumenta que HAVER, neste caso, é ativo e está numa frase elíptica com sentido de *possuir*, *ter*. Assevera Morais “[...] *Ha homens*, é frase elliptica, i. e., o mundo tem, contem homens: *ha dias*, o tempo ha decorrido dias: *nesta terra ha boas frutas*, a especie das frutas tem nas boas nesta terra [...]” (SILVA, 1813, v.2, p.112). Essas críticas não estão na 1ª edição do Dicionario e isto comprova o que vimos dizendo: léxico e gramática se completam na obra de Morais e comprovam a reflexão e o pensamento do autor sobre os fatos da língua, contrariando, muitas vezes, normas já estabelecidas.

O nome Morais é hoje sinônimo de dicionário e autoriza 7 edições posteriores às três primeiras que foram da lavra do brasileiro: 1789, 1813 e 1823.

É de Aquilino Ribeiro (1885-1963) o texto abaixo que extraímos da 10ª edição do Morais, publicada em 12 volumes, organizada por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, com o título *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1949, p.31) e que coloca a obra dicionarística de Morais no lugar que merece na História da Lexicografia Portuguesa:

Foi à praça um dia destes em leilão o Dicionário da Língua Portuguesa composto por D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por António de Morais Silva, ed. de 1789. Era o antepassado do vero e grandioso Morais. Em boa carneira, in 4º, tinha o seu quê de pedra de ara e de Código Justiniano, num incunábulo do Renascimento. Com efeito, estão ali as Ordenações da língua. Graças a Morais, o idioma português conheceu ao mesmo tempo a sua lei e o seu tombo. Desde então para cá, tudo que se fez é acessório.

MURAKAWA, C. A. A. Lexikon and grammar in *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1813), by António de Morais Silva. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.55-67, 2006.

- **ABSTRACT:** *In 1789, Antonio de Morais Silva published the first edition of his Diccionario da Lingua Portuguesa and, in 1813, he published the second edition, both in Lisbon. Taking into account the relation between grammar and dictionary as works which complement each other in the teaching and learning of a language, we studied the projection of the author's grammatical thought in the elaboration of the entries to the second edition of his Diccionario in an attempt to demonstrate that Morais, influenced by the reformist ideas of the Century of the Lights in Portugal, innovated in lexicographical and grammatical terms and registered them with criticisms to the grammars of his time, within the entries of his lexicographical work.*
- **KEYWORDS:** *Lexicography; lexicon; grammar; entry; lexical item; linguistic thought.*

Referências bibliográficas

BAIÃO, A. *Episódios dramáticos da inquisição portuguesa*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1924.

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez e latino*. Lisboa: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

CIDADE, H. Literatura: reacção contra o seiscentismo. In: HISTÓRIA de Portugal. Barcelos: Portucalense, 1934. v.6, p.468-492.

COELHO, J. do P. *Dicionário de literatura*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1979.

MACEDO, F. N. de. A renovação das ideias e das instituições de cultura. In: HISTÓRIA de Portugal. Barcelos: Portucalense, 1934. v.6, p.421-448.

MURAKAWA, C. de A. A. *António de Moraes Silva: lexicógrafo da língua portuguesa*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2006.

REY-DEBOVE, J. Léxico e dicionário. Tradução de Clóvis Barleta de Moraes. *Alfa*, São Paulo, v.5, p.45-69, 1984.

SARAIVA, A. J.; LOPES, O. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1979.

SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

_____. _____. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

_____. *Grande dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1949-1959.

Bibliografia consultada

CIDADE, H. Literatura: o seiscentismo. In: HISTÓRIA de Portugal. Barcelos: Portucalense, 1934. v.6, p.449-467.

GONÇALVES, M. F. *As idéias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734 - 1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003.

MONTEIRO, J. de S. O dicionarista Antonio de Moraes Silva e a Inquisição. In: ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS. Boletim da Segunda Classe: actas, comunicações, pareceres: 1898-1902. Lisboa, 1903. v.1, p.236-241.

SOBRE ESTUDIOS HISTÓRICOS DEL LÉXICO ESPAÑOL

Dieter MESSNER¹

- RESUMEN: En este artículo estoy pasando revista a cien años de investigaciones sobre el origen y la historia de palabras españolas.
- PALABRAS CLAVE: Lengua española; lexicografía diacrónica.

Si consultamos uno de los diccionarios modernos en busca del contenido de la palabra “historia”, nos topamos con dos acepciones principales: “sucesión de los acontecimientos pasados de la humanidad”, y “cosas notables o curiosas del pasado [...]” (SECO; ANDRÉS; RAMOS, 1999).

Eso significa que habrá que presentar dos tipos de trabajos: aquellos que estudian de forma diacrónica cualquier aspecto del léxico español por lo menos durante un cierto lapso de tiempo, por ejemplo el cambio semántico de una palabra, como hicieron Manuel Seco sobre “aleluya” (SECO, 1980), y Rafael Lapesa sobre “alma y ánima” (LAPESA, 1992), o la formación de las nomenclaturas de las ciencias naturales modernas (GUTIÉRREZ CUADRADO, 2002; GARRIGA ESCRIBANO, 2002; BRUMME, 2001).

Al otro tipo de estudios que corresponde a la segunda acepción, pertenecen trabajos sobre un tema situado en el pasado (y no en la época actual), por ejemplo las concordancias de autores de diversas épocas como el “Vocabulario” que acompaña la famosa edición del “Cantar de Mio Cid” que hizo Ramón Menéndez Pidal en los años ‘90 del siglo XIX, y que no difiere mucho en su metodología de un vocabulario de un autor clásico o moderno (MENÉNDEZ PIDAL, 1964-1969; GARCÍA GALLARÍN, 1998).

Sólo el análisis confrontativo de dos o más de estos vocabularios indicando las convergencias y las diferencias delante del eje cronológico produciría un trabajo histórico del primer tipo. Es necesario apuntar que el lingüista trabaja con textos; la sucesión de años - algunas veces comparada a la “vida”, esta

¹ Universidade de Salzburgo – A-5020 – Salzburgo – Áustria. Endereço eletrônico: Dieter.Messner@sbc.ac.at

metáfora tomada de la biología durante los siglos XIX y XX (“Vida y muerte de palabras”, por ejemplo) - no es un criterio de nuestra ciencia.

¿Dónde empieza el presente? Juan Gutiérrez, co-editor del *Diccionario Salamanca* (con José Antonio Pascual) afirmó que la proximidad aparente del siglo XIX desfigura muchas veces la historia más cercana del léxico español, o nos hace olvidar su estudio (GUTIÉRREZ, 1996/1997).

No obstante, es usual correlacionar fenómenos lingüísticos con otros criterios, con que definimos tradicionalmente las subdivisiones del diasistema de una lengua: diatópicos, diafásicos, y diacrónicos, por ejemplo contando la frecuencia de afijos con que se construyen en determinados periodos nuevas palabras (MESSNER, 1989), o cuales son las combinaciones de letras en ciertos registros, o nomenclaturas: la inicial **K** sobre la que de Bruyne (1989) se preguntó si era “Hija natural o ‘Enfant terrible’ del alfabeto español”, la encontramos en el *Diccionario de la Real Academia* (=DRAE) del 1869 21 veces, mientras en el DRAE del 2001 ya hay 92 entradas (MESSNER, 2002).

¿Qué es el léxico? Hoy en día, el uso literario, según el *Diccionario del español actual* (SECO; ANDRÉS; RAMOS, 1999) es “conjunto de palabras de un idioma”, y en una segunda acepción, “conjunto de las palabras propias [de una región, de una actividad, de un grupo humano, de una obra o de una persona determinadas]”.

La mayor parte de los estudios del léxico español que podemos considerar como históricos se limitan a analizar una de las subdivisiones descritas en la segunda acepción del diccionario antes citado: el vocabulario de una región, tipo monografía dialectal, el vocabulario de una profesión, etc.

En un discurso de ingreso en la Real Academia Española leído en marzo de 2002 encontramos la frase siguiente:

[...] hoy sabemos mucho del pasado del léxico español, mucho más de cuanto nos resulta desconocido. No es esto producto de la casualidad, sino el resultado de un denodado esfuerzo que realizaron a lo largo del siglo XX tantas personas [...]. (PASCUAL, 2002, p.11)

Es cierto que sabemos mucho más, desde una perspectiva cuantitativa, pero nos enfrentamos en nuestra disciplina a un fenómeno común de las ciencias humanas: el de nunca llegar a un resultado del que podamos decir que es definitivo. Hay también un aspecto cualitativo, que se da con frecuencia y que consiste en rehacer un análisis ya hecho por uno de los muchos antecesores nuestros.

El análisis del léxico total o de algunos sectores exige también conocimientos de variados sectores de la lingüística: al lado de la formación de palabras (que varía según la época, la categoría de textos, etc.), y de la fonética (sólo menciono

uno de los criterios utilizado por Bustos Tovar (1974, p.12) para reconocer un cultismo, es decir una “[...] palabra frenada en su evolución fonética”), es necesario tener otros conocimientos, por ejemplo de otras lenguas que prestan palabras al español (como el árabe, las lenguas germánicas, las románicas) para no perderse citando a autores extranjeros sin competencia.

Es necesario tener también conocimientos extralingüísticos: el cruce de la forma chanela con el topónimo China para explicar el origen de la palabra chinela, que propuso Corominas (1954) en su diccionario (obra importantísima dentro del conjunto de las que voy a citar, tanto por ser el único serio todavía aunque ya publicado hace 50 años y escrito aún antes, como por los comentarios también históricos de la forma y/o del contenido de muchas entradas), es imposible porque la palabra ya está documentada en Portugal 50 años antes de Nebrija (si creemos en el valor objetivo de una primera fecha escrita, y no oral, desconocida), probablemente conservada sólo por casualidad. En un trabajo mío me referí al número de altares que poseían las iglesias de Colonia durante la Edad Media: sobrevivieron a las destrucciones, guerras, incendios un 15% (¡cuántos más manuscritos no deben de haber desaparecido!), y el topónimo China sólo entró en Europa por mediación de los portugueses mucho más tarde.

Un ejemplo para mostrar la complejidad del trabajo lexicológico histórico que va más allá del puramente lingüístico: desde hace mucho se da como origen de la interjección alto el alemán halt, en palabras de Corominas (1954, p.173):

ALTO II, m., ‘detención de una marcha’, interj. para cesar en una marcha o en el fuego, del alem. halt id., derivado del verbo halten ‘detener’ 1a. doc. 1571-75. Hurtado de Mendoza. [...]

Si consultamos otra obra importante – también para la investigación histórica del léxico español – el *FEW*, el diccionario etimológico francés (WARTBURG, 1922), nos surgen las primeras dudas: hay testimonios franceses donde alte significa “action de hausser les piques et de se ranger en marchant”, después “interjection pour commander de s’arrêter” (Wartburg, p.135), entonces con el mismo significado español, ‘detención de una marcha’. Y Wartburg explica que la hache de “halte” es una adaptación de la palabra a la forma alemana muy semejante “halt” (‘¡para!’).

Otra obra importante, instrumento de investigación histórica del léxico español, es el *Tesoro lexicográfico* 1492-1726 (GILI GAYA, 1947), que reúne una gran parte de los diccionarios de la época indicada, ordenando todas las entradas de forma cronológica (se interrumpió con la inicial E en 1957, pero será substituido por un *Nuevo Tesoro Lexicográfico del Español* dirigido por Manuel Alvar y Lidio Nieto, CSIC). No es difícil encontrar nuestra palabra “¡alto!” (GILI GAYA, 1947, p.139) por ejemplo en Oudin (1607): “[...] je trouve que c’est un terme de guerre

[...] il faut noter que quand les italiens ou espagnols disent alto, que cela s'entend de lever les piques haut pour s'arrester [...]". A Oudin siguen por ejemplo Covarrubias (1611) y otros lexicógrafos. Italiano "Alto il legno" o castellano "Alto el leño" fue, entonces, en el lenguaje militar del siglo XVI, la señal para hacer parar a los soldados, sintagma después abreviado en "alto", y después, por algunos etimólogos, contaminado con el imperativo "halt" del verbo alemán "halten", todo eso, según mi opinión una explicación errada, aunque muy seguida, por ejemplo, en otros diccionarios (CORTELAZZO; ZOLLI, 1979, p. 42: "alto [...] la vc. fu diffusa dalle milizie tedesche che invasero l'Italia all'inizio del cinquecento").

El que en una calle de Madrid oye las órdenes monosilábicas que los policías dan a sus perros se queda asombrado al escuchar palabras alemanas, no registradas en los diccionarios, pero que sí, existen en los manuales de adiestramiento (MENCHERO SÁNCHEZ, 1997). La historia reciente nos aclara que los primeros pastores alemanes importados ya estuvieron adiestrados en Alemania. Así nace una tradición.

Una breve cita, que confirma lo que escribí – Rafael Lapesa, en su discurso de recepción en la Real Academia de la Historia, en 1996, escribió: "[...] Menéndez Pidal presentó una concepción más integralmente humana, que encuadra los hechos lingüísticos entre las formas de vida y de cultura" (LAPESA, 1996, p.33).

Se exige entonces a los que hacen la historia del léxico un conocimiento múltiple, que uno solo no tiene, no puede tener. Por eso hay que fiarse de los trabajos de otros, lo que significa que una gran parte del trabajo lexicológico depende de la fiabilidad de las autoridades, y cada vez que se hacen progresos es necesario rectificar lo antes escrito. Un famoso miembro de la RAE caracterizó el trabajo así: "Son historias de errores y de posiciones particulares que se renuevan una y otra vez, y son mil veces revisadas. [...] Ciertamente, hay que conceder que las Ciencias humanas [...] tienen desventajas".

Un ejemplo para ilustrar una de estas "posiciones particulares que se renuevan una y otra vez": la palabra abacero es, en la primera edición del diccionario etimológico de Corominas (1954) un "[...] derivado de haba, que es el artículo que originariamente vendió el abacero. Para la formación del derivado, comp. carnicero". En un fascículo - muestra que publicó Bodo Müller, el autor del *Diccionario del español medieval*, en 1980, este sigue a Oliver Asín, dando el árabe como origen de la palabra; traduzco del alemán: "La etimología propuesta por Oliver Asín parece razonable tanto desde el punto de vista fonético como semántico. Es una forma híbrida del árabe HABBAZA, con el sufijo latino -ario".

En la segunda edición del diccionario Corominas / Pascual (1980-1991) se rechaza otra vez la etimología árabe añadiendo un comentario:

El Sr. Oliver Asín [...] ha aspirado a dar una etimología nueva [...] de abacero sin aportar ningún dato de primera mano [...] ni idea útil para la etimología de esta palabra. La idea de la derivación del nombre árabe del panadero apenas se puede tomar en serio.

Müller (1987), en el primer volumen impreso, tampoco continúa con la misma etimología que propuso diez años antes, sino que señala: “De origen incierto”. Y un romanista alemán más, Harri Meier, conocido por sus construcciones etimológicas llenas de imaginación, ofreció otra etimología: “propongo aquí una nueva etimología contraria a la alternativa de Corominas: al lado del lat. aversione se formó *aversarius “comprador, vendendor” (MEIER, 1984).

¿Qué van a hacer los “consumidores?” Cuatro reconocidos expertos, cada uno con su propia opinión, diferente de la de los otros. Y si difieren tanto, ¿cuál es la seriedad de ellos en otras investigaciones? ¿Se puede uno fiar de ellos? Todas las obras históricas, escritas en los últimos cien años sobre el español tienen un carácter peremptorio. Mientras más antiguo, menos valor tiene en la actualidad.

En lo que sigue presentaré mi opinión sobre 100 años de investigación del léxico español. Me aproximo al tema con una perspectiva personal, es decir aquella de un romanista del tipo histórico-comparativo, formado dentro de la filología románica creada por Friedrich Diez, hace más de 170 años. Probablemente, otra persona hubiera hecho una selección de títulos diferentes de la mía.

Existen algunas obras informativas sobre nuestro asunto: bien conocido es Diego Catalán, *Lingüística ibero-románica* (1974), o José Portolés, *Medio siglo de filología española* (1986). La obra de Diego Catalán es considerada como fundamental, también por los comentarios críticos del autor, semejantes a pequeñas reseñas, y nos permite conocer el desarrollo de lo que se publicó en toda la península ibérica y fuera de ella, incluyendo también los sectores catalán y gallego-portugués. Para las décadas más recientes poseemos varias obras, por ejemplo: María Bargalló Escrivà / Cecilio Garriga Escribano *25 años de investigación de la lengua española* (2000).

No podemos olvidar en este contexto el opus magnum de Rafael Lapesa: en su *Historia de la lengua española* (la 8.^a edición es de 1980) cada época viene acompañada por un capítulo sobre el léxico, donde se citan los resultados de las investigaciones más importantes. Y si uno quiere ver la casi totalidad de obras que se refieren a nuestro tema puede consultar la Bibliografía Románica (*Romanische Bibliographie*), el suplemento bibliográfico que acompaña la *Zeitschrift für Romanische Philologie* desde hace más de cien años. También la *Revista de Filología Española* contiene una rica bibliografía. Lo que ocurrió en el

sector lexicográfico, antes y después de la publicación del diccionario de Corominas (1954) se describe muy detalladamente en Blecua / Clavería (1999).

¿Cuáles son los resultados más importantes de cien años de investigación histórica del léxico español? ¿Cuáles fueron los conocimientos hace cien años, y qué nos aportó de nuevo nuestra disciplina en el siglo pasado? Para medir los progresos pensé poder hacerlo con dos obras importantes, que forman lo que los ingleses y americanos llaman *The State of the Art*: la primera obra es el famoso *Grundriß der romanischen Sprachen*, dirigido hace más de cien años por Gustav Gröber (GRÖBER, 1904-1906). Esta obra, de tres volúmenes, nos permite ver lo que los más renombrados romanistas de la época, entre ellos también Meyer-Lübke (el autor del importantísimo *Romanisches Etymologisches Wörterbuch* de 1911, que provocó entre los romanistas de la Península Ibérica una recepción bastante crítica – GARCÍA DE DIEGO, 1923) pensaron. El autor del artículo sobre la lengua castellana es Gottfried Baist, hoy desconocido, pero alrededor de 1900 uno de los grandes hispanistas alemanes, del que escribió Menéndez Pidal en la edición de 1908 del *Cantar de Mio Cid*: “[...] importantes trabajos especiales, debidos a Baist y otros, que venían a deshacer ó rehacer mis inéditas páginas” (citado según MENÉNDEZ PIDAL, 1964-1969, p.ix).

Del final del siglo XX es otra obra, el *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, también una síntesis de lo que es hoy día la filología románica (HOLTUS; METZELTIN; SCHMITT, 1992). Alrededor de 1900 se dedicó a la lengua española un capítulo de 38 páginas, mientras que en 2000 ocupa casi un volumen entero, con 600 páginas. Las páginas que tratan del léxico español, eran dos en 1900, que explican el origen de las palabras (GRÖBER, 1904, p.881-883), mientras que en la obra más reciente son varios artículos, el más parecido al de 1900 con unas 17 páginas (HOLTUS; METZELTIN; SCHMITT, 1992, p.440-457). Hay entonces, al principio del siglo XXI más páginas, pero este aumento del volumen, ya lo dije, tampoco es un paso cualitativo.

Voy a ejemplificarlo: En el artículo sobre “Etimología e historia del léxico”, que está incluido en el tomo VI del *Lexikon der romanistischen Linguistik* dedicado al español, se remite a trabajos sobre los diferentes componentes del vocabulario español; muchas veces la fuente sigue siendo la famosa *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, de 1960 y 1967, que marcó un hito importantísimo dentro de los estudios históricos del castellano (*ELH* 1960). Los italianismos fueron analizados por Juan Terlingen que se basa en un trabajo suyo publicado ya en 1943 (y utilizado por Corominas, 1954, p.lvii, que lo describió así: “libro útil, aunque defectuoso metódicamente”); los lusismos los presenta Gregorio Salvador, y los germanismos provienen de Ernst Gamillscheg, basados en un trabajo importantísimo, pero de los años treinta, traducido parcialmente al español. Si hoy día se mencionan los germanismos en las lenguas iberorrománicas,

inmediatamente se evoca el nombre de Gamillscheg con un trabajo sobrepasado desde hace muchas décadas, también por las investigaciones recientes de germanistas quienes refutan o falsifican en parte la argumentación válida en los años treinta. Pero, en España el lector hispanista, no sabe nada de eso y continúa citando a Gamillscheg. Bruguera (1985, p.46) escribió “L’obra de síntesi més completa sobre el germanismes encara avui és la de Gamillscheg”. El prestigio de algunos autores de esta *Enciclopedia* es tan grande que generaciones posteriores no se atreven a criticarla o no sienten la necesidad de retomar el tema.

¿Qué quiero decir con estos ejemplos? que nosotros tenemos que preguntarnos una y otra vez dentro del tema “historia del léxico”, si un trabajo anterior todavía es válido.

Lo que me importa mostrar con todos estos ejemplos, es la relatividad de los resultados de nuestra investigación predestinada ya en la selección de las fuentes secundarias. En un estudio de los términos de viaje difundidos durante la época de los descubrimientos Raymond Arveiller (1963) mostró que era posible suponer hasta diez posibilidades de como han entrado algunos exotismos en la lengua francesa (el libro es interesante porque algunas formas pasaron por la lengua española).

Por eso es también difícil escribir una síntesis: Colón (2002), en el prefacio de una colectánea de varios artículos antes publicados, dijo que no existe ninguna historia del léxico español. Me temo que no la tengamos pronto, aunque se han creado muchos corpus electrónicos como por ejemplo el *CORpus Diacrónico del Español*, de la RAE, el CORDE, que permite al investigador acceder a textos que nunca estarían a su disposición en una biblioteca.

En el anuncio de su libro con el título *Para la historia del léxico español*, Colón (2002) nos informa de manera crítica que “los trabajos que tienen algún punto de contacto con una historia del léxico son en realidad investigaciones etimológicas”. Y añade: “desde el momento en que el estudioso llega a una conclusión [...] sobre el origen o procedencia de una voz, se desentiende de su trayectoria”. Un ejemplo; si Corominas explica “alcohol” como “del hispanoárabe kuhul”, con sus cuatro acepciones, entre ellas también aquella con el significado ‘espíritu de vino’, comete un error, que después rectifica: este significado proviene de un médico o alquimista llamado Teofrasto que, en el siglo XVI, interpretó el significado ‘polvo finísimo de antimonio’ de la palabra ya castellana (y no árabe) de forma errada dándole un significado nuevo con el cual la palabra volvió a España, es decir por vía latina o francesa (y no árabe).

A la exigencia de analizar no sólo la historia lejana sino también la moderna se opone el aspecto práctico, es decir, la facilidad con que podemos tratar sobre las épocas pasadas, frente a la dificultad de registrar y analizar la actual.

Otro punto interesante: en el “Grundriss” de 1900 hay una frase que traduzco “el castellano no se abrió mucho a la influencia de las lenguas catalana y portuguesa” (GRÖBER, 1904, p.883). Y en Holtus; Metzeltin; Schmidt (1992, p.449) leemos:

[...] el número de préstamos que el español ha tomado de otras lenguas adstráticas peninsulares como el catalán, el gallego o el portugués es mucho más modesto (scilicet que el árabe). Estas lenguas [...] nunca han servido de fuente regular de abastecimiento léxico [...].

¿Es verdad, pregunto yo, o sólo es otra laguna dentro de la investigación?

Y como referencia bibliográfica sobre los arabismos indican en 1900 la obra de Reinhard Dozy / W.H. Engelmann, *Glossaire des mots espagnols et portugais dérivés de l'arabe* (Leyden), publicado en 1869, es decir 30 años antes, y en la obra de un siglo más nueva, en 2000 encontramos a Steiger y Neuvonen, con obras publicadas 50 años antes, *Aufmarschstrassen des morgenländischen Sprachguts*, Bern, y *Los arabismos en español*, Helsinki.

Ofrezco una muestra para dar a conocer la relatividad de nuestras pesquisas: hay un artículo interesantísimo con el título “Las etimologías árabes de Joan Corominas”. Nos topamos con unas frases que aluden a la obra de Asín, que me gustaría citar: “El hecho es que el arabismo en España ha sido durante décadas una institución muy peculiar, en la que los presupuestos habituales de cambio y progreso no siempre se han cumplido”. Y sobre Corominas se dice: “[...] sus limitaciones en el dominio de la dialectología árabe fueron responsables de algunas etimologías fallidas [...]” (CORRIENTE, 1999b, p.67).

No cité todo eso para hablar mal de Corominas, sino para mostrar algo típico de nuestro trabajo, es decir que algunos monumentos de nuestra disciplina glorificados en su época, han hecho daños al progreso necesario y a la renovación necesaria (que, en las Ciencias Naturales se produce cada 7 años, mientras que en la filología continuamos trabajando con instrumentos de más de 50 años). Hay un desfase en la elaboración de los varios capítulos de la lexicología: los arabismos son continuamente discutidos, pero otros sectores están muy retrasados, por ejemplo los lusismos, que con excepción de los trabajos de Pérez Vidal (1970; cf. MORERA, 1994), sobre los lusismos canarios, precisan urgentemente de un nuevo análisis. También la situación de los galleguismos en castellano puede ser retomada gracias al trabajo editorial de los textos de Fray Martín Sarmiento (1970 y siguientes.), labor que realizó José Luís Pensado (MESSNER, 2003).

Para esclarecer los problemas que constan del empleo del diccionario de Corominas cito dos artículos bastante recientes publicados en la RFE de 1986 /

LXVI (entre los muchos que existen, algunos excelentes testimonios de la investigación histórica del léxico español).

Pilar Vallejo Arróniz , en un trabajo sobre los galicismos del siglo XVIII (1986, p.115) escribe: “Dada la falta de un diccionario histórico completo, para tratar el caudal léxico que lustró en el siglo XVIII, hemos recurrido al magnífico diccionario de Corominas [...]”.

Y en el mismo número hay también un análisis de los neologismos del español del siglo XIV (1986, p.297 y siguientes.) de Isabel de Torres Ramírez: “En su diccionario Corominas recoge 1369 palabras documentadas por vez primera en el siglo XIV [...]. Tras realizar un estudio hemos excluido 678 formas documentadas en textos anteriores”.

No puedo sino concordar con la última oración de la cita, como autor de varios diccionarios cronológicos (MESSNER, 1977) caracterizados por Blecua / Clavería (1999, p.39) así: “En el caso del español utilizó [i.e. Messner] el *DCELC* [...] lo cual da una idea de su importancia para la caracterización del léxico”.

Mencioné algunas obras que me parecen ser, subjetivamente, y con mi currículum detrás, importantes contribuciones a la investigación histórica del léxico español, durante los últimos cien años.

Recordé a Menéndez Pidal y el tercer volumen de su edición sobre el *Cantar de Mio Cid*, el vocabulario, que abarca en la edición de 1969 unas 480 páginas. Muchas de las explicaciones históricas que dio el autor hace un siglo podemos encontrarlas también más tarde en otra obra fundamental dentro del análisis diacrónico del español, en el tantas veces citado diccionario de Corominas (1954; COROMINAS; PASCUAL, 1980):

[...] un texto fundamental como el *Cantar de Mio Cid* es aprovechado en el *Diccionario* a partir del magistral estudio realizado por R. Menéndez Pidal, al que Corominas reconoce como uno de sus maestros más importantes. (BLECUA; CALVERÍA, 1999, p.37)

Se sabe que el joven Corominas colaboró, en los años treinta con Américo Castro. Castro editó, en 1936, los *Glosarios latino-españoles de la Edad Media*, obra importantísima para los estudios medievales (COROMINAS, 1954, p.xxxvii: “mi ayuda en la interpretación de estas fuentes fue más considerable que el ‘intento de ordenación’ de que habla el autor [...]”).

¿Cuáles son los resultados de otras investigaciones históricas ?

En la *Revista de Filología Española* (v.56, 1968), en el artículo necrológico dedicado a su fundador Menéndez Pidal, Dámaso Alonso escribió: “Lo estrictamente filológico era para él el estudio histórico de la lengua y de la literatura. Son esas las materias las que destinó a nuestra revista”. Por eso consulté las reseñas y las bibliografías que acompañan cada volumen de la *Revista de Filología Española*. Pensé que me procurarían una visión de dentro, es decir que con ellas conocería las opiniones de los especialistas españoles sobre las investigaciones históricas del léxico.

Me quedé asombrado de descubrir que no hubo muchos trabajos históricos sobre el léxico español en la *RFE* hasta hace muy pocos años. La mayoría de los artículos relevantes son pequeños, y llevan por título “notas etimológicas” (y muchos de los estudios de Yakov Malkiel, personaje importante de la filología hispánica, tenían, en sus días, el mismo carácter: “[...] se trata siempre de monografías especializadas sobre una palabra concreta o sobre una pequeña familia etimológica” (BLECUA; CLAVERÍA, 1999, p.38), o, si venían de fuera “Notes étymologiques”, de Leo Spitzer, o de Meyer-Lübke, mientras que de los autores españoles aparecen Gili Gaya, García de Diego, Américo Castro.

Es interesante constatar que hasta el año de 1967, en la bibliografía de la *RFE* no hubo una rúbrica “lexicología”, pero sí “Lexicografía y semántica”. Contienen todos una bibliografía: en el año 1934, volumen XXI, por ejemplo encontré el anuncio del primer tomo del *Diccionario histórico* sin que fuese seguido de una reseña. Un diccionario del español medieval de Cejador y Frauca aparece en la bibliografía, pero no hay reseña. ¿Me pregunto por qué?

Los *Glosarios* de Américo Castro de 1936 no fueron reseñados, pero si se añadió un suplemento de Francisc de B. Moll en 1942 (v.26). Algo muy importante dentro de la investigación del léxico hubiera sido el diccionario histórico; lo han sentido también los académicos porque:

En 1914 imprimió la RAE un libro titulado Plan general para la redacción del Diccionario histórico de la lengua castellana. [...] Revolucionario, [...] la primera vez que se exponía un proyecto firme de publicar un diccionario histórico de nuestro idioma [...] época de la RAE con muchas actividades [...].

Son palabras de Manuel Seco (1980), quien en su discurso de ingreso a la RAE, describe la evolución de éste y de otros proyectos: todos fracasados, infelizmente.

Otros proyectos semejantes existen, pero de dimensiones más pequeñas, en Alemania el *Diccionario del español medieval*, por ejemplo, que llegó en 2002 al

fascículo 22 con la palabra “alrededores” (MÜLLER, 1987). Vale la pena citar la nota preliminar que precede el fascículo 21 (2001) porque nos enseña que “Una de cuatro palabras se ha registrado por primera vez” y “Para la mitad de las palabras se han presentado testimonios anteriores a los conocidos”. Otra vez estamos enfrentados al problema inherente de nuestra disciplina: la credibilidad y la fiabilidad de los trabajos que existen. Dos grandes proyectos coetáneos, el *Diccionario histórico* de la RAE y el proyecto alemán ofrecen informaciones que difieren bastante entre sí.

Hay también un tipo de estudios intermedios: en los últimos años se han realizado o están realizándose nuevos proyectos reducidos y concentrados en terminologías especiales; el corpus, por ejemplo, del proyectado *Diccionario de la ciencia y de la técnica del renacimiento español* consta de 100 obras. El *Diccionario español de textos médicos antiguos*, de María Teresa Herrera (1996) está basado en 32 libros.

Llegué al fin de mis comentarios muy personales, pero también fundados en la experiencia que hice en este asunto, con base a un elevado número de estudios sobre la historia del léxico español. Espero haber podido mostrar que el progreso en nuestra disciplina sólo se realiza si retomamos regularmente todos los temas aunque algunos aparentemente triviales y ya analizados por los que nos precedieron. Eso no va a ser fácil en una época en que el cambio de los paradigmas culturales tiene consecuencias fatales sobre la investigación porque han desaparecido los conocimientos tradicionales que tuvimos de la religión, de la antigüedad y de las lenguas clásicas.

MESSNER, D. About historic studies of the Spanish lexicon. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.69-83, 2006.

- **ABSTRACT:** *In this article I review one hundred years of researches on the origin and the history of Spanish words.*
- **KEYWORDS:** *Spanish language; diachronic lexicography.*

Referencias bibliográficas

ARVEILLER, R. *Contribution à l'étude des termes de voyage*. Paris: Artrey, 1963.

BARGALLÓ ESCRIVÀ, M.; GARRIGA ESCRIBANO, C. (Ed.) *25 años de investigación de la lengua española*. Tarragona: Universitat, 2000.

BLECUA, J. M.; CLAVERÍA, G. La lexicografía castellana, antes y después de Joan Coromines. In: SOLÀ, J. *L'obra de Joan Coromines*. Sabadell: Fundació Caixa, 1999. p.29-43.

- BRUGUERA, J. *Història del lèxic català*. Barcelona: Enciclopedia Catalana, 1985.
- BRUMME, J. (Ed.) *La historia de los lenguajes iberorrománicos de especialidad*. Frankfurt: Vervuert, 2001.
- BUSTOS TOVAR, J. J. de. *Contribución al estudio del cultismo léxico medieval*. Madrid: BRAE, 1974. Anejo XXVIII.
- CASTRO, A. *Glosarios latino-españoles de la Edad Media*. Madrid: Junta para la Ampliación de Estudios. Centro de Estudios Históricos, 1936. (RFE Anejo 22).
- CATALÁN, D. *Lingüística ibero-románica*. Madrid: Gredos, 1974.
- COLÓN, G. *Para la historia del léxico español*. Madrid: Arco Libros, 2002. 2 v.
- COROMINAS, J. *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 1954. 3 v. (Biblioteca románica hispanica, Dicionários, 1)
- COROMINAS, J., PASCUAL, J. A. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos, 1980-1991. 6 v. (Biblioteca románica hispánica V, Dicionarios; 7)
- CORRIENTE, F. Las etimologías árabes de Joan Coromines. In: SOLÀ, J. *L'obra de Joan Coromines*. Sabadell: Fundació Caixa, 1999b. p.67-89.
- CORTELAZZO, M.; ZOLLI, P. *Dizionario etimologico della lingua italiana*. Bologna: Zanichelli, 1979.
- DE BRUYNE, J. ¿La K: hija natural o 'enfant terrible' del alfabeto español? *RFE*, v.69, p.97-117, 1989.
- ENCICLOPEDIA LINGÜÍSTICA HISPÁNICA. Madrid: Consejo Superior de Investigación Científica, 1959-1967.
- GAMILLSCHEG, E. *Romania germanica*. Sprach- und Siedlungsgeschichte der Germanen auf dem Boden des alten Römerreiches. Berlin: Walter de Gruyter, 1934-1936. 3 v.
- _____. Germanismos. In: ENCICLOPEDIA LINGÜÍSTICA HISPÁNICA. Madrid: Consejo Superior de Investigación Científica, 1960-1967. v.2, p.79-92.
- GARCÍA DE DIEGO, V. *Contribución al diccionario hispánico etimológico*. Madrid: [s.n.], 1923. Anejo 2.
- GARCÍA GALLARÍN, C. *Léxico del 98*. Madrid: Complutense, 1998.
- GARRIGA ESCRIBANO, C. Notas sobre la incorporación de los términos de elementos químicos al español en el siglo XIX. In: PÖLL, B.; RAINER, F. *Vocabula et vocabularia: études de lexicologie et de (méta-)lexicographie romanes en l'honneur du 60^e anniversaire de Dieter Messner*. Frankfurt: Lang, 2002. p.131-144.

GILI GAYA, S. *Tesoro lexicográfico 1492-1726*. Madrid: Consejo Superior de Investigación Científica, 1947-1957.

GRÖBER, G. *Grundriss der romanischen Philologie*. 2. ed. Strassburg: Kal J. Trübner, 1904-1906.

GUTIÉRREZ CUADRADO, J. La química y la lengua el siglo XIX: nota a propósito de pajeja, fósforo, mixto y cerilla. *Revista de lexicografía*, v.3, p.81-93, 1996/1997.

_____. La lexía GAS del alumbrado. In: PÖLL, B.; RAINER, F. *Vocabula et vocabularia: études de lexicologie et de (méta-)lexicographie romanes en l'honneur du 60^e anniversaire de Dieter Messner*. Frankfurt: Lang, 2002.

HERRERA, M. T. (Coord.) *Diccionario español de textos médicos antiguos*. Madrid: Arco /Libros, 1996.

HOLTUS, G.; METZELTIN, M.; SCHMIDT, C. (Ed.) *Lexikon der romanistischen Linguistik*. Tübingen Niemeyer, 1992. v.6, p.1

LAPESA, R. Alma y ánima en el diccionario histórico de la lengua española. In: _____. *Léxico e historia*. Madrid: Istmo, 1992. v. 2, p.65-86.

_____. *Crisis históricas y crisis de la lengua española*: discurso leído el día 14 de Abril de 1996 en la recepción pública [...] Madrid: Real Academia de la Historia, 1996.

MEIER, H. *Notas críticas al DECH de Corominas / Pascual*. Santiago: Verba, 1984. Anexo 24.

MENCHERO SÁNCHEZ, A. *Manual de adiestramiento del perro*. Barcelona: AEDOS, 1997.

MENÉNDEZ PIDAL, R. *Cantar de Mio Cid*. 4. ed. Madrid: Espasa Calpe, 1964-1969.

MESSNER, D. *Dictionnaire chronologique des langues ibérorromanes*. Heidelberg: Winter, 1977.

_____. Tendencias históricas del léxico español. *Anuario de Letras*, México, v.27, p.275-280, 1989.

_____. *Ke he Letra Grega, que nam tem uso nos vocabulos Portuguezes*. Salzburg: Universität, 2002.

_____. *Bachiller Olea vocabulo[s] gallegos escuros lo q[ue] quieren dezir*. La Coruña: Real Academia Gallega, 2003.

MEYER-LÜBKE, W. *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg: C. Winter, 1911-1920.

MORERA, M. Lusismos en el español atlántico. *Anuario de Letras*, v.32, p.37-97, 1994.

MÜLLER, B. *Diccionario del español medieval*. Heidelberg: Winter, 1987.

PASCUAL, J. A. *La historia como pretexto*: discurso leído el día 10 de Marzo de 2002 en su recepción pública [...] Madrid: Real Academia Española, 2002.

PÉREZ VIDAL, J. Esbozo de un estudio de la influencia portuguesa en la cultura tradicional canaria. In: *Homenaje a Elías Serra Rafols*. Universidad de La Laguna, 1970. p.371-390

PORTOLÉS, J. *Medio siglo de filología española: idealismo y positivismo (1896-1953)*. Madrid: Catedra, 1986.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua castellana*. 11. ed. Madrid: Imprenta de Don Manuel Rivadeneyra, 1869.

_____. *Diccionario de la lengua española*. 21. ed. Madrid: Espasa Calpe, 2001.

SECO, M. *Las palabras en el tiempo: los diccionarios históricos: discurso leído el día 23 de noviembre de 1980 en su recepción pública [...]* Madrid: Real Academia Española, 1980.

SECO, M.; ANDRÉS, O.; RAMOS, G. *Diccionario del español actual*. Madrid: Aguilar, 1999.

SOLÀ, J. *L'obra de Joan Coromines*. Sabadell: Fundació Caixa, 1999.

TORRES RAMÍREZ, I. De léxico e historia: neologismos en el español del siglo XIV. *Rev. Filol. Esp.*, v.66, p.297-312, 1986.

VALLEJO ARRÓNIZ, P. Nuevos datos sobre galicismos del siglo XVIII. *RFE*, v.66, p.115-125, 1986.

WARTBURG, W. von *Französisches etymologisches Wörterbuch: eine Darstellung des galloromanischen Sprachschatzes*. Basel: R. G. Zbinden, 1922ss.

Bibliografía consultada

CINTRA, L. Introducción de Ramón Menéndez Pidal. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1959-1960. 2 v.

CORRIENTE, F. *Diccionario de arabismos y voces afines en iberorromance*, Madrid: Gredos, 1999a.

MESSNER, D. Apuntes sobre lexicocronología española. In: *Scripta Philologica in Honorem Juan M. Lope Blanch*. México: UNAM, 1992. v.2, p.191-202.

_____. Elementos de origem germânica no léxico português. In: KOLLER, E.; LAITENBERGER, H. (Ed.) *Suevos: Schwaben, Das Königreich der Sueben auf der Iberischen Halbinsel (411-585)*, Braga 1996. Tübingen: Gunter Narr, 1998. p.105-113.

PÖLL, B., RAINER, F. (Ed.) *Vocabula et vocabularia: études de lexicologie et de (méta-)lexiographie romanes en l'honneur du 60^e anniversaire de Dieter Messner*. Frankfurt: Lang, 2002.

SARMIENTO, Fr. Martin. *Colección de voces y frases gallegas [1770]*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1970. (Acta Salmanticensia, 61)

_____. Discurso apologético por el arte de rastrear las mas oportunas etimologías de las voces vulgares [1770]. *Biblioteca de la Real Academia Gallega*, v.31, p.7-95, 1971/1972.

_____. *Catalogo de voces y frases de la lengua gallega*. Salamanca: Universidad de Salamanca. Secretariado de Publicaciones, 1973. (Acta Salmanticensia, 72)

_____. *Catálogo de voces vulgares y en especial de voces gallegas de diferentes vegetables [1758]*. Salamanca : Ediciones Universidad de Salamanca, 1986. (Acta Salmanticensia, 174)

_____. *Elementos etimológicos según el Método de Euclides*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1999a.

_____. *Onomástico etimológico de la lengua gallega [1769]*. La Coruña: Fundación Barrié de la Maza, 1999b.

A TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA E A SUA PRÁTICA

Gladis Maria de Barcellos ALMEIDA¹

- RESUMO: A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) vem se constituindo em referência teórica em grande parte das pesquisas terminológicas realizadas no Brasil. Entretanto, percebe-se que, apesar de a TCT ser bastante citada em projetos terminológicos, a metodologia empregada em vários desses projetos revela uma orientação teórica muitas vezes oposta à TCT. Revisitaram-se, então, os princípios fundadores da TCT, procurando vinculá-los a uma prática terminológica coerente. Elegeram-se, como cenário ideal, a elaboração de um dicionário especializado e apresentaram-se todas as etapas metodológicas constitutivas da sua elaboração, tais como: a organização do *corpus*, a elaboração do mapa conceitual, o planejamento do protocolo de preenchimento das fichas terminológicas, a redação das definições, a organização do verbete e a configuração da macroestrutura. Cada uma dessas etapas foi detalhada, procurando-se fortalecer o elo entre teoria e prática no contexto da TCT, uma teoria terminológica descritiva de base lingüística. O que se conclui é que adequadas escolhas metodológicas podem tornar a prática terminológica coerente com os princípios que regem a TCT.
- PALAVRAS-CHAVE: Teoria Comunicativa da Terminologia; terminologia descritiva; terminografia; dicionário especializado.

Desde os anos 1990, vem-se questionando a insuficiência dos postulados da terminologia clássica, a chamada Teoria Geral da Terminologia (TGT), de Eugen Wüster, como orientação teórica e metodológica para a geração de produtos terminológicos. Novos paradigmas foram propostos a partir de então. Desses, merece destaque a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), cujo ideário vem sendo alinhavado desde então pelo IULATERM,² capitaneado por Maria Teresa Cabré.

¹ UFSCar – Centro de Educação e Ciências Humanas – Departamento de Letras – 13565-905 – São Carlos – SP – Brasil. Endereço eletrônico: gladis@power.ufscar.br

² Grupo de pesquisa do Instituto Universitário de Lingüística Aplicada da Universidade Pompeu Fabra (Barcelona, Espanha), criado em 1994, que se ocupa de pesquisas relacionadas a: Léxico, Terminologia, Discurso Especializado e Engenharia Lingüística (<http://www.iula.upf.edu/iulaterm/tpreses.htm>).

É sobretudo em Cabré (1999)³ que vamos encontrar os pilares teóricos e metodológicos a partir dos quais está assentada a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), a qual ainda é objeto de reflexão, como se pode observar no artigo intitulado “Theories of Terminology - their Description, Prescription and Explanation”, publicado em 2003 na revista *Terminology* (v.9, n.2, p.63-199).

A TCT, em pouco tempo, passou a ser referência teórica em grande parte das pesquisas terminológica realizadas no Brasil. No contexto dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, muitas dissertações e teses foram (e ainda são) escritas tendo a TCT como embasamento teórico.

Essa grande influência da TCT no Brasil não é sem razão, haja vista que uma teoria descritiva de base lingüística parece ser muito mais adequada ao contexto brasileiro: país monolíngüe com grande variedade dialetal. Só mesmo uma teoria descritiva para dar conta das especificidades das terminologias aqui praticadas.

Apesar de a TCT constituir-se na principal fundamentação teórica das pesquisas terminológicas realizadas no país, há ainda um elo frouxo entre teoria e prática. Em outras palavras, optar teoricamente pela TCT implica em fazer determinadas escolhas metodológicas durante todas as etapas de construção de um produto terminológico (glossário, dicionário, mapa conceitual, listas de termos com ou sem equivalência, etc.), etapas que incluem desde a elaboração do *corpus* até a organização do verbete.

O que se observa, muitas vezes, é que apesar de o embasamento teórico da pesquisa ser a TCT, a prática terminológica ainda se aproxima muito da concepção clássica da terminologia, que estabelece algumas características fundamentais: a) a prioridade do conceito em detrimento do termo; b) a precisão do conceito, o que retoma, de certo modo, a eliminação da ambigüidade e a busca da univocidade; c) a conseqüente abordagem onomasiológica, já que toda a atividade terminológica parte do conceito; d) a proeminência do nível lexical em detrimento dos demais níveis de descrição lingüística (morfológico, sintático, textual, discursivo); e finalmente; e) a prescrição.

Evidente que uma determinada metodologia acaba explicitando esta ou aquela teoria. Um projeto terminológico vinculado teoricamente à TCT deve refletir na sua prática os seguintes pressupostos gerais:

- a) o objeto central da Terminologia são as unidades terminológicas e não os conceitos. Eleger as unidades como objeto central significa reforçar uma perspectiva lingüística e uma abordagem semasiológica;

³ Essa obra reúne uma coletânea de artigos da autora escritos entre 1992 e 1999, os quais explicitam as reflexões acerca da Terminologia enquanto disciplina teórica e aplicada, reflexões motivadas pelos trabalhos descritivos em terminologia, cujos procedimentos e resultados não se coadunavam com a Teoria Geral da Terminologia (TGT)

- b) não há uma diferença *a priori* entre termo e palavra, o que há são signos lingüísticos que podem realizar-se no discurso como termo ou palavra dependendo da situação comunicativa:

... we postulate that a lexical unit is by itself neither terminological nor general but that it is general by default and acquires special or terminological meaning when this is activated by the pragmatic characteristics of the discourse. [...] Any lexical unit would thus have the potential of being a terminological unit. (CABRÉ, 2003, p.189-190)

- c) os níveis lexical, morfológico, sintático e textual podem veicular conhecimento especializado;
- d) os termos devem ser observados no seu ambiente natural de ocorrência, ou seja, nos discursos especializados;
- e) a variação conceitual e denominativa deve ser considerada;
- f) do ponto de vista cognitivo, as unidades terminológicas: i) estão subordinadas a um contexto temático; ii) ocupam um lugar preciso num mapa conceitual; iii) o seu significado específico é determinado pelo lugar que ocupam nesse mapa (CABRÉ, 2003).

Procurarei, pois, explicitar procedimentos metodológicos de modo a fortalecer o elo entre teoria e prática no contexto de uma teoria terminológica descritiva de base lingüística.

Dentre os produtos terminológicos possíveis, elegerei o dicionário especializado, já que elaborar um dicionário exige a execução de um conjunto de tarefas seqüenciais bastante complexas, quais sejam: a organização de um *corpus*, a elaboração de um mapa conceitual, o planejamento do protocolo de preenchimento das fichas terminológicas, a redação das definições, a organização do verbete (microestrutura) e a configuração da macroestrutura. As escolhas metodológicas às quais me referi perpassam todas essas etapas.

A seguir, farei o detalhamento de cada uma dessas atividades estabelecendo relações com os postulados teóricos da TCT.

A organização do *corpus*

Considerando os pressupostos gerais da TCT arrolados acima, entende-se que uma pesquisa terminológica fundamentada nessa teoria deva prever, já de início, a organização de um *corpus*.⁴ De acordo com Trask (2004, p. 68), a partir

⁴ Estou empregando o termo *corpus* segundo o conceito de Sinclair: "A *corpus* is a collection of pieces of language text in electronic form, selected according to external criteria to represent, as far as possible, a language or language variety as a source of data for linguistic research" (SINCLAIR, 2005).

de *corpora*, podem-se “fazer observações precisas sobre o real comportamento lingüístico de gente real”, proporcionando “informações altamente confiáveis e isentas de opiniões e de julgamentos prévios sobre os fatos de uma língua”. Por meio de *corpus*, podem-se observar aspectos morfológicos, sintáticos, discursivos, etc. bastante relevantes para uma pesquisa lingüística. Podem-se ainda explicar a produtividade e o emprego de palavras, expressões e formas gramaticais. É possível descobrir fatos novos na língua, não perceptíveis pela intuição (BERBER SARDINHA, 2000). Em resumo, por meio de *corpus*, descreve-se a língua de forma objetiva.

Para organizar um *corpus*, parte-se, inicialmente, da seleção dos textos pertinentes e relevantes para a pesquisa, bem como dos gêneros aos quais eles pertencem. A definição prévia do tipo de *corpus* a ser compilado é fundamental, para tanto, há que se cumprir um conjunto de requisitos de forma a garantir a validade e a confiabilidade do *corpus* que servirá à pesquisa em foco. Esses requisitos são: autenticidade, representatividade, balanceamento, amostragem, diversidade e tamanho (KENNEDY, 1998; BIBER; CONRAD; REPPEN, 1998; RENOUF, 1998; SINCLAIR, 2005).

Tendo em vista que: i) a diferença entre termo e palavra se observa, fundamentalmente, na situação comunicativa; ii) os termos devem ser observados no seu ambiente natural de ocorrência, e iii) a variação conceitual e denominativa deve ser considerada; é extremamente importante a variação de gêneros textuais para compor o *corpus*.

Há, via de regra, uma grande preocupação com o tamanho do *corpus*, entretanto, um *corpus* médio, porém mais balanceado e diversificado, é muito mais representativo, pois constitui uma amostra mais fiel das possibilidades comunicativas de determinado domínio. Outro aspecto que justifica a variação de gêneros textuais é a necessidade de encontrar no *corpus*, posteriormente, contextos definitórios ou explicativos para a elaboração das definições. Normalmente, no gênero científico, os especialistas de um domínio redigem seus textos tendo como público-alvo leitores especialistas que não necessitam de explicações ou definições de objetos, maquinário, conceitos, técnicas, etc. As glosas, portanto, estão ausentes desse gênero de texto. Encontram-se contextos definitórios ou explicativos nos gêneros científico de divulgação e instrucional (apostila, livro-texto, manual, por exemplo). Portanto, mesmo em se tratando de uma pesquisa terminológica, o *corpus* deve ser balanceado e diversificado, contendo, pelo menos, textos dos gêneros: técnico-científico, científico de divulgação e instrucional.

Além da seleção dos textos, há outros aspectos que devem ser planejados *a priori*, tais como: a compilação e a manipulação dos textos, a nomeação dos arquivos e a geração de cabeçalhos, a proteção da identidade dos autores e

pedidos de direitos de uso dos textos (para os *corpora* que ficarão disponíveis na Web, por exemplo), os padrões de anotação (para os *corpora* anotados), os métodos de extração de termos (estatístico, lingüístico ou híbrido) e as formas de disponibilização do *corpus*, quando for o caso. Esses aspectos, embora relevantes, não serão tratados aqui.

Após a organização do *corpus*, extraem-se os candidatos a termos. Para seu estatuto de termo ser confirmado, os candidatos precisam ser validados por um especialista. Após a validação, os termos são inseridos no mapa conceitual.

A elaboração do mapa conceitual

Como já foi mencionado, para a TCT as unidades terminológicas ocupam um lugar preciso num mapa conceitual; e o seu significado específico é determinado pelo lugar que ocupam nesse mapa (CABRÉ, 2003). Portanto, torna-se imprescindível a elaboração de um mapa conceitual em projetos terminológicos que visam ao desenvolvimento de dicionários.

O mapa conceitual deve ser organizado preliminarmente ou concomitantemente à extração dos termos, já que à medida que os termos vão sendo obtidos é que se pode ter uma visão real de quais serão os campos nocionais que deverão integrar o mapa conceitual.

O mapa deve ser elaborado pelos terminólogos com assessoria dos profissionais da área-objeto. Na pesquisa terminológica, o mapa conceitual é fundamental para: 1) possibilitar uma abordagem mais sistemática de um campo de especialidade; 2) circunscrever a pesquisa, já que todas as ramificações da área-objeto, com seus campos, foram previamente consideradas; 3) delimitar o conjunto terminológico; 4) determinar a pertinência dos termos, pois separando cada grupo de termos pertencente a um determinado campo, poder-se-á apontar quais termos são relevantes para o trabalho e quais não são;⁵ 5) prever os grupos de termos pertencentes ao domínio, como também os que fazem parte de matérias conexas; 6) definir as unidades terminológicas de maneira sistemática e, finalmente; 7) controlar a rede de remissivas (TERMCAT, 1990; ALMEIDA, 2000).

Após a validação, obtêm-se os termos considerados relevantes, que deverão encabeçar, cada um, uma ficha terminológica. Passa-se, então, ao preenchimento das fichas.

⁵ Essa tarefa deve ser realizada da seguinte maneira: selecionam-se determinados campos nocionais do mapa conceitual e pede-se que cada assessor assinala os termos considerados semanticamente relevantes em cada campo. A esse modo de selecionar termos denominamos critério semântico. Há que se ressaltar que esse critério é indispensável quando não se utiliza a extração automática de termos, em projetos cujo *corpus* não está em formato eletrônico.

O planejamento do protocolo de preenchimento das fichas terminológicas

O preenchimento das fichas é uma etapa imprescindível numa pesquisa terminológica, pois a ficha constitui-se num verdadeiro dossiê do termo, contendo toda a sorte de informações que se mostrarem pertinentes para a pesquisa em foco. Daí a razão de ela ser planejada logo no início do trabalho. Importa mencionar que não há um modelo ideal de ficha terminológica, cada ficha deve refletir as necessidades do projeto, isto é: “para quê” e “para quem” se faz determinado dicionário. Isso auxilia o terminólogo a prever quais campos deverão constar do protocolo de preenchimento da ficha terminológica.⁶

Considerando que a TCT postula uma abordagem semasiológica, o que deve orientar a abertura de cada ficha é o termo e não o conceito. O que significa que cada ficha pode comportar campos de equivalências em outras línguas, variantes e sinônimos, por exemplo.

Embora o campo da definição e da informação enciclopédica estejam previstos na ficha, eles são preenchidos somente após a complexa e custosa tarefa de redação tanto da definição quanto da informação enciclopédica.

A redação das definições

Se, do ponto de vista cognitivo, a TCT estabelece que as unidades terminológicas estão subordinadas a um contexto temático, então os termos devem ser definidos respeitando-se esse contexto, ou seja, deve-se circunscrever a significação do termo ao domínio delimitado no projeto terminológico.

Para a elaboração da definição terminológica, parte-se da busca por contextos explicativos e definitórios no próprio *corpus* e também na base definicional. A base definicional constitui-se num repositório de excertos definitórios e/ou explicativos referente ao termo, compilados de diversas e variadas fontes⁷ que não estejam contempladas no *corpus*. A base definicional tem o formato de uma

⁶ Um exemplo de ficha bastante completa pode conter os seguintes campos: código da ficha, termo, contexto, fonte do contexto, ano, modalidade (escrita ou oral), gênero textual (informativo, científico, científico de divulgação, instrucional, administrativo, etc.), morfologia, sintaxe, variação terminológica, sinônimo, equivalência em língua estrangeira, fonte da equivalência, definição, informação enciclopédica, fontes da definição e da informação enciclopédica, unitermos (termos que aparecem na definição), termos relacionados, área, subárea, data de confecção da ficha, documentador, revisor, data de revisão/atualização, campos revisados pelos especialistas, especialistas consultados. A ficha terminológica pode ser implementada no *Access*, que integra o pacote *Office da Microsoft*, só para citar um programa conhecido de todos.

⁷ Essas fontes podem ser, por exemplo, textos em outros idiomas, não considerados no *corpus*, provenientes de livros, manuais, revistas científicas, ou mesmo dicionários de áreas conexas, dicionários de língua geral, sítios da Internet e demais fontes que se mostrarem úteis para a obtenção de informações pertinentes sobre os termos que serão definidos.

grande tabela contendo quatro colunas, podendo ser implementada no *Microsoft Word* ou no *Microsoft Excel*, só para citar alguns programas acessíveis e conhecidos de todos. Nas quatro colunas estão dispostas as seguintes informações: a) coluna 1: o termo; b) coluna 2: os excertos explicativos ou definitórios extraídos das fontes; c) coluna 3: as fontes a partir das quais os excertos foram obtidos; d) coluna 4: a data da inserção do excerto na base. Como a base tende a ficar um arquivo muito grande, é recomendável que ela seja fragmentada em ordem alfabética, alocando cada letra em um novo arquivo. Com isso, a inserção de excertos se torna mais rápida e a busca mais dinâmica.

A organização da base definicional é uma fase importante do trabalho, já que ela é, além do *corpus*, uma fonte de onde são extraídas as informações para elaborar as definições. Daí a preocupação em inserir uma grande quantidade de informações de qualidade. Como o terminólogo não é um especialista do domínio, tanto a base definicional quanto o *corpus* devem funcionar como guias para orientá-lo no trabalho de redação da definição.

A definição e a informação enciclopédica são tratadas de modo diferente, pois a definição é um campo obrigatório da ficha terminológica e do verbete, a informação enciclopédica não. Além disso, a definição deve seguir padrões terminológicos pré-estabelecidos, o que não ocorre com a informação enciclopédica. Haja vista que esta última acaba sendo um expediente utilizado pelos terminólogos para inserir informações que auxiliam na compreensão do conceito, mas que não são consideradas imprescindíveis, pelo menos não *a priori*.

A tarefa da redação da definição é das mais complexas numa pesquisa terminológica, já que o terminólogo precisa dominar uma multiplicidade de conhecimentos e habilidades. Primeiramente, é fundamental que o pesquisador conheça a área para a qual elabora o dicionário. É necessário, também, que domine aspectos teóricos e metodológicos da Terminologia enquanto disciplina. Além disso, espera-se que o terminólogo tenha noções de Linguística, posto que são acionados conhecimentos de Linguística Textual, Análise do Discurso e demais subáreas que têm o texto como objeto de estudo, afinal, a definição é, antes de tudo, um texto. Por fim, o pesquisador deve conhecer a língua em que desenvolve o produto terminológico, já que a tarefa de elaboração da definição é um verdadeiro exercício de redação.

Para além das questões textuais, um fator extremamente relevante é a seleção dos traços (ou características) dos conceitos cujos termos serão definidos. Deve-se partir inicialmente do mapa conceitual, que permite a visualização das relações de hiperonímia, hiponímia e co-hiponímia (PAVEL, 2006; SAGER, 1993).

Assim, selecionam-se os termos de determinado campo nocional e observam-se os seus traços conceituais nos excertos provenientes do *corpus* e da base

definicional, de forma a verificar os traços recorrentes para, então, estabelecer com segurança quais traços são imprescindíveis para a adequada descrição do conceito e em que ordem devem ocorrer no texto final da definição. Por isso, quanto maior o número de excertos para cada termo, melhor. Esse exercício deve ser feito com todos os termos do mesmo campo nocional, com o objetivo de atestar se os traços observados ocorrem com todos ou com a maioria dos termos daquele campo, o que garante uma sistematicidade na redação da definição.

A definição e a informação enciclopédica, depois de redigidas, são analisadas e revistas pelo coordenador do projeto.⁸ Depois dessa revisão, tanto a definição quanto a informação enciclopédica são submetidas aos especialistas de domínio. Somente após a sua aprovação é que ambas são inseridas na ficha terminológica. A partir do preenchimento total da ficha terminológica, elabora-se o verbete, ou microestrutura.

A organização da microestrutura

Cada verbete contém informações sistemáticas (obrigatórias em todos os verbetes) e não-sistemáticas (informações não-recorrentes).

As sistemáticas podem ser, por exemplo:

- entrada;
- classe morfológica, seguida do gênero, para os substantivos, e da transitividade, no caso dos verbos;
- equivalências em língua estrangeira, se for o caso;
- definição (pode haver casos de polissemia, em que um mesmo verbete poderá conter duas ou mais definições; nesse caso, elas aparecerão numeradas);
- contexto;
- remissivas, simbolizadas por “Cf.” (=conferir), que farão referência aos termos constantes da definição (unitermos) e, sempre que for possível, a outro(s) termo(s) afim(ns), ou seja, que mantenha(m) alguma relação semântica com o termo entrada: relação de equivalência semântica, antonímia, hiperonímia, hiponímia, co-hiponímia e termo(s) complementar(es).

⁸ Ressalte-se a importância do *corpus* e da base definicional na revisão, já que o coordenador, muitas vezes, vale-se de ambos para certificar-se se os possíveis problemas no texto são de ordem conceitual ou redacional, pois é possível recorrer facilmente às informações originais.

As informações não-sistemáticas dizem respeito a:

- informações enciclopédicas;
- sinônimos: item importante, em se tratando de uma terminologia descritiva que prevê uma variação denominativa. Dentre as formas sinônimas, a apresentação da definição deve vir junto ao termo de uso mais difundido, com remissões para as demais formas, ainda que o termo mais difundido não seja o termo normalizado;
- indicações de uso para casos de variação socioletal, por exemplo.

Como a variação conceitual deve ser considerada no âmbito da TCT, deve-se prever um tratamento terminográfico para os casos de homonímia e polissemia. A diferença entre homonímia e polissemia pode ser estabelecida por meio do critério semântico da similaridade/dissimilaridade entre os significados estabelecido em Silva (1989), ou seja, a ausência de qualquer conteúdo sêmico ou arquissêmico constatada entre duas ou mais unidades léxicas (campos léxicos diferentes) resultaria em homonímia. E, por oposição, a relação cognitiva e semântica entre os significados envolvidos, com a presença de um conteúdo sêmico ou arquissêmico comum (mesmo campo léxico), resultaria na polissemia (SILVA, 1989).

Sob essa perspectiva, homonímia e polissemia devem ser tratadas da seguinte forma:

- a) para os casos de homonímia, as entradas devem ser separadas e numeradas, já que há dissimilaridade semântica, ou seja, as unidades pertencem a campos léxicos deferentes, como nos exemplos a seguir, retirados do *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio* (versão 5.0), 2004:

manga¹

[Do lat. *manica*, 'manga de túnica'.]

Substantivo feminino

1. Parte do vestuário onde se enfia o braço.
2. Filtro afunilado, para líquidos.
3. Qualquer peça de forma tubular que reveste ou protege outra peça.
4. V. *tromba-d'água* (1).
5. V. *mangueira*¹.
6. Parte do eixo dum veículo que se encontra dentro da caixa de graxa e recebe todo o peso do carro.

manga²

[Do lat. **manica* < lat. *manus*, 'exército', 'hoste'.]

Substantivo feminino

1. Hoste de tropas.
2. Grupo, ajuntamento, bando, turma.
3. Guin. Grande quantidade.

manga³

[Do malaiala *manga*.]

Substantivo feminino

1. O fruto da mangueira².
2. Bot. Mangueira².

manga⁴

[Do esp. plat. *manga*.]

Substantivo feminino

1. Bras. AM Parede de cerca que vai da beira até as asas dos currais-de-peixe, perpendicularmente ao rio.
2. Bras. MA Espécie de corredor com paredes de varas, que conduz a um rio ou igarapé e serve para guiar os bois que vão ser embarcados.
3. Bras. CE à BA MG a GO Pastagem cercada onde se guarda o gado.
4. Bras. BA Na rede de pescar denominada *calão*, a parte que fica nas extremidades, onde se puxam as cordas.
5. Bras. RS Cercas divergentes, a partir da porta do curral, que servem para facilitar a entrada, nele, do gado.
6. Bras. RS Linha formada por pessoas a pé ou a cavalo para obrigar o animal a passar por determinado ponto, ou fazê-lo entrar para a mangueira³.

- b) para os casos de polissemia, o termo deve encabeçar o verbete e, dentro dele, as definições devem vir numeradas, pois cada definição representa um conceito. O fato de ambos os conceitos serem apresentados na mesma entrada demonstra a similaridade dos conceitos, ou seja, ambos são entendidos como pertencentes ao mesmo campo léxico. Observem-se os exemplos a seguir, retirados do Dicionário de Revestimento Cerâmico (DiRC):⁹

mistura *s.f.*

mezcla [esp]; *blending* [ing]; *miscela, mescola* [it]

1. Etapa do processo produtivo em que se realiza o agrupamento das várias substâncias que irão compor a massa cerâmica.

Cf. *homogeneização*; *massa cerâmica*; *moagem*; *moagem a seco*; *moagem a úmido*; *peneiramento*; *preparação da massa*.

2. Produto do agrupamento de várias substâncias, resultado da moagem, o qual será prensado para fazer a base da peça cerâmica.

Cf. *argila*; *massa cerâmica*.

decoração *s.f.*

decoración [esp] *decoration* [ing] *decorazione* [it]

1. Etapa do processo de fabricação dos revestimentos cerâmicos em que ocorre a aplicação de desenhos sobre a superfície da placa cerâmica.

Cf. *esmaltação*; *placa cerâmica*; *revestimento cerâmico*; *serigrafia*.

⁹ Dicionário em fase final de elaboração pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Terminologia (GETerm), conferir nota 11, a seguir.

2. Desenho obtido pelo processo de decoração.

Cf. acabamento; decoração (1); engobe; esmalte; serigrafia; superfície; suporte; vidro.

serigrafia *s.f.*

1. Etapa do processo de fabricação dos revestimentos cerâmicos em que ocorre a reprodução de imagens sobre a superfície da placa cerâmica, com o emprego da tela serigráfica.

serigrafia [esp]; silk-screen printing [ing]; decorazione a schermoseta [it]

Cf. decoração; esmaltação; placa cerâmica; revestimento cerâmico; tela serigráfica; tinta serigráfica.

2. Estampa obtida pelo processo de serigrafia.

serigrafia [esp]; silk-screen [ing]; serigrafia [it]

Cf. decoração; engobe; esmalte; serigrafia (1); suporte.

Como se pôde observar, o primeiro conceito expresso nos três verbetes refere-se a etapas do processo de fabricação (=processo), e o segundo conceito reporta-se ao resultado desse processo (=produto).

Note-se que para cada definição pode haver sugestão de remissivas (expressas pela abreviatura “Cf.”) distintas. O mesmo pode se dar com as equivalências. Quando há apenas uma seqüência de equivalências para as duas acepções, significa que nos outros idiomas essa polissemia se mantém (como é o caso dos termos *mistura* e *decoração*). Já com relação à entrada *serigrafia*, uma outra seqüência de equivalências foi apresentada na segunda definição. Observe-se que as equivalências em inglês e italiano são distintas para a segunda acepção. Nesse caso, percebe-se que, nesses dois idiomas, há um outro significante para o conceito expresso na segunda definição.

Como se pôde perceber, mesmo num domínio especializado, o falante utiliza os mesmos recursos oferecidos pelo sistema para nomear a realidade. Assim, é preciso descrever, nos produtos terminológicos, essas peculiaridades da língua. Entretanto, uma questão se impõe: como lidar com essas divergências a ponto de facilitar a comunicação? Com a TCT, é possível dar um tratamento terminográfico para os casos acima descritos, porque no escopo de sua base teórica há espaço para a variação denominativa e conceitual. Se homogeneizar as diferenças implica anular uma ou mais formas de uso, então, é imperativo explicitar essas diferenças a ponto de todos os sujeitos envolvidos em determinada situação de comunicação especializada conhecerem as formas possíveis para que a comunicação se efetue com eficácia. Ao considerar essas diferenças em forma de entradas, definições, remissivas, etc., explicitam-se as diversas formas de dizer existentes nos universos discursivos de um mesmo domínio. Como afirma Finatto (1996):

As melhores perspectivas para uma comunicação especializada de melhor qualidade, em qualquer área do conhecimento, constroem-se também a partir do reconhecimento da naturalidade e inerência da variação terminológica como um tipo de variação linguística. (FINATTO, 1996, p.67)

A organização da macroestrutura

A forma de apresentação de um dicionário especializado pode seguir a orientação sugerida pelo TERMCAT (1990). Embora essa obra tenha sido publicada muito antes da consolidação da TCT, ela serve como diretriz para a organização da macroestrutura de produtos terminológicos.

O TERMCAT (1990) propõe alguns capítulos que antecedem a exposição dos verbetes. A seguir, exponho a seqüência de apresentação desses capítulos acompanhados dos propósitos que cada um deve ter num produto terminológico.

1. Introdução: todo trabalho terminológico deve ser precedido de uma introdução que apresente os objetivos, o método empregado e o conteúdo do trabalho. É conveniente que se faça, na introdução, uma subdivisão dos assuntos a serem tratados, a saber:

- a) campo de trabalho – neste item, deve-se fazer uma breve explanação:
 - do domínio e eventual subdomínio compreendidos no trabalho;
 - do âmbito de difusão e do público-alvo;
 - da situação terminológica em que se encontra a referida área.
- b) características – aqui se devem explicitar as características que particularizam o trabalho, isto é, se a obra é monolíngüe, monolíngüe com equivalências, bilíngüe ou multilíngüe. Cada uma dessas opções deve ser plenamente justificada. Outra informação que deve constar desse item é a forma de organização dos verbetes, ou seja, se segue a ordem alfabética ou a ordem sistemática.¹⁰
- c) Metodologia de elaboração – neste item, apresentam-se todas as informações relativas a:
 - fases do trabalho;
 - critérios utilizados para a seleção dos termos;

¹⁰ A ordem sistemática é aquela em que os verbetes são apresentados obedecendo a organização do mapa conceitual, ou seja, os verbetes são agrupados segundo o campo nocional a que pertencem, por exemplo, todos os verbetes relacionados à matéria-prima, depois todos aqueles relativos a processos de fabricação, e assim sucessivamente.

- equipe que participou da elaboração do trabalho, dando relevo para os especialistas colaboradores, já que isso faz aumentar a credibilidade junto ao público-alvo.
- d) conteúdo dos verbetes – deve-se explanar tudo o que particulariza a microestrutura, ou seja, todas as informações que constam dos verbetes, tanto as informações sistemáticas (obrigatórias em todos os verbetes) quanto as não-sistemáticas (informações não-recorrentes).
- e) forma de consulta – nesse item, apresentam-se a forma de consulta bem como as abreviaturas utilizadas. Esse item é fundamental, sobretudo para os trabalhos terminológicos que seguem a ordem sistemática.

2. Mapa conceitual: se a opção de apresentação dos verbetes for a ordem sistemática, é necessário expor, antes dos verbetes, o mapa conceitual do domínio. É um capítulo essencial, já que a ordem dos campos em que serão apresentados os verbetes deve coincidir com os campos nocionais exibidos no mapa conceitual.

3. Apresentação dos verbetes: é neste capítulo que se inicia a apresentação dos verbetes propriamente dita. Se por acaso a opção for pela ordem sistemática, é necessário inserir o número de ordem do termo como informação obrigatória em cada verbete, para que os termos possam ser encontrados por um consulente que desconheça a organização conceitual da área.

4. Índice alfabético dos termos: esse índice é indispensável num trabalho terminológico que tenha uma organização sistemática, já que o termo pode ser encontrado independentemente de o consulente saber o campo nocional a que o termo pertence.

5. Índice alfabético de equivalências: esse índice permite que o usuário encontre o termo mesmo partindo dos termos em língua estrangeira, para aqueles produtos monolíngües com equivalências, bilíngües ou multilíngües.

6. Bibliografia: esse item deve abranger as referências utilizadas para a elaboração das definições e informações enciclopédicas, podendo ser subdividido em:

- obras lexicográficas – constam aqui todos os dicionários de língua geral como também enciclopédias;
- obras terminológicas – aqui devem ser apresentados todos os dicionários e/ou glossários da área de especialidade;
- obras especializadas – neste item, devem constar todas as obras técnico-científicas, manuais, teses e demais referências que compuseram o *corpus* e a base definicional.

Após alguns testes realizados junto a futuros consulentes de dicionários especializados em elaboração junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Terminologia (GETerm),¹¹ constatou-se que a ordem sistemática não é a mais eficiente, embora seja a mais recomendada nos manuais de Terminologia. Durante esses testes, os consulentes não conseguiram encontrar os verbetes que buscavam, necessitando de explicações do monitor que aplicava o teste. Duas justificativas para isso podem ser: primeiro, historicamente, a ordem alfabética é a mais conhecida de todos usuários de dicionários, fazendo com que muitas pessoas que consultam dicionários sequer conheçam uma outra ordem de organização que não seja a alfabética; segundo, os usuários não têm por hábito ler a introdução dos dicionários, o que, conseqüentemente, dificulta a consulta quando os verbetes estão dispostos de uma maneira diferente daquela a que estão acostumados.

Se a comunicação especializada constitui uma das maiores preocupações da TCT,¹² o terminólogo precisa considerar essa realidade no momento de organizar a macroestrutura do dicionário. Assim, se seu público-alvo não compreende a ordem sistemática, minha sugestão é que o dicionário seja organizado de acordo com a ordem alfabética, mantendo-se a apresentação do mapa conceitual, de forma que o consulente possa fazer buscas de maneira rápida e também observar, ou mesmo conhecer, as relações conceituais entre os termos que procura.

Considerações finais

Procurei expor, neste artigo, procedimentos metodológicos a serem adotados durante um projeto terminológico, de modo a fortalecer o elo entre teoria e prática no contexto da TCT, uma teoria terminológica descritiva de base lingüística. Revisitei os princípios fundadores da TCT e procurei vinculá-los a uma prática terminológica coerente. Para tanto, elegi como cenário ideal o dicionário especializado, produto terminológico que exige o cumprimento de uma seqüência de etapas fundamentais cujas escolhas metodológicas são capazes de revelar a orientação teórica escolhida.

Percorri desde a elaboração do *corpus* até a organização da macroestrutura, chamando a atenção para os aspectos teóricos da TCT.

¹¹ O GETerm está localizado no Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, SP) e integra o Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq. Tem como objetivos: 1) estudar conteúdos pertinentes à Terminologia, Terminografia e Terminótica; 2) desenvolver pesquisas que gerem produtos terminológicos em língua portuguesa, tais como: glossários, dicionários, enciclopédias e assemelhados, que satisfaçam demandas reais, de modo a facilitar a comunicação especializada entre os indivíduos.

¹² Observe-se que o nome é Teoria Comunicativa da Terminologia, o que coloca a *comunicação* em evidência.

Demonstrei que uma pesquisa terminológica fundamentada na TCT deva prever, já de início, a organização de um *corpus*, afinal de contas: i) o objeto central da Terminologia são as unidades terminológicas e não os conceitos; ii) a abordagem é semasiológica; iii) a diferença entre termo e palavra se observa, fundamentalmente, na situação comunicativa; iv) os termos devem ser observados no seu ambiente natural de ocorrência; v) os níveis lexical, morfológico, sintático e textual podem veicular conhecimento especializado.

É imprescindível a elaboração de um mapa conceitual, uma vez que, do ponto de vista cognitivo, as unidades terminológicas ocupam um lugar preciso numa estrutura de conceitos; e o seu significado específico é determinado pelo lugar que ocupam nessa estrutura (CABRÉ, 2003).

Deve-se fazer um planejamento do protocolo de preenchimento das fichas terminológicas de forma que elas reflitam as necessidades e particularidades do projeto em pauta, lembrando que numa pesquisa cuja abordagem é semasiológica, o que deve orientar a abertura de cada ficha é o termo e não o conceito, o que significa que cada ficha pode comportar campos de equivalências em outras línguas, variantes e sinônimos, por exemplo.

Com relação à redação da definição, importa reforçar que as unidades terminológicas devem ser definidas respeitando-se o contexto temático ao qual elas estão subordinadas, como estabelece a TCT; isso requer que a significação do termo seja circunscrita ao domínio delimitado no projeto terminológico.

Na organização da microestrutura, para além das informações obrigatórias e não-obrigatórias em cada verbete, deve-se prever um tratamento terminográfico adequado para a variação denominativa e conceitual, previstas na TCT. Em outras palavras, os casos de sinonímia (e demais variações no nível do significante), homonímia e polissemia devem receber tratamento apropriado.

Finalmente, no que se refere à macroestrutura, a forma de apresentação do dicionário sugerida por manuais de Terminologia abalizados deve ser conciliada com as necessidades e expectativas reais do público-alvo do dicionário, de forma a garantir sempre uma das maiores preocupações no âmbito da TCT, qual seja: a melhoria da comunicação especializada.

Para finalizar, é preciso reforçar que o método legitima a teoria, portanto, ao eleger uma teoria descritiva de base linguística como a TCT, há que se fazer determinadas escolhas metodológicas de modo a ser coerente com a teoria de base. Essas escolhas acabam por confirmar que a TCT forma um corpo teórico-prático coerente, oferecendo condições satisfatórias para a geração de produtos terminológicos.

Agradecimentos

Sou eternamente grata à Profa. Maria Tereza Camargo Biderman que, com sua profunda sabedoria sobre o léxico (geral e especializado), apresentou-me à Terminologia, orientou minha trajetória nas Ciências do Léxico e semeou em mim a paixão pelos dicionários.

ALMEIDA, G. M. B. The Communicative Theory of Terminology and its Practice. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.85-101, 2006.

- **ABSTRACT:** *The Communicative Theory of Terminology (CTT) has been used in Brazil as the theoretical reference of a number of research projects on terminology. However, a closer look at the methodology adopted by those projects reveals that their theoretical orientation does not always comply with the CTT's principles. This paper revisits the fundamental principles of the CTT and aims to relate them to a coherent terminological practice. This has been done by compiling a specialized dictionary, regarded here as the ideal scenario for pursuing this line of research. This paper presents all methodological procedures for compiling the dictionary, namely: corpus compilation, development of a conceptual map, planning of the procedures for completing terminological records, writing of definitions, organization of entries and design of its macro-structure. All these stages are described in detail aiming at establishing a stronger link between theory and practice within the context of CTT, which is seen here as a linguistic-based theory of descriptive terminology. The study concludes that by making the suitable methodological choices one is ultimately able to make terminological practice coherent with the principles behind CTT.*
- **KEYWORDS:** *Communicative Theory of Terminology; descriptive terminology; terminography; specialized dictionary.*

Referências bibliográficas

ALMEIDA, G. M. B. *Teoria comunicativa da terminologia: uma aplicação*. 2000. 2 v. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.

BERBER SARDINHA, T. Histórico e problemática. *D.E.L.T.A.*, v.16, n.2, p.323-367, 2000.

BIBER, D.; CONRAD, S.; REPPEN, R. *Corpus linguistics: Investigating language structure and use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CABRÉ, M. T. *La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y outros artículos*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

_____. Theories of terminology: their description, prescription and explanation. *Terminology*, v.9, n.2, p.163-200, 2003.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio século XXI: dicionário eletrônico versão 5.0*. Curitiba: Positivo, 2004.

FINATTO, M. J. B. Unidade e variação na língua portuguesa: a variação em terminologia. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, n.15, p.64-68, 1996.

KENNEDY, G. *An introduction to corpus linguistics*. London: Longman, 1998.

O PAVEL: curso interativo de terminologia. Disponível em: <http://www.termium.gc.ca/didacticiel_tutorial/portugues/lecon3/page3_5_3_p.html>. Acesso em: 15 ago. 2006.

RENOUF, A. (Ed.) *Explorations in corpus linguistics*. Amsterdam: Rodopi, 1998.

SAGER, J. C. *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. Tradução de Laura C. Moya. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirâmide, 1993.

SILVA, A. S. Homônimas e polissemia: análise sêmica e teoria do campo léxico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA ROMÂNICA, 19, 1989, Santiago de Compostela. Comunicação oral.

SINCLAIR, J. Corpus and text: basic principles. In: WYNNE, M. (Ed.) *Developing linguistic corpora: a guide to good practice*. Oxford: Oxbow Books, 2005. p.1-16. Disponível em: <<http://ahds.ac.uk/linguistic-corpora/>>. Acesso em: 30 out. 2006.

TERMCAT. Centre de Terminologia. *Metodologia del treball terminològic*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1990.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.

Bibliografia consultada

BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KRIEGER, M. G.; BEVILACQUA, C. R. A pesquisa terminológica no Brasil: uma contribuição para a consolidação da área. *Debate Terminológico*, v.1, mar/2005. Disponível em: <<http://www.riterm.net/revista>>. Acesso em: 01 ago. 2006.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004

WÜSTER, E. *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Tradução de Anne-Cécile Nokerman. Barcelona: IULA, 1998.

PARA UMA GRAMÁTICA DO ADJECTIVO

Graça RIO-TORTO¹

- RESUMO: Analisam-se algumas das dimensões distribucionais, morfológicas, morfossintáticas, semânticas e argumentais convocadas para a caracterização das diversas classes de adjectivos funcionalmente relevantes na língua portuguesa. Os valores adjectivais mais representativos identificados são o qualificativo, o classificatório, o argumental e o predicativo.
- PALAVRAS-CHAVE: Adjectivo; adjectivo relacional; adjectivo predicativo; adjectivo qualificativo; adjectivo classificatório; adjectivo argumental.

Introdução

Neste texto, cujo objecto se inscreve num trabalho mais amplo, em curso, pretende-se analisar a relevância operatória dos diferentes tipos de critérios que têm sido invocados para a caracterização do Adjectivo, em vista a uma avaliação da sua operacionalidade em termos sintáctico-semânticos e à luz das funções proposicionais desempenhadas pelo adjectivo.

São analisadas criticamente algumas das dimensões distribucionais, morfológicas, morfossintáticas e semânticas convocadas por estudos nucleares nesta matéria. A análise é levada a cabo com base em dados empíricos recolhidos em enunciados orais e escritos, alguns dos quais disponíveis em linha.

Algumas das classes adjectivais não raro dicotomicamente configuradas são:

- adjectivos em posição posnominal vs adjectivos em posição pronominal
- adjectivos morfologicamente simples vs adjectivos morfologicamente derivados
- adjectivos graduáveis vs adjectivos não graduáveis
- adjectivos/predicados extensionais vs adjectivos/predicados intensionais

¹ Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras – Instituto de Língua e Literatura Portuguesas – 3004-530 – Coimbra – Portugal. Endereço eletrónico: gracart@gmail.com

- adjectivos intersectivos ou absolutos vs adjectivos não intersectivos, subsectivos ou relativos
- adjectivos categoremáticos vs sincategoremáticos
- adjectivos/predicados de fase vs adjectivos/predicados de indivíduo
- adjectivos qualificativos, atributivos, modificadores vs adjectivos classificativos ou classificatórios, adjectivos predicativos vs adjectivos relacionais e denominativos vs adjectivos argumentais/temáticos, referenciais

Serão consideradas algumas das restrições que impendem sobre o funcionamento das diferentes classes de adjectivos, sejam relativas à ordem, à graduabilidade, à adjunção prefixal. Observar-se-ão situações impositivas, situações preferenciais e situações de relação mais e menos prototípica, levando a admitir uma significativa intersecção de fronteiras entre classes funcionais de adjectivos.

As classes de adjectivos acima elencadas não são por si mesmas, e cada uma singulativamente consideradas, susceptíveis de explicar os funcionamentos e as diversas leituras a que certos adjectivos se prestam, em situação real de uso. Por isso importa considerar as situações co(n)textuais que envolvem estes diferentes tipos de leituras, sejam as mais e menos literais, as qualificativas, as classificativas, as subcategorizadoras, as \pm intersectivas e as argumentais.

Assim, assumimos que a caracterização do adjectivo tem de ter em conta o seu funcionamento nos cenários proposicionais em que se insere, e não apenas as suas propriedades distribucionais e/ou morfo-sintáctico-semânticas.

Começaremos por uma breve caracterização geral do adjectivo. De seguida serão dilucidadas as dimensões e as classes mencionadas, em ordem a uma avaliação da sua relevância em termos sintáctico-semânticos e à luz das funções proposicionais desempenhadas pelo adjectivo.

Os dados precedidos de Ext. foram extraídos do *corpus* CETEM.PUBLICO, disponível em /www.linguateca.pt/.

Breve caracterização do adjectivo

O adjectivo é uma classe de palavras de natureza essencialmente gregária, adjuntiva, no sentido em que tem de estar associado a um Nome (1) ou a um Verbo, no caso necessariamente predicativo (2). Só nestas condições, não cumulativas, a classe lexical pode ser sintacticamente categorizada como adjectival.

1) *este ambiente ruidoso não os deixa concentrar*

2) *a areia está limpa*

Por contraste com o substantivo, o adjectivo não é compatível com determinantes ou com especificadores, mas com modificadores (3 a-b), antepostos ou pospostos e com complementos, tipicamente pospostos (4 a-d).

- 3) a. *estava uma atmosfera muito pesada*
b. *estava um ambiente pesado demais*
- 4) a. *fácil de conseguir*
b. *ávido de poder*
c. *amigo dos outros*
d. *ansioso por partir*

O adjectivo desempenha essencialmente funções predicativas, entendendo-se por predicção a capacidade que ele activa de atribuir e/ou de modificar uma determinada propriedade ao denotado pelo nome a que se encontra associado. É essencialmente pela sua predicatividade que o adjectivo se distingue do substantivo, cuja função típica é a de denominar (5). O contraste entre (5) e (6) ilustra a dicotomia entre estes valores prototípicos do substantivo e do adjectivo.

- 5) *A Maria é economista*
6) *A Maria é fascinante*

Em posição adnominal o adjectivo assume uma função semântica de restrição, pelo que delimita a extensão do nome (7), restringindo o subconjunto de indivíduos denotado pelo SN, e participando portanto na construção da referência do complexo nominal de que faz parte.

7) *estrada municipal, estrada nacional*

Sempre que dá expressão a propriedades compreendidas na configuração sémica do Nome que modifica, o Adjectivo é não restritivo (8 a-c), facultando até informação redundante, porque integra significações socioculturalmente encaradas como inerentes do nome a que o adjectivo se acopla.

- 8) a. *a neve branca*
b. *a lebre veloz*
c. *a raposa matreira*

Não é portanto homogénea a classe do adjectivo (BHAT, 1994), quer sob o ponto de vista da constituição interna, quer dos valores e das funções semântico-proposicionais que os seus membros desempenham.

Distribuição: adjetivos em posição posnominal e adjetivos em posição prenominal

A posição ou distribuição do adjetivo – e respectivas propriedades sintáctico-semânticas a cada uma associadas – tem sido um dos parâmetros mais invocados para caracterizar o adjetivo. A colocação do adjetivo pode ser impositiva, pode ser variável, pode ter valor semanticamente opositivo, pode ser marcada sob vários outros pontos de vista.

É fixa e portanto imutável a posição do adjetivo quando este ocorre em contexto poscópula (ser/estar A).

Em contexto adnominal o adjetivo pode ocorrer em posição prenominal (9) ou posnominal (10). Quando em contexto apositivo o adjetivo também ocorre à direita do nome ou à sua esquerda (11 a-b).

- 9) *o arguto detective escondeu-se por detrás do arbusto*
- 10) *todo o detective arguto tem iniciativa própria*
- 11) a. *o detective, arguto, seguiu-os ao longe*
b. *arguto, o detective seguiu-os ao longe*

Casos há em que a ordem é arbitrária. O adjetivo pode ocorrer em posição posnominal (Quadro 1a) ou prenominal (Quadro 1b), ou seja, a ordem é flexível, sem consequências do ponto de vista semântico.

a. <i>uma ovação estrondosa</i> <i>uma paisagem magnífica</i> <i>um dia óptimo</i> <i>um colar bonito</i> <i>um pastel delicioso</i> <i>uma piada saborosa</i>	b. <i>uma estrondosa ovação</i> <i>uma magnífica paisagem</i> <i>um óptimo dia</i> <i>um bonito colar</i> <i>um delicioso pastel</i> <i>uma saborosa piada</i>
---	---

Quadro 1 – Posição posnominal (a) e prenominal (b) do adjetivo

Mas os critérios distribucionais permitem distinguir uma ordem marcada de uma ordem não marcada típicas de ocorrência do Adjectivo.

Ao contrário do que acontece, por exemplo, em inglês, língua tipologicamente [Adj. N] (cf. *a wonderful day vs um dia fantástico, um dia maravilhoso*), em português a posição não marcada é a posnominal, ou seja [NAdj.] (Quadro 2a).²

² Também para Callou et al. (2003), para os adjetivos descritivos a posição marcada é a de anteposição, verificando-se o inverso com os adjetivos avaliativos. Neste estudo constata-se que “os **adjetivos avaliativos**, de carácter subjetivo, da mesma forma que os adjetivos fonicamente **menos pesados** (menos **salientes**) são os que aparecem mais frequentemente à esquerda do núcleo” e que “em termos absolutos, a posição do adjetivo à esquerda do núcleo do SN tornou-se menos frequente, no decorrer dos séculos (XVIII=,65 e XX= ,36)” (2003, p.89).

Trata-se da ordem subjectivamente neutra e menos marcada informacionalmente. Por contraste, nos exemplos em apreço, a anteposição (Quadro 2b) é marcada como literária ou poética. Aliás, como assinala Casteleiro (1981), a anteposição do adjectivo é fortemente condicionada.

<p>a. <i>árvore frondosa</i> <i>céu nublado</i> <i>cor escura</i> <i>voz límpida</i> <i>casaco verde</i></p>	<p>b. <i>frondosa árvore</i> <i>nublado céu</i> <i>escura cor</i> <i>límpida voz</i> <i>verde casaco</i></p>
--	--

Quadro 2 – Posposição e anteposição do adjectivo

Em português europeu, a posição pronominal é tipicamente marcada sob o ponto de vista avaliativo e/ou afectivamente, face à posnominal, tipicamente não marcada quanto a estes traços. Em anteposição são valorizados os valores expressivos do adjectivo, e em posposição os valores informativos ou denotativos.

Sendo certo que a ordem pela qual organizamos a informação que pretendemos disponibilizar não é aleatória, a colocação do adjectivo na abertura do sintagma traduz uma relevância acrescida por parte do falante relativamente à (natureza da) informação veiculada pelo adjectivo. Assim, a anteposição do adjectivo obedece a uma estratégia de ênfase/focalização deliberada, que o torna mais saliente do ponto de vista informativo e/ou subjectivo (12-13).

12) *uma rara ocasião: uma ocasião rara*

13) *uma feliz coincidência: uma coincidência feliz*

Mais ainda: a anteposição ou posposição do adjectivo corresponde a diferentes orientações na natureza das operações lógico-semânticas activadas pela adjunção adjectival. Em posposição (*crianças lindas*) há lugar à intersecção do conjunto de “crianças” com o conjunto dos “seres lindos”, restringindo-se assim através do adjectivo um subconjunto de N num universo em que se pressupõem outros subconjuntos (v.g. crianças feias); em anteposição (*lindas crianças*) há lugar à inclusão das “crianças” em menção no conjunto de “seres lindos”, estando portanto em causa referência a alguns membros do conjunto “crianças” no universo dos seres que são (considerados) lindos.

Em espanhol (DEMONTE, 2005), a situação é paralela à que se verifica em português, pois em posição posnominal o adjectivo tem canonicamente uma interpretação restritiva, e em posição pronominal uma interpretação não-restritiva, uma interpretação de foco.

Nas expressões mais ou menos lexicalizadas ou cristalizadas, marcadas por algum grau de fixidez semântica e combinatória ou, segundo SINCLAIR (1991),

caracterizadas pelo princípio idiomático de colocação preferencial padronizada, o adjetivo pode ocorrer em anteposição (14) ou em posposição (15), mas sempre em ordem imutável.

- 14) a. *bom dia!* (fórmula de saudação)
b. *livre arbítrio*
- 15) a. *amor livre*
b. *registo civil*
c. *código deontológico*

Na maior parte destes casos existem restrições impositivas quanto à ordem de ocorrência dos adjetivos, restrições que se prendem com co-ocorrências ou com colocações preferenciais e/ou fixas. Daí o carácter inaceitável de **arbítrio livre*, **livre amor*, **civil registo*, **deontológico código*.

Na sua leitura literal os adjetivos denominais ocorrem em posposição (16), sendo-lhes tanto mais vedada a anteposição (**tropical floresta*, **petrolífera reserva*, **celular matéria*) quanto mais eles funcionam como subclassificadores do Nome, explicitando espécies no interior do género por este denotado. Os adjetivos relacionais e os classificatórios, ao contrário dos qualificativos, que podem apresentar-se em anteposição ou em posposição, ocorrem tipicamente em posposição nominal.

- 16) a. *floresta tropical*
b. *reserva petrolífera*
c. *matéria celular*

Como os exemplos 14-16 evidenciam, a fixidez colocacional do adjetivo não tem lugar apenas quando este é derivado (15c, 16a, b, c), mas igualmente quando é portador de radical simples (14a, 14b, 15a).

Em português, também muitos dos adjetivos de cor ocorrem tipicamente à direita do nome (17), sendo a colocação à esquerda do Nome considerada como poética (*cinzentas nuvens aproximam-se*) ou como diafasicamente marcado, em consonância com o carácter marcado da anteposição, nesta língua.

- 17) a. *vestido preto*
b. *portão azul*
c. *parede branca*

A ordem de ocorrência do adjetivo face ao nome pode ter valor distintivo, como em (18):

- 18) a. *um velho amigo* (antigo) vs *um amigo velho* (idoso)
 b. *um pobre homem* (sem sorte, pobre de espírito) vs *um homem pobre* (sem recursos)
 c. *um grande homem* (grandeza moral, intelectual, homem notável) vs *um homem grande* (grandeza física, (de elevada) estatura)
 d. *um alto funcionário* (estatuto hierárquico) vs *um funcionário alto* (dimensão física)
 e. *uma certa decisão* (determinada) vs *uma decisão certa* (acertada)

Embora haja algumas correlações entre a colocação preferencial de determinados tipos de adjetivos e uma determinada configuração ou estrutura morfológica, a distribuição não assegura, por si só, a função do adjetivo no interior do sintagma. Esta realidade é corroborada pelo facto de os adjetivos predicativos terem posição fixa, e pelo de muitos dos não predicativos terem colocação variável. Assim sendo, a distribuição por si só não é critério suficientemente relevante para delimitar uma função e, por conseguinte, uma classe funcional de adjetivo.

Estrutura morfológica: adjetivos simples e adjetivos derivados

A morfologia interna de um adjetivo tem um peso significativo na sua configuração, desde logo porque o adjetivo é portador de um só radical, como em *grande*, ou de mais do que um, o que acontece quando se trata de um adjetivo derivado, denominal (*tentacular*) ou deverbais (*surpreendente*).

A importância da estrutura morfológica avulta pela repercussão que tem na estrutura semântica e funcional do adjetivo. Os adjetivos derivados são, por definição, portadores de uma estrutura morfológica mais enriquecida e, portanto, de uma espessura semântica acrescida e bastante mais complexa.

Um adjetivo denominal ou deverbais, porque comporta também a semântica do radical nominal ou verbal que incorporam no seu interior, apresenta uma estrutura semântica composicional fortemente densificada, seja por força do semantismo da base, seja pelo do afixo. Como é sabido, um adjetivo derivado herda algumas das capacidades referenciais e predicativo-atributivas do nome (*argiloso*, *triangular*, *arbustivo*) ou do verbo (*aconselhável*, *enternecedor*, *inebriante*) que lhe serve de base. Nos Quadros 3 e 4 representa-se de forma simplificada a estrutura morfológica dos adjetivos denominais e deverbais em apreço.

Radical nominal/adjectival	sufixo
<i>argil-</i> (presente em <i>argila</i>)	-os-
<i>triangul-</i> (presente em <i>triângulo</i>)	-ar
<i>arbust-</i> (presente em <i>arbusto</i>)	-iv-
<i>fin-</i> (presente em <i>fino</i>)	-óri-

Quadro 3 – Estrutura morfológica dos adjetivos denominais

Radical nominal/adjectival	Tema verbal	sufixo
<i>conselha-</i> (presente em <i>conselho</i>)	<i>aconselha-</i> (presente em <i>aconselhar</i>)	-vel
<i>banal</i> (coincidente com <i>banal</i>)	<i>banaliza-</i> (presente em <i>banalizar</i>)	-vel
<i>ebri-</i> (presente em <i>ébrio</i>)	<i>inebria-</i> (presente em <i>inebriar</i>)	-nte
<i>enfastia-</i> (presente em <i>enfastiar</i>)	<i>fasti-</i> (presente em <i>fastio</i>)	-nte
<i>tern-</i> (presente em <i>terno</i>)	<i>enternece-</i> (presente em <i>enternecer</i>)	-dor
<i>terror</i> (coincidente com <i>terror</i>)	<i>aterroriza-</i> (presente em <i>aterrorizar</i>)	-dor

Quadro 4 – Estrutura morfológica dos adjetivos deverbais

Já os adjetivos de estrutura morfológica simples, não derivada (*alto, baixo, curto, longo, gordo, magro, grande, pequeno, bonito, feio, fiel, bom, mau, capaz*) são semanticamente unidimensionais. Estes adjetivos, que são tipicamente graduáveis, são considerados por Vilela e Silva (2004) como os mais prototípicos: “prototypical adjectives are morphologically simple”. No outro extremo da escala de prototipicidade estariam os adjetivos derivados, sobretudo os denominais, sendo portanto os menos prototípicos.

A estrutura morfológica não condiciona a capacidade de um adjetivo ser transitivo ou intransitivo, verificando-se que quer adjetivos simples (19) quer derivados (20) comungam da possibilidade de transitividade.

19) *ser amigo de, ser útil a, ser hábil a* manejar o corta-sebes

20) *ser prejudicial a, ser exigente com, ser conhecedor de, estar hesitante em*

Por último, a estrutura morfológica simples ou derivada não serve de critério transversalmente decisivo para caracterizar os adjetivos quanto às funções semânticas que desempenham. Adjetivos morfológicamente derivados há, sejam deverbais ou denominais, funcionam como adjetivos prototípicos, quando usados em sentido não composicional, mas lexicalizada (21).

21) a. *esta paisagem é-nos familiar* ‘conhecida’

b. *o João teve um gesto amável* ‘simpático’

c. *foi uma queda monumental* ‘enorme, aparatosa’

Graduabilidade: adjetivos graduáveis e adjetivos não graduáveis

São adjetivos graduáveis os que descrevem propriedades concebidas como ordenadas ou ordenáveis numa escala de valores. A graduabilidade, seja na sua expressão analítica ou adverbial, seja na sua expressão sufixal, tem sido uma das propriedades mais invocadas para caracterizar os adjetivos em duas grandes classes, os graduáveis e os não graduáveis, cujas fronteiras estão longe, contudo, de serem estanques e claras.

Os adjectivos de estrutura morfológica simples revelam maior aptidão para a expressão analítica de grau do que alguns derivados, nomeadamente denominais, quando usados em sentido literal ou composicional (*doces conventuais; doces *muito conventuais; mas: ambiente demasiado conventual*). Todavia, mais do que a estrutura morfológica é a estrutura semântica do adjectivo que viabiliza ou inviabiliza a expressão de grau. Como veremos adiante, os adjectivos intersectivos ou absolutos são tipicamente não graduáveis. O inverso se aplica aos não intersectivos ou relativos.

Também os adjectivos predicativos, que ocorrem em posição post-cópula, se caracterizam pela possibilidade de serem tipicamente afectáveis por grau (*é muito alegre, está muito contente, é muito honesta*); o contrário se aplica aos não predicativos (**processo muito judicial; *valor muito numérico*).

São adjectivos tipicamente graduáveis os de medida ou de dimensão (22) e os valorativos ou de qualidade, que exprimem um juízo apreciativo – positivo ou negativo – do locutor relativamente a um indivíduo/objecto individual (23).

22) *alto, baixo, curto, comprido, longo, estreito, largo, grande, pequeno*

23) *bom, mau, bonito, feio, inteligente, diligente, preguiçoso, honesto, (in)hábil*

Os adjectivos de estrutura morfológica derivada, nomeadamente os denominais, não são, em muitos casos, graduáveis (24).

24) a. *equipamento *muito laboratorial, arquivístico*

b. *fontes *muito documentais*

c. *processo *muito genómico*

d. *exibição *muito virtuosística*

Todavia, muitos denominais há que admitem gradação (25). Nestes casos o mais das vezes o adjectivo é usado não no seu sentido literal e composicional, mas com valor atributivo ou qualificativo.

25) *muito alcoólico, muito ecológico, muito metódico, muito teórico, muito anedótico, muito folclórico, muito icónico, muito comercial, muito industrial, muito pesaroso*

Também muitos adjectivos de origem ou de interpretação deverbal (26) admitem grau.

26) *muito assustadiço, movediço, escorregadio, fugidio, saudável, louvável*

Não são graduáveis, na sua leitura literal, adjectivos de vários tipos, como os adjectivos de estado, que denotam situações encaradas como absolutivas

num quadro de disjunção (ou se está ou não se está *casado*; ou se está ou não se está *acamado*), e que não admitem portanto variações escalares (27).

- 27) a. **está muito casado*
b. **está muito acamado*

Não são graduáveis adjectivos técnicos e das terminologias científicas, que se caracterizam por um sentido específico e unívoco (28), não susceptível de variação escalar.

- 28) *previsão atmosférica; animal ovíparo; estrutura morfológica; instrumento sextavado; painel quadrangular*

As anomalias registadas em (29) ilustram a natureza não graduável destes adjectivos.

- 29) **que equilátero é esse triângulo!*; **esse triângulo é mais equilátero do que aquele*; o sistema **muito nervoso* está a degradar-se; as ciências **muito naturais*

Os adjectivos de cor são algo refractários à variação de grau (cf. 30). No entanto, se se admitir a existência de uma banda de variação cromática de uma dada cor (ou do sistema de cores), é possível conceber diferentes graus de coloração, tais como em (31).

- 30) *gosto deste tecido por ele ser *muito verde/branco*
31) *este tom é mais amarelo de que aquele*

Na sua significação literal, composicional, parafra-seável por “originário, natural de N (topónimo, nome de lugar)”, os adjectivos de origem ou de nacionalidade (*caucásico, irlandês, brasileiro*) não são graduáveis. Contudo, sempre que usados numa acepção estereotípico-qualitativa, equivalentes a “com as características típicas de”, é possível que os adjectivos étnicos admitam gradação, como se pode observar em (32).

- 32) a. *ela é tão nórdica!*
b. *ela é mais britânica do que os britânicos!*
c. *eles saíram mais americanos do que se pensava*
d. *o João é bem transmontano/nortenho!*

Paralelamente, os adjectivos derivados de nomes próprios (*maometano, napoleónico, hitleriano*) não são, na sua significação composicional e literal, graduáveis, excepto quando usados como adjectivos qualificativos (*quixotesto,*

dantesco, pindérico). Nestes casos denotam as propriedades estereotipicamente associadas às personalidades ou personagens cujos nomes estão na sua base, pelo que podem ocorrer em construções de grau, já que tal propriedade é susceptível de se manifestar escalarmente, tal como em

33) *sempre és muito maquiavélico/salazarista*.

Muitos adjectivos de matéria, nomeadamente quando derivados de nomes de substância, não admitem variação de grau (34)

34) *derivados *muito lácteos; tecido *muito ósseo; transplante *muito medular, transporte *muito aéreo/aquático/terrestre; sistema *muito monetário; produção *muito vinícola*

Mas em muitas circunstâncias, cujos contornos estão ainda por apurar com rigor, a expressão de grau é possível. Assim acontece quando o adjectivo denota matérias ou substâncias (encaradas ou consideradas como) homorgânicas do nome nuclear do SN, como nos exemplos (35)

35) *este terreno é muito granítico; este barro é um pouco terroso; esta carne é demasiado fibrosa; esse prego está bastante ferrugento; esse foco até é muito luminoso*

Em geral, os adjectivos denominais, quando em contexto não predicativo, que não é de resto o que lhes é preferencial, não são marcáveis por variação de grau (36), pois denotam propriedades não escalares, na sua leitura literal.

36) *continental, governamental, manual, mural, semestral, disciplinar, nuclear, secular, solar, anatómico, automobilístico, metalúrgico, oceânico*

Em contextos comparativos e/ou contrastivos (37) ou quando usados como atributivos (38) alguns destes adjectivos podem admitir gradação.

37) a. *essa cozinha é demasiado ornamental e, por isso, pouco substanciosa*
b. *essas decisões são mais municipais que governamentais*
c. *o problema é mais racial que religioso*

38) a. *essa frase é muito musical*
b. *é um trabalho demasiado manual para o meu gosto*
c. *esse encontro foi demasiado profissional*

Os adjectivos deverbais, nomeadamente os que denotam possibilidade, ou seja, uma propriedade o mais das vezes encarada bipolarmente (possível vs não possível), não são semanticamente propensos a variação de grau (39)

39) roupa muito *lavável; procedimento muito *punível/*multável; móvel muito *fabricável

Como estes, muitos outros deverbais são refractários à escalaridade: *constituente, seguinte, administrativo, estacionário, emigratório*, (processo) *operatório, preparatório, roedor*. Falta apurar a natureza das condicionantes internas, externas ou cotextuais que, em sede de leitura literal ou composicional, viabilizam ou não a manifestação de grau nesta classe de adjectivos.

Alguns deverbais (cf. (40)), em virtude da sua semântica (*duradouro, compensador*) admitem variação de grau, e nem sempre postergando a sua leitura literal

- 40) a. *ele é muito tolerante/resistente*
b. *esse gás é bastante combustível/inflamável*
c. *as laranjas já estão bastante comestíveis*
d. *esses frutos são muito apetecíveis*
e. *esse produto é pouco solúvel*
f. *essa criança é muito assustada*
g. *é um funcionário muito empreendedor/ muito cumpridor*
h. *O João é muito trabalhador*
i. *essa bebida é muito digestiva*

Em casos como *doente* ou *saudável*, também afectáveis por grau, não é mais a leitura composicional que se encontra lexicalmente fixada.

Adjectivos/predicados intensionais e adjectivos/predicados extensionais

Os adjectivos intensionais modificam a compreensão de N, ou seja, o conjunto de propriedades que um objecto possui para poder ser categorizado como N. Assim acontece com *sangrenta* em *guerra sangrenta*. Os adjectivos extensionais modificam, delimitando, a extensão de N, ou seja, o conjunto de individuais que N nomeia, restringindo o subconjunto de indivíduos denotado pelo SN (*governo estadual vs governo federal; estrada municipal, regional, nacional, transfronteiriça*). Os adjectivos intensionais têm valor essencialmente qualificativo, enquanto os extensionais têm valor essencialmente restritivo.

Vejamos de que modo se comportam os adjectivos extensionais por contraste com os intensionais (BORGES NETO, 1991).

Se N é *pianista e escritor*, e se N é um pianista *cego*, então N também é um escritor *cego*. Mas tal não se aplica a *famoso*. Assim, se *O João é cirurgião e director do Hospital*, a verdade de *O João é o famoso cirurgião do Hospital* não implica a verdade de *O João é o famoso director do Hospital*. O mesmo não se

verificaria com um adjectivo extensional como *alto*. Aplicado ao mesmo João a que vem sendo feita referência, poder-se-á inferir que *o cirurgião João é alto*, do mesmo modo que *o director João também é alto*. Neste caso a definição de *alto* impõe que seja tido em conta o indivíduo denotado extensionalmente pelo nome com que o adjectivo se combina. Já em relação a *famoso*, o nome a que este se reporta é encarado intensionalmente, razão pela qual o adjectivo é considerado intensional.

O alcance destas propriedades avulta com a sua correlação com as classes de adjectivos categoremáticos *vs* sincategoremáticos, ou de adjectivos intersectivos ou absolutos *vs* adjectivos não intersectivos, subsectivos ou relativos, que observamos de seguida.

Adjectivos categoremáticos e adjectivos sincategoremáticos

Os adjectivos categoremáticos predicam de modo absoluto a extensão do N a que se ligam; são argumentativamente independentes (*cego, calvo, inglês, alemão*). Os adjectivos sincategoremáticos predicam de modo relativo a intensão do N a que se ligam; não são argumentativamente independentes (*famoso, jovem*).

Não existindo testes de natureza sintáctica suficientemente fiáveis para distinguir adjectivos intersectivos de não intersectivos que, por definição, funcionam sempre como modificadores de expressões nominais, recorre-se a testes baseados em propriedades inferenciais para os diferenciar.

As propriedades inferenciais habitualmente usadas como identificativas destas duas classes foram já avocadas no item anterior. Quando ocorre um adjectivo categoremático, N1 é N2A (*O João é um piloto paraplégico*) é separável em “N1 é N2” e “N1 é A”. Assim não acontece quando o adjectivo é sincategoremático, pois que “N1 é N2 A” (*O João é um piloto exímio*) não é separável em “N1 é N2” e “N1 é A”, porquanto o João só é exímio enquanto piloto.

Como afirma Mória (1992, p.14), se a verdade de uma formulação como “Todos os N1 são N2” implica a verdade de “Todos os N1 Adj. são N2 Adj”, então o adjectivo nelas presente é intersectivo; caso contrário, é não intersectivo.

Retomando o exemplo apresentado, se N é *pianista e escritor*, e se N é um pianista *cego*, então N também é um escritor *cego*, pelo que o adjectivo é categoremático, intersectivo, ou absoluto.

Mas, como vimos, tal não se aplica a *famoso*: se N é *pianista e escritor*, e se N é um *pianista famoso*, então N não necessariamente também é um escritor *famoso*. Este adjectivo é, pois, sincategoremático, não intersectivo ou relativo.

O mesmo se aplica a *competente*, ou a *provisório*, pois não existe um conjunto de entidades *competentes* em absoluto, mas apenas relativas a outras propriedades, pelo que é-se *competente* ou *exímio*, enquanto *médico*, *pianista*, *pai*, *piloto*. Em conformidade, os adjectivos não intersectivos ou relativos são tipicamente graduáveis, enquanto os intersectivos ou absolutos são tipicamente não graduáveis.

Dada a notória partilha de propriedades, poder-se-ão considerar duas grandes classes de adjectivos, os extensionais, categoremáticos, absolutos, intersectivos e os intensionais, sincategoremáticos, relativos, não intersectivos ou subsectivos, representadas esquematicamente no quadro seguinte.

Adjectivo extensional, categoremático, absoluto, intersectivo	<i>cego, alto, inglês, alemão</i>
Adjectivo intensional, sincategoremático, relativo, não intersectivo ou subsectivo	<i>famoso, célebre, exímio, jovem, curioso, competente</i>

Quadro 5 – Adjectivos extensionais e adjectivos intensionais

Adjectivos predicativos e adjectivos não predicativos

Uma das distinções mais relevantes, segundo G. Gross (2005, p.6) é a que opõe adjectivos predicativos a não predicativos. Como veremos, não são unânimes as concepções ligadas a predicatividade e não predicatividade.

Os adjectivos não predicativos não figuram em posição predicativa ou post-cópula (*a proposta é *estudiantil*). Os adjectivos predicativos apresentam propriedades opostas destas.

Casteleiro (1981) diferencia as duas subclasses com base não apenas na capacidade de ocorrerem em post-cópula (41a), em posição pré-nominal (41b), em posição post-nominal (41c), mas também com base na possibilidade de serem ou não graduáveis (41d).

- 41) a. ontem esteve um dia *agradável*
 b. o João proporcionou-lhes um *agradável* passeio
 c. trouxeram recordações *agradáveis* do cruzeiro pelo Báltico
 d. foi uma tarde de convívio muito *agradável*

Só os adjectivos predicativos (por alguns também apelidados de atributivos) são graduáveis, possuindo, para além desta, as propriedades de ocorrerem em posição pré-nominal, pós-nominal, bem como em contexto post-cópula. Por seu turno, os não predicativos, ou também chamados adjectivos de relação, não funcionam em contexto predicativo (42), isto é, em posição post-cópula,

rejeitando a co-ocorrência com verbos copulativos e, em particular, com o verbo *estar* (43), não ocorrem em posição de aposto, não admitem grau, e apenas ocorrem em contexto post-nominal.

42) *o *ski é aquático* (vs o *ski aquático...*)

43) *o *regime está semestral*

O quadro seguinte sintetiza estas diferenças.

	post-cópula	pré-nominal	pós-nominal	graduabilidade
Adj. predicativo	+	+	+	+
Adj. de relação	- ³	-	+	-

Quadro 6 – Propriedades típicas dos adjectivos predicativos e dos “de relação”

Existe uma complementaridade distribucional entre as duas classes de adjectivos no que toca à sua compatibilidade com determinadas classes de prefixos.

Muitos adjectivos não predicativos são compatíveis com prefixos numéricos (cf. Quadro 7), tais como *bi-* (*bidimensional, bissemestral*), *multi-* (*multicontinental, multinacional, multirracial*), *poli-* (*policromática*), *tri-* (*trissilábica*), admitem mais facilmente os prefixos *pós-* (*pós-nuclear*), *pré-* (*pré-escolar*), *inter-* (*inter-continental*), *extra-* (*perímetro extra-polar*), *anti-* (*anti-nuclear, anti-económico*), que os adjectivos predicativos rejeitam, em geral, e são tipicamente incompatíveis com os prefixos de negação *in-* e *des-*, que os predicativos aceitam (*incolor, irreal, infeliz, descontente, desagradável*). Estas propriedades estão em consonância com a propriedade de intensificação ou de quantificação gradativa que afecta os adjectivos predicativos, por contraste com os adjectivos não predicativos, que admitem quantificação numérica.

prefixo	numérico, <i>bi-, tri- uni-, poli-, multi-</i>	espácio- temporal <i>pós-, pré-, inter-, extra</i>	de oposição <i>anti-</i>	negativo <i>in-, des-</i>
A. predicativo <i>Feliz, leal, contente</i>	-	-	-	+
A. de relação(clima) <i>continental(ciclo) económico(energia) nuclear(urso) polar(regime) semestral</i>	+	+	+	-

Quadro 7 – (In)compatibilidades prefixais dos adjectivos predicativos

³ Saliente-se que alguns adjectivos não predicativos ou de relação podem também ocorrer, em condições específicas, nomeadamente em contexto comparativo e/ou contrastivo, em posição predicativa ou post-cópula, como em *este motor é eléctrico, não manual*.

Acresce que os adjectivos não predicativos não aceitam construção completiva com sujeito, excepto quando precedidos de tais prefixos, e não de forma incondicional.

Para muitos autores, entre os quais Luján (1980), quase todos os adjectivos são predicativos em estrutura profunda, uma vez que <x A> equivale a <x SER A>. Todavia, faltam evidências empíricas de que assim seja sistemicamente.

Mas existe uma outra concepção de predicativo e de predicatividade, que não se confina à possibilidade de ocorrência em cotexto pós-cópula. Essa outra concepção assenta em critérios de natureza semântico-proposicional, mais propriamente na capacidade de funcionar como predicador, seleccionar um determinado número de argumentos, por contraposição à de desempenhar funções argumentais.

Por predicativo entende-se, assim, a capacidade predicativa (melhor seria dizer *predicadora*), ou seja, a capacidade de activar um dado esquema argumental (44), funcionando como predicador.

- 44) a. *ser útil a alguém*
b. *ser condescendente com alguém*
c. *ser capaz de algo*
d. *sistema que é facilitador/impulsionador de corrupção*

Nesta acepção, os adjectivos não predicativos não seleccionam argumentos, funcionando eles próprios como argumentos, como em *decisão camarária* ou em *eleição camarária*.

Assim, numa concepção não mitigada de predicatividade, o adjectivo predicativo seria tipicamente caracterizado pelas seguintes propriedades (45):

- figura em posição predicativa, isto é, post-cópula (45a);
- como todo o predicador, define-se e caracteriza-se pelo esquema argumental que promove (45b).
- graduabilidade (45c)

- 45) a. *O João está feliz; o João é leal aos seus princípios*
b. *este furacão foi responsável por/ causador de toda essa destruição*
c. *O João é muito responsável (vs. *ser muito azul, branco)*

Por contraste, os adjectivos não predicativos são tipicamente caracterizados pelas seguintes propriedades:

- têm uma sintaxe incompatível com função predicativa, pelo que também não figuram em cotexto post-cópula/predicativo;

- podem funcionar como argumentos (GOES, 2005) em frases que contêm predicados nominais eventivos (*decisão presidencial; ataque policial*).
- em teoria, não deveriam impor ou seleccionar argumentos, ou seja, não triam capacidade argumental.

A verdade, porém – e aqui reside o problema maior da concepção não mitigada de predicatividade –, é que alguns adjectivos não predicativos (no sentido de não ocorrentes em cotexto post-cópula) também podem revelar capacidade argumental, como se verifica em (46):

46) *este programa amigo do ambiente já deu bons resultados*

Quando a capacidade predicativa, isto é, a capacidade de funcionar como predicador, em termos lógico-proposicionais, e não como argumento, coincide com a distribuição predicativa ou post-cópula, há vantagem em discretizar conceptualmente as duas possibilidades que o termo *predicativo* pode recobrir.

Assim, dado o carácter não unívoco do conceito de \pm predicativo, optamos por usar “predicativo” como equivalente a pós-cópula, e “argumental” quando o adjectivo funciona como argumento ou admite uma leitura argumental.

Esta distinção ganha em clarificação quando estão em jogo adjectivos com capacidade argumental, ocorram eles em cotexto post-cópula ou em posição adnominal.

Adjectivos de fase e adjectivos de indivíduos

Intimamente relacionada com a identidade semântica dos adjectivos predicativos e com as fronteiras entre estes e os adjectivos não predicativos encontra-se a distinção de que se ocupa esta secção entre adjectivos de fase e de indivíduo.

Os adjectivos de fase denotam uma propriedade encarada como transitória, episódica, temporária, cujo valor de verdade é indexado a (e delimitado por) um intervalo de tempo (47). Os adjectivos de indivíduo denotam uma propriedade encarada como inerente, permanente, não delimitada temporalmente (48).

47) a. *o João está deitado/acamado*

b. **a Maria está grávida**

48) *o João é **frontal***

Em português a oposição entre SER e ESTAR está ligada à expressão de predicacões de indivíduo e de fase/estádio, servindo de recurso que lexicaliza a

distinção entre predicado de indivíduo e de fase. Os adjectivos de fase são, por definição, compatíveis com ESTAR (49) e os de indivíduo, em virtude da sua identidade semântica, são compatíveis com SER (50).

49) *estar*/**ser* *acamado, apto, contente, grávida, lotado*

50) *ser*/**estar* *invisual, melómano*

Como se observa nos exemplos elencados em (56) e em (57), há adjectivos só compatíveis com ESTAR e outros só compatíveis com SER. Existe, todavia, uma terceira classe de adjectivos predicativos que são compatíveis com ambos os verbos copulativos, admitindo portanto leituras de indivíduo ou de fase, como *o João é/está alto*. Em (51) explicitam-se outros adjectivos que apresentam este mesmo comportamento.

51) *SER/ESTAR* *alto, afirmativo, civilizado, doente, elegante, estudioso, feliz, parvo, provocador, reservado*

Acresce que, para alguns autores (CASTELEIRO, 1981, p.61), os adjectivos não predicativos ou relacionais são incompatíveis com ESTAR, como se observa em (52):

52) *as flores campestres escasseiam vs estas flores são/*estão campestres*

Esta consideração leva-nos a aprofundar a reflexão sobre a natureza semântica de tais adjectivos, uma vez que não é linear que os adjectivos relacionais apenas denotem propriedades cognitivamente processadas como inerentes ou permanentes, como (53) denuncia, uma vez que a semântica do adjectivo explicita justamente o carácter não permanente da propriedade em jogo.

53) *este processo transitório em breve estará concluído*

O que aqui está em causa é a natureza extensionalmente restritiva dos adjectivos. Ao funcionarem como adjectivos categoremáticos e intersectivos, relativamente aos nomes a que se encontram associados, as propriedades denotadas pelos adjectivos são encaradas como absolutas, como válidas e constantes no intervalo de tempo proposicionalmente relevante, e portanto não nele alteráveis.

Em (54) o facto de o órgão em menção ser artificial e não natural não retira a natureza consubstancial e, portanto, inerente, da artificialidade do mencionado coração.

54) *este coração artificial vai melhorar a sua qualidade de vida*

Adjectivos relacionais, adjectivos denominativos

Não formam uma classe homogénea os adjectivos denominados de relacionais, porque diversas são as concepções de relacional disponíveis. Em todo o caso, trata-se de adjectivos de estrutura morfológica derivada, e preferencialmente denominais.

Celso Cunha e Lindley Cintra, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (p.247-248) consideram que “Os ADJECTIVOS DE RELAÇÃO, derivados de substantivos, são de natureza classificatória, ou seja, precisam o conceito expresso pelo substantivo, restringindo-lhe, pois, a extensão do significado. Não admitem graus de intensidade e vêm normalmente pospostos ao substantivo”. Como exemplos mencionam *mensal, estudantil, paternal, português*.

Mas outras concepções se recortam, apresentando diferenças sensíveis.

Para alguns (CASTELEIRO, 1981, p.136) a classe dos relacionais recobre a dos adjectivos não predicativos.

Para Bosque (1993), a classe dos adjectivos relacionais engloba (i) os classificativos ou classificatórios e (ii) os argumentais ou temáticos. São tipicamente de estrutura morfológica derivada, podendo ter valor argumental ou temático (ii) e capacidade referencial ou classificatória (i). Não aceitam posição predicativa nem grau.

Os adjectivos relacionais denominais são parafraseáveis por “para N” (*literatura infantil, literatura juvenil*), “de N” (*coroa real*), “que contém N” (*água gazosa*), tendo não raro valor classificatório (GIRARDIN, 2005, p.59-70). Também para este autor são tipicamente não graduáveis, não predicativos e ocorrem em posição adnominal.

Em vez de relacionais, termo demasiado equívoco, porque muito abrangente, Gross (2005) prefere a designação de argumentais, marcados pela capacidade e pela funcionalidade argumental, de integrar um esquema argumental, pela não graduabilidade e não predicatividade, no sentido de não ocorrerem em cotexto post-cópula. Nos exemplos que se seguem o adjectivo funciona como agente da decisão (55) e como objecto/tema (56), respectivamente.

55) *decisão presidencial*

56) *eleição presidencial*

Mas nem todos os adjectivos denominais são argumentais, uma vez que a muitos está adstrito um valor classificatório (GOES, 2005). Por conseguinte, não há homologia entre constituição morfológica e função lógico-semântico-

proposicional. A composicionalidade morfológica não determina a leitura e a função semântico-proposicional do adjectivo.

Como se observa em (57), (58) e (59), e mais circunstanciadamente na secção seguinte, em função da natureza semântica do nome nuclear do sintagma, um mesmo adjectivo pode ter valor argumental (58), (59) ou não (57).

57) *sistema solar*

58) *radiação/actividade/aquecimento/solar* (o sol é fonte de actividade, radiação, aquecimento)

59) *eclipse solar* (o sol é objecto de eclipse ou, por hipótese teórica, também fonte de eclipse de uma outra possível estrela)

Em alternativa a relacionais, a designação de “denominativos” teria a vantagem de, contrapondo-se à de qualificativos e de excluindo os argumentais, se restringir a adjectivos que delimitam uma subclasse daquilo que o nome de base denota, ou seja, as bases de que o adjectivo deriva representam o domínio relativamente ao qual se estabelece uma indicação objectiva de uma subclasse, expressa pelo adjectivo.

Adjectivos argumentais ou temáticos

Um aspecto que as gramáticas do português tratam de forma mitigada, e que importa sublinhar, é o do papel de argumento que o adjectivo pode assumir: é que o adjectivo tem a faculdade de funcionar como predicador, mas também como argumento. E são vastas as implicações que, sob um ponto de vista teórico, tal comportamento tem.

Os adjectivos que podem desempenhar funções argumentais são chamados de argumentais ou temáticos. Representam argumentos do N com que se combinam, eles próprios muitas vezes deverbais e herdeiros de uma estrutura eventivo-argumental.

Os adjectivos argumentais definem-se, portanto, pelo esquema argumental, ou seja, pela relação predicador-argumento em que entram. A sua capacidade argumental é devida ao facto de incorporarem na sua estrutura interna um nome, que denota uma entidade que pode funcionar como causa, fonte, origem, agente, tema, objecto afectado, como *sol*, *ministro*, *estudante*, *polícia*, *câmara*, presentes em *solar*, *ministerial*, *estudantil policial*, *camarário* (cf. (60)), e de co-ocorrerem com nomes nucleares de sentido eventivo (*apoio*, *controle*, *decisão*, *eleições*, *erro*, *intervenção*, *manipulação*, *produção*, *protecção*, *rusga*, entre muitos outros).

É essa relação predicador-argumento que determina e explica as demais propriedades do adjetivo, tais como as aspectuais, as de escalaridade, as restrições sintáticas, como a (im)possibilidade de nominalização (GROSS, 2005, p.7).

Em (60) os adjetivos têm valor temático de fonte/origem, de agente, de experienciador, e em (61) de tema/meta ou equivalente. Apresentam-se dados não contextualizados, mas absolutamente comuns e recorrentes, e dados extraídos de corpora (62-64), mais precisamente do CETEM.PUBLICO, em 10.10.2005.

- 60) a. *preocupação médica/ ministerial/sindical*
b. *aspiração, reivindicação estudantil*
c. *decisão camarária*
d. *agentes incendiários*
e. *rusga policial*
- 61) a. *a produção petrolífera caiu em flecha*
b. *crítica teatral*
c. *eleições presidenciais*
d. *protecção florestal*
e. *massagem muscular*

Por vezes a especificação do papel argumental do adjetivo apenas é viável em função do contexto, que a determina de forma mais fina. Se em (62) se pode admitir que a liderança tem por objecto o continente, já em (63) a presença do objecto do embargo (a carne de vaca das Ilhas) obriga a que *continental* seja encarado tematicamente como fonte.

- 62) A Rússia abanou, mas manteve a liderança **continental** (Ext 624172 (des, 97b))
- 63) [...] plano de erradicação da doença proposto pelo Governo britânico e considerado como insuficiente para permitir o levantamento progressivo do **embargo continental** à carne de vaca das Ilhas (Ext 16021 (pol, 96a))

Emblemático é também o caso de *remodelação governamental* (64), pois que *governamental* é em primeira mão o objecto da remodelação, mas também é em muitos casos o governo que a promove.

- 64) a. em Luanda o Comité Central do MPLA – o partido no poder – reuniu-se para, entre outros assuntos, discutir uma possível **remodelação governamental** (Ext 25562 (pol, 92b))
b. foi ferido por um atirador furtivo quando regressava do trabalho, informou um responsável governamental. Primeira remodelação **governamental** em 15 meses de poder trabalhista (Ext 6496 (pol, 98b))

A capacidade argumental cessa em posição predicativa ou post-cópula, adquirindo o adjetivo uma leitura subclassificatória (*decisão ministerial vs esta decisão é ministerial*).

Adjectivos qualificativos e adjectivos classificativos/classificatórios

Os adjectivos qualificativos são tipicamente adjectivos de estrutura morfológica simples, com função qualificativa ou modificadora da intensão do N a que se acoplam. Exprimem propriedades, qualidades, modos de ser, estados das entidades denotadas pelos nomes a que se associam.

Uma das suas propriedades mais salientes já foi evocada em 4.: a graduabilidade. Muitos adjectivos qualificativos apresentam estrutura morfológica simples, mas muitos derivados há que podem igualmente desempenhar funções qualificativas, mormente quando não é activada uma leitura composicional e literal dos mesmos (65), uma vez que uma *queda monumental* ou *gigantesca* apenas equivale a 'de proporções significativas', do mesmo modo que uma *pessoa fabulosa* não tem que ter propriedades efabulatórias ou efabulativas, mas ser extraordinária, admirável, eventualmente prodigiosa.

65) *fabuloso, monumental, familiar, fenomenal, gigantesco*

Como assinala Demonte (1999, p.139), há uma classe mais periférica de adjectivos modificadores da intensão de N que não tem por função qualificar mas exprimir valores de quantificação e/ou de intensidade (*mero, pleno, principal*), como se pode observar em (66).

- 66) a. *é uma mera informação, nada mais*
b. *foi uma tarde plena de emoções*
c. *o principal suspeito encontra-se à solta*

Para uma diferenciação mais fina entre adjectivos qualificativos e adjectivos classificativos/classificatórios podem invocar-se outras propriedades.

Os adjectivos qualificativos (67) denotam prototipicamente propriedades ou características cognitivamente encaradas ou concebidas como inerentes – num dado universo cultural, vivencial e de referência – aos denotados pelos nomes que modificam, como será a *água salgada* [reportando-se à água do mar].

- 67) a. *comida apetitosa*
b. *inverno rigoroso*
c. *ambiente exótico*

Já os adjectivos classificativos denotam propriedades ou características não inerentes aos denotados pelos nomes que modificam (68):

- 68) a. *literatura infantil*
b. *soalho flutuante*
c. *água gaseificada*
d. *exames médicos*
e. *animais marinhos*

Nas palavras de Girardin (2005, p.65), “L’*adjectif classifieur* n’est pas, ou pas essentiellement, caractérisant et surtout son sémantisme n’informe pas sur une qualité **inhérente** du nom-tête”. A função do adjectivo classificatório é de permitir atribuir ao nome que modifica uma propriedade que permita sub-classificá-lo no conjunto de denotados em que se inscreve, denotando espécies no interior de um género (*vinho branco, vinho tinto, triângulo isósceles, triângulo escaleno*). O adjectivo explicita um traço específico que permita definir uma subclasse referencial do N a que se acopla (69):

- 69) a. *actividade profissional/circense*
b. *processo administrativo/judicial*

Por isso para o autor citado os adjectivos classificativos não têm interpretação intensiva, acabando antes por ter valor referencial, não predicativo. Não funcionam como predicado(re)s, mas como subclassificadores referenciais.

Mas a delimitação entre as classes de **qualificativo** e de **classificativo** não se pode basear apenas neste critério, pois adjectivos há com poder classificatório que denotam propriedades cognitivamente processadas como inerentes. Assim acontece com os exemplos de (70):

- 70) a. *um terreno calcário*
b. *recursos hídricos*
c. *os crocodilos são animais ovíparos*

uma vez que ser feito de/constituído intrinsecamente por calcário, de água, ou ter a capacidade funcional de pôr ovos são propriedades inerentes, consubstanciais, das realidades (substâncias, seres) denotadas pelas nomes. E casos há, como o de *óculos graduados*, em que o poder classificatório do adjectivo é relativamente subvalorizado pelo facto de as situações certamente mais prototípicas serem aquelas em que os óculos incluem lentes graduadas, fazendo com que na dicotomia *óculos graduados vs óculos não graduados* o termo marcado, porque menos saliente referencialmente, seja o de óculos não graduados, como podem ser, por exemplo, os óculos de sol. Mais ainda: o adjectivo admite gradação (*são óculos muito/pouco/bastante graduados*), o que coloca o adjectivo num lugar periférico dentro da classe dos classificatórios.

Os adjectivos classificativos apresentam diversas propriedades típicas dos não predicativos:

- posposição praticamente sistemática (**branco vinho; *escaleno triângulo*);
- não ocorrência em contexto predicativo ou post-cópula, a não ser em sede de formulação contrastiva (**?este triângulo é isósceles; este triângulo é isósceles e não escaleno; este (triângulo) é um triângulo isósceles*);
- não graduabilidade (**este triângulo é muito escaleno*).

O adjectivo classificativo permite configurar sub-classes ontologicamente homogéneas dentro do conjunto de entidades denominadas pelo nome a que se encontra associado. Estamos portanto perante um caso de hierarquia ontológica, em que o nome nuclear do SN funciona como um superordenado e a classe denotada pelo SN, graças à presença do adjectivo com funções classificatórias, como um termo/conjunto subordinado.

Ao contrário dos adjectivos qualificativos, que têm funções essencialmente qualitativas, e portanto não absolutas porque não raro ancoradas na escala ou no quadro de valores do falante (*ambiente exótico/caloroso*), os adjectivos classificativos denotam uma propriedade que funciona como denominador comum para a identificação de uma (sub)classe ontológico-referencial (*frutos silvestres, relógio digital, ambiente informático ambiente digital*).

Já os adjectivos presentes nos SN (71) podem ter valor qualitativo, se equivalentes a ‘excêntricos, incomuns’, ou classificativo, se equivalentes a ‘de zonas classificadas biologicamente por um eco-sistema específico e diferenciado, como as das áreas e florestas tropicais’.

- 71) a. *frutos exóticos*
b. *madeiras exóticas*

A capacidade classificatória, e portanto de alguma forma referencial, do adjectivo permite o frequente apagamento do nome-nuclear: *os* (músculos) *peitorais*, *os* (músculos/exercícios) *abdominais*; *as* (consoantes) *vozeadas*, *fricativas*; *as* (eleições) *primárias*, *legislativas*, *autárquicas*.

Também por vezes o contraste sufixal suporta o contraste funcional entre valor qualificativo (*atitude criminosa*) e valor classificatório (*tribunal criminal*).

Segundo Bosque & Picalle (1996, p.360), os adjectivos classificatórios não saturam papéis semânticos seleccionados pelo nome nuclear do SN, mas “INCORPORATE different semantic functions to the N head”. Acontece que algumas dessas funções semânticas se situam na fronteira das funções temáticas atribuídas aos adjectivos com valor argumental. Os casos apontados pelos

autores e aqui traduzidos e/ou adaptados (*acrobacias aéreas* (LOCATIVE (PATH)), *calor solar* (LOCATIVE (SOURCE)), *discriminação racial* (CAUSE), *literatura infantil* (GOAL/BENEFACTIVE), *cura manual* (INSTRUMENTAL), *resíduos industriais* (SOURCE), *material cirúrgico* (PURPOSE)), a que se poderiam juntar outros, como *gel vaginal* (BENEFACTIVE), *viagem espacial* (LOCATIVE (GOAL)), *ilha fluvial* (LOCATIVE (PLACE)), sublinham a natureza escalar dos papéis semânticos desempenhados pelos adjectivos argumentais e pelos adjectivos classificatórios.

Como estes autores fazem sentir, o valor do adjectivo é não apenas condicionado pelo nome nuclear a que se associam, mas também pelo restante contexto frásico. Se em *estrutura molecular* entendem que o adjectivo é um argumento (POSSESSOR) seleccionado pelo nome, já em a *estrutura molecular do aço* consideram que o adjectivo tem valor classificatório de adjunto, pois que o papel de POSSESSOR é saturado pelo sintagma *do aço*.

Considerações finais

O estudo das diferentes classes de adjectivos e das respectivas propriedades conduziu-nos a um conjunto de reflexões a um tempo prospectivas e de síntese que de seguida se expõem.

A distribuição do adjectivo só é intermutável, e não o é de modo sistemático, em caso de adjunção (e de modificação) adnominal, sendo fixa em posição predicativa.

Verifica-se uma relação de alguma correspondência entre a estrutura morfológica do adjectivo e algumas das suas funções (modificadora vs argumental); mas a mencionada relação não é constante, pois nem só os adjectivos derivados têm leituras/funções argumentais, havendo adjectivos morfológicamente não derivados por ela também caracterizados (*tratamento médico*).

Algumas classes semânticas de adjectivos possuem propriedades e activam restrições de co-ocorrência que permitem caracterizá-los como mais tipicamente qualificativos ou como mais tipicamente classificativos e/ou temáticos. Mas as funções qualificativa/modificadora, classificativa e argumental dos adjectivos têm contornos algo permeáveis, verificando-se que, em função dos contextos, um adjectivo pode ter interpretações diversas.

O carácter sincategoremático de um adjectivo está em estreita correlação com a amplitude da sua intensão e do universo extensional que o SN em que se insere denota.

Da reflexão levada a cabo é ainda possível extrair outras ilações. Embora haja correlações a não desconsiderar entre morfologia-sintaxe-semântica do adjetivo e as classes funcionais acima consideradas, essas correlações, em alguns casos tendenciais, não são sistemáticas nem impositivas, verificando-se uma permeabilidade significativa entre classes morfológico-sintáctico-semânticas do adjetivo e suas leituras proposicionalmente ancoradas. As capacidades inferenciais autorizadas ou não pelo Adjectivo revelam-se de grande eficácia operatória na sua caracterização. Ou seja, propriedades e funções estão correlacionadas, mas não de forma limitadamente biunívoca.

Por isso, em nosso entender, as propriedades morfológico-sintáctico-semânticas estão ao serviço das diferentes modalidades de funcionamento e de interpretação do adjetivo, como predicado(t) ou como argumento.

RIO-TORTO, G. Towards a grammar of Portuguese adjectives. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.103-129, 2006.

- **ABSTRACT:** *Based on central dimensions – semantic, argumental, morphological, distributional – conveyed to the characterization of the adjectival category in Portuguese language, this paper describes the functional properties of the most relevant adjectival classes: qualifying adjectives, classificatory adjectives, argumental/thematic adjectives and predicative adjectives.*
- **KEYWORDS:** *Adjective; relational adjective; predicative adjective; qualifying adjective; classificatory adjective; argumental/thematic adjective.*

Referências bibliográficas

BHAT, D. N. S. *The adjectival category: criteria for differentiation and identification*. Amsterdam: John Benjamins, 1994.

BORGES NETO, J. *Adjectivos. Predicados extensionais. Predicados intensionais*. Campinas: UNICAMP, 1991.

BOSQUE, I. Sobre las diferencias entre los adjetivos relacionales y los calificativos. *Revista Argentina de Humanidades*, v.9, n.1/2, p.10-48, 1993.

BOSQUE, I.; PICALLO, C. Postnominal adjectives in Spanish DPs. *Journal of Linguistics*, v.32, n.2, p.349-385, 1996.

CALLOU, D. et al. *Sobre a posição do adjetivo no sintagma nominal no corpus VARPORT: séculos XIX e XX*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 19., 2003, Lisboa. *Actas...* Lisboa: APL, 2003. p.89-100.

CASTELEIRO, J. M. *Sintaxe transformacional do adjetivo: regência das construções completivas*. Lisboa: INIC, 1981.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*, Lisboa: João Sá da Costa, 1984.

DEMONTE, V. El adjetivo: clases y usos: la posición del adjetivo en el sintagma nominal. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Org.) *Gramática descriptiva del español*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. v.1, p.129-215.

_____. *Meaning-form correlations and the order of adjectives in Spanish: workshop on the semantics of adjectives and adverbs*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2005.

GIRARDIN, C. Les classifieurs: une sous-classe d'adjectifs non prédicatifs. *Cahiers de Lexicologie*, v.86, n.1, p.59-70, 2005.

GOES, J. Les adjectifs arguments: syntaxe et sémantique. *Cahiers de Lexicologie*, v.86, n.1, p.35-57, 2005.

GROSS, G. Un dictionnaire électronique des adjectifs du français. *Cahiers de Lexicologie*, v. 86, n.1, p.11-33, 2005.

LUJÁN, M. *Sintaxis y semántica del adjetivo*. Madrid: Cátedra, 1980.

MÓIA, T. Sobre classes semânticas de adjetivos. *Cadernos de semântica*, Lisboa, v.7, p.1-34, 1992.

SINCLAIR, J. *Corpus, concordance, collocation*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

VILELA, M.; SILVA, F. The position of the adjective in Portuguese: centre and periphery of the adjective class. In: SILVA, A. da S.; TORRES, A.; GONÇALVES, M. (Org.) *Linguagem, cultura, cognição: estudos de linguística cognitiva*. Coimbra: Almedina, 2004. p.661-690.

Fonte eletrônica

<http://www.linguateca.pt/CETEM.PUBLICO/>

A OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA DA NEOLOGIA LEXICAL: SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DO LÉXICO

Ieda Maria ALVES¹

- RESUMO: Com este trabalho, procuramos apresentar alguns resultados que nos têm proporcionado a observação sistemática da neologia lexical em um *corpus* jornalístico. Essa observação tem-nos mostrado, entre outros, os seguintes aspectos da formação de unidades lexicais neológicas: migração de formantes² das línguas de especialidade para a língua comum; características comuns entre léxico e gramática, a saber: polissemia entre afixos; gramaticalização de unidades lexicais; lexicalização de afixos.
- PALAVRAS-CHAVE: Neologia; neologismo; polissemia; gramaticalização; lexicalização.

Introdução

Estudos sobre a neologia lexical são bastante freqüentes no decorrer do século XX, especialmente, tanto no português como nas demais línguas românicas. Trabalhos de cunho estruturalista, que descrevem diferentes tipos de *corpus* (literário, jornalístico, publicitário...), caracterizam-se por apresentarem análises pontuais baseadas nos materiais estudados.

Os estudos sistemáticos de caráter neológico tiveram início com a criação de observatórios de neologia, graças à iniciativa do Prof. Bernard Quemada, que, no *Laboratoire d'Analyse Lexicologique du Centre d'Etude du Vocabulaire Français* sediado na cidade francesa de Besançon, criou, no início da década de 60, o primeiro observatório de análise da neologia lexical com base em um *corpus* jornalístico.

A partir dessa iniciativa pioneira, projetos de observação da neologia foram criados em outros países. Citamos, a título de exemplo, o *Observatório do*

¹ USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil. Endereço eletrônico: iemalves@usp.br

² Utilizamos *formante* na acepção de B. Quemada (1981), para quem o termo inclui as unidades lexicais mínimas ligadas – radicais, elementos de composição de palavras herdados das línguas clássicas, afixos (prefixos e sufixos) –, e de G. Quemada (1983), que inclui, entre os formantes, as siglas e os acrônimos.

Português Contemporâneo da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa, Portugal), e o *Observatori de Neologia (OBNEO)* da Universidade Pompeu Fabra (Barcelona, Espanha), criados na década de 80; o *Osservatorio Neologico della Lingua Italiana* da Universidade Roma La Sapienza (Roma, Itália), e o *Observatório de Neoloxía*, da Universidade de Vigo (Vigo, Espanha), criados em 1998.

No Brasil, em 1988, foi implementado o *Observatório de Neologismos Científicos e Técnicos do Português Contemporâneo do Brasil* (Projeto TermNeo),³ que cumpre a finalidade de coletar, analisar e difundir aspectos da neologia geral e da neologia científica e técnica do português contemporâneo. Desde janeiro de 1993, o Observatório realiza a coleta sistemática da neologia da língua comum, não-especializada, cujos resultados são registrados na *Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo* (doravante *Base*). Nesse projeto, um *corpus* constituído pelos jornais *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Globo* (G) e pelas revistas *IstoÉ* (IE) e *Veja* (V), observados por amostragem (um veículo por semana), tem propiciado a coleta de neologismos de caráter vernáculo e estrangeiro.

Conceitua-se o neologismo, no Projeto TermNeo, como uma nova forma, uma nova acepção atribuída a uma unidade lexical ou um estrangeirismo recebido de uma outra língua. O neologismo, fortemente vinculado ao caráter social da linguagem, é sempre resultante de um fato social, que, em um determinado momento da história da sociedade, determina a criação de uma nova unidade lexical. Como princípio metodológico, consideram-se neológicas as unidades lexicais que não estão incluídas em um *corpus* de exclusão, ou seja, um conjunto de dicionários de língua que exerce o papel de filtro para determinar se uma unidade lexical tem estatuto neológico ou não-neológico (BOULANGER, 1979).

Os observatórios de neologia foram criados com o objetivo principal de fornecerem unidades lexicais neológicas para os dicionários de língua. Desde a década de 80, no entanto, com os subsídios metodológicos que a Linguística de Corpus tem possibilitado aos lexicógrafos, esse objetivo inicial dos observatórios já não mais necessita ser buscado.

Que função cumprem, então, os atuais observatórios de neologia?

O estudo dos dados fornecidos pela *Base* permite-nos responder que os observatórios de neologia cumprem, atualmente, a função de observação da língua em movimento, ao nos possibilitarem verificar a reciclagem de elementos vernáculos e a incorporação de estrangeirismos ao léxico da língua.

Neste trabalho, abordaremos apenas o primeiro aspecto, ou seja, como os falantes reciclam os elementos do português, reutilizando-os sob outras funções.

³ Cf. o sítio do projeto: www.fflch.usp.br/dlcv/neo.

Exemplificaremos tal reutilização com ênfase em dois aspectos: migração de formantes das línguas de especialidade para a língua comum; consideração de características comuns entre léxico e gramática.

Migração de elementos das línguas de especialidade para a língua comum

A análise dos dados da *Base* permite-nos constatar a ocorrência de um grande número de formações prefixais. Classificamos, dentre os prefixos, alguns formantes que são diferentemente analisados nas gramáticas do português (elementos de composição, compostos ou radicais gregos e latinos, pseudoprefixos, prefixóides) e que em geral se referem a uma língua de especialidade. Assim, formantes latinos ou gregos que ultrapassaram os limites de uma língua de especialidade, em geral científica, e são contemporaneamente empregados sem referência a uma especialidade, são por nós classificados como prefixais. Desse modo, prefixos como *hiper-*, *macro-*, *mega-*, designativos de intensidade crescente, e *micro-* e *nano-*, designativos de intensidade decrescente, tradicionalmente formadores de termos das ciências e das técnicas, estão constituindo unidades lexicais da língua geral, não-pertencentes a áreas de especialidade.⁴ Exemplificamos com unidades lexicais derivadas com os prefixos *mega-* e *nano-*:

A propósito dos <megalançamentos> de <megaartistas>. Se as gravadoras estão tão pobres como dizem, por que fazer um “book” de fotos do artista, pra que serve? Pra todo mundo receber, achar lindo e jogar no lixo? Esse <megainvestimento> poderia ir, em parte, para um novo artista. (G, 4 jul. 1999)

<Nanoguitarra>

A menor guitarra do mundo tem apenas 10 micrômetros de comprimento, o tamanho aproximado de uma única célula. Os pesquisadores a esculpiram em uma placa de silício apenas para mostrar o estágio tecnológico alcançado. (FSP, 19out. 1997)

Essa passagem de formantes constitutivos de termos técnico-científicos para a língua comum não é característica do português, sendo também observada em outras línguas românicas. O emprego no idioma francês de *hyper-*, fora de contextos especializados, já fora mostrado no final do século XIX, por Darmesteter, que, aliás, deplorava o procedimento:

⁴ Na área da Química, por exemplo, desde o final do século XIX, pesquisadores têm manifestado preocupações com a formação dessa terminologia e têm adotado, em suas reuniões internacionais, prefixos para cada denominação dos múltiplos e submúltiplos do Sistema Internacional de Unidades: *yotta-*, *zetta-*, *exa-*, *peta-*, *tera-*, *giga-*, *mega-*, *quilo-*, *hecto-*, *deca-*, *deci-*, *centi-*, *mili-*, *micro-*, *nano-*, *pico-*, *femto-*, *atto-*, *zepto-*, *yocto-* (<http://www.inmetro.gov.br/infotec/publicacoes/Si/si.htm>).

Ils /des exemples/ montrent aussi que ces mots ne restent pas confinés dans le domaine restreint de la science, mais envahissent de tous côtés la langue commune, la pénètrent, et menacent de la désorganiser. L'extension, le progrès des sciences, la vulgarisation, pour employer le terme consacré, l'action incessante de la presse, le développement de l'industrie, répandent dans l'usage général de ces termes qui n'auraient pas dû sortir du laboratoire du chimiste, ni du cabinet des philosophes. Ouvrez à certaines pages le dictionnaire de M. Littré, vous trouverez des séries de colonnes de mots grecs que l'auteur a crus assez autorisés par l'usage pour leur donner droit de cité dans son trésor de la langue française. Or, ce n'est pas impunément que ces termes, formés en vertu de lois inconnues à notre idiome, s'installent au milieu des termes français: c'est une plantation exotique qui vient se greffer sur les végétations indigènes, s'y développer, et peut-être les étouffer. Nous avons vu que des suffixes, des particules grecques sont devenues usuelles: ose, ite, archi, anti; bientôt hypo et hyper jouiront des mêmes avantages. (DARMESTER, 1972, p.246-247)

Relativamente ao português, observava C. Michaélis de Vasconcelos, em *Lições de filologia portuguesa*, obra publicada em 1946, que o formante *anti*-integrava-se então apenas a palavras eruditas, a exemplo de *antídoto*. Contemporaneamente, o formante é um dos prefixos mais empregados em formações da língua comum, conforme atestam os dados que temos observado.

Características comuns entre léxico e gramática

Um outro aspecto que a observação sistemática da neologia permite-nos constatar diz respeito às relações entre léxico e gramática.

Diferenças entre léxico e gramática têm sido enfatizadas por diferentes correntes lingüísticas. Bloomfield, no clássico *Language*, declarava o caráter regular dos fatos gramaticais, que se distinguem por esse traço dos fatos lexicais, considerados por ele como irregulares:

The lexicon is really an appendix of the grammar, a list of basic irregularities. This is all the more evident if meanings are taken into consideration, since the meaning of each morpheme belongs to it by an arbitrary tradition. (BLOOMFIELD, 1941, p.274)

A observação das unidades lexicais neológicas nos dados coletados tem-nos mostrado que, apesar das diferenças que caracterizam elementos lexicais e elementos gramaticais, há também, entre eles, pontos em comum.

É certo que as palavras lexicais, representadas pelas classes dos substantivos,

adjetivos, verbos e advérbios formados com o sufixo *-mente*, pertencem a um inventário aberto, sempre susceptível de receber novos elementos. No entanto, o inventário de elementos gramaticais, como os prefixos e os sufixos, é também susceptível de sofrer alterações. Afixos podem apresentar mais de um significado, assim como as unidades lexicais. E observa-se, ainda, um movimento que vai do léxico para a gramática, pela gramaticalização, e, de maneira inversa, da gramática para o léxico, pela lexicalização.

Desse modo, os dados que observamos permitem-nos aderir à concepção de Halliday, que, com base em seus estudos sobre *corpus*, vai considerar que o sistema lingüístico é fundamentalmente probabilístico e que não há diferenças entre o léxico e a gramática. Halliday (2004) considera que, apesar das dificuldades para se identificar uma palavra, o que varia nas diferentes línguas, um ponto comum entre elas é que cada uma apresenta um vocabulário, ou léxico (“a **vocabulary**, or ‘lexicon’”), que integra a gramática dessa língua, ou sua *lexicogramática* (*lexicogrammar*). O autor assim explicita o conceito de lexicogramática:

Every language has a **vocabulary**, or ‘lexicon’, which forms one part of its **lexicogrammar**. The lexicogrammar of a language consists of a vast network of choices, through which the language construes its meanings [...] (HALLIDAY, 2004, p.2)

Há, de fato para Halliday, um continuum entre léxico e gramática, como enfatiza Léon:

O léxico e a gramática formam um continuum: em uma extremidade se encontra o léxico que tem a propriedade de ser aberto, enquanto a gramática, na outra extremidade, contém classes fechadas. Para Halliday, as duas hipóteses, propriedades estatísticas das línguas e complementaridade entre léxico e gramática, são estreitamente associadas. (LÉON, 2006, no prelo)

Procuraremos evidenciar esse continuum entre léxico e gramática, mostrando pontos comuns entre fatos lexicais e fatos gramaticais: afixos também podem tornar-se polissêmicos; unidades lexicais podem ser gramaticalizadas; afixos podem ser lexicalizados.

Polissemia entre afixos

Constatamos que alguns afixos, analogamente às unidades do léxico, sofrem mudanças significativas, tornando-se polissêmicos. Exemplificamos tal fato com o sufixo *-ção* e o prefixo *re-*.

O sufixo *-ção*, definido nas gramáticas e dicionários como indicativo de “ação ou resultado de ação” (BECHARA, 1999, p.358; HOUAISS; VILLAR, 2001, p.41), acresce a esses significados o de “reiteração de uma ação”, que chega a ser repetitiva e enfadonha, a exemplo da unidade lexical *tocação* no excerto apresentado a seguir:⁵

Em tempo: para acabar com a <tocação> de campainha, Andréa organizou para essa semana uma tarde de autógrafos no condomínio. Público não vai faltar. (IE, 17 set. 1997)

Outro exemplo de polissemia afixal é representado pelo prefixo *re-*, que, além de significar “repetição”, por vezes significa “repetir pela segunda vez”, daí resultando o emprego reiterativo do afixo em *rerreeleição*, em que denota “uma segunda reeleição”:

O governo Fernando Henrique Cardoso atuou nos bastidores da diplomacia internacional para tentar dar uma capa de legitimidade à <rerreeleição> do presidente peruano, Alberto Fujimori, e evitar o isolamento do Peru no cenário mundial. (FSP, 28 maio 2000)

Prefixos e sufixos, de maneira similar às unidades do léxico, sofrem modificações quanto à frequência de seus empregos. O prefixo *a-*, de origem grega, presente na formação neológica *aterritorial*, tem um uso contemporâneo extremamente restrito, segundo nossos dados. Sufixos como *-izar* e *-(iz)ação*, ao contrário, são muito empregados para expressar a “expansão de um processo”, a exemplo de *favelizar* e *favelização*.

Observa-se também que um fato histórico pode exercer influências sobre a frequência do emprego de um afixo já integrante do acervo gramatical de uma língua, causando, por isso, um uso polissêmico. Exemplificamos com o sufixo *-aço*, que forma derivados aos quais atribui as noções básicas de “grandeza, coleção” (*barcaça, fumaça, ricaço*) e de “intensidade” (*canhonaço, pistolaço*), que algumas vezes conotam ironia ou pejoratividade (CUNHA, 1982, p.10). Os fatos ocorridos no Chile a partir de 1973, quando as classes média e alta começaram a protestar contra o governo socialista de Salvador Allende, batendo painéis para provocar ruído forte, determinaram o emprego do espanhol *cacerolazo*, em português decalcado sob a forma *caçarolaço* (*caçarola* + *-aço*), logo substituída por *panelaço*, com a base *panela*, mais empregada no Brasil do que *caçarola*.

Seguindo-se a *panelaço*, vários outros neologismos com *-aço* têm sido formados no português brasileiro, como *goleiraço*, o que tem contribuído para o emprego mais frequente desse velho sufixo português:

⁵ Maroneze, em sua Dissertação de Mestrado (2006), observou casos de polissemia em sufixos nominalizadores.

O Brasil tem muitos goleiros de boa qualidade, desde jovens como Rogério e André, passando por menos jovens como Dida e Danlei, seguindo com os já andados como Velloso e Carlos Germano, bastante experientes como Ronaldo e Zetti, até um digno símbolo como Taffarel. Mas falta um que seja tão indiscutível como Gilmar nas campanhas de 1958 e 1962, apesar de seu reserva, Castilho, ter sido um <goleiraço>. (FSP, 17 ago. 1997)

Paralelamente ao significado de “grandeza”, expresso em *goleiraço*, *-aço* denota também, como em *apitaço* e *panelaço*, uma “ação repetitiva e barulhenta”:

COM <PANELAÇO>

Estudantes se reúnem no centro de Campinas para manifestação que foi acompanhada pela Polícia Militar e chegou a ter <panelaço> e <apitaço>. (FSP, 22 mar. 2002)

Gramaticalização de unidades lexicais

Outro ponto comum que observamos entre léxico e gramática concerne ao movimento que orienta elementos lexicais para a gramaticalização e, de maneira inversa, de elementos gramaticais para a lexicalização.

Dentre as várias definições atribuídas, contemporaneamente, ao conceito de gramaticalização, tomaremos com parâmetro o conceito proposto por Hopper e Traugott (1993), que atribuem a uma unidade lexical a possibilidade, em certos contextos, de desempenhar função gramatical e, uma vez gramaticalizada, poder ainda atuar em outros papéis gramaticais:

We define grammaticalisation as the process whereby lexical items and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions, and, once grammaticalized, continue to develop new grammatical functions. (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p.xv)

Os dados extraídos da *Base* têm-nos mostrado várias formações compostas em que o segundo substantivo, empregado reiteradamente em diferentes unidades lexicais na mesma posição, começa a exercer uma função característica de elemento sufixal. Desse modo, os substantivos *base*, *chave* (o mais freqüente nessa função), *chefe*, *fantasma*, *monstro*, *padrão*, *relâmpago*, entre outros, ocupam freqüentemente a segunda posição em compostos por justaposição, perdendo parte de seu significado e adquirindo um valor sufixal (ALVES, 1986/1987).⁶ Alguns exemplos dessas formações são apresentados a seguir:

⁶ Dubois (1971) e Lifetree-Majumdar (1974) estudaram o mesmo fenômeno em francês. Segundo Dubois (p.178-179), tal emprego corresponde a uma das características do movimento sufixal francês contemporâneo.

-base: *acampamento-base, alimento-base, cidade-base, equipe-base, guarnição-base, moeda-base, núcleo-base, peça-base, período-base, preço-base, time-base, vencimento-base;*

-chave: *cargo-chave, conceito-chave, decisão-chave, delator-chave, documento-chave, encontro-chave, episódio-chave, fator-chave, figura-chave, grandeza-chave, local-chave, momento-chave, obra-chave, pessoa-chave, ponto-chave, variável-chave;*

-chefe: *analista-chefe, brigadeiro-chefe, categoria-chefe, cozinheiro-chefe, embaixador-chefe, figura-chefe, figurinista-chefe, operador-chefe, projetista-chefe, secretário-chefe;*

-fantasma: *bairro-fantasma, candidato-fantasma, cheque-fantasma, conta-fantasma, funcionário-fantasma, gol-fantasma, operação-fantasma, paciente-fantasma, sindicato-fantasma;*

-monstro: *biblioteca-monstro, bicho-monstro, comício-monstro, congestionamento-monstro, marido-monstro, médico-monstro, tarefa-monstro;*

-padrão: *argumento-padrão, comportamento-padrão, desconto-padrão, operação-padrão, paciente-padrão, planilha-padrão, procedimento-padrão, questionário-padrão, terapia-padrão;*

-relâmpago: *ataque-relâmpago, campanha-relâmpago, carreira-relâmpago, galã-relâmpago, liquidação-relâmpago, operação-relâmpago, participação-relâmpago, romance-relâmpago, torneio-relâmpago, turnê-relâmpago.*

A gramaticalização pode resultar, algumas vezes, de fatos históricos. É o que ocorre com *-gate* (elemento de composição integrante de Watergate), empregado em vários idiomas em função sufixal desde o episódio ocorrido em junho de 1972, em plena campanha presidencial norte-americana, quando cinco homens arrombaram o Comitê Nacional do Partido Democrata, localizado no Edifício Watergate, em Washington. Presos pela polícia, foram identificados como colaboradores de Richard Nixon, então candidato do Partido Republicano à Presidência dos Estados Unidos, o que não impediu a vitória do candidato. No entanto, as suspeitas de que Nixon tivesse responsabilidade pessoal no caso acentuaram-se e culminaram, em agosto de 1974, com a demissão do Presidente.

Desde então, diferentes unidades lexicais têm sido formadas com *-gate*, vinculadas, sempre, ao significado de “corrupção, escândalo”, a exemplo de *livretogate*:

Cheiro de <livretogate> em Paris (tít.)

Parece até a política paulista, com histórias que terminam em ‘gate’ e envolvem primeiras-damas. O tiroteio de acusações de corrupção

que tomou conta da França nos últimos meses atingiu em cheio Xavière, mulher de Jean Tiberi, prefeito de Paris e pupilo do presidente Jacques Chirac. (V, 27 maio 1998)

A gramaticalização pode também ser o resultado de unidades lexicais que sofrem o processo da truncação: *bio-* < *biologia*, *ciber-* < *cibernética*, *e-* < inglês *electronic*, *eco-* < *ecologia*, *narco-* < *narcótico*. Tais elementos truncados assumem função prefixal e unem-se a unidades lexicais para derivarem uma nova palavra prefixada. Esses novos prefixos representam situações contemporâneas – os avanços da Informática (*ciber-*, *e-*), a luta pela preservação do meio-ambiente e por uma vida mais saudável (*bio-*, *eco-*), os problemas relativos ao consumo e ao comércio de drogas (*narco-*).

Apresentamos alguns exemplos dessas formações:

ciber- *ciberapresentador*, *cibercafé*, *cibercrime*, *cibercrítico*, *ciberdetetive*, *ciberempresário*, *ciberespaço*, *ciberguerra*, *cibernauta*, *ciberobra*, *cibertecnologia*, *ciberterapia*;

e- *e-analfabetismo*, *e-cinema*, *e-comércio*, *e-contracheque*, *e-cultura*, *e-curioso*, *e-livro*, *e-moço*, *e-trailer*, *e-voto*;

bio- *bioarqueólogo*, *biocampeão*, *biochip*, *biodança*, *biodiesel*, *biodiversidade*, *bioeticista*, *bioforma*, *biomodulador*, *biomusical*, *bionauta*, *biooceânico*, *bioorgânico*, *biopirata*, *bioprospecção*;

eco- *ecobesteira*, *ecobife*, *ecobrigão*, *ecochato*, *ecodesigner*, *ecofuturista*, *ecopicaretista*, *ecoproduto*, *ecoregião*, *ecoturismo*, *ecossonda*, *ecovisitante*, *ecoxiita*;

narco- *narcocorrupção*, *narcodólar*, *narcoeconomia*, *narcoexportador*, *narcogoverno*, *narcoguerrilheiro*, *narconegócio*, *narcoparlamentar*, *narcopolítica*, *narcossala*, *narcotráfico*.

Desse modo, observa-se que os fatos que ocorrem em uma sociedade não apenas determinam a criação de novas unidades lexicais, como ainda provocam alterações na estrutura morfológica da língua, contribuindo para o acréscimo de prefixos e sufixos ao inventário afixal da língua.

Lexicalização de afixos

O processo da lexicalização é também observado na formação de novas unidades lexicais.

Empregamos lexicalização em duas acepções. De acordo com a primeira, mais difundida, o fenômeno é definido como: “processo lingüístico que transforma

um agrupamento livre num agrupamento estável, isto é, que solda uma série de morfemas para deles fazer uma única unidade lexical” (GALISSON; COSTE, 1983, p.431).

Em uma acepção mais restrita, o processo, em oposição a gramaticalização, inclui, também, a passagem de um morfema gramatical para o estatuto de unidade lexical. Desse modo, um formante prefixal como *micro-* (< *microcomputador*), que passou a ser empregado em função substantival desde o final da década de 90, com o desenvolvimento da Informática, sofreu o processo da lexicalização. Para Bally (*apud* DUBOIS et al., 1978, p.362), a lexicalização representa um processo de “desgramaticalização’, um processo que favorece o léxico às custas da gramática”.

O prefixo *super-* lexicaliza-se em alguns contextos, geralmente publicitários, exercendo função adjetival, como se observa nos exemplos a seguir, extraídos de Alves (2000):

Ela é <super> em tudo: no visual super bem transado, na linguagem superfácil de ser entendida e, principalmente, no seu conteúdo surpreendente, superespetacular e superemocionante. (V, 30 set. 1987)

Além de um número incrível de participantes, o nível de qualidade das frases também foi <super>. (V, 10 maio 1989)

Prefixos marcadores de intensidade, como *macro-* e *micro-*, também se lexicalizam em função adjetival, a exemplo do que se constata no excerto:

O mercado, a disposição dos consumidores a comer fora, está portanto ali, é real. Mas, entre o dado <‘macro’> e a concorrência <‘micro’>, mistérios sempre há de existir. (FSP, 20 abr. 1997)

Em diferentes contextos, o prefixo *mini-* lexicaliza-se também em função adjetival, para denotar intensidade menor do que a de “pequeno” e a de “infantil”, como se observa nos excertos que se seguem:

Mas somente os <mini> e pequenos produtores terão direito à correção integral destes preços no período de fevereiro de 1988 a julho de 1988. (IE, 2 set. 1987)

Acabou assumindo inteiramente o time da Unimep em julho do ano passado e hoje mantém cinco equipes de basquete: <mini>, infantil, infanto-juvenil e adulto. (IE, 15 mar. 1989)

A substantivação de afixos pode ser exemplificada por meio dos prefixos *super-* e *hiper-* que, no excerto a seguir, exercem função substantival ao

receberem a carga semântica dos substantivos *superinflação* e *hiperinflação*, respectivamente:

Não é preciso ser economista para admitir que quando a <super> virasse <híper> o país e todos os seus habitantes estariam hoje numa penúria acachapante. (V, 18 abr. 1990)⁷

Outro exemplo de prefixo que passa a exercer função substantival é *tele-*, que, nessa função, representa uma “empresa operadora de telecomunicações”:

As <teles> e os bancos ainda são casos recentes para uma análise definitiva /.../ (G, 3 dez. 2000)

Considerações finais

Procuramos enfatizar, neste trabalho, como os observatórios de neologia, criados com o objetivo principal de fornecerem unidades lexicais neológicas para dicionários de língua, cumprem, atualmente, outras funções. Desse modo, se a Lexicografia contemporânea pode beneficiar-se dos subsídios que a Lingüística de Corpus vem proporcionando à constituição de macroestruturas de dicionários, as bases de observação sistemática da neologia lexical permitem a constatação de vários fenômenos relativos à formação de novas unidades lexicais.

Dentre esses fenômenos, descrevemos, neste trabalho: a migração de formantes das línguas de especialidade para a língua comum, migração essa exemplificada com os prefixos *mega-* e *nano-*; algumas características comuns entre léxico e gramática, a saber: polissemia entre afixos, demonstrada com os afixos *-aço*, *-ção* e *re-*; gramaticalização de unidades lexicais, a exemplo de substantivos, como *chave*, que ocupam freqüentemente a segunda posição em compostos por justaposição, e de unidades lexicais que sofrem o processo da truncação (*bio-* < *biologia*) e passam a assumir função prefixal; lexicalização de afixos, os quais podem ser adjetivados (exemplificados por *macro-*, *micro-*, *mini-* e *super-*) ou substantivados (exemplificados por *hiper-*, *super-* e *tele-*).

Consideramos, assim, que os observatórios de neologia são importantes, contemporaneamente, por nos permitirem constatar, dentre outros aspectos, como os falantes reciclam elementos da língua para a formação de novas unidades lexicais.

⁷ Este exemplo, assim como os dois anteriores, são extraídos de Alves (2000).

ALVES, I. M. Systematic observation of lexical neology: a contribution for lexicon analysis. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.131-144, 2006.

- **ABSTRACT:** *In this work, we present some results based on a systematic observation of lexical neology in a journalistic corpus. That observation has shown us, mostly, the following aspects of neologic lexical units formation: the migration of elements from specialized language to common language; common characteristics between the lexicon and the grammar: the polissemity of certain affixes; the grammaticalization of lexical units; the lexicalization of affixes.*
- **KEYWORDS:** *Neology; neologism; polissemity; grammaticalization; lexicalization.*

Referências bibliográficas

ALVES, I. M. Aspectos da composição nominal no português contemporâneo. *Alfa*, São Paulo, v.30, n.1, p.55-63, 1986/1987.

_____. *Um estudo sobre a neologia lexical: os microsistemas prefixais do português contemporâneo*. 2000. 365f. Tese (Livre-Docência em Lexicologia e Terminologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Henry Holt, 1941.

BOULANGER, J.-C. Problématique d'une méthodologie dynamique d'identification des néologismes en terminologie. In: *NEOLOGIE et lexicologie*. Paris: Larousse, 1979. p.36-46.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DARMESTETER, A. *De la création actuelle de mots nouveaux dans la langue française et des lois qui la régissent*. Genève, Slatkine Reprints, 1972.

DUBOIS, J. Mouvements observés dans les suffixations en français contemporain. In: ____.; DUBOIS, C. *Introduction à la lexicographie: le dictionnaire*. Paris: Larousse, 1971. p.133-197.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de lingüística*. Tradução de I. BLIKSTEIN et al. São Paulo: Cultrix, 1978.

GALISSON, R.; COSTE, D. *Dicionário de didáctica das línguas*. Trad. de Adelina Angélica Pinto et al. Coimbra: Almedina, 1983.

- HALLIDAY, M. A. K. Lexicology. In: _____. et al. *Lexicology and corpus linguistics*. London: Continuum, 2004.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LÉON, J. A lingüística de *corpus*: história, problemas, legitimidade. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, São Paulo, v.8, 2006 (no prelo).
- LIFETREE-MAJUMDAR, M. J. Composition nominale en français. *Cahiers de Lexicologie*, Paris, v.24, n.1, p.63-84, 1974.
- MARONEZE, B. O. *Um estudo da nominalização no português do Brasil com base em unidades lexicais neológicas*. 2005. 191f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- QUEMADA, B. Les noms des mots ou des noms pour les mots: studies in honour of Roberto Busa S.J. *Linguistica Computazionale*, v.4/5, p.203-223, 1981.
- QUEMADA, G. *Dictionnaire de termes nouveaux des sciences et des techniques*. Paris: Conseil International de la Langue Française, 1983.
- VASCONCELOS, C. M. de. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Revista de Portugal, 1946.

Bibliografia consultada

- CABRÉ, M. T. La néologie dans la presse catalane: premières données d'un observatoire de néologie. *La Banque des Mots*, Paris, p.75-84, 1990. Numéro spécial.
- CABRÉ, M. T.; FREIXA, J.; SOLÉ, E. (Coord.) *Lèxic i neologia*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2002.
- FREIXA, J., SOLÉ, E. (Coord.) *Llengua catalana i neologia*. Barcelona: Meteora SL, 2004.
- GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.
- LINO, M. T. R. F. Néologie(s) et terminologie: observatoire du portugais contemporain. *La Banque des Mots*, Paris, p.67-74, 1990. Numéro spécial.
- MATORÉ, G. *La méthode en lexicologie*. Paris: Didier, 1953.

NÉOLOGIE et lexicologie: hommage à Louis Guilbert. Paris: Larousse, 1979.

SABLAYROLLES, J.-F. *La néologie en français contemporain*. Paris: Honoré Champion, 2000.

SABLAYROLLES, J.-F. (Org.) *L'innovation lexicale*. Paris: Honoré Champion, 2003.

Fonte eletrônica

<http://www.inmetro.gov.br/infotec/publicacoes/Si/si.htm>. Acesso em: 9 jan. 2007.

AS FUNÇÕES DA DEFINIÇÃO NOS DICIONÁRIOS BILÍNGÜES

Magali Sanches DURAN¹
Claudia Maria XATARA²

- **RESUMO:** Definições adequadas têm sido um desafio para os lexicógrafos há séculos. A busca de padrões de definição revelou que as exigências variam em função da classe gramatical e da frequência das palavras. Após o advento dos dicionários bilíngües que apresentam definições, mais popularmente conhecidos como “semibilingües”, pode-se observar que a definição tem, nos dicionários bilíngües, papéis distintos dos que tem nos dicionários monolíngües. Entender esses papéis é um dos fatores que capacitam o lexicógrafo a incluir, nos dicionários bilíngües, definições que atendam as necessidades do público a que se destinam.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Dicionário bilíngüe; dicionário semibilingüe; definição lexicográfica.

Introdução

A definição é uma das questões mais desafiadoras do trabalho lexicográfico e tem sido foco de diversos estudos. Dada a grande abrangência do assunto, não pretendemos apresentar uma revisão bibliográfica no escopo deste artigo. Citaremos apenas trabalhos que julgamos ter maior relação com as idéias a serem desenvolvidas dentro do tema a que nos propusemos.

Graças ao esforço de vários teóricos, hoje sabemos que cada classe ou subclasse gramatical oferece diferentes tipos de dificuldade para a definição. Isso motivou o desenvolvimento de modelos de definição segmentados. Picoche (1995), por exemplo, preocupada em fornecer melhores definições do léxico francês para utilização pedagógica no continente africano, optou por utilizar a terceira pessoa do singular do indicativo para definir os verbos, pois acredita que o fato de o infinitivo não ter sujeito limita a qualidade das definições.

¹ UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. (Bolsista CAPES) Endereço eletrônico: magali.duran@uol.com.br

² UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Letras Modernas – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. Endereço eletrônico: xatara@ibilce.unesp.br

As diferenças de definição por classe gramatical justificaram, também, o recorte realizado por Höfling (2000), que propôs definições de nomes concretos em dicionários bilíngües e monolíngües, e por Tosqui (2002), que apresentou definições de advérbios modalizadores para dicionários bilíngües.

As diversas soluções lexicográficas para as dificuldades definicionais de cada classe gramatical evidenciaram que existem diferentes tipos de definição. Só para os substantivos, Biderman (1993) cita seis tipos: a definição sinonímica, a metonímica, a hiperonímica, a enumerativa, a antonímica e a definição por aproximação.

Além da variação em função da classe gramatical, os teóricos relatam também dificuldades de definição em virtude da posição que a palavra ocupa dentro da hierarquia em cujo topo estão os arquilexemas e em cuja base estão as inúmeras palavras de baixa frequência. Nessa pirâmide, a relação das camadas superiores para as camadas inferiores é de hiperônimos para hipônimos. A alta frequência das palavras das camadas superiores, associada, quase sempre, a uma grande polissemia, torna sua definição mais importante e mais difícil do que a das palavras das camadas inferiores.

Borba e Longo relatam que

Para o dicionarista, certas palavras ainda oferecem uma dificuldade suplementar: aquelas que servem como cabeça de definição (isto é, que são utilizadas como ponto de partida para definir outros itens) e que, portanto, devem ser muito bem delimitadas nominalmente (sob pena de se tornarem opacas as definições encabeçadas por elas). (BORBA; LONGO, 1996, p.47)

No entanto, embora há muito tempo a Lexicografia venha avançando na descrição e estruturação da técnica de definir, a função da definição não tem sido questionada e parece haver consenso entre os teóricos em torno de algo que pode ser bem traduzido pelas palavras de Biderman:

Na prática lexicográfica, a definição de uma palavra consiste numa paráfrase dessa palavra, equivalente a ela semanticamente. Através dela, o lexicógrafo pretende explicitar o que os usuários de uma língua compreendem ao se fazer referência a uma dada palavra. (BIDERMAN, 1993, p.47)

A definição nos dicionários bilíngües

Tradicionalmente, os dicionários bilíngües não apresentavam definição, pois os equivalentes eram entendidos como seus substitutos, conforme diz Roberts:

“O argumento contra a inclusão de definições, mesmo para a palavra-entrada, sempre foi o de que os equivalentes as substituem” (ROBERTS, 1996, p.194).

Os equivalentes, nesse caso, podem ser considerados como um tipo de paráfrase, que, na classificação de Biderman (1993), é chamada de definição sinonímica.

Nos dicionários bilíngües, convencionou-se apresentar apenas esse tipo de definição a fim de se evitar redundância. Outros tipos de definição só eram utilizados em situações especiais. Haensch et al (1982) já dizia que, na ausência de um equivalente na outra língua, o dicionário bilíngüe deveria fornecer, no lugar, “uma perífrase ou definição”.

Nas últimas décadas, no entanto, começaram a aparecer cada vez com maior freqüência dicionários bilíngües pedagógicos em que os equivalentes convivem com outros tipos de definição. Embora consista numa novidade para grande parte do público, obras com esse formato têm sido produzidas, em menor escala, há séculos.

A presença de definições nos dicionários bilíngües, simultaneamente à presença dos equivalentes foi, em grande parte, uma decorrência do processo de bilingualização de dicionários monolíngües, isto é, a adaptação de dicionários monolíngües para uso bilíngüe, seja com a simples inclusão de equivalentes, seja com a tradução de partes da microestrutura original. A história desse processo é bem relatada por James (1994, 2000) e Marelo (1996).

As obras geradas pela bilingualização, bem como obras originalmente concebidas com definições e equivalentes não eram vistas como bilíngües típicas (e até hoje existe controvérsia a respeito), o que motivou a criação de diversas designações para elas. O termo mais freqüente na modernidade para referenciar esse tipo de obra é “semibilíngüe”. Vejamos um verbete do dicionário *Password* (PARKER; STAHEL, 1998), autodenominado semibilíngüe:

act [akt] *verb* 1 to do something: *It's time the government acted to lower taxes.* □ **agir**

2 to behave: *He acted foolishly at the meeting.* □ **comportar-se**

3 to perform (a part) in a play: *He has acted (the part of Romeo) in many theatres; I thought he was dying, but he was only acting (= pretending).* □ **representar**

■ *noun* 1 something done: *Running away is an act of cowardice; He committed many cruel acts.* □ **ato**

2 (often with capital) a law: *Acts of Parliament.* □ **lei**

3 a section of a play: *'Hamlet' has five acts.* □ **ato**

4 an entertainment: an act called 'The Smith Family'. □ **número**

acting *adjective* temporarily carrying out the duties of: *He is acting president of the society.* □ **interino**

'actor – feminine also 'actress – *noun* a performer in a play. □ **ator**

act as to do the work or duties of: *He acts as head of department when his boss is away.* □ **agir como**

act on 1 to do something following the advice etc of someone: *I am acting on the advice of my lawyer.* □ **seguir**

2 to have an effect on: *Certain acids act on metal.* □ **afetar**

act on behalf of/act for to do something for (someone else); to act as the representative of (someone): *my lawyer is acting on my behalf; He is also acting on behalf of my mother; She is acting for the headmaster in his absence.* □ **representar**

in the act (of) at the exact moment (of doing something): *He was caught in the act of stealing my car.* □ **em flagrante**

put on an act to pretend: *I thought she had hurt herself but she was only putting on an act.* □ **fingir**

Os atuais dicionários bilíngües que trazem metalinguagem em língua estrangeira foram uma resposta da Lexicografia a um ambiente de ensino que condenou o uso de dicionários bilíngües durante décadas e recomendou, em seu lugar, os dicionários monolíngües para aprendizes (NAKAMOTO, 1995), mas que, nos anos 80, começou a reavaliar a importância da língua materna no aprendizado de uma língua estrangeira (SCHACHTER, 1988).

Os defensores do uso do dicionário monolíngüe para aprendizes alegam que seu principal benefício é o contato com a metalinguagem em língua estrangeira (L.E) e as conseqüentes expansão e retenção do vocabulário (UNDERHILL, 1985). Diversas pesquisas, no entanto, verificaram que os aprendizes costumam sentir-se mais seguros com os dicionários bilíngües e por isso surgiu a idéia de unir numa só obra as definições em língua estrangeira e os equivalentes em língua materna (NAKAMOTO, 1995). Segundo um editor de dicionários semibilíngües, a proposta é unir os benefícios do dicionário monolíngüe para aprendizes aos benefícios do dicionário bilíngüe (KERNERMAN 1994), fornecendo uma “ponte” para a transição do uso dos dicionários bilíngües para o uso dos dicionários monolíngües.

No entanto, entre a intenção dos lexicógrafos e o real uso dos dicionários pode haver certa distância. Em uma pesquisa de Kimmel e Laufer (1997) para verificar quais as estratégias de consulta dos usuários de dicionários semibilíngües, foram observados cinco tipos de comportamento: 1) um grupo lê só a parte em língua materna; 2) outro grupo lê só a parte em língua estrangeira; 3) outro grupo lê ora uma ora outra parte; 4) outro grupo lê ora a parte em língua materna, ora a parte em língua estrangeira e ora as duas simultaneamente e 5) um grupo, menos expressivo, lê sempre as duas partes.

Com base na premissa dos editores de dicionários semibilíngües de que a definição e os equivalentes convivem sinergicamente na microestrutura, era de se esperar, contudo, que os estudantes lessem as duas partes. Para verificar se

o dicionário funciona realmente como “ponte”, teria sido interessante repetir a pesquisa, alguns anos depois (com os mesmos sujeitos), e observar se havia mudança de comportamento à medida que os alunos evoluíssem em seus estudos.

A par de tais preocupações, o importante para esta discussão é se os dicionários “semibilíngües” editados até o momento atendem o público-alvo falante de uma determinada língua e apresentam sempre a direção Língua Estrangeira-Língua Materna (LE e LM, respectivamente).

Como diversos relatos vêm sendo feitos na literatura sobre a adequação desses dicionários às necessidades dos aprendizes, o sucesso motivou a tentativa de aplicar a mesma microestrutura em dicionários voltados à codificação, invertendo-se a direção de LE-LM para LM-LE. Observando essas sugestões, no entanto, pareceu-nos que a inversão da direção dos dicionários pedagógicos pode não ser uma boa alternativa, pois os elementos necessários para a decodificação nem sempre coincidem com os elementos necessários para a codificação.

Costumava-se acreditar, até recentemente, que todo dicionário bilíngüe comportaria a bidirecionalidade (dado um par de línguas, L1 e L2, teríamos as direções L1-L2 e L2-L1, uma espelhando a outra). A bidirecionalidade é condição para tornar o dicionário recíproco (atender falantes de L1 e L2) e/ou bifuncional (auxiliar nas funções de codificar e decodificar).

A inadequação da inversão de direção dos dicionários semibilíngües torna-se evidente ao observarmos que a definição perde a função que tinha na obra original. Embora em LE as definições sejam úteis, por promover oportunidade de contato adicional com essa língua, em LM elas se mostram quase sempre dispensáveis.

Esse fato instigou-nos a refletir sobre as funções da definição nos dicionários bilíngües. Discutiremos separadamente as funções da definição nos dicionários bilíngües para decodificação e nos dicionários bilíngües para codificação.

Nos comentários e exemplos a seguir, focaremos apenas o aspecto da definição, não explorando, portanto, os demais elementos necessários à microestrutura dos dicionários bilíngües. Os exemplos foram elaborados com base nos dicionários *Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English* (HORNBY, 1986) e *Password English Dicitonary for Speakers of Portuguese* (PARKER; STAHEL, 1998), ambos para a língua inglesa; *Micro Robert Dictionnaire du Français Primordial* (ROBERT, 1971), para a língua francesa; e *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Português* (HOUAISS, 2001), para a língua portuguesa. Optamos por exemplos de substantivos em virtude de prestarem-se com mais clareza à demonstração pretendida.

A definição nos dicionários bilíngües para decodificação

Nos dicionários bilíngües para decodificação, ou seja, em que a entrada encontra-se em língua estrangeira, a definição em LE promove aumento do repertório lexical, familiariza o aprendiz com o vocabulário de definição e o habilita a praticar a metalinguagem em língua estrangeira, como, por exemplo, em: “*Chat petit mammifère à poil doux, aux yeux oblongs et brillants, à oreilles triangulaires, qui griffe gato*”.

Além disso, a definição em língua estrangeira pode promover a desambiguação de unidades lexicais homônimas ou polissêmicas como em *key*:

Key 1 metal instrument for moving the bolt of a lock. **chave**. 2 in musical instruments, one of the small parts pressed to sound the notes. **tecla**. 3 in a typewriter, calculator, etc, one of the parts which presses to cause a letter etc to be printed, displayed etc. **tecla**. 4 the scale in which a piece of music is set. **tom**. 5 in a map etc, a table explaining the symbols etc. used in it. **legenda**.

Pode, também, ser utilizada para esclarecer o significado de unidades lexicais que não possuem equivalentes totalmente adequados na língua materna do aprendiz, como em: “*Mitten 1 kind of glove covering four fingers together and the thumb separately. luva. 2 covering for the back and palm of the hand only, leaving the thumb and fingers bare. luva*”.

Outra função da definição em língua estrangeira é explicar o significado de unidades lexicais menos freqüentes, cujo sentido nem sempre é de conhecimento prévio do aprendiz, como é o caso de *mansarde*: “*Mansarde 1 toit brisé à quatre plans. mansarda. 2 chambre aménagée dans ce toit et dont un mur est en pente. mansarda*”.

Em obras destinadas a aprendizes do nível básico, as definições acima poderiam, inclusive, ser acompanhadas da definição em língua materna. Embora possa parecer redundante, acreditamos que a mesma informação nas duas línguas proporcionaria segurança para que o aprendiz ousasse entrar em contato com a metalinguagem em língua estrangeira. No entanto, sabemos que essa opção é pouco viável em se tratando da mídia impressa, pois nessa o uso do espaço tem várias implicações, principalmente no custo da obra. Por outro lado, em mídia eletrônica, seria uma proposta perfeitamente exequível. Sugerimos, ainda, que esse tratamento seja reservado apenas às unidades lexicais mais freqüentes, àquelas com cerca de 1000 unidades que Biderman (2001) afirma constituir o cerne da maioria das línguas. Assim, as obras destinadas a iniciantes teriam uma nomenclatura reduzida e verbetes extensos.

Se, por algum motivo, tivesse mesmo que ser descartada a hipótese de trazer a definição nas duas línguas, acreditamos que, para aprendizes do nível básico, deveria realmente ser apresentada a definição em língua materna e apenas para explicar o significado de unidades lexicais pouco frequentes ou que não possuam equivalentes, bem como para fazer a desambigüização de palavras homônimas ou polissêmicas. Nos exemplos anteriores, em *mitten*, *key* e *mansarde*, caberia, então, algum tipo de definição em língua materna, mas em *chat*, o equivalente seria suficiente, conforme sugerimos nas definições a seguir:

Mitten **1** tipo de luva que cobre quatro dedos juntos e o polegar separadamente. **2** tipo de luva que protege o dorso e a palma das mãos, deixando os dedos descobertos.

Key **1** chave (de porta, de cadeado, etc.). **2** tecla (de instrumentos musicais) **3** tecla (de calculadoras, de teclados de computador, de máquinas de escrever) **4** tom (de escala musical, ex: Lá Maior) **5** legenda (de mapas, gráficos etc.).

Mansarde mansarda. **1** tipo de telhado em que cada uma de suas quatro águas é quebrada em dois caimentos (o inferior, quase vertical, e o superior, quase horizontal), de modo a permitir maior aproveitamento de espaço no desvão do mesmo **2** quarto adaptado no desvão desse tipo de telhado, provido de janelas e no qual uma das paredes é inclinada.

Chat gato

A definição nos dicionários bilíngües para codificação

No que concerne aos dicionários bilíngües para codificação, ou seja, cujas entradas se encontram em língua materna, a definição seria ainda menos utilizada, pois na codificação procuramos equivalentes para unidades lexicais cujos conceitos já conhecemos. Então, com exceção de casos em que há divergência entre os campos semânticos da palavra em língua estrangeira e a palavra em língua materna (como em “luva”, “legenda” e “tom”), não nos parece haver necessidade de definição em língua materna:

Luva **1** glove (protege a mão e todos os dedos separadamente) **2** mitten (cobre a mão, quatro dedos juntos e o polegar separadamente ou cobre só a palma e o dorso da mão e deixa os dedos descobertos).

Chave key

Tecla key

Legenda **1** key (de mapas ou gráficos) **2** caption (de ilustrações, de fotos, de charges e das falas na TV) **3** subtitle (de filmes)

Tom 1 key (de escala musical, ex: Sol Maior) **2** tone (de voz, de cor)

Mansarda mansarde

Gato chat

Como se pode constatar, todas as sugestões anteriores implicam uma não-homogeneidade de tratamento das unidades lexicais nos dicionários, o que pode frustrar possíveis anseios por padronização de verbetes. Pensamos, contudo, que as necessidades dos aprendizes variam em relação a cada unidade lexical e é exatamente ao ajustar o conteúdo dos verbetes às necessidades de um determinado público de aprendizes que os profissionais envolvidos em um projeto lexicográfico conferem ao dicionário um caráter pedagógico.

Considerações finais

Vimos que as funções da definição variam entre os dicionários monolíngüe, bilíngüe para decodificação e bilíngüe para codificação.

Nos dicionários bilíngües, a definição em língua estrangeira tem função pedagógica, pois promove a expansão do repertório lexical. A definição em língua materna nos dicionários bilíngües, evidentemente, não tem função semelhante, pois ninguém consulta um dicionário bilíngüe para expandir seu repertório lexical em língua materna. Isso implica dizer que os dicionários bilíngües que apresentam definição não são bidirecionais e, conseqüentemente, não são recíprocos nem bifuncionais.

Assim, embora os dicionários bilíngües para decodificação tenham passado a atender mais eficazmente as necessidades dos aprendizes de línguas estrangeiras com o formato popularizado pelos chamados “semibilíngües”, permanece ainda uma lacuna no que diz respeito ao desenvolvimento de dicionários bilíngües mais adequados para codificação.

DURAN, M.; XATARA, C. M. The roles of definition in bilingual dictionaries. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.145-154, 2006.

- **ABSTRACT:** *Lexicographers have always faced the challenge of writing suitable definitions. The search for standardization of definitions revealed to be a difficult task as differences in grammatical class and in word frequency lead to different defining solutions. The release of bilingual dictionaries with definitions, the so-called semi-bilinguals, shows that the definition has different roles in bilingual dictionaries. To understand such roles helps lexicographer to meet the needs of prospective users.*
- **KEYWORDS:** *Lexicographical definition; bilingual dictionary; semi-bilingual dictionary.*

Referências Bibliográficas

- BIDERMAN, M. T. C. A definição lexicográfica. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, v.10, p.23-43, 1993.
- _____. *Teoria lingüística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BORBA, F. S.; LONGO, B. N. O. Ciência & arte & técnica: a delimitação dos sentidos num dicionário. *Alfa*, São Paulo, v.40, p.47-57, 1996.
- HAENSCH, G. et al. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.
- HÖFLING, C. *Da análise crítica de definições de nomes concretos em dicionários para uma proposta de definição padrão*. 2000. 376f. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.
- HORNBY, A. S. (Ed.) *Oxford advanced learner's dictionary of current english*. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- HOUAISS, A. (Ed.) *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0 Rio de Janeiro: Instituto Antonio Houaiss; Objetiva, 2001.
- JAMES, G. Towards a typology of bilingualised dictionaries. In: _____. (Ed.) *Meeting points in language studies*. Hong Kong: [s.l.], 1994. p.184-196.
- _____. Bilingualisation as a genre. In: _____. *A history of Tamil dictionaries*. Chennai: Cre-A, 2000. p.450-458.
- KERNERMAN, L. The advent of the semi-bilingual dictionary. *Kernerman Dictionary News*. Tel-Aviv, v.1, jul. 1994. Disponível em: <<http://www.kdictionaries.com/newsletter/kdn1-1.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2002.
- KIMMEL, M.; LAUFER, B. Bilingualised dictionaries: how learners really use them. *System*, v.25, n.3, p.361-369, 1997.
- MARELLO, C. Les différents types de dictionnaires bilingues. In: BÉJOINT, H.; THOIRON, P. *Les dictionnaires bilingues*. Louvain-la-Neuve: Duculot, 1996, cap. 2, p.31-52.
- NAKAMOTO, K. Monolingual or bilingual, that is not the question: the "bilingualised" dictionary. *Kernerman Dictionary News*, Tel-Aviv, v.2, jan. 1995. Disponível em: <<http://www.kdictionaries.com/newsletter/kdn2-2.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2002.
- PARKER, J.; STAHEL, M. (Ed.) *Password: English dictionary for speakers of Portuguese*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- PICOCHÉ, J. Définitions actanciennes. *Cahiers de lexicologie*, Paris, v.66, p.67-76, 1995.
- ROBERT, P. (Coord.) *Micro Robert dictionnaire du français primordial*. Paris: SNL – Le Robert, 1971.
- ROBERTS, R. P. Le traitement des collocations et des expressions idiomatiques dans les dictionnaires bilingues. In: BÉJOINT, H.; THOIRON, P. *Les dictionnaires bilingues*. Louvain-la-Neuve: Duculot, 1996. cap. 10.
- SCHACHTER, J. Second language acquisition and its relationship to Universal Grammar. *Applied Linguistics*, London, v. 9, n.3, p.219-235, 1988.
- TOSQUI, P. *Advérbios modalizadores: subsídios para dicionários bilíngües*. 2002. 144f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.
- UNDERHILL, A. Working with the monolingual learners' dictionary. In: ILSON, R. (Ed.) *Dictionaries, lexicography and language learning*. Oxford: Pergamon, 1985, p. 103-113.

A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NOS DICIONÁRIOS DE LÍNGUA: TÓPICOS PARA DISCUSSÃO, A PARTIR DE DICIONÁRIOS PORTUGUESES CONTEMPORÂNEOS

Margarita CORREIA¹

- **RESUMO:** É sabido que o léxico de uma língua deixa transparecer o modo como a comunidade vê e conceptualiza o mundo que a rodeia, nas suas diferentes vertentes. Desta forma, não é difícil entender que através do estudo do léxico podemos ter uma ideia mais clara dos preconceitos de várias ordens (raciais, sexuais, religiosos, etc.) que permeiam a sociedade. A língua portuguesa não é excepção, sendo fácil detectar no seu léxico unidades que mostram, por exemplo, os preconceitos raciais. O tratamento das unidades que designam conceitos relacionados com raça e/ou etnia nos dicionários merece uma reflexão mais aprofundada. Deverão estas unidades ser tratadas sem qualquer reserva no dicionário? Compete ao lexicógrafo definir o que é socialmente correcto? Deverá assumir uma atitude meramente descritiva em relação aos dados que descreve? A sua atitude deve ser independente do tipo de dicionário que prepara? Com este trabalho, pretendo, com base na análise de um conjunto de artigos retirados de dicionários de língua, abordar a questão do tratamento dos preconceitos raciais/étnicos em dicionários portugueses, gerais e de aprendizagem, contribuindo, deste modo, para (re)lançar a discussão sobre o papel descritivo e/ou pedagógico dos dicionários de língua.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Lexicografia; dicionário geral de língua; dicionário de aprendizagem.

Introdução

Os léxicos das línguas, ao reflectirem o modo como as sociedades conceptualizam o mundo, são objectos privilegiados para a observação dos estereótipos próprios de cada sociedade,² entre os quais podemos destacar aqueles que se prendem com a denominação das diferentes raças, etnias, em suma de grupos humanos agrupados em torno de características físicas, culturais, religiosas, linguísticas, etc. Em qualquer língua encontram-se, pois, inúmeras

1 FLUL – Universidade de Lisboa – ILTEC – Instituto de Linguística Teórica e Computacional – Faculdade de Letras – Lisboa – Portugal. Endereço eletrónico: margarita-c@netcabo.pt

2 Uso o termo “estereótipo” no mesmo sentido que lhe é conferido por PUTNAM (1975-1995, p.247): “In ordinary parlance a ‘stereotype’ is a conventional (frequently malicious) idea (which may be wildly inaccurate) of what an X looks like or acts like or is”.

palavras e expressões lexicalizadas que denotam os estereótipos dessa sociedade e, ao mesmo tempo, os preconceitos associados, pelos membros dessa comunidade linguística, a cada grupo, minoritário ou não.

A expressão destes preconceitos pode ocorrer, pelo menos, a dois níveis distintos: ao nível do próprio léxico, através das significações que efectivamente atribuímos às palavras e dos usos que delas fazemos, e ao nível do dicionário, através da forma específica como o lexicógrafo descreve determinadas unidades, o que se nota através das escolhas que faz e das palavras que usa na sua descrição.

No tratamento destas unidades, o lexicógrafo é alvo de uma tensão que o obriga a optar entre descrever os usos efectivos das unidades lexicais, perpetuando, deste modo, as marcas lexicais da discriminação, ou “legislar” linguisticamente, estabelecendo aquilo que é, ou não, social e politicamente correcto na sua sociedade e no seu tempo.

O objectivo principal deste artigo é descrever a manifestação do preconceito no dicionário, particularmente nos dicionários portugueses. Assim, depois de descrever sumariamente algumas formas de manifestação do preconceito no léxico e no dicionário, apresentarei e justificarei os critérios usados na selecção dos dicionários e das respectivas entradas para análise, para, por fim, descrever alguns dos aspectos mais relevantes recenseados no decurso dessa análise.

A escolha deste tema para o incluir no presente volume não é inocente. A discussão sobre o modo de descrever as palavras que denotam preconceitos raciais (e outros) nos dicionários constituiu uma das discussões mais profícuas que mantive com a Maria Tereza Biderman. Ter o privilégio de discutir estas questões com a Maria Tereza permitiu-me aprender, progredir e tornar-me, acredito, uma pessoa mais válida socialmente.

Preconceitos no léxico

A língua portuguesa, como as demais línguas, está eivada de unidades lexicais ou expressões que denotam muitos dos preconceitos que marcaram a sociedade portuguesa e as sociedades lusófonas ao longo dos tempos. Esses preconceitos podem visar grupos raciais e/ou étnicos (exs.: negros, judeus, ciganos), nacionalidades específicas (exs.: chineses, indianos), grupos religiosos (exs.: judeus, muçulmanos), mas também grupos profissionais e etários, entre outros. Claro que os preconceitos podem também ser de natureza sexual.

Nas linhas que se seguem, darei exemplos de unidades lexicais e/ou expressões idiomáticas nas quais são visíveis, em português europeu, marcas de preconceitos de vários tipos. Os exemplos dados neste ponto foram retirados

de diversos dicionários e não apenas dos seleccionados para a extracção dos artigos que constituem o núcleo deste trabalho. Atente-se nos seguintes exemplos:

- Algumas palavras que denotam indivíduos pertencentes a grupos, raciais, étnicos, profissionais e outros, assumem acepções francamente pejorativas – exs.: *cafre* (DELP:³ “pessoa perversa, bárbara, ignorante ou sovina”); *foleiro* (DELP: “*adj.* que não presta; mal feito; de má qualidade”);
- Sobre o nome do indivíduo é construído, por exemplo, um nome de qualidade cujo significado, resultante da combinação dos significados da base, do afixo e da regra, dá a ver a qualidade de forma estereotipada e frequentemente pejorativa, adquirindo a capacidade de denominar qualidades e/ou entidades francamente negativas – exs.: *judiaria* (DELP: “diabrura; travessura; maldade; maus-tratos”); *chinesice* (DLPC:⁴ “coisa escusadamente complicada ou modo de proceder que obedece a formalidades complicadas e inúteis ou que resulta de um capricho; esquisitice”);
- O nome, nomeadamente o gentílico, aparece integrado em expressões que mostram uma característica estereotipicamente atribuída ao grupo, muitas vezes negativa – exs.: *ver-se grego/negro para; trabalhar como/que nem um mouro/galego*;
- Ao nome está associado um número expressivamente vasto de nomes colectivos com conotações pejorativas, construídos por derivação sobre o próprio radical do gentílico ou mesmo sem qualquer relação morfológica com este; esses são os casos, por exemplo, dos gentilícios *índio* e *cigano*, aos quais o DEHLP⁵ associa, respectivamente, os nomes colectivos *aldeia*, *chiruzada*, *indiada*, *indiaría*, *maloca*, *tribo*, por um lado, e *banda*, *cabilda*, *ciganada*, *ciganagem*, *ciganaria*, *gitanaria*, *maloca*, *pandilha*, por outro.
- O nome de uma entidade própria de uma determinada cultura, religião, ou etnia assume acepções marcadamente pejorativas – exs.: *rabino* (DELP: “*adj.* inquieto, travesso, rabugento”); *cacique* (DELP: “[sentido] *figurado* mandão político que dispõe dos eleitores de uma determinada localidade”).

Poder-se-iam citar muitos outros exemplos de traços preconceituosos

3 DELP: *Dicionário Electrónico da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

4 DLPC: *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* – cf. referências bibliográficas.

5 DEHLP: *Dicionário Eletrónico Houaiss da Língua Portuguesa*. 2001. A edição de 2006, para *prostituta*, mantém apenas a definição perifrástica anterior (“mulher que pratica actividades sexuais por dinheiro”), tendo deixado cair todos os sinónimos, e para *prostituto*, apresenta como definição “homem que pratica actividades sexuais por dinheiro” – note-se o total paralelismo entre a definição das duas entradas, que inclusivamente nos leva a questionar o porquê de as manter a ambas.

presentes em unidades lexicais e fraseológicas, mas não é este o objectivo principal deste trabalho.

Preconceitos no dicionário

Para além dos preconceitos que são específicos do léxico (e que nele se encontram de tal forma incrustados que, frequentemente, os sentidos literais das palavras já nem se encontram presentes à consciência dos falantes), deveremos ter em conta, e distingui-los claramente, os preconceitos do lexicógrafo, que se manifestam mesmo, por vezes, na descrição de palavras perfeitamente neutras.

Estes preconceitos do lexicógrafo podem manifestar-se de várias formas:

- Através da definição, perifrástica ou sinonímica, pela selecção dos termos usados – exs.: em DELP, *comunista* é um “sequaz do comunismo”, *marxista* é uma “pessoa sequaz do marxismo” (por oposição a *socialista*, “pessoa partidária do socialismo”, e a *social-democrata*, “que ou a pessoa que perfilha a doutrina da social-democracia”); ainda em DELP, *prostituta* é a “mulher que se entrega a actividades sexuais mediante remuneração; meretriz” (por oposição a *prostituto*, “homem que pratica a prostituição”);⁶
- Através dos exemplos e abonações⁷ seleccionados para ilustrar as acepções – exs.: em DPB,⁸ na entrada do verbo arrumar, “A Inês finalmente arrumou-se. Não te esqueças de que já tem 40 anos!”; ou em GDLP,⁹

6 O *Dicionário da Língua Portuguesa*, da Porto Editora, é bem o exemplo de uma tentativa de eliminar progressivamente o discurso preconceituoso do dicionário. Notem-se as alterações no tratamento que neste dicionário se confere ao par de unidades *prostituta* / *prostituto*, ao longo das suas várias edições:

- 5.ª edição, s/d: “**prostituta** s. f mulher que se entrega à prostituição; meretriz; rameira; comborça”; *prostituto* não faz parte da nomenclatura;

- 6.ª edição, s/d: “**prostituta** s. f mulher que se entrega à prostituição; rameira; meretriz” (note-se a queda do sinónimo *comborça*); *prostituto* volta a não fazer parte da nomenclatura;

- 7.ª edição, s/d: a descrição é semelhante à da 6.ª edição.

- 8.ª edição, 1998: a descrição coincide com a apresentada no corpo do texto: “**prostituta** s. f mulher que se entrega a actividades sexuais mediante remuneração; meretriz”. Para a forma masculina: “**prostituto** s. m. homem que pratica a prostituição” – note-se o surgimento da entrada *prostituto*, a par da queda de mais um sinónimo, *rameira*.

A edição de 2006, para *prostituta*, mantém apenas a definição perifrástica anterior (“mulher que pratica actividades sexuais por dinheiro”), tendo deixado cair todos os sinónimos, e para *prostituto*, apresenta como definição “homem que pratica actividades sexuais por dinheiro” - note-se o total paralelismo entre a definição das duas entradas, que inclusivamente nos leva a questionar o porquê de as manter as ambas.

7 Reservo o termo *abonação*, neste trabalho, para nomear aqueles contextos de uso que têm indicação expressa da sua fonte. Os exemplos, por seu turno, não apresentam qualquer indicação a este respeito, não nos sendo possível aferir se se trata de exemplos autênticos, extraídos de *corpora*, ou de frases ou sequências forjadas pelo lexicógrafo. Em DLPC, que é o único dos dicionários em estudo que usa abonações no sentido que aqui lhe é atribuído, estas aparecem assinaladas por aspas francesas (« »).

8 DPB – *Dicionário do Português Básico* – cf. referências bibliográficas.

9 GDLP – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, 25.ª edição, 1995 – cf. Referências bibliográficas. De acordo com os editores, esta edição foi fruto de profunda actualização.

onde a segunda acepção da entrada *arrumadeira* aparece assim descrita: “*Bras.* Criada dos quartos, criada para serviços domésticos, que não sejam cozinhar nem esfregar e limpar soalhos: «aluga-se uma boa arrumadeira, de nacionalidade portuguesa...»”;

- Através da quantidade de acepções pejorativas descritas numa mesma entrada – veja-se a entrada *cigano*, mais adiante neste artigo.

Crítérios e metodologia deste trabalho

Para a elaboração deste trabalho, foi recolhido um conjunto de entradas relacionadas com aspectos raciais e/ou étnicos em cinco dicionários contemporâneos e recentes, editados em Portugal, a saber, por ordem cronológica de edição:

- 2001 – *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* – de agora em diante referido apenas como DLPC;
- 2002 – *Dicionário Actual da Língua Portuguesa* – DALP;
- 2002-2003 – *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (versão portuguesa) – DHLP;
- 2006 – *Dicionário da Língua Portuguesa* – 2006 – DLP;
- 2006 – *Dicionário Verbo da Língua Portuguesa* – DVLP.

A escolha destes dicionários não foi, obviamente, aleatória: todos são dicionários publicados já neste século e todos supostamente representam o vocabulário em uso no português europeu (de agora em diante, PE). DLP é o dicionário mais vendido em Portugal, apostando, actualmente, a Porto Editora, numa reedição praticamente anual com actualização. Trata-se de um dicionário generalista, com uma boa relação qualidade / preço / quantidade de informação. Os seus principais defeitos são a escassez de informação gramatical associada a cada unidade e a ausência de exemplos de uso.

O DLPC foi um dicionário com grande impacto na sociedade portuguesa. Em primeiro lugar, por ser o aguardado “dicionário da Academia”, de que se esperava que tivesse estatuto normativo (tendo, no entanto, sido essa expectativa gorada), muito criticado não apenas pela comunidade científica, mas sobretudo nos órgãos de comunicação social. Em segundo lugar, por ser um dicionário elaborado de raiz, de acordo com as orientações da lexicografia contemporânea, com uma microestrutura e um detalhamento na descrição das entradas perfeitamente inovadores em Portugal e com opções, por exemplo, em termos de inclusão de entradas e de adaptação de empréstimos muito discutidas (e algumas muito discutíveis).

O DALP e o DVLP são dois dicionários vocacionados para o ensino. DALP, sendo da mesma editora do *Dicionário do Português Básico*, de Mário Vilela, recupera, claramente, muita da informação contida neste dicionário, apresentando, no entanto, uma microestrutura completamente distinta (simplificada e muito mais tradicional) e um maior número de entradas. O DVLP, por seu turno, é um dicionário que acaba de ser editado em Portugal, com o apoio do Ministério da Educação. Sendo da mesma editora que o DLPC, não é de estranhar que o DVLP recupere muita da informação contida naquele dicionário (em termos de microestrutura, de selecção e ordenação de acepções, de exemplos). No entanto, já é, sim, de estranhar que o DLPV não refira nunca o DLPC no seu interior, apesar de apresentar uma relativamente extensa bibliografia, na qual são referidos sete outros dicionários de língua. Esta omissão apenas pode ser entendida como um lamentável esquecimento, ou como incompreensível opção.

O DHLP consiste na adaptação ao PE do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Uma das questões que se colocam relativamente a esta versão portuguesa do *Dicionário Houaiss* é a de saber que vocabulário, de que variedade do português, representa este dicionário. Tenho procurado resposta para esta questão (cf. Correia, 2007, no prelo), inclinando-me, de momento, a considerar que este dicionário não é representativo de facto de nenhum vocabulário específico de nenhuma variedade concreta do português, problema que se encontra já na sua génese,¹⁰ mas que é agravado pelo facto de a sua adaptação ao PE ter sido parcial e aparentemente pouco sistemática.

Destes dicionários foi seleccionado um conjunto de entradas para tratamento neste trabalho. Em primeiro lugar, recolhemos as entradas *raça* e *etnia*. A partir de *raça* e *etnia*, recolhemos também as entradas *amarelo*, *branco*, *negro* e *preto* (por aparecerem nos artigos relativos a *raça* como tipos especificados) e *cigano* (por aparecer referido também em *raça*, (de) no DLPC). Fez-se, ainda, um levantamento das entradas *chinês*, *indiano*, *índio*, *mulato* e *negróide*, mas estas não foram alvo de análise detalhada.

Em relação aos artigos *amarelo*, *branco*, *negro* e *preto*, detivemo-nos apenas nas acepções que dizem directamente respeito a questões raciais. Não retivemos os substantivos femininos respectivos que, nalguns casos, fazem parte da nomenclatura dos dicionários.

A descrição dos dados apresentada em seguida não é exaustiva, indo centrar-se apenas nos aspectos que consideramos mais relevantes para o tópico central deste artigo, a manifestação dos preconceitos raciais nos dicionários portugueses.

10 Não pode deixar de se estranhar que se diga, de um dicionário publicado em 2001, com todos os avanços que a lexicografia conheceu nas últimas décadas, que "Do trabalho geral resultou uma obra de cerca de 228.500 unidades léxicas que não privilegia determinada faixa cronológica e geográfica da língua" (Villar, na "Apresentação" do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, versões brasileira e portuguesa).

Etnia e raça nos dicionários

Os substantivos *etnia* e *raça* fazem parte da nomenclatura de todos os dicionários em análise.

Para *etnia*, é dada apenas uma acepção em todos os dicionários. A palavra é apresentada como um termo, respectivamente, da Sociologia, em DLPC e DLP, e da Antropologia, em DHLP. Nos restantes dicionários, não é atribuída qualquer marca a esta entrada. DHLP insere no artigo uma nota, chamando a atenção para o facto de o termo ser evitado pela antropologia actual.

Já *raça* é uma entrada bastante polissémica: DLPC propõe dez acepções, DALP quatro, DHLP catorze, DLP oito e DVLP seis. Apenas DLP marca esta entrada como termo de especialidade, nomeadamente nas acepções 2 e 3 transcritas abaixo:

2 ANTROPOLOGIA agrupamento natural de indivíduos que apresentam um conjunto comum de caracteres hereditários, tais como a cor da pele, os traços do rosto, o tipo de cabelo, etc., que definem variação dentro da mesma espécie; **3** ZOOLOGIA subdivisão da espécie com uma unidade de constituição hereditária;

DHLP e DVLP, em contrapartida, chamam explicitamente a atenção para o carácter não científico do conceito associado a esta unidade lexical, respectivamente, nas suas primeira e segunda acepções:

1 divisão tradicional e arbitrária de grupos humanos, determinada pelos conjuntos de caracteres físicos hereditários (cor da pele, formato da cabeça, tipo de cabelo etc.) [Etnologicamente, a noção de raça é rejeitada por se considerar a proximidade cultural de maior relevância do que o factor racial; certas culturas de raças diferentes estão muito mais próximas do que outras da mesma raça.] <*r. branca*> <*r. amarela*> <*r. negra*> (DHLP)

2. Designação não científica de grupo humano que se distingue dos outros por um conjunto de características físicas hereditárias (cor da pele, forma do crânio, feições, tipo de cabelo) e que apresenta variações no seio da espécie. ~ *branca*. ~ *amarela*. (DVLP)

Verifica-se que o DLPC se serve das abonações, para fazer introduzir no dicionário discurso pedagógico anti-racista. Vejam-se os seguintes exemplos retirados dos artigos deste dicionário:

etnia [...] Os instrumentos de trabalho e os hábitos são elementos importantes do património de uma etnia. «devemos ser tão severos quando o racismo se manifesta em grupos constituídos por membros

de etnia branca como quando é qualquer outra etnia que se manifesta» (DAR, 16.6.1995).

raça [...] Todos os seres humanos, sem distinção de raça ou sexo, tem [sic] direito a uma vida condigna. «Etnografia como ciência da cultura, liberta dos traços biológicos definidores de tipos físicos, de raças, domínio hoje exclusivo da Antropologia Física, só a veio a definir definitivamente entre nós e de modo original, no contexto europeu, Leite de Vasconcellos.» (M. VIEGAS GUERREIRO, «Leite de Vasconcelos», in H. D. P. C., p.1654).

No que respeita às combinatórias com os adjectivos classificadores, DLP não as apresenta, DHLP apresenta *raça branca*, *raça amarela* e *raça negra*, DALP insere apenas *raça branca* e *raça negra* e DVLP apenas *raça branca* e *raça amarela*. DLPC, num dos exemplos da acepção 4, inclui o sintagma nominal *raça cigana* (“A raça cigana mantém ainda hoje muitas das suas tradições ancestrais”).

Nos artigos respeitantes a estas entradas, portanto, não se verificam fortes marcas de preconceitos e, até pelo contrário, transparece algum discurso com preocupações científicas (cf. DHLP e DVLP) e pedagógicas (cf. DLPC).

As entradas amarelo, branco e negro

Ao analisar, porém, estas entradas, começa a transparecer algum preconceito, não apenas ao nível das definições e da exaustividade do tratamento das acepções raciais pejorativas, mas sobretudo ao nível dos exemplos aduzidos.

DLPC é um dicionário que divide as entradas através de uma combinação de critérios não apenas formais e etimológicos, mas também morfossintácticos. Deste modo, qualquer das três formas corresponde a três entradas distintas, a do adjectivo, a do substantivo variável e a do substantivo masculino. Tal opção tem implicações não apenas nas dimensões do dicionário (DLPC é, por este e por outros aspectos, um dicionário sem preocupações de poupança de espaço), como também na quantidade de informação repetida (e redundante) que contém.

DLP e DVLP não incluem qualquer acepção de *amarelo* directamente ligada com a classificação racial. DLPC inclui uma destas acepções na entrada *amarelo* como substantivo (“**3**. Que é relativo às populações asiáticas”), exemplificando as combinatórias do nome nesta acepção com a expressão “perigo⁺¹¹ amarelo”.

¹¹ Em DLPC, o sinal “+” assinala uma combinação fixa, remetendo para a entrada no interior da qual o significado da combinação é definido.

O mesmo exemplo é dado também por DALP, na terceira acepção do adjectivo, restringindo, no entanto, a referência desta unidade aos chineses.¹²

O mesmo dicionário retoma a questão racial na única acepção do nome como masculino plural. De resto, a selecção dos exemplos ao longo de todo o artigo merece alguma atenção, pelo que este se transcreve em seguida:

amarelo, *adj.* **1.** Que tem a cor da gema do ovo ou do ouro: *Raça amarela. Dentes amarelos*. **2.** Que se apresenta pálido: *Riso amarelo*. • *sin.*: forçado. **3.** Que se refere ou pertence aos Chineses: *O perigo amarelo*. ♦ *s.m.* A cor amarela: *Detestar o amarelo*. • *s.m.pl.* **5.** Os indivíduos de raça amarela. • *Obs.*: Nesta acepção, grafa-se com maiúscula inicial. (DALP)

DHLP é extremamente sucinto na descrição da acepção racial de *amarelo*, limitando-se a apresentar uma definição neutra, sem exemplificação (“**5** homem de raça amarela”). Já no tratamento da forma *branco*, DHLP registra nada menos do que seis acepções diferentes, com três subacepções, relacionadas com a questão racial. Observem-se os excertos do artigo *branco* deste dicionário:

adj. [...] **9** que pertence à raça branca <*homem b.*> [...] ■ *adj.s.m.* **19** relativo a ou indivíduo que se caracteriza por reduzida pigmentação da pele (freq. tb. dos cabelos e olhos), e que, em geral, difere de outros indivíduos cuja coloração da pele é negra, parda, amarela ou acobreada **20** relativo a ou indivíduo de ascendência branca que não tenha o seu sangue misturado com o de outros grupos de cor de pele diferente **20.1 p.ext.** relativo a ou indivíduo cujo sangue é misturado com o de outros grupos de cor de pele diferente, mas que é considerado branco pelo grupo social em que vive, por ser mais claro que os demais [...] ■ *s.m.* [...] **27 B. ant.** senhor de escravos **27.1** tratamento respeitoso de submissão que os homens brancos recebiam por parte dos negros escravos **27.2. p.ext.** patrão, pessoa importante ou pessoa de classe dominante **28 p.ext.** *B* indivíduo de qualquer tom de pele pertencente à cultura hegemónica, classificada como civilizada, em contraste com os índios, habitantes autóctones **29 A obsl.** indivíduo português, nas regiões colonizadas por Portugal <*vieram cá dois b. e um francês*>

¹² Se dúvidas existissem quanto ao carácter xenófobo desta expressão, bastaria observar os seguintes dois contextos, retirados do *corpus* CETEMPúblico (disponível em www.linguateca.pt):

“Ext 604337 (clt, 93b): A virulência social da China maoísta e a confrontação sino-soviética fizeram, durante algum tempo, deslocar para Pequim o epicentro do Império do Mal e pudemos inclusivamente assistir a uma ou outra acção conjunta dos velhos inimigos para acabar com uma ameaça mais terrível do que eles próprios, representada por algum elemento residual do monstro nazi ou por um revolucionário demente de inequívocos traços asiáticos: o perigo **amarelo**”.

“Ext 1510185 (pol, 94a): Se não combatermos o perigo islâmico e asiático, no futuro enfrentaremos o perigo religioso, depois virão as guerras religiosas e seremos engolidos por aquilo a que se chama o perigo **amarelo**”.

Se o destaque dado aos aspectos raciais e sociais relacionados com os brancos por si só já mereceria um reparo, dado estarmos perante um dicionário dito adaptado ao PE, não podemos deixar de estranhar a inserção da acepção 29, que não apenas é de uso obsoleto, como apresenta uma definição imprecisa (não será qualquer colonizador branco, num país colonizado, independentemente de ser português ou de qualquer outra nacionalidade, tratado por *branco*?). E que dizer do exemplo que nada exemplifica?

Dos restantes dicionários, DALP e DLP apenas mencionam o carácter racial, respectivamente, numa acepção do adjectivo e do substantivo, ao passo que DLPC e DVLP reservam duas acepções a esta área conceptual, uma enquanto adjectivo e outra enquanto nome. O tratamento conferido por estes dicionários a estas acepções é razoavelmente neutro, como pode verificar-se nos excertos abaixo:

DLPC

branco¹, a [...] **3.** Diz-se do indivíduo que pertence a um grupo genético caracterizado por uma fraca pigmentação da pele; diz-se do grupo que apresenta esta característica. *Mulher branca.*

branco², a [...] Indivíduo pertencente ao grupo genético caracterizado pela fraca pigmentação. *Um branco. Uma branca.*

DALP

branco, adj. [...]. (Aquele) que pertence à raça que se caracteriza pela cor pálida da sua pele: *A raça branca.*

DLP

3 indivíduo da raça caucásica; pessoa desta cor;

DVLP

4. Diz-se do grupo genético humano caracterizado por uma fraca pigmentação da pele. *Homem ~. [...]* **II n.** Pessoa que pertence ao grupo genético que se caracteriza por ter pele clara.

Negro apresenta acepções relativas à raça em todos os dicionários, sendo que a nenhuma delas é atribuída qualquer marca de uso. Apenas algumas expressões em que a forma *negro* aparece integrada têm indicação de uso familiar – é o caso de *meu negro* no próprio discurso definitório, em DLPC, e de *trabalhar como um negro*, por meio de marca, em DVLP. O discurso definitório e os exemplos são bastante neutros, como poderá verificar-se nos excertos abaixo transcritos, e apenas a quantidade de acepções e de integração em compostos sintagmáticos e em expressões idiomáticas chama a atenção, mas não poderemos invocar que os traços preconceituosos são da responsabilidade dos lexicógrafos, mas sim do próprio léxico do português.

DLPC

adj. [...] **3.** Que é relativo ao grupo genético que se caracteriza por uma forte pigmentação da pele.

s. [...] **1.** Indivíduo que pertence ao grupo genético com forte pigmentação. **2.** *Bras. Fam.* Pessoa; indivíduo. **meu negro**, forma de tratamento familiar, carinhosa ou irónica. **negro velho**, o m. que *meu negro*. **trabalhar como/que nem um negro**, trabalhar muito.

DALP

3. (Indivíduo ou a raça) que apresenta pele escura e cabelo encarapinhado: *O (artista) negro deliciou a assistência com o seu espectáculo.* ♦ *s.m.* [...] **6.** Escravo: *É uma negra de trabalho!*

DHLP

▪ *adj. s. m.* 2 diz-se de ou indivíduo de etnia negra [...] ♦ *n.* angola *B N.E.* indivíduo de pele muito negra; negro preto • *n.* preto *B N.E.* m.q. **NEGRO ANGOLA**

DLP

adj. [...] **3** que diz respeito ao grupo genético caracterizado por ter a pele muito pigmentada; [...] *s.m.* **1** indivíduo que pertence ao grupo genético caracterizado por ter a pele muito pigmentada;

DVLP

adj. [...] **2.** Que é relativo ou pertencente ao grupo genético humano caracterizado por uma forte pigmentação da pele, preto. *Pele ~. Criança ~.* [...] **II n.** Pessoa que pertence ao grupo genético que se caracteriza por ter uma pele escura. [...] • **Trabalhar como um ~** *Fam.* Trabalhar muito, como um escravo.

Preto apresenta também acepções raciais em todos os dicionários, mas apenas DLPC e DLP lhe atribuem marcas de uso, respectivamente, *Deprec.* [depreciativo] e *pej.* [pejorativo]. Este facto é tanto mais surpreendente quanto *preto* é, de acordo com a norma do PE, a forma marcada de designar a cor da pele e quanto DALP e DVLP são dicionários vocacionados para a aprendizagem e, portanto, com mais responsabilidades na marcação dos usos. Esse facto é também surpreendente em DHLP, dado o trabalho de adequação ao PE de que este dicionário foi alvo. Os exemplos de uso em que *preto* aparece integrado são relativamente neutros, com excepção do apresentado em DALP, que realça o carácter minoritário da população negra na Europa. Atente-se nos excertos apresentados abaixo:

DLPC

4. *Deprec.* Que é relativo ao grupo genético com forte pigmentação. = NEGRO.

1. *Deprec.* Indivíduo que pertence ao grupo genético com forte pigmentação. = NEGRO.

DALP

◆ *adj./s.m.* **4.** (Aquele) que pertence à raça que se caracteriza pela cor escura da sua pele: *A raça preta.* • *sin.:* negro. *Os Pretos constituem uma população minoritária no continente europeu.* • *sin.:* Negros. • *ant.:* Brancos. • *Obs.:* Na aceção de raça, grafa-se com maiúscula inicial.

DHLP

3 diz-se da pessoa que pertence à raça negra <jovens p. têm mais dificuldade de arranjar emprego> [...] ■ *s.m.* [...] **10** (1789) *p.met.* indivíduo da raça negra <há pretos e brancos nessa comunidades> **11** (1720) *p.ext.* hist escravo ou empregado negro

DLP

adj. **6** [pej.] (pessoa) que pertence à raça negra; B *s.m.* [...] **2** [pej.] indivíduo que pertence à raça negra;

DVLP

2. Que pertence ou é relativo ao grupo genético humano caracterizado por uma forte pigmentação da pele, negro. *Uma mulher ~ casou com um homem branco.* [...] **II n.** Pessoa que pertence ao grupo genético humano que apresenta pele muito escura. *Há ~s, brancos e amarelos neste país.*

As entradas da forma *cigano*

Como foi referido anteriormente, a entrada *cigano* é integrada neste estudo devido ao exemplo de DLPC, na entrada *raça*, que inclui a expressão *raça cigana*. O estudo desta entrada nos vários dicionários justificaria, por si só, um artigo, dada a quantidade e a diversidade de marcas de discriminação racial nelas presentes. De facto, se ao analisar as entradas anteriores, poderíamos ficar com a ideia de que os dicionários portugueses são politicamente correctos, tal ideia desvanecer-se-ia ao analisar os artigos seguintes, que transcrevemos praticamente na íntegra, dado o seu interesse.

DLPC

cigano¹, **a** [sigCEÛnu]. *adj.* [...] **1.** Que diz respeito ou pertence ao povo nómada, que se supõe ter vindo da Índia, ou que é próprio dela. *Uma mulher cigana leu-lhe a sina. Música +; povo, etnia +.* **2.** *Deprec.* Que faz negócios tentando enganar o comprador e agindo de acordo com o que a tradição considera como sendo característica dos ciganos. = TRAPACEIRO. *Não se pode negociar com ele porque o tipo é muito cigano.* **3.** *Deprec.* Que é esperto, ladino e manhoso; que usa de astúcia ou impostura para enganar. = ASTUTO, FINÓRIO. *Viste como ele conseguiu safar-se? É mesmo cigano!* **4.** *Deprec.* Que é avarento, sovina.

cigano², a [sig(ÉŪnu)]. *s.* [...] **1.** Pessoa que pertence à etnia cigana, ao povo nômade, provavelmente emigrado da Índia, e que se espalhou sobretudo pela Europa. **2.** *Deprec.* Pessoa que usa de astúcia, impostura ou de má fé, para enganar os outros, sobretudo em negócios. = TRAPACEIRO. *É um grande cigano!* **3.** *Deprec.* Pessoa esperta e manhosa. = FINÓRIO. **4.** *Deprec.* Pessoa impostora, bajuladora = IMPOSTOR **5.** *Deprec.* Pessoa boémia, de vida incerta, de vida errante. **6.** *Deprec.* Pessoa avarenta, apegada ao dinheiro. = AVARO.

DALP

cigano, *adj./s.,m.* **1.** (Indivíduo) que pertence a uma etnia ou povo de origem hindu que se espalhou por grandes áreas da Europa e da África e que tem mantido em grande parte o nomadismo, a par das suas características físicas e culturais: *O povo cigano tem um sentido de grupo muito arraigado. Os ciganos respeitam a autoridade dos mais velhos.* **2.** (Aquele) que tem arte para enganar os outros, sobretudo nos negócios: *O Pedro comprou uma viola a um cigano, e ela não toca.* • *sin.:* aldrabão. ♦ *adj.* **3.** Que pertence, se refere ou é semelhante aos ciganos: *Pele morena e olhos negros dão-lhe um ar cigano.* • *sin.:* aciganado. *Música cigana.* • *sin.:* zíngaro.

DHLP

cigano *adj.* (1521 cf. GVic) **1** relativo ao ou o próprio povo cigano; zíngaro <*música c.*> <*vida c.*> <*esperteza c.*> *adj.s.m.* **2** relativo a ou indivíduo dos ciganos, povo itinerante que emigrou do Norte da Índia para o Oeste (antiga Pérsia, Egípto), de onde se espalhou pelos países do Ocidente; calom, zíngaro **3** *p. ext.* que ou aquele que tem vida incerta e errante; boémio <*os meus parentes c. não pensam no dia de amanhã*> <*viver como c.*> **4** *p.ana.* vendedor ambulante de quinquilharias; mascate (B) **5** (1899) *pej.* que ou aquele que trapaceia; velhaco, burlador **6** *pej.* que ou aquele que faz barganha, que é apegado ao dinheiro; agiota, sovina **7** que ou o que serve de guia ao rebanho (diz-se de carneiro) **8** LING m.q. *romani*

DLP

cigano *A adj.* **1** que diz respeito aos Ciganos; **2** que pertence aos Ciganos; **3** [*pej.*] trapaceiro *B s.m.* **1** o que pertence aos Ciganos; **2** [*pej.*] aquele que tenta enganar nos negócios; trapaceiro; **3** [*pej.*] indivíduo boémio (Do gr. biz. *athinganos*, «em que não se deve tocar», pelo húng. *cigány*, «cigano»)

Ciganos *s.m.pl.* ETNOGRAFIA povo provavelmente originário da Índia, que entrou na Europa por volta do século XIV, espalhando-se e dividindo-se em grupos, muitos dos quais preservam características como o nomadismo, a organização tribal e a língua romani (De *cigano*)

DVLP

cigano,-a I *adj.* **1.** Que pertence ou é relativo aos ciganos. *Acampamento ~. Música ~.* **2.** FAM. PEJOR. Que é aldrabão, trapaceiro, impostor características que, ao longo das épocas, têm sido atribuídas aos ciganos. **3.** FAM. Que, como o mesmo povo, é

esperto, faz negócio com tudo e usa de astúcia para obter os seus fins, FINÓRIO, LADINO, INTERESSEIRO, TRAFICANTE. **4.** Fam. Que tem uma vida incerta e errante. **II n. 1.** Indivíduo que pertence à comunidade de populações nómadas, originárias da Índia, de língua e cultura arianas, e que há séculos penetraram na Europa, embora mantendo os seus próprios costumes, regras e tradições. *Comprar roupa na feira, aos ~. Uma ~ leu-lhe a sina.* **2.** FAM. PEJOR. A pessoa que tem características, em geral, atribuídas aos indivíduos dessa comunidade. *Ele não se deixa enganar, é um ~.* **3.** FAM. A pessoa que tem uma vida incerta e errante.

O primeiro aspecto que chama atenção é a quantidade de acepções depreciativas e pejorativas presentes nestes artigos: oito em DLPC (algumas constituem repetições, dadas as opções de partição das entradas deste dicionário), duas em DHLP, três em DLP, duas em DVLP, sendo que este dicionário acrescenta, ainda, três acepções marcadas apenas como familiares (Fam.), mas que se revelam também francamente depreciativas ou pejorativas. Apenas DALP não apresenta marcas de uso relativamente às várias acepções de cigano, apesar de contemplar uma acepção, a número 2, que é francamente pejorativa. Este facto é tanto mais estranho quanto este é um dicionário vocacionado para a aprendizagem e o facto de uma acepção não ser marcada implicar, tacitamente, que o seu uso é perfeitamente aceite (e até recomendado).

Com excepção de DVLP (que tem o cuidado de afirmar, por exemplo na acepção 2, que as características descritas são “em geral atribuídas aos indivíduos dessa comunidade”), as definições das acepções marcadas revelam um discurso claramente discriminatório. Mas se o texto definitório não bastasse para expressar a xenofobia, bastaria olhar para os sinónimos propostos para as diferentes acepções (*trapaceiro, astuto, finório, impostor, avaro, aldrabão, velhaco, burlador, agiota, sovina, ladino, interesseiro, traficante*) para ficarmos esclarecidos quanto à natureza do discurso lexicográfico.

Os exemplos de uso são também reveladores. Note-se, a título de exemplo, o proposto em DALP para a acepção 2, para se ver como, ainda que a definição aponte para um uso figurado da palavra, o exemplo a usa sem denotar qualquer sentido figurado, mas sim claramente literal. Note-se, ainda, que no caso de *cigano*, DLPC não recorre a abonações, que noutros casos foram pretexto para introduzir discurso anti-racista e pedagógico, mas apenas a exemplos sem indicação de fonte.

No caso da entrada *cigano*, DHLP é um dos dicionários que mantêm um discurso mais neutral, apesar de apresentar combinatórias como *vida cigana* ou *esperteza cigana*, provavelmente por a comunidade cigana não ter uma presença tão notória no Brasil.

Notas conclusivas

Da análise levada a cabo, podemos apontar as seguintes notas conclusivas:

1. DLP é o dicionário que apresenta um discurso mais neutro em relação aos aspectos raciais e étnicos. Tal facto advém, em grande medida, de este dicionário não conter exemplos nem abonações, que são grandes veiculadores de preconceitos no discurso lexicográfico, mas também de um esforço que aparentemente tem sido levado a cabo pela Porto Editora para expurgar os seus dicionários de marcas discursivas discriminatórias – cf. nota 6.
2. Sendo DLPC, DHLPL e DLP dicionários gerais de língua, espera-se que levem a cabo uma descrição mais pormenorizada de cada uma das suas entradas, pelo que se compreende o número de acepções que revelam conhecimento estereotípico. Não pode, (não) no entanto, deixar de chamar a atenção o destaque que é dado, em DHLPL, a esse conhecimento estereotípico, até um pouco defasado da realidade portuguesa, em entradas como *branco*, *negro* e *preto*. Este facto prende-se certamente com a génese deste dicionário, inicialmente produzido no Brasil e adaptado ao PE, o que mais uma vez nos leva a questionar a pertinência desta adaptação e a forma acrítica como ele foi recebido e aplaudido em Portugal.
3. DALP e DVLP apresentam-se como dicionários vocacionados para o ensino. Seria, portanto, de esperar um maior cuidado no tratamento do conhecimento estereotípico associado às unidades em análise. Ainda que DVLP consiga manter um discurso definitório mais neutro, por vezes, essa intenção é traída pela selecção dos sinónimos e/ou dos exemplos de uso. DALP é claramente um dicionário muito menos cuidadoso, veiculando não apenas uma visão pouco científica das questões abordadas, como dando de barato acepções claramente discriminatórias sem lhes atribuir qualquer marca de uso.
4. De entre os grupos raciais/étnicos focados neste trabalho, aquele que sai claramente mais mal tratado é o dos ciganos, facto que não surpreende quem conhece a sociedade portuguesa contemporânea, em que esta comunidade denota uma menor integração no tecido social português e uma menor capacidade de afirmação e de reivindicação dos seus direitos. Os dicionários analisados, no entanto, não contribuem para a sua aceitação e a sua integração. Bem pelo contrário, ratificam e promovem uma visão negativa, preconceituosa e xenófoba desta comunidade.
5. Os nossos dicionários são actualmente, apesar de tudo, mais politicamente correctos do que eram há uns anos. Tal facto deriva de uma maior consciência dos direitos humanos e do estigma social hoje associado aos comportamentos discriminatórios. Não se pretende com isto dizer que a sociedade portuguesa tenha deixado de ser racista ou xenófoba – parece, porém, ser menos claramente discriminatória.

Tópicos para discussão

Em jeito de conclusão e relembrando que o dicionário é, para a generalidade dos consulentes, a entidade que determina o que está correcto e o que o não está, retomarei as perguntas enunciadas no resumo deste trabalho e outras:

- Deverão as unidades portadoras de conhecimento estereotípico e de traços discriminatórios ser tratadas sem qualquer reserva no dicionário?
- Compete ao lexicógrafo definir o que é socialmente e politicamente correcto em termos linguísticos?
- Deverá o lexicógrafo assumir uma atitude meramente descritiva em relação aos dados que descreve?
- A sua atitude deve ser a mesma independentemente de o dicionário que prepara ser um dicionário geral ou um dicionário de aprendizagem?
- Até que ponto a lexicografia deve confinar-se aos dados da ciência linguística ou assumir uma intervenção social?

Agradecimentos

Agradeço à Maria Tereza Camargo Biderman, que, entre outras coisas, me fez reflectir sobre a dimensão social do trabalho do lexicógrafo. Agradeço também às organizadoras, Ieda Maria Alves e Gladis Barcellos Almeida, o gentil convite para participar neste volume; à Mafalda Antunes e à Helena Soares, a leitura atenta e as sugestões; ao Maarten Janssen, a ajuda com o resumo em inglês; e ao Joaquín García Palacios as ideias transmitidas, em Lisboa, em Maio de 2006.

CORREIA, M. Racial discrimination in dictionaries: topics for discussion, based on Portuguese contemporary dictionaries. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.155-171, 2006.

- *ABSTRACT: It is well known that the lexicon of any language shows the way the community views and conceptualises reality in its different aspects. Hence, it is not difficult to understand that through the study of the lexicon one can get a clearer idea of the different forms of prejudice (racial, sexual, religious, etc.) present in a given society. The Portuguese language is no exception to this rule, and it is easy to find several units in its lexicon showing, for instance, racial prejudice. The treatment of entities designating concepts related to racial and ethnical issues in dictionaries deserves more profound attention. Is it necessary that these entities are treated with discretion in dictionaries? Should the lexicographer define what is socially and politically correct? Should he assume a merely descriptive attitude towards the data he is describing? Should his attitude be independent of the type of dictionary he is preparing? With this work, based on the analysis*

of a set of lexicographic articles taken from dictionaries of the Portuguese language, I intend to discuss the treatment of racial/ethnic prejudices in Portuguese dictionaries, both general language and learning dictionaries, and contribute in this way to (re)open the discussion on the descriptive and/or pedagogical role of language dictionaries.

- **KEYWORDS:** *Lexicography; general language dictionary; learning dictionary.*

Referências bibliográficas

AMOR, E. M. M.; VAZA, A. C. F. R. da. *Dicionário verbo da língua portuguesa*. Lisboa: Verbo, 2006. [DVLP]

CASTELEIRO, J. M. (Coord.) *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*. Lisboa: Verbo, 2001. 2v. [DLPC]

COELHO, A. T.; TAVARES, A. *Dicionário actual da língua portuguesa: ensinos básico e secundário*. Porto: Asa, 2002. [DALP]

CORREIA, M. Versão portuguesa do dicionário Houaiss da língua portuguesa: um dicionário do português europeu? In: Simposio Internacional de Comunicación Social Santiago de Cuba, 10, 2007, Santiago de Cuba. *Actas...* Santiago de Cuba: Centro de Lingüística Aplicada, 2007, p.270-274. (no prelo)

DICIONÁRIO da língua portuguesa 2006. Porto: Porto, 2006.

FIGUEIREDO, C. de. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 25. ed. Lisboa: Bertrand, 1996. 2v. [GDLP]

HOUAISS, A., VILAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: versão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002-2003. 6v. [DHLP]

PUTNAM, H. The meaning of 'meaning'. In: _____. *Mind, language and reality: philosophical papers*. Cambridge: Cambridge University Press: 1975-1995 v.2. p.215-271.

VILELA, M. *Dicionário do português básico*. Porto: Asa, 1990 [DPB]

O SÉCULO XX, CENÁRIO DOS DICIONÁRIOS FUNDADORES DA LEXICOGRAFIA BRASILEIRA: RELAÇÕES COM A IDENTIDADE DO PORTUGUÊS DO BRASIL¹

Maria da Graça KRIEGER²
Alexandra Feldekircher MÜLLER³
Andréa Roberta da Rocha GARCIA⁴
Rosinalda Pereira BATISTA⁵

- **RESUMO:** Este artigo define o século XX como um marco histórico da lexicografia brasileira, porque nele surgem os primeiros dicionários de língua que registram o português do Brasil. Numa primeira fase, este registro ocorre em obras publicadas em co-edição Portugal-Brasil, seguindo-se publicações, exclusivamente, nacionais. Com base num conjunto de critérios, seis obras são consideradas fundadoras da lexicografia brasileira. São analisadas suas condições de produção, privilegiando o ângulo das distintas formas de registro do português do Brasil em cada uma delas, sem a preocupação de avaliar os princípios de marcas de “brasileirismos”. O cenário comparativo entre as obras estudadas evidencia que a dicionarização do português do Brasil avança gradativamente, fator que contribui para estabelecer a feição do léxico brasileiro, bem como para configurar a identidade do português do Brasil e da própria lexicografia nacional. Destaca-se, dessa forma, o papel dos dicionários monolíngües como instrumentos de fixação e de legitimação do dizer das coletividades lingüísticas.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Lexicografia brasileira; dicionário monolíngüe; dicionário fundador; brasileiro; identidade.

¹ Os dados apresentados neste artigo integram a pesquisa denominada “A lexicografia brasileira do século XX: parâmetros constitutivos e relações com a identidade lingüística do Brasil”, que está sendo desenvolvida, ainda em fase inicial, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Vale registrar a dificuldade de encontrar obras originais e o conjunto das edições nas bibliotecas brasileiras.

² UNISINOS – Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada – 93022-000 – São Leopoldo – RS – Brasil. Endereço eletrônico: mkrieger@unisinos.br

³ UNISINOS – 93022-000 – São Leopoldo – RS – Brasil. Endereço eletrônico: alexandra.f.m@gmail.com

⁴ UNISINOS – 93022-000 – São Leopoldo – RS – Brasil. Endereço eletrônico: andrearobertag@gmail.com

⁵ UNISINOS – 93022-000 – São Leopoldo – RS – Brasil. Endereço eletrônico: rosikmf@yahoo.com.br

Introdução

O século XX representa um marco histórico na lexicografia brasileira. É neste período que surgem os nossos primeiros dicionários, editados seja em coedição com Portugal, seja exclusivamente por editora nacional. É também no século XX que a Academia Brasileira de Letras vê concretizar, mesmo que tardiamente, seu projeto de publicar um Dicionário da Língua Portuguesa. É, pois, somente nesse período, ainda recente, que é interrompido um vazio de quatro séculos com o efetivo nascimento da lexicografia nacional, definida mais pelos registros do Português do Brasil (PB) do que pelo lugar geográfico de publicação.

O dicionário de língua – a mais prototípica das obras lexicográficas – constitui-se no único lugar que reúne, de modo sistemático, o conjunto dos itens lexicais criados e utilizados por uma comunidade lingüística, permitindo que ela reconheça-se a si mesma em sua história e em sua cultura. Além de se constituir em espelho da memória social da língua, o dicionário desempenha o papel de legitimar o léxico. E, como tal, alcança o estatuto de um código normativo que define parâmetros orientadores dos usos lexicais.

Por todos esses papéis, o dicionário converte-se no testemunho, por excelência, da constituição histórica do léxico de um idioma, bem como da identidade lingüístico-cultural das comunidades. Nessa medida, ele atribui coesão às sociedades e projeção às suas culturas, como refere Lara (1996). Tanto é assim que a história da lexicografia na Europa, particularmente no século XVII, está fortemente vinculada a reorganizações de caráter geopolítico que levam ao surgimento das nações européias, e a conseqüente preocupação com a unidade lingüística dessas nações. Ilustra essa preocupação o surgimento, na França, do Dicionário da Academia, dedicado ao rei Luis XIII. Concluído em 1694, a elaboração deste dicionário, que expressa o início da identidade da língua francesa moderna, representou na época:

[...] a conjunção bem definida entre as necessidades de construir um Estado unificado e o desejo de fixação da língua como normalização das práticas lingüísticas, literárias ou técnicas, o que explica que o francês do século XVII seja hoje reconhecido como o início do francês moderno. (tradução nossa) (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p.8)

Ao longo de sua história, o Brasil jamais contou com uma política lingüística que levasse à valorização de alguma obra lexicográfica a despeito do projeto da Academia. De toda forma, os primeiros dicionários que, por diferentes razões e interesses, passam a contemplar a realidade lingüística do Brasil, desempenharam também o papel de fixar a unidade e a pluralidade do português

aqui falado. A identificação das estratégias lexicográficas de fixação de nosso léxico contribui para a história da identidade do PB, tema em torno do qual muita polêmica já se estabeleceu. Sem o objetivo de adentrar nessa problemática, interessa aqui caracterizar o surgimento da lexicografia brasileira, considerando os registros de nosso léxico. Na realidade, há uma relação indissociável entre a história do português do Brasil e a da lexicografia nacional, que somente se estabelece ao longo do século XX.

Considerar que a lexicografia desse século é inaugural, não significa esquecer que a consciência sobre a emergência da dicionarização do léxico usado no Brasil, envolvendo questões da identidade lingüística do país, seja fato exclusivo desse período. Ao contrário, o século XIX é já cenário da problemática de reconhecimento do PB e de sua inter-relação com iniciativas lexicográficas pioneiras:

De fato, porém, a primeira tentativa de descrever o vocabulário brasileiro foi feita por Antônio Joaquim Macedo Soares. Ele seria o primeiro dicionarista a descrever o português brasileiro se sua obra tivesse sido publicada integralmente no século dezanove. Contudo, só a primeira parte, a letra C, foi publicada em 1888. Seu dicionário contém definições claras e precisas bem como informações de natureza fonética e etimológica. A posição nacionalista de Macedo Soares que pugnava pelo reconhecimento da individualidade do português brasileiro está evidente nesta passagem: "... no Brasil [...] todos [...] falamos e escrevemos nesta nossa língua que os críticos de Lisboa censuram" (Soares, 1954, p.xx). (BIDERMAN, 2002, p.71)

Apesar desse tipo de iniciativa, as obras voltadas ao registro de brasileirismos no século XIX caracterizaram-se por funcionar "como complementos dos dicionários portugueses" (NUNES, 2006, p.205). Em contraponto, uma lexicografia autônoma é fato apenas do século XX. A importância desse período para a história da lexicografia do Brasil, bem como do papel do dicionário de língua na configuração da identidade lingüística de uma nação justificam o objetivo de traçar o panorama inaugural da produção dicionarística do século XX, com base nas obras que podem ser consideradas fundadoras de nossa lexicografia.

Os dicionários fundadores

O século XX permite identificar algo em torno de 70 dicionários de língua portuguesa publicados no Brasil, variando entre obras de grande porte, do tipo padrão ou enciclopédico, dicionários ilustrados, escolares, minidicionários, entre outras tipologias que pretendem cobrir o léxico do português falado no Brasil, incluindo os dicionários de regionalismos.

Nesse amplo quadro, há alguns títulos que se destacam, constituindo-se em obras fundadoras e, por isso, referenciais no quadro de nossa lexicografia. Tal referencialidade está associada a outros fatores que se agregam à cronologia, como: a proposta formal de registrar o léxico do Brasil, independentemente da frequência maior ou menor, dados de publicação que incluem o Brasil, a extensão da nomenclatura de modo a caracterizar um dicionário de língua de tipo padrão, o número de edições, a expressão do autor e o prestígio da casa editorial. Daí resultam seis títulos que podem ser subdivididos em dois grupos, já que dois deles são originariamente portugueses, sendo os outros quatro exclusivamente brasileiros. Com as respectivas datas de primeira edição, para o ou no Brasil, e suas denominações originais,⁶ são eles:

a) Publicações Portugal/Brasil

- *Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido Figueiredo* (1926);⁷
- *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete* (1958);⁸

b) Publicações Brasil

- *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1938);⁹
- *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (Laudelino Freire, 1939-1944);
- *Dicionário da Língua Portuguesa* (Antenor Nascentes, 1961-1967);¹⁰
- *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 1975).¹¹

Desse conjunto, é de grande relevância a extensão da nomenclatura. Sem adentrar em toda a problemática das tipologias, o número de entradas é um componente que permite identificar o dicionário de língua do tipo padrão ou

⁶ Oficialmente, assim denominados, algumas dessas obras sofreram alterações de títulos e editoras em novas edições.

⁷ A partir da 14ª edição, a palavra “Novo” sai do título da obra de Cândido Figueiredo, ficando somente *Dicionário da Língua Portuguesa*.

⁸ O nome do autor Caldas Aulete permanece até hoje nas sucessivas edições, bem como na versão escolar. Uma nova edição do dicionário do tipo geral está sendo preparada, devendo manter o mesmo nome.

⁹ O *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* é uma obra coletiva que teve nas suas primeiras edições como organizadores José Baptista da Luz, Hildebrando de Lima, Gustavo Barroso e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

¹⁰ Publicado em 1961-1967, esta obra é de autoria de Antenor Nascentes, sob encomenda da Academia Brasileira de Letras (ABL).

¹¹ *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira é publicado nas suas três edições (1975, 1986, 1999) pela editora Nova Fronteira. Na primeira e segunda edição permanece com o mesmo título. Na terceira, recebe o título de *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o Aurélio Século XXI*. No entanto, na reimpressão pela editora Positivo (2004), o título é alterado para *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*.

geral, compreendidos como aqueles que buscam dar representatividade ao léxico de um idioma, sem estabelecer recortes em seus repertórios léxicos, por se destinarem a públicos específicos, como os dicionários escolares ou minidicionários. Apesar de algumas diferenças numéricas no plano da nomenclatura, a abrangência de registros lexicais caracteriza todos os dicionários selecionados, como dicionários de língua, que nessas condições permitem contar a história de fixação do léxico do Brasil.

O número de edições é, por sua vez, um indicativo da aceitabilidade da obra junto aos usuários, caso particular do *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (PDBLP), que teve treze edições e que, ao seu modo, também buscou a representatividade lexical do PB, apesar de ser mais reduzido se comparado aos outros (cerca de 60 mil verbetes).

A instituição responsável pela edição é outro fator significativo, na medida em que responde pelo respaldo institucional da publicação, caso típico do *Dicionário da Língua Portuguesa*, assinado por Antenor Nascentes. A esses componentes, agregam-se a credibilidade e o prestígio do nome dos lexicógrafos que se tornaram referência na produção lexicográfica do Brasil. Por todos esses fatores ou por algum específico, tais obras integram o que consideramos o quadro da produção lexicográfica brasileira inaugural, e, como tal, merecem observações detalhadas, iniciando-se pelas duas que nascem em Portugal.

O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido Figueiredo* data ainda do final do século XIX. Teve sucessivas edições, chegando ao Brasil no século XX, sob a forma de publicação conjunta dos dois países. Nesse sentido, a quarta edição (1926), corresponde à primeira do Brasil e, nos dados de imprensa, encontra-se que a obra foi “composta e impressa na Imprensa Portugal Brasil, de Lisboa”. Este expediente editorial marca a relação com o Brasil e não a proposta lexicográfica original.

Em Portugal, o dicionário havia alcançado grande prestígio, como ilustram as palavras de Júlio Dantas, presidente da Academia de Ciências de Lisboa, no prefácio da décima primeira edição (1945): “O Dicionário de Cândido Figueiredo era já, em vida do autor, o melhor dicionário, da língua portuguesa; o mais opulento, o mais vivo e, tecnicamente, o mais perfeito”.

A opulência referida justifica-se pela extensão da nomenclatura (136 mil entradas), significativa para a época. A exaustividade dos itens léxicos da língua portuguesa explica também a aceitação desta obra em Portugal e no Brasil.

A primeira edição “brasileira”, correspondente à quarta da história editorial do Cândido, e, embora editada postumamente, foi fruto do trabalho de Cândido Figueiredo, que, em seus prefácios, menciona a inclusão de brasileirismos no quadro do vocabulário popular que seu dicionário procurou acolher. Por isto,

distingue-se de outros dicionários, de acordo com suas próprias palavras. No entanto, são raríssimos os itens lexicais assinalados formalmente como brasileirismos. Tanto que, em análise por amostragem, efetuada na décima quarta edição (1949), num total de 293 verbetes, cerca de 11% destes tem a marcação de brasileirismo.

Na realidade, a representação do léxico brasileiro, mesmo em edição bem posterior às assinadas e projetadas pelo próprio autor, não alcança maior significância. Nessa mesma direção, é interessante observar que a preocupação com o Brasil, tomando como exemplo o prefácio da décima primeira edição, de 1949, assinada por Júlio Dantas, limita-se à referência de que “a presente edição está de acordo com o regime de escrita vigente em Portugal e no Brasil”.

Os dois componentes – a dupla nacionalidade editorial e a opção pela ortografia comum aos dois países – estabelecem a relação formal do dicionário de Cândido Figueiredo com o Brasil. De igual modo, pode-se entender que a inclusão de brasileirismos expressa uma compreensão de que um dicionário da língua portuguesa de tipo *thesaurus*, tal como o seu se configura, não pode prescindir de itens léxicos do PB.

O conjunto de condições de produção da obra de Cândido revela um projeto editorial que, acima de tudo, visa à aceitabilidade da obra no mercado brasileiro. Em outras palavras, é um dicionário que se limitou a servir ao Brasil. Mesmo assim projetado, a obra de Cândido de Figueiredo, com seus quatro tradicionais volumes, abriu as portas ao PB. Por tudo isso, a história inaugural de nossa lexicografia não pode deixar de conceder-lhe um lugar.

A segunda obra que nasce em Portugal (1881) e passa a integrar a história da lexicografia do Brasil do século XX é o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, geralmente conhecido pelo nome do autor. Referir seu nome é também uma forma de reconhecimento ao projeto do lexicógrafo já que este dicionário:

Foi na sua maior parte elaborado por António Lopes dos Santos Valente (1823-1896), dando segmento a um plano de Caldas Aulete (1823-1878) que faleceu quando a redação do dicionário que ele dirigia tinha apenas chegado ao final da letra “A”. O seu nome ficou todavia a prevalecer como referência autoral. (VERDELHO, 2002, p.42)

No todo, são três edições em Portugal, a quarta se dá no Brasil (1958, Editora Delta), dando início à fase brasileira do Caldas, a qual conta, no mínimo, com mais três edições no país (1964, 1980 e 1985). É uma obra de grande porte (cinco volumes, com aproximadamente 136 mil verbetes), que se caracteriza por se manter atualizada e aumentada a cada nova edição.

Este dicionário possui um diferencial a ser observado. Contrariamente à tradição da lexicografia da língua portuguesa que não costuma apresentar dados precisos sobre os critérios de composição da obra, nem registrar as mudanças introduzidas nas novas edições, este registra várias informações a cada novo prefácio. Assim, o Caldas Aulete inova, ao precisar informações sobre as fontes de coleta de dados, o número de verbetes existentes, referindo também o tipo de usuário a que se destina a obra, entre outros componentes.

Entre as informações prefaciais, está expressa a relação com o Brasil, conforme nota dos editores da terceira edição:

Patrimônio comum dos povos que nela se expressam a língua portuguesa sempre teve, nas sucessivas edições atualizadas deste dicionário, o índice mais elevado da sua lexicografia. Ideado em Portugal, cercado desde o início pelo carinho e pela compreensão de prestimosos editores, bem cedo passou o “Dicionário Contemporâneo” a irradiar no Brasil as suas generosas luzes. E cada nova edição trazia, sobre o trabalho básico, os acrescentos que daqui lhe mandavam os nossos melhores filólogos. Cresceu assim em volume, informação e ciência, compôs um todo brasileiro e tornou-se, como a própria língua, um valioso e comum acervo de duas pátrias. Até aí, porém, o concurso brasileiro tinha caráter suplementar, sem nele depor, paralelamente à vasta contribuição portuguesa, todo o seu riquíssimo subsídio. Integrar esses dois mananciais do vernáculo nas páginas mais bem preparadas para os receber, que eram as deste dicionário, pareciamos não só um grande objetivo editorial mas uma fusão de certo alcance histórico. (AULETE, 1980, p.v)

Para além do “alcance” ou do interesse editorial, o prefácio da primeira edição (1958) revela aspectos referentes à problemática do PB,¹² considerando o ângulo da polêmica que versa sobre a unidade ou independência das duas variantes.

[...] este dicionário recolhe o acervo da língua escrita em Portugal e no Brasil, no momento o idioma de lá e o de cá vão chegando a um bívio de onde obliquarão para os seus rumos independentes. Tais rotas se configurarão, linguisticamente, pelas vocações diversas de ambas as pátrias. (AULETE, 1980, p.vii)

Por outro lado, o prefácio aludido explicita o tratamento formal que internamente é atribuído aos vocábulos de uso exclusivo ou preferentemente brasileiro, colhidos “nos autores ou entre o povo”. Acrescenta-lhes, inclusive, as marcas formais de regionalismos.

¹²Dados pesquisados indicam que a primeira edição aparece em Lisboa em 1881; a segunda em 1925 e a terceira em 1948.

Vale também mencionar que o exame de algumas letras do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* de Caldas Aulete, primeira edição brasileira (1958), mostra que a obra mantém uma média de 20% de entradas com marcas formais de brasileirismos. Tais dados são ilustrativos da consistência de representação do léxico brasileiro nesse dicionário, sobretudo quando comparado ao de Cândido de Figueiredo. Desse modo, apesar de ser originalmente português, o *Caldas Aulete* assume uma feição brasileira, não apenas por ser publicado por editora nacional, mas pela inclusão sistemática do léxico brasileiro. Além disso, as sucessivas edições no Brasil apontam para a atualização e ampliação dos dados.

Esses fatores certamente explicam, em muito, seu sucesso editorial entre nós, junto ao fato de ser uma obra de grande porte e, nessa medida, representativa do acervo geral da língua portuguesa, como o de Cândido de Figueiredo. Apesar dessa aproximação, os dois dicionários não se igualam nas suas propostas lexicográficas, já que o primeiro deles privilegia um projeto editorial que busca viabilizar sua circulação no Brasil.

Com esses dois títulos, encerra-se o ciclo dos dicionários de origem portuguesa que fazem parte da história da lexicografia do Brasil. As obras efetivamente brasileiras constituem um outro ciclo, cujo pioneirismo cronológico (1938) pertence ao *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, que, no próprio nome, contém a indicação de nacionalidade. Publicado pela Editora Civilização Brasileira (Rio de Janeiro/São Paulo), dominou com grande sucesso editorial a cena lexicográfica do país, chegando ao número de treze edições, sendo a última de 1980.

Costuma ser identificado como o “Pequeno Dicionário” sem menção a sua autoria que é da responsabilidade de uma equipe. Contou com a colaboração de nomes como Hildebrando Lima, Gustavo Barroso, Antenor Nascentes, Manuel Bandeira, José Baptista da Luz, Antenor Nascentes e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, cuja missão era a de registrar os brasileirismos. A inclusão de brasileirismos é formalizada pela abreviatura “bras.” logo após a palavra-entrada. Dados de estudos sobre esta inclusão indicam um percentual estimado em torno de 25% das entradas da obra. A partir da terceira edição (1942), destaca-se essa missão de Aurélio, que se torna responsável pelo projeto do dicionário.

Tendo colaborado neste Dicionário a partir da 3ª edição – e muito especialmente na actual, em que o submeti a uma revisão quase direi rigorosa, não apenas quanto à redacção, mas ainda quanto ao método, e lhe acrescentei numerosíssimos termos, sobretudo brasileirismos, embora já fosse bem grande para as proporções da obra o trabalho feito em tal sentido nas tiragens anteriores – [...]. (FERREIRA, 1949, p.vii)

Embora denominado “Pequeno Dicionário”, as edições mantêm uma média de mais de 60 mil entradas, o que por si só o configura como um dicionário padrão do PB. Tal perfil confere ao PDBLP o estatuto de dicionário fundador, por excelência, da lexicografia brasileira. Foi também o dicionário de língua que acompanhou o cotidiano de gerações, e sofreu os efeitos de fechamento da Editora durante o governo militar do Brasil. Posteriormente, tem mais duas edições (décima segunda e décima terceira) pela editora Gamma, do Rio de Janeiro, com direitos autorais reservados para a editora Civilização Brasileira, conforme os dados da décima terceira edição (1980).

O sucesso do PDBLP está também associado ao fato de ser versátil, no sentido de que aparece apenas em um único volume. Tal versatilidade justifica-se pela preocupação com os usuários que seriam, conforme texto prefacial “o grande público do país” e não apenas literatos e outros profissionais que cultivavam a língua. Para estes, em conformidade com a tradição lexicográfica, eram necessários e projetados os dicionários tipo *thesaurus*, a exemplo das obras de Cândido Figueiredo e de Caldas Aulete, publicadas respectivamente, em quatro ou cinco volumes. Diferentemente, o PDBLP caracteriza-se pelo projeto de funcionar como uma obra de consulta prática para o uso cotidiano do grande público, podendo, inclusive, ser utilizada para o ensino.

Em seqüência cronológica, aparecem o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (1939), de *Laudelino Oliveira Freire*, e o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de autoria de Antenor Nascentes (1961-1967).

Não apenas o último, mas também o de Laudelino Freire tem uma história vinculada à Academia Brasileira de Letras (ABL) que determinou, em seus estatutos, o dever e a missão de produzir um dicionário da língua nacional ao modo dos países de grande tradição lexicográfica. De fato, a preocupação com a variante brasileira e o respectivo registro dos brasileirismos vem desde o início da fundação da Academia, em 20 de julho de 1897, com Machado de Assis na presidência. Nesse ano, a Academia nomeou uma comissão para redigir o Dicionário bibliográfico brasileiro.

Havia mister um Vocabulário, que foi proposto por Mário de Alencar e iniciado por João Ribeiro. Mário de Alencar insistiu pela necessidade da criação da Revista da Academia que, dirigida por ele, iria começar em 1910. Também nesse ano, Mário de Alencar propôs o início dos trabalhos de lexicografia, dos quais resultaria, primeiro, a coleta de dados para o chamado Dicionário de brasileirismos e, mais tarde, o Dicionário da língua. (www.academia.org.br, acesso em: jan. 2006).

Apesar dos seus ideais, as iniciativas da ABL para dotar o país de um dicionário de brasileirismos e depois de um dicionário da língua não se tornaram

fatos concretos tão facilmente. O levantamento do léxico brasileiro, realizado por alguns acadêmicos, permaneceu restrito a poucos fascículos da Revista da Academia.¹³ O trabalho foi interrompido sem que tivesse sido transformado no almejado dicionário. A título de ilustração, vale mencionar que, embora o tema dos brasileirismos tenha se tornado relevante para a Academia, esta não possuía ainda um conceito claro, nem tampouco consensual sobre a identificação a ser feita sobre o léxico do Brasil (RAMOS; RIBEIRO; CASTRO, 1923).

O projeto maior do dicionário de língua da Academia procurou se concretizar pela proposta de Laudelino Freire, ainda em 1924. Entretanto, diante da inoperância dos acadêmicos levarem a cabo essa tarefa, ele publica seu próprio dicionário, constituído de cinco volumes, que aparecem, gradativamente, entre 1939-1944. Duas novas edições de sua obra (1954 e 1957) podem ser encontradas.

É interessante ressaltar que a obra de Laudelino Freire não apresenta marcas formais para assinalar os brasileirismos. Duas razões explicam esse posicionamento, de acordo com as palavras do próprio autor: “Feito principalmente para brasileiros, este dicionário não precisa de indicação de brasileirismos para conhecimento da linguagem falada no país. Além disso, não é fácil definir o que seja brasileirismo”. (FREIRE, 1957, p.viii)

Justo à consciência dos problemas que envolvem a identificação dos brasileirismos, na edição de 1924, Laudelino define sua concepção sobre o PB, destacando que o vocabulário da língua falada no Brasil é continuidade da língua de Portugal. Nesse sentido, os brasileirismos, mesmo em pequena proporção, integram seu dicionário, como uma “ampliação vocabular, modismos e dizeres”.

Em relação à obra de Laudelino, vale ainda salientar que o lexicógrafo marca algumas entradas como lusitanismos, demonstrando uma importante mudança de perspectiva: a variante de Portugal é que se torna a “outra língua”.

Só bem mais tarde, em 1961-1967, a ABL viu concretizado seu projeto de dicionário, pelas mãos de Antenor Nascentes, que já possuía experiência da Academia lexicográfica. A obra recebe o título de *Dicionário da Língua Portuguesa*, sendo publicada pela própria ABL e pela Bloch Editores, em seis volumes.¹⁴

Apesar de tão esperado, não obteve a repercussão almejada. Para Biderman:

¹³ Há poucos números da Revista da ABL dedicados ao registro de brasileirismos. Por exemplo, a de julho de 1910 (v.1) arrola 261 brasileirismos, ressaltando que foram colhidos, em primeiro lugar, de textos literários, agregando-se, posteriormente, outras fontes de coleta. A edição de abril de 1911 registra 63 brasileirismos; a de 1925, apenas 12. E a de 1927 apresenta somente o regulamento do “Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa”.

¹⁴ Anteriormente a essa publicação, Nascentes já tinha lançado a obra *Dicionário Básico do Português Brasileiro*, 1949.

Apesar das muitas qualidades deste dicionário, ele também não teve grande fortuna. Primeiro porque foi publicado muitos anos depois de concluído e não há nada que envelheça mais do que o léxico; segundo porque resultou em obra volumosa e o público comprovadamente prefere compulsar uma obra lexicográfica em apenas um volume e que lhe custe menos. (BIDERMAN, 2002, p.77)

A esses fatos se pode acrescentar que, no plano de questões lingüísticas, nossa Academia carece da imagem de autoridade, como acontece com as que atuam, positivamente, em países de valorização da língua, entendendo-a como um bem cultural e expressão primeira de identidade de suas respectivas nações.

Mesmo com toda essa ordem de problemas, o dicionário da ABL veio a público para se constituir no dicionário de língua portuguesa do Brasil, visão determinante do registro do conjunto léxico – escrito e falado – no país. Desta sorte, também não faz marcação de brasileirismo, mas, no interior do verbete, assinala os sentidos regionais que perpassam as redes de acepções. E, como tal, espelha as variações de significado que caracterizam o falar brasileiro, como também procedeu Laudelino.

A obra que alcança a repercussão que a Academia esperava, e que consagra o léxico do PB é, incontestavelmente, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, o chamado *Dicionário Aurélio*. A primeira edição, datada de 1975, já se caracteriza como obra de grande porte em razão da extensão da nomenclatura, próxima a 150 mil entradas. A exaustividade dos registros também tipifica a obra de Aurélio como uma espécie de *thesaurus*. Nas duas edições subseqüentes (1986 e 1999), amplia-se a nomenclatura. A segunda acresce cerca de 300 mil entradas e a terceira (2004) e última edição é apresentada como totalizando 435 mil verbetes.

No tocante aos brasileirismos, encontra-se cerca de 25% de ocorrências, coletadas em várias fontes. Segundo o autor, no prefácio da primeira edição (1938), refere que não se limitou ao literário, buscando outras fontes de coleta de dados, incluindo: a linguagem das revistas e textos jornalísticos, do teatro, do rádio e televisão, do falar do povo e dos linguajares diversos como jocosos, regionais, depreciativos, profissionais, giriescos.

Mesmo com limitações, a obra de Aurélio determina a feição do léxico vigente no Brasil. Além da grande representatividade, pode-se dizer que, com o *Aurélio*, as discussões sobre a autenticidade ou a identidade da língua portuguesa falada no Brasil acabam por perder o sentido. Tanto assim é que seu dicionário passou a ser largamente utilizado em Portugal, muito embora seja estruturado com base na variante brasileira. Dessa forma, o *Dicionário Aurélio*, junto com a concepção lingüística de variante, contribuiu para reorientar o foco de discussão e de estudos sobre as questões lingüísticas que envolvem o português de Portugal e do Brasil.

Por estas e outras razões, o *Dicionário Aurélio* assume uma posição de destaque no quadro dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira, ocupando, praticamente sozinho, o cenário editorial da lexicografia da segunda metade do século XX. O nome de Aurélio tornou-se sinônimo de dicionário, constituindo-se de fato em obra de referência dos usos e sentidos da língua falada e escrita no Brasil. E como tal, estabelece definitivamente a lexicografia brasileira.

À guisa de conclusão

Este breve panorama sobre o início formal da lexicografia brasileira, que vem a ocorrer somente no século XX, atesta o largo período em que o português, aqui falado e escrito, ficou a descoberto. Alguns dicionários de língua surgidos nesse século contribuíram para cobrir essa imensa lacuna, tornando-se obras fundadoras de nossa lexicografia, a despeito de suas distintas propostas lexicográficas particulares, bem como do traço distintivo que demarca dois grupos de obras: as que se originam em Portugal e as que são genuinamente brasileiras.

O ciclo originariamente português tem um papel precursor, caracterizando-se por revelar uma motivação de alcance comercial, pois integrado por dicionários de língua portuguesa que podem ser utilizados pelos brasileiros, na medida em que contemplam alguns brasileirismos. No caso particular do Candido de Figueiredo, ressalta ainda a preocupação com uma ortografia comum entre dois países, de forma a garantir as condições de utilização pelos “novos” usuários. Já o Caldas Aulete reescreve seu percurso, ao ser publicado por editora nacional em sucessivas edições.

No ciclo brasileiro inicial, sobrepõe-se a disposição de que o país conte com um dicionário brasileiro da língua portuguesa, nome que inclusive assume o PDBLP, o grande pioneiro (1938) entre as obras efetivamente fundadoras. É em direção semelhante que se inscreve o Dicionário da ABL. Apesar da coincidência de pontos de vista, somente o segundo tem uma chancela institucional. Os dicionários que se seguiram e que desempenharam o papel de estabelecer a lexicografia do país e lhe dar visibilidade, caso particular do Aurélio, também não surgem de projetos institucionais. Este perfil de nossa lexicografia evidencia que, além de ser muito recente, a produção lexicográfica brasileira não está associada a políticas linguísticas de caráter oficial.

Talvez pelo fato de resultar de trabalhos isolados e solitários, há, entre os dicionários fundadores, uma grande disparidade quanto aos itens que registram como brasileirismos. É bem verdade que este não é um conceito homogêneo, e

que as obras fundadoras apresentam nomenclaturas estruturadas com base em distintas fontes de consulta e de inspiração, já que a idéia contemporânea de representatividade das fontes, consignadas em *corpora*, não orientava o fazer lexicográfico precursor do Brasil, apesar deste ser bastante recente.

Ao mesmo tempo, a distinção dos registros vincula-se ao fato de que as obras inaugurais surgem em tempos cronológicos distintos, a mostrar que os registros do léxico de feição brasileira avançam gradativamente, o que confirma o papel dos dicionários como testemunhos da história da constituição do repertório lexical do PB. Em paralelo, a presença do léxico da variante brasileira define a identidade da lexicografia nacional que, cada vez mais, amplia seu quadro de dicionários por força do sabor e do saber de alguns apaixonados pela língua.

KRIEGER, M. G. et al. The twentieth century scenery of the founding dictionaries in Brazilian lexicography: relations with the identity of Brazilian Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.173-187, 2006.

- *ABSTRACT: This article defines the twentieth century as a historical landmark of the Brazilian lexicography, for it is the century when the first dictionaries with record of Brazilian Portuguese registers appeared. At first, that record occurs in dictionaries published in Portugal-Brazil co-editions, followed by exclusively national publications. Based in a set of criteria, six materials are considered as founders of the Brazilian lexicography. The conditions of production of those materials are analyzed, privileging the distinct forms of the Brazilian Portuguese register in each one of them, without a concern about evaluating the mark principles of the Brazilian lexicon. The comparative scene among the studied materials evidences that the dictionary-like records of the Brazilian Portuguese advances gradually, a factor that contributes to the establishment of the Brazilian lexicon, as well as configuring the identity of the Portuguese of Brazil and the national lexicography. Thus, the role of monolingual dictionaries is highlighted as instruments for setting and legitimating the collective linguistic speech.*
- *KEYWORDS: Brazilian lexicography; monolingual dictionaries; founding dictionaries; identity.*

Referências bibliográficas

AULETE, C. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1958. 5 v.

_____. _____. 2. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964. 5 v.

_____. _____. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980. 5 v.

_____. _____. 4. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1985. 5 v.

BIDERMAN, M. T. C. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas; Pontes, 2002.

COLLINOT, A., MAZIÈRE, F. *Un prêt à parler le dictionnaire*. Paris: PUF, 1997.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

_____. _____. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. _____. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FIGUEIREDO, C. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Arthur Brandão, 1926.

_____. _____. 11. ed. Lisboa: Bertrand; W. M. Jackson, 1945.

_____. *Dicionário da língua portuguesa de Cândido de Figueiredo*. 14. ed. Lisboa: Bertrand; W. M. Jackson, 1949.

FREIRE, L. Dicionário Brasileiro. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, v.15, n.33, p.207-228, Set.1924.

_____. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Noite, 1939-1944.

_____. _____. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

_____. _____. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

JOÃO, R. Dicionário de brasileirismos. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, v.16, n.37, p.68-75, Jan. 1925.

LARA, L. F. *Teoria del diccionario monolingüe*. México: El Colegio de México, 1996.

NASCENTES, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Bloch, 1961-1967.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes, 2006.

PEQUENO dicionário brasileiro da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

_____. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1942.

_____. Organizado por Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso. Inteiramente revisto e consideravelmente aumentado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1949.

_____. 13. ed. Rio de Janeiro: Gamma, 1980.

RAMOS, S.; RIBEIRO, J.; CASTRO, A. Dicionário brasileiro. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, v.14, n. 27-28, p.293-301, jul./dez. 1923.

REGULAMENTO do dicionário brasileiro da língua portuguesa. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, v.25, p.481-483, out. 1927.

SANTOS, D. R. J. Dicionário de brasileirismos. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, v.1, p.379, jul. 1910.

_____. _____. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, v.2, p.99-107, jan./abr. 1911.

VERDELHO, T. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas; Pontes, 2002.

Bibliografia consultada

ALMEIDA, A. *Dicionários parentes e aderentes*. João Pessoa: Funape/Nova Stella, 1998.

BIDERMAN, M. T. C. Um dicionário para o português do Brasil. In: MARIA, C. C. S. *O Léxico em Estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

CARVALHO, E. O verbete na linha de produção. *Língua Portuguesa*, São Paulo. n.11, p., 2006.

FIGUEIREDO, C. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Bertrand; W. M. Jackson, 1939.

KRIEGER, M. G. A obra e o fazer dicionarísticos. *Cadernos do IL*. Porto Alegre, n.10, p. 9-22, 1993.

OLIVEIRA, P. P. M. A. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: CIÊNCIAS do léxico. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

PEQUENO dicionário brasileiro da língua portuguesa. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946.

Fonte eletrônica

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/>> Acesso em: 12 jan. 2006.

CORPORA COMPARÁVEIS E VARIAÇÃO LEXICAL NAS VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS

Maria Fernanda BACELAR DO NASCIMENTO¹

- **RESUMO:** Neste artigo são apresentados resultados de um projecto de constituição de *corpora* orais e escritos das cinco variedades africanas do português (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e de extracção dos respectivos léxicos. Os cinco *corpora*, que no total perfazem 3.200.124 palavras, são comparáveis em dimensão, constituição interna e cronologia. Com a realização deste trabalho, pretendeu-se dar uma contribuição para colmatar uma grave lacuna no que respeita aos Recursos Linguísticos (*corpora* e léxicos) existentes para o português. Existiam já, em elevado número e grandes dimensões, *corpora* e léxicos das variedades europeia e brasileira do português, mas eram quase inexistentes (se excluirmos Moçambique) Recursos Linguísticos semelhantes para as variedades africanas que permitissem análises objectivas de cada uma delas e que, pela sua comparabilidade permitissem estudos contrastivos entre essas variedades ou entre elas e o português europeu ou do Brasil. O projecto, intitulado Recursos Linguísticos para o Estudo das Variedades Africanas do Português, foi executado pelo grupo Linguística de *Corpus* do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL e por uma equipa do Centro de Física Teórica e Computacional da mesma universidade, tendo sido acompanhado pela consultora do projecto, Perpétua Gonçalves, da Universidade moçambicana Eduardo Mondlane.
- **PALAVRAS-CHAVE:** *Corpus* África; léxico; variação; português.

Introdução

Nas últimas décadas tem sido crescente o interesse pelo estudo dos usos da linguagem e da variação e mudança linguística com base em *corpora*. No âmbito desses estudos, a constituição de *corpora* comparáveis tem propiciado a realização de análises contrastivas entre produções linguísticas de falantes de variedades de uma mesma língua que a utilizam quer como língua materna quer como língua segunda. Os *corpora* constituídos com esta finalidade contêm, em geral, amostragens de diversos registos e níveis de língua e de vários géneros e

¹ Universidade de Lisboa – Centro de Linguística – 1649-003 – Lisboa – Portugal. Endereço eletrónico: fbacelar.nascimento@clul.ul.pt

tipos de discurso. Considerando sempre factores contextuais no estudo da variação linguística, têm sido realizadas sobre estes *corpora* análises a nível lexical, morfológico, morfo-sintáctico, sintáctico, semântico, pragmático ou estilístico (REPPEN; FITZMAURICE; BIBER, 2002).

Os objectivos destes estudos são, essencialmente, descrever objectivamente as variedades observadas através da análise empírica de dados naturais, compará-las quantitativamente (a partir de resultados de Frequência alinhados) ou qualitativamente (a partir de unidades lexicais ou multilexicais ou de estruturas sintácticas contextualizadas e alinhadas) e, finalmente, obter informações comparativas. Estas informações permitem identificar variantes históricas, estabelecer correlações entre fenómenos, verificar mudanças (ou tendências de mudança) sintácticas e semânticas e, ainda, calcular diversos graus de variação consoante os registos de língua (oral ou escrito), os níveis de língua (formal ou informal) e os géneros e tipos de discurso (literário, jornalístico, académico, técnico ou científico, etc.).

Alguns autores de *corpora* têm procurado seguir, tanto quanto possível, os mesmos procedimentos de constituição das amostragens usados em *corpora* já existentes, com o fim de maximizar o grau de comparabilidade dos dados. Por exemplo, o *The Lancaster – Oslo – Bergen Corpus (LOB Corpus)*, compilado por equipas de investigadores em Lancaster, sob a coordenação de G. Leech; em Oslo, sob a coordenação de S. Johansson; e em Bergen, sob a coordenação de K. Hoffland) com 1 milhão de palavras de inglês britânico, contém, aproximadamente, os mesmos géneros e dimensões de amostragens do *Brown Corpus* (compilado por W. N. Francis e H. Kucera na Brown University, Providence), também este com 1 milhão de palavras mas do inglês da América e a mesma cronologia. O *Kolhapur Indian Corpus* é também largamente comparável aos *corpora* Brown e LOB, embora a recolha recaia sobre um período de tempo diferente. Estes três *corpora*, de 1 milhão de palavras cada, têm sido comparados para, entre outros estudos, identificar um núcleo vocabular do chamado International English, considerado de importância fundamental numa perspectiva linguística geral e, particularmente, para o desenvolvimento de materiais para o ensino da língua inglesa (PEYAWARY, 1999). Outro importante projecto que visa a criação de *corpora* comparáveis do inglês para uso em múltiplas investigações e contextos de ensino é *The International Corpus of English (ICE)*, compilado por treze grupos nacionais (incluindo Austrália, Canadá, África Oriental, Índia, Jamaica, Nova Zelândia, Nigéria, Filipinas, Reino Unido e Estados Unidos da América) sob a coordenação de S. Greenbaum do University College de Londres.

O *Corpus de Referencia del Español Actual (CREA)* é outro projecto que pretende providenciar recursos para estudos comparativos de variedades do espanhol.

Para além dos estudos lexicais, há inúmeros exemplos de estudos gramaticais resultantes de investigação realizada sobre *corpora* de variedades de uma mesma língua dos quais é de salientar *The Longman Grammar of Spoken and Written English* (BIBER, D. et al., 1999) que adopta uma abordagem baseada num *corpus* do inglês britânico e do inglês da América.

Em Portugal, o *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), coordenado por Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, contém, actualmente, mais de 300 milhões de palavras e inclui todas as variedades do português. Trata-se de um *corpus* monitor, isto é, de um *corpus* em que vão sendo incluídos todos os documentos a que a equipa vai tendo acesso, sem preocupação de equilíbrio interno do *corpus*. Recorre-se a este para a constituição dos *corpora* de base de diversos trabalhos, *corpora* que são desenhados e construídos tendo em conta os objectivos visados pelos trabalhos em causa.

Objectivos do trabalho

Tendo em consideração a extrema desigualdade que se verifica, no que respeita a Recursos Linguísticos e à publicação de estudos, entre, por um lado, as variedades europeia e brasileira do português e, por outro lado, as variedades africanas (excluindo os *corpora* orais de Moçambique e os valiosos estudos sobre eles publicados), o grupo Linguística de *Corpus* do CLUL decidiu levar a cabo um projecto de trabalho que teve como principal objectivo preencher essa lacuna, fornecendo Recursos Linguísticos comparáveis que possibilitam descrições objectivas das cinco variedades africanas e estudos contrastivos entre essas variedades ou entre elas e o português europeu e do Brasil.

O projecto realizado intitula-se “Recursos Linguísticos para o Estudo das Variedades Africanas do Português”, teve duração de 28 meses e ficou concluído em Dezembro de 2006.²

Deste projecto resultou o *Corpus* África, com a dimensão de 3.200.124

² O projecto foi executado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa em parceria com o Centro de Física Teórica e Computacional da mesma Universidade. Coordenado por Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, foi realizado por duas equipas constituídas pelos seguintes investigadores: do Centro de Linguística, Luísa Alice Santos Pereira, Antónia Estrela, José Bettencourt Gonçalves e Afonso Pereira; do Centro de Física Teórica e Computacional, Rui Santos e Sancho Oliveira. Foi consultora do projecto Perpétua Gonçalves, da Universidade Eduardo Mondlane de Maputo. O projecto foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através do Programa Lusitânia, pelo Serviço de Educação e Bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian e pelo Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior. Teve, ainda, o apoio do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), do Instituto Camões, da Embaixada de São Tomé e Príncipe, da Universidade Aberta e do Grupo de Fala e Linguagem Natural (NLX) do Departamento de Informática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

palavras,³ que inclui os cinco *sub-corpora* de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, um vocabulário constituído por palavras plenas extraídas daqueles *sub-corpora* e indexadas contrastivamente e a obtenção de concordâncias, em formato KWIC, de todas as ocorrências do *corpus*, organizadas por *subcorpora* e por registo oral e escrito.

Constituição do *Corpus África*

O CRPC continha, à data do início dos trabalhos, um conjunto substancial de textos de língua portuguesa em África com mais de 20 milhões de palavras. Contudo, o requisito, essencial ao projecto, de comparabilidade dos dados exigia que os cinco *subcorpora* tivessem dimensão e estrutura interna semelhantes, o que não permitiu que o *Corpus África* fosse constituído recorrendo apenas aos materiais do CRPC. Nalguns casos foi possível extrair deste *corpus* monitor uma significativa quantidade de textos; no entanto, ele não continha documentos equivalentes, em todas as variedades africanas em observação, para os registos e os géneros previstos aquando do desenho equilibrado do *Corpus África*. Foi assim para muitos casos, de que são exemplo os textos que constituem os *corpora* orais, muito escassos para quase todas as variedades ou, ainda a título de exemplo, a quase inexistência no CRPC, de textos literários de São Tomé e Príncipe.

Assim, depois de seleccionados os materiais existentes que eram compatíveis com os objectivos do projecto, procedeu-se a um intenso trabalho de recolha de novos materiais quer para o *corpus* oral (gravação, transcrição e tratamento de discurso oral), quer para o *corpus* escrito (selecção de livros, jornais, revistas e outros documentos em bibliotecas e via internet e tratamento dos textos), a que se seguiu a informatização e codificação dos documentos e a sua inclusão numa base de dados.

A estrutura interna do *Corpus África* é a seguinte:

- *corpus* escrito – 96%, assim distribuído:

livro literário	20%
jornal	50%
<i>varia</i>	26%
- *corpus* oral – 4%

³ Na proposta de projecto inicialmente apresentada, previa-se que o *corpus* fosse constituído por 5 milhões de palavras, 1 milhão por cada *sub-corpus*. A escassez do financiamento atribuído através do Programa Lusitânia, embora em parte colmatada por um subsídio posteriormente atribuído ao projecto pela Fundação Calouste Gulbenkian, obrigou à redução do *corpus* projectado.

O *corpus* oral é essencialmente constituído por discurso informal – conversas espontâneas mas também por algum discurso formal – entrevistas de rádio e discursos políticos. Contém transcrições de 80 gravações, 45 de homens e 35 de mulheres. Do total deste *corpus*, 80% dos informantes tem um nível de escolaridade médio ou superior e 20% um nível de escolaridade primário.

Dadas as limitações financeiras a que o projecto esteve sujeito, este foi o *corpus* possível. Teria sido importante atingir 1 milhão de palavras para cada variedade (como estava previsto no programa inicial) e dar mais peso ao *corpus* oral que ficou mais prejudicado pois, como é sabido, implica mais custos em tempo e em recursos humanos.

As 3.200.124 palavras estão distribuídas no *corpus* da seguinte forma:

PAÍSES	CORPUS ORAL	CORPUS ESCRITO
ANGOLA	27.363	613.495
CABO VERDE	25.413	612.120
GUINÉ	25.016	615.404
MOÇAMBIQUE	26.166	615.297
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	25.287	614.563
TOTAL	129.245	3.070.879
TOTAL DOS DOIS CORPORA	3.200.124	

Quadro 1 – Dimensão e distribuição do *corpus* África

Anotação do *corpus*

Foram testados dois anotadores, tendo-se concluído pela maior eficácia, no que respeita à percentagem de erro, do anotador Eric Brill (<http://www.cs.jhu.edu/~brill>) adaptado ao português europeu pelo grupo Linguística de *Corpus* do CLUL. Este anotador especialmente feito para *corpora* escritos e que a equipa mais tarde adaptou também à anotação de *corpora* orais, no âmbito do projecto C-ORAL-ROM, destina-se a anotação morfo-sintáctica e cobre as principais categorias constantes das Partes do Discurso (Nome, Verbo, Adjectivo, Advérbio, Pronome, Preposição, Conjunção, etc.) e categorias secundárias (modo e tempo verbal, nome próprio e comum, tipos de pronomes e conjunções) (BACELAR DO NASCIMENTO et al., 2005).

Dados os objectivos do projecto, no que respeita à extracção lexical das palavras plenas do *corpus* e dada a falta de possibilidades para fazer uma análise fina das categorias secundárias, optou-se por ter em conta, para a lematização, apenas as etiquetas principais para Verbo, Nome Comum, Adjectivo (não distinguindo, na categoria Verbo, entre verbo principal e verbo auxiliar) e ainda a etiqueta para Estrangeirismos:

Nc	Nome comum
V	Verbo
ADJ	Adjectivo
ESTR	Estrangeirismo

Todo o *corpus* está etiquetado conforme o seguinte exemplo:

Guiné Escrito

:E\CONJc levam\LEVAR\Vppi a\ARTd memória\MEMÓRIA\Nc \-VO
quase\QUASE\ADV toda\TODA\INDv a\ARTd memória\MEMÓRIA\Nc \-VO
Contra\CONTRA\PREP a\ARTd razão\RAZÃO\Nc \-VO E\CONJc
quando\QUANDO\ADV das\DE+A\PREP+ARTd cinzas\CINZA\Nc se\SE\CL
resgatou\RESGATAR\Vppi a\ARTd esperança\ESPERANÇA\Nc \-VO
surgiu\SURGIR\Vppi na\EM+A\PREP+ARTd madrugada\MADRUGADA\Nc
um\UM\ARTi outro\OUTRO\INDv ser\SER\Nc \-VO Um\UM\ARTi
outro\OUTRO\INDv ser\SER\Nc e\CONJc uma\UM\ARTi outra\OUTRA\INDv
vida\VIDA\Nc \-VO Uma\UM\ARTi vida\VIDA\Nc que\QUE\RELi exigia\EXIGIR\Wii
ser\SER\VB vivida\VIVER\PPA \-VO Em\EM\PREP plena\PLENO\ADJ
fraternidade\FRATERNIDADE\Nc \-VO Os\O\ARTd cidadãos\CIDADÃO\Nc
que\QUE\RELi disso\-\L\PREP+DEMi se\SE\CL deram\DAR\Vppi conta\CONTA\Nc
\ -VO ignorando\IGNORAR\VG as\A\ARTd sequelas\SEQUELA\Nc
da\DE+A\PREP+ARTd pilhagem\PILHAGEM\Nc \-VO afirmaram\AFIRMAR\Vppi
vários\VÁRIOS\INDv anos\ANO\Nc mais\MAIS\ADV tarde\TARDE\ADV
que\QUE\RELi foi\IR\Vppi_SER nessa\EM+ESSA\PREP+DEMv
madrugada\MADRUGADA\Nc que\QUE\RELi a\ARTd
verdadeira\VERDADEIRO\ADJ vida\VIDA\Nc nasceu\NASCER\Vppi \-VO

Quadro 2 – Excerto do *corpus* África etiquetado

As palavras não reconhecidas pelo anotador – quase todas africanismos que não estavam previstos no léxico do português europeu associado à ferramenta – foram analisadas nos contextos em que ocorriam, anotadas manualmente e posteriormente revistas.

Lematização do *Corpus*

Foram lematizadas todas as formas etiquetadas do *corpus* pertencentes às categorias mencionadas no ponto anterior, constando da lematização a frequência de ocorrência de cada uma. Não foram incluídos na indexação os nomes próprios (antropónimos e topónimos).

Da lematização constam as formas flexionadas antecederidas da cabeça de lema, esta em maiúsculas, e seguidas da categoria gramatical e da respectiva frequência

de ocorrência; na última linha de cada lema, a cabeça de lema em maiúsculas vem seguida da categoria gramatical e da frequência total de ocorrências do lema.

Como é habitual, no caso dos Verbos a cabeça de lema é o infinitivo, no caso dos Nomes e Adjectivos é a forma singular e, naqueles que flexionam em género, a forma do masculino.

O *corpus* África tem, no seu total, 25.359 vocábulos (Nomes, Adjectivos, Verbos e Estrangeirismos) assim repartidos:

- Nomes: 14.466 (57%)
- Adjectivos: 6.268 (25%)
- Verbos: 4.292 (17%)
- Estrangeirismos: 297 (1%)

A repartição destes vocábulos por número de variedades é, percentualmente, a seguinte:

Lemas que ocorreram em: 5 variedades – 25%; 4 variedades – 10%; 3 variedades – 11%; 2 variedades – 15%; 1 variedade – 38%.

Índices contrastivos dos léxicos lematizados com dados de Frequência

Organizaram-se índices contrastivos dos vocábulos lematizados de que se seguem exemplos:

LEMA	FORMA	CAT.	ANG	CV	GUI	MOC	ST	TOTAL
FRUSTRAÇÃO	Frustração	Nc	0	0	1	0	0	1
FRUSTRAÇÃO		Nc	0	0	1	0	0	1
FRUSTRAR	Frustra	V	0	0	1	0	0	1
FRUSTRAR	Frustrada	V	0	0	0	0	2	2
FRUSTRAR	Frustrados	V	0	0	0	0	1	1
FRUSTRAR		V	0	0	1	0	3	4
FRUTA	Fruta	Nc	2	2	0	1	6	11
FRUTA	Frutas	Nc	0	0	0	0	1	1
FRUTA	Frutinha	Nc	0	0	0	0	1	1
FRUTA		Nc	2	2	0	1	8	13
FRUTA-PÃO	fruta-pão	Nc	0	0	0	0	2	2
FRUTAPÃO		Nc	0	0	0	0	2	2

FRUTÍFERO	Frutífera	ADJ	0	1	0	0	0	1
FRUTÍFERO		ADJ	0	1	0	0	0	1
FRUTO	Fruto	Nc	1	1	0	1	3	6
FRUTO	Frutos	Nc	0	0	0	1	1	2
FRUTO		Nc	1	1	0	2	4	8
FUBA	Fubá	Nc	1	0	0	0	0	1
FUBA	Fubás	Nc	2	0	0	0	0	2
FUBA		Nc	3	0	0	0	0	3
FUGA	Fuga	Nc	1	0	0	1	0	2
FUGA		Nc	1	0	0	1	0	2
FUGAR	Fugam	V	1	0	0	0	0	1
FUGAR		V	1	0	0	0	0	1
FUGIR	Foge	V	0	0	1	1	0	2
FUGIR	Fogem	V	0	0	0	1	0	1
FUGIR	Fugia	V	0	0	0	1	0	1
FUGIR	Fugir	V	0	2	0	1	0	3
FUGIR		V	0	2	1	4	0	7
FULANO	Fulana	Nc	1	0	1	0	0	2
FULANO	FulanoNc		2	0	0	4	0	6
FULANO		Nc	3	0	1	4	0	8
FUMAR	Fumam	V	2	0	0	0	0	2
FUMAR	Fumavam	V	1	0	0	0	0	1
FUMAR	Fumo	V	0	0	0	2	0	2
FUMAR		V	3	0	0	2	0	5
FUMAROLA	Fumarolas	Nc	0	5	0	0	0	5
FUMAROLA		Nc	0	5	0	0	0	5
FUNANÁ	Funaná	Nc	0	6	0	0	0	6
FUNANÁ		Nc	0	6	0	0	0	6
FUNÇÃO	Função	Nc	2	2	5	0	6	15
FUNÇÃO	Funções	Nc	0	0	1	0	0	1
FUNÇÃO		Nc	2	2	6	0	6	16

FUNCIONAL	Funcional	ADJ	0	0	0	0	2	2
FUNCIONAL		ADJ	0	0	0	0	2	2
FUNCIONAMENTO	funcionamento	Nc	0	2	0	0	1	3
FUNCIONAMENTO		Nc	0	2	0	0	1	3
FUNCIONAR	Funciona	V	2	1	0	3	3	9
FUNCIONAR	Funcionam	V	1	0	0	0	0	1
FUNCIONAR	Funcionar	V	3	8	4	0	5	20
FUNCIONAR	Funcionava	V	0	1	1	0	0	2
FUNCIONAR	Funciono	V	0	0	0	0	2	2
FUNCIONAR	Funcionou	V	0	0	0	0	1	1
FUNCIONAR		V	6	10	5	3	11	35

Quadro 3 – Quadro contrastivo da lematização do *corpus* África (oral) com dados de frequência e repartição por variedade (excerto)

LEMA	FORMA	CAT.	ANG	CV	GUI	MOC	ST	TOTAL
MANGA	Mangas	Nc	8	5	4	8	1	26
MANGA	manguinha	Nc	0	0	0	0	3	3
MANGA	manguinhas	Nc	0	0	0	0	2	2
MANGA		Nc	20	8	6	14	16	64
MANGAL	Mangais	Nc	1	0	0	1	1	3
MANGAL	Mangal	Nc	3	0	1	4	0	8
MANGAL		Nc	4	0	1	5	1	11
MANGANÊS	Manganês	Nc	3	0	0	0	0	3
MANGANÊS		Nc	3	0	0	0	0	3
MANGAR	Mangar	V	2	0	0	0	0	2
MANGAR	mangarmos	V	1	0	0	0	0	1
MANGAR		V	3	0	0	0	0	3
MANGEDOURA	mangedoura	Nc	0	1	0	0	0	1
MANGEDOURA		Nc	0	1	0	0	0	1
MANGERONA	Mangerona	Nc	0	1	0	0	0	1
MANGERONA		Nc	0	1	0	0	0	1
MANGIAGO	Mangiago	ADJ	0	0	1	0	0	1
MANGIAGO		ADJ	0	0	1	0	0	1

MANGO	Mango	Nc	0	0	19	0	0	19
MANGO	Mangos	Nc	0	0	2	0	0	2
MANGO		Nc	0	0	21	0	0	21
MANGONHEIRO	mangonheiro	Nc	0	0	0	0	1	1
MANGONHEIRO		Nc	0	0	0	0	1	1
MANGOSTÃO	Mangostão	Nc	0	0	0	0	1	1
MANGOSTÃO		Nc	0	0	0	0	1	1
MANGUAVAVA	manguavavas	Nc	0	0	0	1	0	1
MANGUAVAVA		Nc	0	0	0	1	0	1
MANGUÇO	Manguços	Nc	0	0	0	1	0	1
MANGUÇO		Nc	0	0	0	1	0	1
MANGUEIRA	Mangueira	Nc	2	0	2	5	6	15
MANGUEIRA	mangueiras	Nc	2	1	1	6	6	16
MANGUEIRA		Nc	4	1	3	11	12	31
MANGUEIRO	Mangueiro	Nc	0	0	4	0	0	4
MANGUEIRO		Nc	0	0	4	0	0	4

Quadro 4 – Quadro contrastivo da lematização do *corpus* África oral e escrito com dados de frequência e repartição por variedade (excerto)

LEMA	CAT.	ANG	CV	GUI	MOC	ST	TOTAL
FRUIR	V	1	1	0	0	0	2
FRUSTRAÇÃO	Nc	4	14	16	5	2	41
FRUSTRADO	ADJ	1	0	0	4	0	5
FRUSTRANTE	ADJ	4	2	0	0	1	7
FRUSTRAR	V	10	5	16	8	7	46
FRUTA	Nc	31	3	14	18	18	84
FRUTA-PÃO	Nc	0	0	0	0	2	2
FRUTARIA	Nc	1	0	0	0	0	1
FRUTEIRA	Nc	2	0	0	2	0	4
FRUTÍCOLA	ADJ	0	0	0	4	0	4
FRUTICULTOR	Nc	0	0	0	4	0	4
FRUTICULTURA	Nc	0	0	0	3	0	3
FRUTÍFERO	ADJ	1	1	1	0	2	5
FRUTIFICAR	V	0	2	0	0	0	2
FRUTÍVORO	ADJ	1	0	0	0	0	1

FRUTO	Nc	46	30	29	33	53	191
FRUTUOSO	ADJ	0	2	3	0	0	5
FUBA	Nc	9	0	0	0	1	10
FUÇA	Nc	2	0	0	1	0	3
FUEL	ESTR	0	0	0	1	0	1
FUGA	Nc	22	25	19	31	30	127
FUGACIDADE	Nc	0	1	0	1	0	2
FUGAR	V	1	0	0	0	0	1
FUGAZ	ADJ	2	2	1	2	2	9
FUGIDIO	ADJ	2	1	0	3	2	8
FUGIR	V	57	75	44	96	28	300
FUGITIVO	ADJ	0	0	1	2	1	4
FUGITIVO	Nc	0	2	1	2	1	6
FUJÃO	Nc	0	0	0	0	2	2
FULANIZADO	ADJ	0	0	0	1	0	1
FULANO	Nc	5	19	12	8	3	47
FULCRAL	ADJ	4	0	3	0	0	7
FULCRO	Nc	0	5	1	0	0	6
FULGIR	V	0	0	0	1	0	1
FULGOR	Nc	2	2	2	1	2	9
FULGURÂNCIA	Nc	1	0	0	0	0	1
FULGURANTE	ADJ	2	0	1	1	0	4
FULIGEM	Nc	0	2	0	0	1	3
FULIGINOSO	ADJ	0	0	0	1	0	1
FULMINANTE	ADJ	0	0	3	0	3	6
FULMINAR	V	0	1	1	6	1	9
FUMAÇA	Nc	0	4	1	0	1	6
FUMADOR	ADJ	0	0	0	1	1	2
FUMADOR	Nc	2	0	0	2	2	6
FUMAGEM	Nc	0	0	0	0	7	7
FUMANTES	Nc	0	0	0	18	0	18
FUMAR	V	16	19	1	21	10	67
FUMARAÇA	Nc	1	0	0	0	0	1
FUMARADA	Nc	0	1	0	0	0	1
FUMARENTO	ADJ	1	0	0	0	1	2
FUMAROLA	Nc	0	9	0	0	0	9
FÚMBUA	Nc	3	0	0	0	0	3
FUMEGANTE	ADJ	1	1	0	0	5	7
FUMEGAR	V	0	0	0	0	2	2
FUMO	Nc	12	8	4	25	15	64
FUNANÁ	Nc	0	6	0	0	0	6

FUNANTE	Nc	1	0	0	0	0	1
FUNÇÃO	Nc	205	318	265	120	288	1196
FUNCHE	Nc	0	1	0	0	0	1
FUNCHO	Nc	0	0	0	5	0	5
FUNCIONAL	ADJ	24	23	6	9	3	65
FUNCIONALIDADE	Nc	4	14	1	1	2	22
FUNCIONALISMO	Nc	0	9	1	0	5	15
FUNCIONALIZAR	V	0	1	0	0	0	1
FUNCIONAMENTO	Nc	79	136	66	79	241	601
FUNCIONAR	V	152	105	87	61	67	472

Quadro 5 – Quadro contrastivo do vocabulário (cabeças de lema) do *corpus* África oral e escrito com dados de frequência e repartição por variedade (excerto)

Concordâncias

Um dos resultados mais importantes deste trabalho é a disponibilização de concordâncias, para consulta, de todas as ocorrências dos cinco *corpora*, subdivididas pelas cinco variedades e pelos registos oral e escrito.

mos se essas teorias também... de	facto	corresponde ou não à verdade.
nto quer comportar assim mas pelo	facto	de ele ter de ele saber que ho
atirado com pedra no liceu, pelo	facto	de eu o ter... sancionado com
não sei se seja, se isso pode ser	facto	de eu habituar mais com aquilo
de S. Tomé para o Portugal, é um	facto	de, quando em São Tomé dizer-s
m o próximo paciente mas sim pelo	facto	de saber como eu já tinha dito
de direito. mas não, não foi pelo	facto	de ter me aconselhado que me i
eh, por esse motivo eu acho que o	facto	de ter conseguido para mim é u
certo modo abstracto, porque pelo	facto,	eh, embora, embora eu tenha c
..] numa estação de comboio pelo	facto	eh... pelo facto eu não consig
ele tem que ter conhecimento dos	factos.	ele tem que saber, por exemp
de comboio pelo facto eh... pelo	facto	eu não consigo explicar as raz
ativo, bom! no aspecto positivo o	facto	importante é eu ter conseguido
a fazer o curso de medicina. e, o	facto	não. eu acho que, eh são, são
ver com a ligação que ele faz dos	factos	que acontecem dia a dia nos p
pessoalmente não tenho. não tenho	factos	que me marcaram tanto no aspe
a-se mal não sei que mas elas são	factos	que nos a sociedade devia por
ta, uma cor bonita para regar ou	para	pintar o seu quarto. imaginação, cr
os fazer? um molhinho para regar,	para	pintar, para dar o toque final ao n
esbravamento. [...] isso sim, mas	para	plantação mesmo é à mão. e nós não

ensino que os professores não tem	para	poderem transmitir convenientemente
umas peças. tem um macaco próprio	para	poder tocar, esticar carro, alisar
mo a pessoa que vai, por exemplo,	para	Ponta Firme não encontra-se cobra.
ubon-tunhá' . é um tubarão que dá	para	qualquer comida, esse 'tubon-tunhá'
bém meter a música deles em acção	para	que a nossa população comece a dist
a que a prá [...] , a prá [...] ,	para	que a prática continua. é assim: nó
re contacto, dialogando, falando,	para	que a prá [...] , a prá [...] , par
Âmbito profissional contribuirém	para	que a pessoa possa ter ter uma vida
nco na altura impunha, quer dizer	para	que as pessoas não comessem determi
um poucoquinho de água do feijão,	para	quê? já vão ver. a nossa sertã está
s, cores, misturar este bocadinho	para	quê? para dar o toque final e engro
es no, no serviço activo não é, e	para	quê, para aqueles que trabalham con
Alizado. mas as condições de base	para	que essa rea [...] , essa realizaçã
didácticos mínimos indispensáveis	para	que esses meninos possam estar na e
u conseguir uma formação de base,	para	que eu venha a conseguir-me, eh, re

Quadro 6 – Excerto de concordâncias das formas dos vocábulos *facto* e *para* extraídas do *corpus* oral de São Tomé

não te procuro muito para não te	pegar	a má disposição, tens muito
as fica muito caro. - Não sei se	pegava	bem - disse Vítor, rompendo
as olha só: esse Zé Maria quando	pega	da viola, parece até chora, n
o respeito. Vá lá dizer-lhe para	pegar	depressa nas imbambas dele e
ede são o próprio início, podes	pegar	de qualquer lado, então eu n
o. "Espero que este truque não	pegue.	Descemos e mais nada. Não v
bém ninguém pegar dum lado e só	pegarem	do outro, o lado que não p
s novas porque se também ninguém	pegar	dum lado e só pegarem do out
s moradores considerados aptos a	pegarem	em armas. Em 1574 a cidade
a contar o filho jeovou para não	pegar	em armas e isso até tem um n
cima de duas dezenas de pessoas.	Peguemos	em duas pessoas desse gru
, nessas idas dele, que o Adolfo	pegou	então a doença que lhe foi m
Pegarem do outro, o lado que não	pegou	está embora lixado, não é? a
nteiro. Vi matarem um ladrão. E	pegaram-lhe	fogo. O bispo fez um a
de Dominus. Não é por aí que te	pegam.	Mas, claro, podiam começar
eja, como eles queriam. Mussunda	pegara	Miguel num braço e, em baix
sorria no sol. Era sempre assim:	pegava	miúdo Zito na mão, qualquer
ta. E o Polobochi nem sequer lhe	pegou	na barriga para uma leve umb
ar de, e com o inglês que tem, e	pegando	na coisa à sério, Hendrick
o no gesto da mão fez questão de	pegar	na mão do albino e pôr lá na
tando depois um colégio de madres	em	Sá da Bandeira (actual Lubango) , ond
tado, ninguém se preocupava muito	em	saber como os acidentes ocorriam. Mal

“ . Nem vale a pena preocupar-nos	em	saber se todas as pessoas são capazes
iro projecto do governo) consiste	em	saber se as terras periféricas já apr
os que tavam só preocupados masé	em	sair dali, fosse a KotaDasAbelhas ou
acima de tudo, disponibilizando-o	em	sala de leitura. O Empréstimo Domicil
da, idosas, a serem transformadas	em	salões de beleza, pedicure e manicure
eguiu. O garoto ficou a esvair-se	em	sangue no chão. A bicicleta havia sid
bas paralisadas antes de 1992, e	em	Sanza Pombo uma fábrica de descasque

Quadro 7 – Excerto de concordâncias das formas dos vocábulos *pegar* e *em* extraídas do *corpus* escrito de Angola

Conclusão

Os resultados deste trabalho são complementares: por um lado, a indexação de palavras isoladas e, por outro lado, as concordâncias, mediante as quais, dada uma forma lexical ou um lema, se podem identificar os seus contextos de uso nos *corpora* comparáveis. Com base nas concordâncias podem analisar-se as palavras em função das construções em que ocorrem, dos valores semânticos que apresentam, dos grupos de coocorrentes em que se inserem, dos registos de língua em que são utilizados.

Este é um primeiro contributo para a descrição linguística das cinco variedades africanas do português e para a construção de léxicos e de gramáticas individuais ou contrastivas. Para além das especificidades linguísticas, o estudo dos *corpora* permite ainda a observação de aspectos culturais ligados ao uso dos africanismos.

Agradecimentos

Agradeço a colaboração neste artigo a toda a equipa do projecto e muito particularmente às colegas Luísa Alice Santos Pereira e Antónia Estrela.

BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. Comparable corpora and lexical variation in the African varieties of Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.189-204, 2006.

- **ABSTRACT:** *This paper presents the results of a project focused on the compilation of corpora of the five Portuguese African varieties (Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique and São Tomé and Príncipe) and on the extraction of corpus-driven lexicons for each of these varieties. The five corpora (total of 3.200.124 words) are comparable in size, composition and chronology. This project provides an answer to the important need of Linguistic resources (Corpora and Lexicons) for Portuguese. In fact, a high number of large corpora and lexicons*

were already available for European and Brazilian Portuguese varieties, while such resources were almost non-existent for African varieties (Mozambique is an exception). Those five comparable corpora will now enable objective linguistic analysis of each variety, as well as contrastive studies between these African varieties, and also between those and the European and Brazilian ones. The project, named *Linguistic Resources for the Study of Portuguese African Varieties*, was undertaken by the Corpus Linguistics Group at the Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) and by a team from the Centro de Física Teórica e Computacional (Universidade de Lisboa), with consultancy work by Perpétua Gonçalves, of the Universidade Eduardo Mondlane (Mozambique).

- **KEYWORDS:** Corpus Africa; lexicons; variation; Portuguese.

Referências bibliográficas

BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. et al. The Portuguese *corpus*. In: CRESTI, E.; MONEGLIA, M. (Ed.) *C-ORAL-ROM: Integrated reference corpora for spoken romance languages*. Amsterdam: John Benjamins, 2005. (Studies in Corpus Linguistics, 15).

BIBER, D. et al. *Longman grammar of spoken and written English*. London: Longman, 1999.

PEYAWARY, A. S. *The core vocabulary of international English: a corpus approach*. Bergen: The Humanities Information Technology Research Programme, 1999.

REPPEN, R.; FITZMAURICE, S. M.; BIBER, D. (Ed.) *Using corpora to explore linguistic variation*. Amsterdam: John Benjamins, 2002.

Bibliografia consultada

BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. et al. The African varieties of Portuguese: compiling comparable corpora and analyzing data-derived lexicon. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LANGUAGE RESOURCES AND EVALUATION, 5., 2006, Genova. *Proceedings...* Génova: LREC, 2006. p.1791-94.

BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. et al. As variedades africanas do português: um corpus comparável. In: *SIMPOSIO INTERNACIONAL DE COMUNICACIÓN SOCIAL*, 10., 2006, Santiago de Cuba. *Actas...* Santiago de Cuba: Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente, 2007. p.232-37.

BIDERMAN, M. T. C. O português brasileiro e o português europeu: identidade e contrastes. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, Bruxelles, v.79, p.963-975, 2001.

GONÇALVES, P. Panorama geral do português de Moçambique. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, Bruxelles, v.79, p. 977-990, 2001.

GONÇALVES, P.; STROUD, C. (Org.) *Panorama do português oral de Maputo: vocabulário básico do português (espaço, tempo e quantidade): contextos e prática Pedagógica*. Maputo: INDE, 2000. v.4.

GREENBAUM, S. The international *corpus* of English. *ICAME Journal*, Bergen, v.14, p.106-108, 1990.

HOFLAND, K.; JOHANSSON, S. *Word Frequencies in British and American English*. Bergen: Norwegian Computing Centre for Humanities, 1982.

LEITNER, G. The Kolhapur *corpus* of Indian English: intravarietal description and/or intervarietal comparison. In: JOHANSSON, S.; STENSTRÖM, A-B. (Ed.) *English Computer Corpora: Selected Papers and Research Guide*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991.

MENDES, A.; BACELAR DO NASCIMENTO, M. F.; PEREIRA L. As concordâncias: um instrumento para a aprendizagem da língua portuguesa a partir de dados de um *corpus*. *Idiomático: Revista digital de didáctica de PLN*, Lisboa, Centro Virtual Camões, Instituto Camões, v.1, 2004.

MENDES, A.; AMARO, R., BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. Morphological tagging of a spoken Portuguese *corpus* using available resources. In: BRANCO, A.; MENDES, A.; RIBEIRO, R. (Ed.) *Language technology for Portuguese: shallow processing tools and resources*. Lisboa: Colibri, 2004.

MOTA, M. A.; BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. Le portugais dans ses variétés. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, Bruxelles, v.79, p.931-952, 2001.

STROUD, C.; GONÇALVES, P. (Org.) *Panorama do português oral de Maputo: a construção de um banco de "erros"*. Maputo: INDE, 1997. v.2.

A MARCA LEXICOGRÁFICA “TERMO DO BRASIL” NO VOCABULARIO PORTUGUEZ E LATINO DE D. RAFAEL BLUTEAU

Maria Filomena GONÇALVES¹

Nenhum homem, por douto que seja, sabe o significado de todas as palavras do seu idioma; quando muito terá noticia dos termos da arte, que professa; das mais artes saberá a caso alguns nomes, todos os mais ignora. A homens falladores lhes causa esta ignorancia notavel embaraço.

(BLUTEAU, 1728, p.535)

- RESUMO: O objectivo deste trabalho é analisar a marca lexicográfica “termo do Brasil” no Vocabulario Portuguez e Latino (1712-1721) de D. Rafael Bluteau. Este lexicógrafo dicionarizou uma parte do léxico brasileiro dos inícios do século XVIII, ao incluir muitas palavras relativas ao Brasil (“brasileirismos”) no seu Vocabulario, assinalando-as com uma marca lexicográfica própria. Além daquela “marca”, são analisados os tipos de definição a ela associados, bem como as fontes utilizadas por Bluteau.
- PALAVRAS-CHAVE: Marca lexicográfica; léxico do Brasil; lexicografia portuguesa.

Apresentação

É hoje ponto consensual que o dicionário está longe de ser um mero repertório lexical ordenado alfabeticamente. De facto, se a prática do lexicógrafo, ademais de problemas de teoria linguística e de técnica lexicográfica (HAENSCH et al., 1982), tem subjacentes princípios de natureza lexicológica, semântica e pragmática, não é de estranhar que a micro-estrutura do dicionário reflecta a dimensão diassistemática da língua, sem se restringir ao inventário lexical. A par da definição, seja esta sinonímica ou parafrástica, seja linguística ou enciclopédica (WERNER, 1982, p.259-285), o enunciado lexicográfico (PORTO DAPENA, 2002, p.35) proporciona ao consulente informações que, por pertencerem quer ao campo dos níveis de língua, quer ao da hierarquização dos

¹ Universidade de Évora – Departamento de Linguística e Literaturas – 7002-554 – Évora – Portugal. Endereço eletrónico: mfg@uevora.pt

usos linguísticos, transcendem a estrita elucidação semântica que leva o leitor a folhear o dicionário. Muito embora os lexicógrafos não possuíssem, em séculos passados, nem o arcabouço teórico e técnico, nem as ferramentas da lexicografia actual, é inegável que nos antigos dicionários se repercutiram a reflexão metalinguística e as técnicas da época em que foram produzidos, aspectos hoje analisados na moderna metalexicografia. Fruto da doutrina linguística e da prática lexicográfica dos alvares de Setecentos, o *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1721) de D. Rafael Bluteau, mercê da variedade e riqueza do material nele compilado, presta-se ao estudo de inúmeros aspectos metalexicográficos. Um deles é a marca lexicográfica, assunto de que trata o presente trabalho.

Com efeito, o *Vocabulario* de Bluteau

actualizou e aumentou cinco vezes mais aproximadamente o 'corpus' lexical português até então dicionarizado, e passou a constituir uma referência obrigatória e quase definitiva para toda a lexicografia subsequente. (VERDELHO, 2002, p.23)

Segundo Verdelho (2002, p.23), o *Vocabulario* corresponde ao modelo de dicionário autorizado e locupletíssimo. Contudo, o lexicógrafo estava bem ciente das dificuldades que assistiam à constituição da nomenclatura. Pese embora a extensão monumental do seu *Vocabulario* (8 vols. mais 2 de *Suplemento*), D. Rafael Bluteau não pretendeu compendiar a totalidade do léxico da língua portuguesa, conforme explica a dado passo:²

O Autor de qualquer vocabulario não está obrigado a trazer todo o género de vocábulos; porque estes ou são nome se cousas, ou nomes de pessoas. [...] Os nomes de todas estas, juntamente com os de todas as sciencias, artes, & exercicios, são a materia, & o objecto do vocabulario de hũa, ou mais lingoas. (BLUTEAU, 1721, p.562)

É de realçar a referência às 'linguagens técnicas', vale dizer, aos termos das ciências, das técnicas e dos ofícios manuais, hoje compreendidos no conceito de 'tecnolecto', e cuja inclusão merece destaque porquanto será este um dos aspectos mais relevantes – e são inúmeros – da prática lexicográfica de Bluteau, a quem se deve a primeira dicionarização de muitas unidades lexicais não só

² Nasceu em Inglaterra no ano de 1638. De origem francesa, a família trocava o apelido Chevalier pelo do Lord Blutaw (SILVA, 1862, p.42-45; MÜHLSCHLEGEL, 2002, p.145), que a acolhera em sua casa. Aos seis anos, em companhia da mãe, instala-se em Paris, vindo depois a estudar no colégio de La Flèche, dos jesuítas de Clermont e nas universidades de Paris, Verona e Roma, onde se doutora em Teologia. Ingressa na ordem dos teatinos ou de São Caetano em 1661 e chega a Portugal em 1668. Depressa aprende o português, cujo domínio acrescentará ao do inglês, francês, italiano e espanhol, além do latim e do grego. Devido a intrigas de que teria sido alvo, refugia-se em França entre 1697 e 1704. De regresso a Portugal, durante dez anos viveu no Mosteiro de Alcobaça, onde terminou a sua obra lexicográfica. Regressa a Lisboa em 1713 e, graças à protecção de D. João V, consegue publicar o *Vocabulario Portuguez e Latino*. Morre em Lisboa, no ano de 1734, com 95 anos de idade.

daquela como de outra natureza. Embora D. Rafael Bluteau definisse ‘dicionário’ como o “livro, em que as palavras de huma, ou mais línguas estão impressas, por ordem alphabetica” (BLUTEAU, 1713, p.214), equivalente de ‘vocabulário’, que era definido, por sua vez, como “repertório de vocábulos” (*id.*), na verdade o seu *Vocabulario* contempla toda a diassistematicidade da língua. Na perspectiva lexicográfica de Bluteau, os ‘dictionarios verbaes’ não deviam concorrer com os ‘dictionarios históricos’,³ motivo por que os nomes de figuras históricas e nomes similares não tinham cabimento num dicionário de língua. Já o mesmo não se podia dizer dos termos tecnolectais,⁴ os quais, em virtude da sua função social, deviam ser integrados no *Vocabulario*, onde receberiam tratamento idêntico ao das demais palavras, conquanto fossem assinalados por uma marca específica, à semelhança de outras formas de variação – a cronológica e a espacial, por exemplo –, também elas identificadas por uma marca própria. Que este procedimento seria uma inovação lexicográfica ao tempo de Bluteau, assim se conclui dos argumentos aduzidos pelo Autor para justificar a inclusão de palavras de baixo coturno, relativas a actividades fabris e mecânicas. Com efeito, para auxiliar o consulente em toda sorte de matérias, artes e ofícios, tornava-se necessário dicionarizar muitas palavras que antes de Bluteau andariam arredadas do reportório lexical, não obstante serem imprescindíveis ao conhecimento de certas actividades. A dicionarização de tais unidades lexicais determina, por outro lado, a justificação de algumas das Autoridades arroladas no *Catalogo Alphabetico, Topographico, e Chronologico dos Autores Portuguezes*, incluído no 1º volume do *Vocabulario* (GONÇALVES, 2002b). Antecipando-se às críticas suscitadas por autores que não eram “[...] todos igualmente de boa nota” (BLUTEAU, 1712, p.ii, Catálogo), aos eruditos replicava Bluteau com a necessidade de abonar toda a sorte de palavras – antigas, desusadas, escuras, peregrinas e greco-latinas –, o que deixa entrever um conceito abrangente de ‘Autoridade’, visto incluir autores que, a despeito da sua baixa qualidade literária,

³ No “Vocabulario de Vocabulários”, incluído na Parte II do *Supplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino* (1728), esclarecia Bluteau sobre tal distinção: “Muita diferença vay de Dictionarios Historicos aos que chamo Verbaes; estes ensinão o uso das palavras, aquelles daõ noticia das pessoas” (BLUTEAU, 1728, p.536). Se o exemplo consumado de Dicionário Histórico era o de Moreri, já o Dicionário de Língua tinha o seu melhor modelo em Furetière e na Academia francesa.

⁴ Vale a pena recordar que do frontispício do *Vocabulario Portuguez e Latino* constavam epítetos referentes aos domínios terminológicos contemplados na obra. O assunto da variação diatécnica é retomado por Bluteau ao reforçar a distinção entre o dicionário histórico e o dicionário de língua: “Pelo contrario em bons dictionarios de Linguas, ou (como já lhes chamey) Verbaes, se achaõ todas as disciplinas com os termos, de que usaõ, alfabeticamente explanadas; apparecem descripçoens das plantas, dos animaes, dos insectos, dos mineraes, dos metaes, das pedras brutas, e finas, das drogas naturaes, e artificiaes, nestes mesmos Theatros da locuçaõ, e da erudiçaõ fazem a Theologia Moral, a Escolástica, a Jurisprudencia Civil, e Canonica, a Geometria, a Geographia, a Hydografia [sic], a Astronomia, a Gnomonica, a Musica, a Optica, a Catoptrica, a Dioptrica, a Perspectiva, a Pyrothecnica; a estas se ajuntaõ a Nautica, a Caça, a Altenaria, ou Alta volateria, a Pesca, a Agricultura, a Armeria, a Rhetorica, e a Poesia com etymologias, com Adágios, e termos de Naçoens do Oriente, e do Occidente tirados das Relaçõens, que ficaraõ de curiosos, que por terras estranhas andaraõ” (BLUTEAU, 1728, p.536-537).

ademais de imprescindíveis à elucidação de textos antigos, eram os únicos a fornecer comprovação textual para certos termos tecnolectais. Deste modo, sem prejuízo das Autoridades (GONÇALVES, 2002a) convenientes à normatização linguística e ao “estilo levantado, poetico ou Oratorio” (*id.*), cada âmbito técnico-profissional teria as suas próprias Autoridades:

De todos os Autores Portuguezes, que me vierão à mão, fiz este catalogo, não sò para seu credito delles, mas para autoridade deste Vocabulario, porque rara he a palavra, menos vulgarmente usada, ou termo scientifico, & extraordinário, que não venha autorizada com algum exemplo, & juntamente com a citaçam da pagina do Autor allegado. Atè das palavras mais vulgares muitas vezes trago exemplos, paraque conste do sentido, em que forão usadas; & não he superflua esta curiosa pontualidade, porque sobre o significado de termos corriqueiros, & chulos, muitas vezes se levantão controversias, que sò com o exemplo de um autor se decidem.

Aos que condenarem a confiança, com que allego com toda a casta de Autores, respondo que me aproveitei de todos, porque nas materias da sua profissam, cada hum delles é Texto. [...]

Tambem não fiz escrupulo de allegar com Alguns Autores, que com algumas palavras offendem a pureza da Lingoa Portugueza; porque nestes taes achei outros termos, & vocabulos, muito próprios. (BLUTEAU, 1712, p.i-ii, *Catalogo*)

Afora as Autoridades, o enunciado lexicográfico do *Vocabulario* caracteriza-se pela inserção de marcas identificativas da variação linguística em todas as suas dimensões: diacrónica ou temporal, diatópica ou geográfica, diastrática ou social, diafásica ou estilística, diatécnica ou técnico-profissional. A ‘marcação’ de tais particularidades faz-se por meio de expressões específicas, vale dizer, ‘marcas’ (PORTO DAPENA, 2002, p.250; ETTINGER, 1982, p.36-152).⁵ Indicadas de forma abreviada, tais informações são de tipo metalinguístico e destacam-se do enunciado lexicográfico por meio de itálico, de parênteses ou de outro expediente tipográfico.

As ‘marcas lexicográficas’ no *Vocabulario Portuguez e Latino*

No *Vocabulario* encontram-se marcas correspondentes a todas as formas de variação acima referidas, sendo estas inseridas na micro-estrutura por meio de parênteses. A seguir far-se-á a exemplificação da ocorrência das marcas diassistemáticas presentes da obra de D. Rafael Bluteau.

⁵ Porto Dapena (2002, p.250-265) estabelece três tipos de marcas: as gramaticais (categoria e subcategoria da palavra), a de transição semântica (*fig.*, em particular, por excelência, etc.) e as diassistemáticas (diacrónicas, diatópicas, diastráticas e diafásicas). Para Porto-Dapena, a marca diatécnica pertence ao âmbito da marcação diastrática, ao passo que Haensch (1982, p.145) faz a distinção entre esses dois domínios. Para uma reflexão sobre a variação e a normalização da língua portuguesa no século XVIII, ver Thielemann (2001) e Marquilhas (2001).

Termo antigo / Palavra antiquada / Palavra pouco usada			
ERA (Termo antigo cronológico usado em Espanha), p.186.	FAÏM. Faím (Termo antigo). Espadim, coto, p.14.	PINCHAR. Palavra antiquada, ou pouco usada. Val o mesmo que lançar fora com violência, ou estrondo, p.512.	XIUER. Palavra antiquada, p.617.

Quadro 1 – Marcação diacrónica no *Vocabulário* de Bluteau

Marca diatópica relativa a realidades extra-europeias					
Termo da	Termo do	Termo	Termo arábico / ou	Termo de	Palavra
MANGELÎM (Termo da Índia), p.290.	URUXI. Termo do Japão. He hum verniz excelente, que faz reluzir como espelhos as obras em que se assenta [...], p.593.	MASTIDÎM. (Termo Persiano), p.345.	XERGÃO, ou Xarife. (Termo arábico, ou Mourisco), p.14.	TAMUNGO. Termo da gente Malaca, p.36.	CAIMAÕ. Palavra Malabarica, p.41.
Xendi. Termo da Índia, p.614.	IACATA. Iacatã. Palavra do Japão. [...], p.5.		XANTER. Palavra arábica, p.612.		

Quadro 2 – Marcação diatópica no *Vocabulário* de Bluteau

Marca diatópica e variação regional			
Termo / Palavra do Algarve	Palavra da Beira⁶	Termo do Alemtejo	Termo / Palavra de Trás-os-Montes
AÇOFEIFA. (Palavra do Algarve). Maçaã de nafega, p.103.	ESPARRUCHAR. Palavra da Beira. Val o mesmo que esparzir á roda agoa, p.259.	ESCOXAR. (Termo do Alemtejo). Alimpar, p.224.	MALGA. Palavra da Província de Trás-os-Montes. Tomase por tigela [...], p.268.

Quadro 3 – Marcação diatópica (variedades regionais do português)

⁶ Esta marca diatópica é uma das mais frequentes no *Vocabulário* de Bluteau. A circunscção dialectal das formas também pode ser marcada sem recurso aos parênteses ou, ainda, pela simples menção da região em que a forma tem circulação: "Pigaça, ou pera pigaca. Na Beira he pera de conde" (BLUTEAU, 1720, p.501); "Pigarro. Assim chamaõ na Beira, & outras partes o ronco, ou pejo, que faz o estillicidio, ou catarro na garganta" (ibid.); "Pincha. Em algũas partes da Beira he galheta" (BLUTEAU, 1720, p.512).

Na variação diastrática cabem os níveis e registos associados a certos grupos sociais, diferenciados pela faixa etária ou pelo estrato social, como aconteceria, por um lado, com as crianças (“meninos”, “rapazes”) e os termos relacionados com as suas actividades lúdicas, e, por outro lado, com os negros, cuja fala, por ser estigmatizada, recebia uma marca própria. Ao âmbito diastrático ou sociolectal não é estranha, portanto, uma hierarquização social e estilística das palavras, traduzida na destrição entre termos do ‘vulgo’, termos ‘chulos’ e termos ‘baixos’. Com efeito, a esta tipologia está subjacente uma avaliação normativa das palavras, o que leva D. Rafael Bluteau a ter de justificar a sua inclusão num *Vocabulario* obviamente destinado ao leitor culto:

Atè das palavras, mais vulgares, muitas vezes trago exemplos, paraque conste do sentido, em que foraõ usadas; & naõ he superflua esta curiosa pontualidade, porque sobre o significado de termos corriqueiros, & chulos, muitas vezes se levantaõ controvérsias, que sò com o exemplo de algum autor se decidem. (BLUTEAU, 1712, p.i, *Catalogo*)

Termos de certos grupos sociais	Termo vulgar / Termo do vulgo	Termo chulo	Termo baixo
ESGARABULHAR. (Termo de meninos, que jogaõ ao piaõ), p.244.	ENCARQUILHADO (Termo vulgar), p.85.	ESCANGALHARSE com riso (Termo chulo), p.207.	ENGARANHADO. (Termo baixo), p.115.
ESGARRAM. Termo de rapazes, que jogaõ ao Arreborrinho, p.245.	ESCANCARADA. porta totalmente aberta. (Termo do vulgo), p.122	BOQUISECO. (Termo chulo). Ficar boquiseco. Emmudecer, p.155.	
MACHÏRA. (Termo de cafraria), p.835.	ESCANCHARSE. Abrir muito as pernas. (Termo do vulgo), p.206.	ENGULIPAR. (Termo chulo). i.e. engolir, p.124.	
	ESCARAFUNCHAR. (Termo vulgar), p.210.	ESCAFEDER. (Termo chulo). Sahir ou fugir, p.202.	
	ESCARRAPACHARSE. (Termo do vulgo). Abrir muito as pernas, p.213	GALFARRO. Termo chulo, p.13.	

PICOLA. (Termo dos Padres da Companhia). Dar huma picola [...], p.500.	ESCORREITO. Palavra do vulgo, p.222.	MACHAGÂZ. Palavra chula. Homem grandalhaõ com desmancho [...], p.234.	
TAMINA. ⁷ (Termo dos Negros do Brasil). He aquella certa medida, mayor, ou menor, pela qual no Brasil se costuma dar raçaõ aos escravos, ou seja de arroz, ou de farinha de pão, ou e outro qualquer género, a qual ordinariamente se faz de cocos, partidos pello meyo, ou de cuyas, ou de outra matéria, que sirva para o mesmo ministério, p.35.	ESMURILHAR. Termo do vulgo, p.249.	XIS-GARAVIS. Termo chulo. Alegre, jovial, engraçado, p.617.	

Quadro 4 – Variação diastrática e diafásica

A mais frequente é marca relativa ao ‘termo do vulgo’,⁸ abundando igualmente as palavras classificadas como termos chulos,⁹ cuja inclusão na nomenclatura do *Vocabulario* fora justificada pelo lexicógrafo quer no Catálogo de Autores, quer no Prólogo.

Não menos relevante que a sócio-estilística é a marcação associada a actividades profissionais, ofícios e artes mecânicas, a cujo respeito esclarece Bluteau:

Neste genero de noticias sempre me pareceraõ mais versados os professores de artes fabris, e mecanicas, do que os homens nobres no exercicio, e ministério de seus cargos, e officios. Ordinariamente todo o official sabe os nomes de todos os instrumentos, e modos de fallar próprios da arte, que exercita. (BLUTEAU, 1728, p.535)

Embora o Autor entenda ser mais ampla a esfera das ciências e artes liberais do que a das artes fabris e mecânicas, não são poucas as marcas lexicográficas referentes às segundas, consoante mostra o quadro abaixo, no qual também se incluem algumas marcas relacionadas com “Sciencias, e Artes nobres”.

⁷ No *Dicionário Etimológico* de Cunha (1994, p.753) esta palavra tem a sua 1ª datação em 1813, apesar de Bluteau, que é uma das fontes daquele lexicógrafo, já a ter registado com o mesmo significado.

⁸ A estas acrescentem-se ainda: “Enfunar. (Termo vulgar)”, p.108; “Marruaz. (Termo do vulgo)”, p.345; “Massagada. (Termo do vulgo)”, p.353; “Esmurilhar. Termo do vulgo”, p.249; “Pilhancara. Palavra do vulgo”, p.506.

⁹ Além destas, veja-se “Machachetas. Termo chulo” (BLUTEAU, 1716, p.234).

Marcas diatómicas ou de uso profissional			
Termo de pintor	Termo de caçador	Termo de moedeiro	Termo de agricultor
ESCORÇAR. (Termo de Pintor), p.220.	ENCARNAR. (Termo de caçador), p.85.	BRACEAGEM. Breceagem. (Termo de moedeiro), p.174.	ESCANTILHAM. Termo de Agricultor, p.207.
Termo de barbeiro	Termo de boticário	Termo de alfaiate	Termo de cozinheiro
ESCANHOAR. (Termo de barbeiro), p.207.	JULEPE. (Termo de Boticário), p.221.	ENTRETELAR. (Termo de Alfayate), p.155.	PICATOSTE. (Termo de cozinheiro), p.498.
Termo de oleiro	Termo de marceneiro	Termo náutico	Termo de marinhagem
ENCHACOTAR. (Termo de Oleyro), p.89.	ESQUADRO. (Termo de Marceneiro), p.292.	ENFUNADO. (Termo náutico), p.112.	ESCORTINADO. (Termo da Fortificação), p.223.
Termo de medico	Termo astronómico	Termo militar	Termo de apicultura
EPIALA. (Termo de Medico), p.174.	EPICYCLO. (Termo Astronomico), p.155.	ESCALA. (Termo militar), p.202.	ESCARÇAR. (Termo de Colmeyeiro), p.211.
Termo de sapateiro	Termo de costureira	Termo de impressor	Termo de pedreiro
ENTRANHADO. (Termo de sapateiro), p.147.	ENTREMEYO. (Termo de costureira), p.154.	GALE. (Termo de impressor), p.13.	ENVASAMENTO. (Termo de pedreiro), p.158.
Termo de cavalaria	Termo químico	Termo de joalheiro	Termo de alveitaria
ENGARGANTAR. (Termo de cavallaria), p.115.	ENCORPORAMENTO (Termo de chimico), p.94.	JAÇA. (Termo de Joalheiro), p.5.	ESCARÇA. (Termo de Alveitar), Enfer- midade do casco do cavallo, p.211.
Termo de alfândega	Termo de carpinteiro	Termo de artilheiro	Termo de guarda- infante
TARA. (Termo de alfandega), p.47.	ESCARVA. Termo de carpinteiro, p.213.	ESCARAVALHO. Termo de Artilheiro, p.211.	POLHEIRA. (Termo de guardainfante), p.574.
Termo de ourives	Termo de arqui- tectura /geografia	Termo de fortificação	Termo genealógico
MAÇARICO. (Termo de ourives), p.232.	PETIPÊ. (Termo da Architectura & da Geographia), p.471.	ESCORTINADO. (Termo de fortificação), p.223.	ENTRONCAR. (Termo genealógico), p.158.
Termo de navio	Termo de batalha naval	Termo farmacêutico	Palavra de cirurgião
BRANDAES. (Termo de navio), p.184.	BORDO. (Termo de batalha naval), p.159.	XAROPE (Termo phramaceutico), p.612.	CARUNCULA. (Palavra de cirurgião), p.172.

Termo de armeria	Termo teológico	Termo forense	Termo de lapidário
COTICA. Termo de Armeria, p.590.	EMANAÇAM. (Termo theologico), p.35.	FACULDADE. Termo forense, p.11.	FACETA. Termo de lapidário, p.8.

Quadro 5 – Marcação diatécnica ou profissional¹⁰

Contudo, a certas palavras aplica-se a combinação entre uma marca diatécnica e uma marcação de outro tipo – diacrónica, diatópica ou diastrática –, o que permite uma circunscrição mais completa do uso específico de termos como os abaixo transcritos:

ENTRELOPO. (Termo do commercio da Guiné). Navios entrelopos. São os que vão negociar à costa da Mina, fora da Companhia. (BLUTEAU, 1713, p.154)

JULAVENTO. (Termo Náutico, hoje pouco usado). Vide Sotavento. (BLUTEAU, 1713, p. 221)

A marca 'termo do Brasil'

Brasil. Grande região da America Meridional descoberta por Per^o Alves Cabral [...].

Brasil. Pao vermelho, pesado, & muito seco. [...]

Brasil. Tomase às vezes por homem natural do Brasil [...].

(D. Rafael Bluteau, *Vocabulario*, 1712, p.185)

No *Vocabulario* de Bluteau, as unidades lexicais relativas ao Brasil dizem respeito sobretudo à fauna,¹¹ à flora, aos acidentes geográficos, aos utensílios, aos gentios, ao tipo de propriedade ou exploração agrícola. As palavras para referentes brasileiros são assinaladas sobretudo pelas expressões 'termo do Brasil' ou 'palavra do Brasil', destacadas do resto do enunciado lexicográfico por meio de parênteses. Contudo, casos há em que a marca se restringe à informação diatópica 'do Brasil', antecedida da natureza do referente (animal, planta, árvore, fruto, etc.), procedimento do qual se tem exemplo a seguir:

¹⁰ A título de curiosidade, acrescentam-se ainda exemplos retirados dos volumes correspondentes às letras B, C, E, G, J e M: "Boleo. (Termo do jogo da pela)"; "Boquimolle. (Termo de Alveitar)"; "Espaldeta. (Termo do jogo da Argola)"; "Mate. (Termo do jogo do xadrès)"; "Carampam. (Termo de Impressor)"; "Enfrechadura. (Termo de marinhagem)"; "Enho. (Termo de caçador)"; "Envergues. (Termo de marinhagem)"; "Escodar. (Termo de pedreiro)"; "Galdrape. (Termo de marinhagem)"; "Jenolim. Termo de pintura"; "Maniquim. (Termo de Pintor)"; "Engrecer. (Palavra de Agricultor)"; "Enterreirar. (Termo de Agricultura)".

¹¹ Não sendo objectivo deste trabalho tratar da questão dos 'brasileirismos', também não se faz aqui uma síntese nem dos dados nem da bibliografia relativa ao assunto, remetendo-se apenas para Boléo (1943); Silva Neto (1963); Chaves de Melo (1981); Cunha (1987); Pires de Oliveira (1999); Murakawa (2005; 2006).

URUMBERA. Planta do Brasil, & especie de Jamararù, ou de Cardo agreste. Acha se somente nas matas desertas. O tronco todo espinhoso, alto, direito, & com algũa semelhança de pinheiro de Europa, ainda nas folhas, Vasconcel. Noticias do Brasil, 252. (BLUTEAU, 1721, p.593)

A definição extralinguística ampara-se na comparação por ‘gênero próximo’ e baseia-se na descrição física do referente, cuja natureza e extensão se coloca num plano equivalente ao da enciclopédia. A análise de um corpus extraído do *Vocabulário* permitiu identificar uma tipologia enunciativa para este tipo de entrada. Esta é apresentada em maiúsculas, não raro sendo completada por uma informação respeitante à pronúncia do lexema; a marcação diatópica vem a seguir. Depois figura a definição, regra geral sob forma descritiva do referente, descrição essa que tem extensão variável, conquanto chegue a ocupar muitas linhas ou mesmo colunas, intercalando as fontes ou acrescentando-as no final do verbete. Embora a definição já tenha sido tratada em outro lugar (GONÇALVES, 2003, p.299-410), vale a pena retomar alguns aspectos da microestrutura do *Vocabulário*. Com efeito, à entrada e à marca ‘termo do Brasil’ segue-se a definição genérica (planta, árvore, fruto, raiz, por ex.), completada por uma descrição (definição descritiva) assente na comparação das características físicas ou propriedades (cor, tamanho, formato, sabor, aroma, etc.) dos referentes com as de outros, bem conhecidos na Península Ibérica. A definição poderá compreender a menção da utilidade dos referentes descritos. Disto se conclui que a perspectiva aplicada a este tipo específico de referentes é a onomasiológica, própria de um “dicionário de coisas”, posto que a informação extralinguística prevalece sobre a (meta)linguística, não obstante esta ocorrer sempre que o lexicógrafo introduz explicações relacionadas com as denominações indígenas ou portuguesas das unidades descritas. Da dicionarização da realidade exótica brasileira sirvam de exemplos os seguintes casos.

(1) Termos do Brasil relativos ao mundo vegetal

ANANÁS, ananás. Fruto do Brasil. He da feição de huma pinha de Portugal; o gosto, & o cheiro a modo de maracotaõ o mais fino, suas folhas são semelhantes às pencas das da erva babosa. A cabeça do fruto ornou a natureza cõ hum penacho, ou grinalda de cores aprazíveis: esta separada, & entregue à terra he Principio de outro ananas semelhante, alem de que dentro no mesmo fruto nasce semente delle em quantidade [...]. (BLUTEAU, 1712. p.360)

CAJAZEIRO. Arvore do Brasil altíssima; dá hũs frutos, como grandes Ameixas reinoes, verdes, & amarelos. Vasc. Notic. Do Brasil, pag. 266. (BLUTEAU, 1713. p.41)

CAJU, Cajù. Planta do Brasil. Desde a raiz até a ultima vergôtea tem esta plata muitas utilidades. O mais tosco do tronco serve de tintas pretas; o mais interior a modo de camisa da aos cortidores tinta amarela; a madeira do tronco, & braços para a carpintaria dá curvas, & liames fortíssimos. Brota em flores de branco vivo sobrosado, com suave fragrância, & até as folhas tem cheiro aromático. Distilla hum licor christallino, que se congela em goma, da qual os Índios usam para muitos remédios. O fruto desta arvore he hum pequeno pomo feito de dous, ou dous, que fazem hũ, & ambos de diversas especies. Ao primeiro chamaõ *Caju*, he fruta comprida a modo de pero verdeal, porém mayo: huns sam amarelos, outros vermelhos, outros tirãõ a huma, & outra cor, todos succosos, frescos, & doces, quando acesoados. Tirada a castanha do *Cajè*, que tẽ semelhança de rim de lebre, vaõ os Índios espremendo às mãos, ou à força de certo género de prensa, a que chamaõ *Tipiti*, & apartado o licor em grandes alguidares, o vão lançando em talhas, onde como em tinas de lagar serve, & se torna em vinho puro, & generoso, & he o que bebem com mais gosto, & guardaõ largos tempos em cabaços, para regalo de seus mayores banquetes. Por esta fruta contaõ os naturaes da terra seus annos; o mesmo he dizer tantos Cajus, q̃ tantos annos, & na verdade parte he da felicidade natural desta gente, & por isso sobre esta fruta armaõ duas mayores guerras. *Vid.* Notic. De Brasil do Padre Simaõ de Vasconcellos. O Padre Maffeo, liv. 2. da sua historia da Índia, pag. 30. lhe chama, *Cajutium*. Barbuno na Historia universal das plantas. Tom. 1. liv. 3, pag. 336. lhe chama, *Cajoum*. (BLUTEAU, 1712, p.41)

CIPÓ. Cipó He o nome commum, que daõ os Portuguezes no Brazyl a todas as ervas grandes dos matos, as quaes sobem taõ alto, como as mayores arvores, & se abraçaõ com ellas. [...]. Cipó de cobras, ou Erva de N. Senhora, Erva do Brasyl, que trepa, tem os talos tenros, redondos, verdes, & viscosos. As folhas são da figura do coração, & cada huma fica apartada da outra. As flores são amarelas, & pallidas, & constaõ de outo folhas. As folhas pisadas, & mastigadas são soberano remédio contra o veneno das serpentes, & a raiz he admirável contra o mal de pedra. [...].

Cipó finalmente no Brasyl, he huma casta de vime, ou certa arvore, cujos ramos podem servir de vimes. Nestes páos, armaõ outros por tecto com hum, modo de vimes, a que chamaõ *Cipós*. Vasconc. Notic. do Bras. pag. 123. [...] (BLUTEAU, 1712, p.320)

GBANEMIXANA. Arvore do Brasil, que tem fruto a modo de ameixas çaragoçanas. *Vasc. Noticias do Brasil*, pag. 264. (BLUTEAU, 1713, p.512)

IABOTICABA. Arvore do Brasil. Seu fruto nace no mesmo pão da arvore desde a rais até o ultimo das vergonteas, com taõ grande abundancia, que quasi naõ se enxerga o tronco. He preto, redondo, do tamanho de hum pequeno limaõ; & de sabor de uvas. Suave até para enfermos. Ex. Vasconc. Notic. do Brasil, 265. (BLUTEAU, 1713, p.4)

JACARANDÁ. Jacarandá, ou Pao santo. Arvore do Brasil de duas especies, branca, & negra. O Jacarandá negro, he muito duro, & cheira. O Jacarandá branco, não tem cheiro; dá humas folhas pequenas, pontiagudas, luzidias, & directamente oppostas humas ás outras nos ramos, em que nace. Entre estas folhas sahe hum flor, de uma só folha, quasi redonda, amarella, & cheirosa. O fruto he de hum figura irregular, pesado, torto, & cheo de huma substancia verde, tirante a branco. O Gentio usa delle em lugar de sabaõ; tambem fazem cozer o ditto fruto, & o comem, & chamaõlhe na lingoa da terra *Manipoy*. (BLUTEAU, 1713, p.4)

IAMACARU. Jamacarù, ou Iaracaty, ou Vrumbeba. Planta do Brasil. He genero de Cardo agreste, espinhoso, informe, amigo de lugares secos, & arenosos. Das muitas espécies desta planta, as principaes são duas. A primeira, que de ordinário nace nas prayas, & lugares secos, & armado de espinhos. Deste, em lugar de ramos, nace outros troncos, os quaes brotão em flores graciosas, brancas, & de excellente cheiro. A estas succedem no tempo do veraõ humas frutas vermelhas, na grandeza, & feitio semelhantes a hum ovo de Pato, no interiore branquissimo, mas cheo de sementes [...]. (BLUTEAU, 1713, p.8)

IAPINABEIRO. Planta do Brasil. He semelhante ao Cojazeira. Seus frutos, como grandes maçaa, servem aos Índios igualmente de comer, & enfeite com sua tinta [...]. (BLUTEAU, 1713, p.14)

MANDIÔCA. Raiz como cimoura, ou nabo, que he toda fatura do Brasil. Produz um talo direito da altura de hum homem, ornado de folhas repartidas a modo de estrellas. A flor e a semente são pequenas. Tem mandioca debaixo de si nove especies [...]. Tira-se da terra, raspase, lava-se, & depois de ralada, espremida, & cozida em alguidares de barro, ou metal, a que os Brasis chamão Vimoyipabá, os Portuguezes, somo, se faz farinha de três castas, a saber farinha ralada, que dura dous dias, meyo cozida, que dura seis mezes, & cozida de todo, até que fique seca, ou torrada, a que tambem chamão, Farinha de guerra, que dura hum anno.[...] (BLUTEAU, 1716, p.286)

MANGÁBA. Fruto da Mangabeira, planta do Brasil. *Vid.* Mangabeira. (BLUTEAU, 1716, p.290)

MARACUJÁ, ou segundo Glielme Pison, Murucujá. Herva do Brasil, & da nova Espanha. Hoje he conhecida em Portugal [...]. (BLUTEAU, 1716, p.317)

PETIAL. Pao do Brasil, muito duro, & de hum cor, que tira a amarello. (isto é, petiá ou pequiá). (BLUTEAU, 1720, p.470)

PITOMBEIRA. A arvore do Brasil, seu fruto he a modo de Nespas, porém muy doce, & de cheyro suave, que recende a almíscar. Vasconc. Noticias do Brasil, pag. 264. (BLUTEAU, 1720, p.538)

Além das entradas autônomas, acima exemplificadas, os termos do Brasil registam-se ainda em subentradas, isto é, no âmbito de uma entrada geral. É o que acontece com “pao Brasil”, “pao d’arco” ou “pao gamelo” os quais, integrados no verbete correspondente a “pao”, figuram por isso em minúsculas, conforme se mostra de seguida:

Pao Brasil chamaõ os Portuguezes à planta, que os naturaes chamão *Ibirapitanga*. Tem a casca fusca, armada de pequenos espinhos, ramos, & folhas oppostas humas às outras, & flores a modo de boltas, mas ocas, & do comprimento de dous dedos. He do tamanho dos nossos carvalhos, & as vezes taõ grossos, que tres homens não o podem abraçar. [...] (BLUTEAU, 1720, p.229)

Pao d’arco. Arvore do Brasil, a que os naturaes chamão *Guirapariba*, ou *Vrupariba*. Lança folhas muyto verdes em molhos, cada molho quasi sempre de cinco folhas. Da flores amarellas, que na Primavera cobrem a arvore, & fazem fermosissima vista. (*ibid.*)

Pão Gamelo. Arvore do Brasil, a que os naturaes chamão, *Coapsiba*. (*ibid.*)

Pão d’alho, ou cipó d’alho. Planta do Brasil, a que os naturaes chamão *Ibirarema*, & em alguns lugares, *tipi*. [...] (*ibid.*)

Pão podre. Arvore do Brasil, que da bolotas. Os naturaes lhe chamaõ, *Guabiporacaiba*. He huma das especies de outra arvore do Brasil, a que os Portuguezes chamaõ *Pão molle*, & *Pão podre* [...]. (*ibid.*)

O mesmo se verifica no que tange às espécies de pimenta (“pimenta rabuda”, “pimenta malagueta”, “pimenta da terra”, “pimenta redonda”, “pimenta doce”, “pimenta de galinha”, “pimenta dos Índios”), que figuram como subentradas de PIMENTA, sendo as suas respectivas descrições acompanhadas de referências ou de citações de fontes que se completam umas às outras.

Pimenta rabuda. Parece, que he o mesmo que pimenta de rabo; porém na sua *Histr. das plantas do Brasil*, cap. 72, Guilherme Pison diz, que no Brasil os Portuguezes chamaõ Pimenta Rabuda, huma planta, que da folhas da feyção da arvore Til, juntamente com hũs molhos de bainhas compridas, cheyas de hũs pequenos grãos redondos, como os da papoula, & mordiscantes ao gosto, como pimenta, & acrescenta que estas bainhas se encurvaõ, como cauda de rato, donde parece lhe veyo o nome de pimenta rabuda. O dito Author lhe chama, *Piper candatum* [...]. (BLUTEAU, 1720, p.509)

Pimenta malagueta. Dizem que a primeyra veyo de Angola, & os Índios do Brasil lhe chamaõ *Quiyà*, & *Quiyaqui*. (*ibid.*)

Pimenta da terra. He a que os Portuguezes cultivão nas hortas do Brasil, a que os Índios chamão Quiyà, & segundo Guilherme Pison lib. 4. cap. 75 he a mesma que também os Portuguezes chamão, Pimenta malagueta [...]. (*ibid.*)

Pimenta redonda. Segundo Gulhelme Pison no lugar citado, he hũa das especies da pimenta, a que os Portuguezes do Brasil chamão, *Pimenta da terra.* (*ibid.*)

Pimenta doce. He outra especie da *Quiyà* do Brasil, chama-se assim, porque ainda ã se coma crua, não tem acrimonia algũa. He hũ dos melhores acepipes da mesa dos Portuguezes, & dos Índios do Brasil, principalmente em dias de peixe [...]. (*ibid.*)

Pimenta de gallinha. Planta do Brasil, a que outros chamão Herva do Bicho, & herva Moura; os Índios lhe chamão *Aguaraquiya* [...]. (*ibid.*)

Pimenta dos Índios. No Brasil deraõ os Portuguezes este nome a hũa planta, que os Índios chamão *Nhandi* [...]. (*ibid.*)

Idênticos procedimentos ocorrem nas entradas relativas à fauna brasileira, cujos termos ora aparecem como entradas autónomas, ora como subentradas, consoante se mostra na exemplificação a seguir:

(2) Termos do Brasil relativos ao mundo animal

ARARA. He huma especie de papagayo grande, que se cria no sertão do Brasil. He vermelho, semeado de algumas pennas amarellas, & tem as azas azuis, & hum rabo muyto comprido. (BLUTEAU, 1712, p.467)

COTIA, Cotía, por outro nome *Aguti*: Animal do Brasil. He huma especie de coelho, mas com orelhas redondas, & com algumas feycoens de porco, ao qual arremeda também no grunhir. Macacos, *Cotias*, Lontras. Vasc. Notic. Do Brasil, pag. 289. (BLUTEAU, 1712, p.590)

EMA [...]. Ema he a ave, a que o Gentio do Brasil chama *Nhnaduguacu*, como se vê na Historia do Brasil de Jorge Marcgravio, lib. 5, cap. 1, pag. 190. A Ema, ou Emen, que vio Clusio, & da qual faz menção o P. Eusebio Nitremberg, ainda que Macho, se chamava Ema. Supposto tudo isto, claramente se vê, que Ema não he propriamente abestruz; como o da a entender o author da Historia da Guerra Brasilica [...]. (BLUTEAU, 1713. p.35)

IACARÉ, Iacaré, ou Jacaré. Nome, que os do Brasil dão aos Crocodilos; os do Congo lhes chamaõ Cayman. Não só nos rios, mas também em humas lagoas do Brasil ha Jacarés, muy semelhantes

aos Crocodilos de Africa. Do sebo, & outras partes destes fez grande estimação, porque são medicinaes, & em lugar de almiscar servê de excellente cheiro. Da carne deste animal não só usaõ os Índios para seu comer, mas também os Portuguezes. Quando querem os Indios caçallo buscão hum entre todos, que seja innocente, & manso, a que elles chamaõ *Nheraneigma*, & logo este escolhido [...]. (BLUTEAU, 1713. p.4)

MARIGUÊ, ou Marigui. Especie de mosquito do Brasil, negro, & muito pequeno, que não apparece senaõ em dias de grande calma, principalmente de tarde, & costuma irse por em humas arvores a que chamaõ Manguês. Vid. Glielme Pison, livro 2, cap. 82. pag 38. (Todo cuberto de huns mosquitos, chamados vulgarmente mariguês. O P. Vasconc. Vida do P. João de Almeida, p. 189). (BLUTEAU, 1716)

MARIMBONDA. Especie de vespa do Brasil. Os naturaes lhe chamaõ *Cupuerçu*. Faz seu ninho em arvores na extremidade dos ramos. Segue, & persegue aos viandantes. No mesmo instante que assalta, pica, & logo voa. Faz picada muita dor. (*Marimbonda Lusitanis insectum*, Guilielm. Pison no Index. (BLUTEAU, 1716)

PAPAPEIXE. Ave do Brasil, a que os naturaes chamaõ, *Juaguacati Guacu*. Derãolhe os Portuguezes estes nome, porque vive do peixe que apanha na agua com hũ bico negro, & direyto, que tem alguns tres dedos de comprido. Faz Jorge Marcgrave a descripção desta ave, *lib. 5, Hist. Avium, cap. 3*. (BLUTEAU, 1720, p.239)

TAMENDUA. Animal do Brasil, quasi do feito de caõ, ou de raposa, mas tem o focinho muito comprido, como também a língua, & esta muito delgada, instrumento próprio para apanhar formigas, porque a mete nas rachas, & cavidades dos troncos das arvores, & recolhendo-a cuberta de formigas, as engole. Prouvera a Deos, que no Brasil houvera muitos destes bichos *Myrmecophagos*, ou Papa-formigas, teria a dita terra muito maior abundancia de frutos. Também tem o Tamendua unhas compridas, com que rapando, & cavando a terra, até debayxo do chaõ persegue as formigas. (BLUTEAU, 1721, p.35)

Para ilustrar nomes de animais em subentradas, atente-se nos exemplos a seguir:

Pao de galinha. Bichinho do Brasil, negro & com azas. Criase em terras humidas, & alagadiças, & roe as raizes das canas de açúcar. Os naturaes lhe chamaõ Guirapeacoca. Vid. Guilielm. Pison. Cap. 17. lib. 3. Hist. Plant. (BLUTEAU, 1720. p.230)

PAPAGAYO. Ave conhecida, que remeda a falla do homem, & a voz dos animaes, & para este effeyto lhe deu a natureza lingua carnosã, & larga, capaz para articular syllabas, & pronunciar distinctamente

palavras. [...] & no Brasil se chama *Aiara*, ou *Aiuruturuca*, ou *Tui*, *Tuiete*, *Tuipara*, &c conforme as suas diferentes especies, & pelo contrario todos os nomes, que na Europa se dão a esta ave, são analogicos, porque os Portuguezes, & Castelhanos lhe chamaõ, *Papagayo*, os Italianos, *Papagallo*, ou Flamengos, & Alemaens, & antigamente os Francezes, *Papegay*, os Inglezes, *Popingay*, os Polacos, *Papuga*, &c [...]. Cita Plínio, Hist.

Papagayos contrafeytos, chamaõ no Brasil aos papagayos, que os Tapuyas depeñaõ, quando saõ pequenos, & os pintaõ de varias cores. Vid. Georg Marcgrave. *Histor. Avium*, lib. 5. cap.11. [...]. (BLUTEAU, 1720, p.236)

(3) Termos do Brasil relativos a outro género de referentes

Nesta secção incluem-se accidentes geográficos, objectos, utensilios, produtos e elementos minerais.

BOTOQUE. Botôque chamaõ no Brasil a pedra, que os Índios metem na barba, furada para este effeito, & he seu principal ornato [...]. (BLUTEAU, 1712, p.170)

CACHOEIRA. (Termo do Brasil). Assim como os moradores do Nilo chamáraõ Catadupas as aguas, que deste rio de altísimos montes se precipitaõ; assim no Brasil chamáraõ os Portuguezes Cachoeira as aguas do Rio S. Francisco, que sendo navegável até quarenta legoas pela terra dentro, no fim destas se precipita de altura medonha, & fervendo como em cachoens estas aguas despenhadas, foy o lugar deste precipício chamado Cachoeira. Vid. Noticias do Brasil do Padre Simaõ de Vasconcelos, pag. 50. em outros lugares da sua Historia da este Author o nome de *Cachoeira* a outros semelhantes precipícios de aguas. Vid. *Catadupa*. Vd. Cachaõ. (BLUTEAU, 1712, p.26)

CARAMURU. Caramurù. Na lingua do Brasil, quer dizer o homem de fogo. Deu o gentio do Brasil este nome a Diogo Alvarez, natural de Viana, q̃ navegando para Villa de S. Vicente, fez naufrágio, & entre os destroços da fazenda, poz em cobro alguns barris de muniçoens, & hum arcabuz, com que matou hum pássaro novidade, que espantou os Gentios de sorte, que imaginarão que contra suas vidas cahia o Ceo [...]. (BLUTEAU, 1712, p.136)

MERIGANGA. Pedra artificiosa, que hum Gentio ensinou a fazer a hum Religioso da Companhia de JESUS, em agua, onde se conserva a receita della. Serve contra os estillicidios, para o scarrho dos moribundos; he boa para a sciatica, &c. applica-se em quantidade de quatro grãos até seis em mel de abelha, ou em marmelada. *Curvo*, *Memorias de vários simplices*, pag. 20. (BLUTEAU, 1716, p.39)

PATIGUÃ. (Termo do Sertão do Brasil). He como cayxa de palhas, em que o Gentio guarda a rede, cabaço, cuya, &c. (Seu mayor enxoval

vem a ser hũa rede, hum patigua, hum pote, &c. Vasconcelos, Noticias do Brasil, pag. 122). (BLUTEAU, 1720, p.318)

PITA. He palavra do Brasil & o nome de huns fios amarellinhos, com que antigamente se faziaõ os pespontados dos punhos das camisas. Na sua Histor. Das Plantas, livro 2, diz Jorge Marcgrac. Que a herva Pita he huma espécie de Maguei, (outra planta do Brasil) & por isso alguns lhe chamaõ, *Maguei de Pita*, he muito espinhosa, & a sua raiz muito fibrosa; das folhas desta planta se fazem huns fios muito delgados, & muito fortes, com que as Índias tecem hũs panos muito finos, & mais estimados que os que fazem com os fios de outras plantas [...]. (BLUTEAU, 1720, p.535)

No enunciado correspondente à entrada AÇUCAR (*açucrer*, ou *assucar*), encontra-se o termo “engenho” e a sua descrição, ali se registrando ainda outros termos usados no Brasil, como “açúcar barido” e “mascavado”.

Engenho de açúcar. O Gentio do Brasil lhe chama *Ibira babaca*, & *Ibira parangana*.¹² Ha engenho de Boys, ou com mayor commodo, de cavallos, & engenho de agoa. [...] Açucar barido, chamãõ no Brasil ao melaço, que tornando a hir novamente às tachas depois de coalhado, ou em ponto, se faz açúcar; com elle se fazem tintas [...]. (BLUTEAU, 1712, p.117)

Em função de critérios ortográficos da época, sob a entrada ROCA, ocorre uma referência à “roça”, tipo de propriedade ou terra agrícola:

Roça no Brasil, he a horta, ou quinta em que se semea mandioca chamãõ-se assim as quintas do Brasil, porque são em terras, em que roçou o mato, queymando, cortando, & arrancando as arvores. Vid. Quinta [...]. (BLUTEAU, 1720, p.350)¹³

¹² O “engenho”, o seu funcionamento e a produção do açúcar são descritos com bastante pormenor: “[...] Este ultimo he de tres maneiras; porque ou a agoa não chega e não a parte inferior da roda, & chamase *Rasteiro*, ou toma a roda pello meyo, & chamase *Meyo copeiro*, ou cahe de cima sobre a roda, & chamase *Copeiro*. Anda este moinho, ou engenho de agoa, com a ajuda de tres rodas, que tem dentes, chamãõlhe, *Roda de agua*, *Rodete*, & *Bolandeira*, os rayos da roda mayor são dobrados, & chamãõlhe, *Aspes*, & *Contrages*. Hum, & outro engenho tem tres eixos muito grossos, feitos de huma madeira durissima, a que chamaõ, *Jacapucaya*. São estes eixos chapeados de ferro, & sobre grossas traves atravessadas a que chamãõ *Pontes*, & *Chumaceiros*) se resolvem, & as traves, que sustentão todo o engenho, chamãose Virgens da moenda. A cana enxuta, que os Negros põem a moer, chamase Bagaço, & o licor que se exprime, vem cahindo em hum vaso, a que chamãõ *Coche*, & dali por canos vai dar na casa das caldeiras, as quais são varias, para varios ministerios, porque hã caldeira de mear, caldeira de coar, & outros vasos de cobre, a que chamãõ Barrella de meado, Barrella de coado, Tacha de receber, de cozer, de bater, Bacia de esfriar. Finalmente levase o açúcar a casa de purgar, donde com barro molhado com agoa fria, se faz branco, deixando no fundo em menos quantidade ao mascavado, que separão do branco, fazendo-o partir ao Sol, & accommodar em caixas, em que se reparte da Cidade de Lisboa para toda a Europa [...] (BLUTEAU, 1712, p.117).

¹³ As abonações são extraídas do P. António Vieira e de uma obra intitulada *Vida do Padre João de Almeida* (BLUTEAU, 1720, p. 351).

O mesmo acontece com “rede”, termo que é colocado sob a entrada genérica de REDE.

Rede. Tecido grande de algodão, em que o Gentio do Brasil, & outros dos das Índias occidentaes dorme, pendurando-o do tronco de hũa arvore a outra [...]. (BLUTEAU, 1720, p.171)

Na “dicionarização do Brasil” poder-se-á ainda inscrever tudo o que se prende com as formas de nomear ou adjectivar realidades brasileiras, tendo sido registadas as seguintes palavras e expressões: “brasiis”, “brasilianos”, “os do Brasil”, tal como se observa nas entradas e subentradas abaixo transcritas:

Brasil. Tomase às vezes por hum homem natural do Brasil. (BLUTEAU, 1712, p.186)

MACAZÂR, ou Macassar, ou Macaçar. [...] Algũs dos seus moradores imitão no traje aos Índios Brasilianos, porque andão nus com a pelle lavrada, se os Tapuyas furão os beiços, elles furão as orelhas, & tingem os dentes de preto. Os do Brasil conservão as caveiras dos inimigos, que matarão na campanha [...]. (BLUTEAU, 1716, p.232)

A exemplo da variação diatópica registada em Portugal, também para o Brasil se identificam realizações regionais dignas de serem dicionarizadas, consoante se observa em:

IGARVANA. Palavra do Maranhão, que val o mesmo, que Nautico, ou Senhor da nao. (As suas embarçaçoens, que são canoas, se chamaõ na sua lingua Igara, e delle nome Igara derivaraõ a denominação de Igaravanas, como se dissessemos os Nauticos, os artifices, ou os senhores das nãos. Vieira, Historia do Futuro, 305. (BLUTEAU, 1713, p.512)

MACÛMA. No Rio de Janeiro val o mesmo que Escrava. (BLUTEAU, 1716, p.238)

Além dos anteriores, termos do Brasil são igualmente os nomes de povos indígenas, conforme ilustram as entradas seguintes, ambas baseadas no testemunho do Pe. Simão de Vasconcelos, fonte privilegiada de Bluteau:

TAMÔYOS. Povos da América, na Capitania do Rio de Janeiro. Vasconc. Noticias do Brasil, pag. 156. (BLUTEAU, 1721, p.26)

TAPÛYAS. O mais bravo, & barbaro Gentio do Brasil, na Capitania do Espirito Santo, & entre as Capitancias de Pernambuco, & do Rio de Janeyro [...]. (BLUTEAU, 1721, p.47)

Embora, em rigor, não caibam entre os brasileirismos, no *Suplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino* (1727-1728), D. Rafael Bluteau arrola hipocorísticos dados no Brasil a certos nomes portugueses, tanto masculinos como femininos. Desconhece-se quais as fontes em que Bluteau colheu tais informações, mas o destaque conferido àqueles nomes aponta para uma peculiaridade onomástica da língua portuguesa em território brasileiro, caso contrário o lexicógrafo não os teria compilado, sob o título de *Nomes Proprios usados dos Portuguezes no Brasil* (Bluteau, 1728), num volume que contém vários Catálogos específicos. Ali estão reunidos os diminutivos dos seguintes nomes, cuja grafia se manteve: Thereza - *Tete*; Brizida - *Bibi*; Maria - *Catute*, ou *Macota*; Catharina - *Catita*; Leonor - *Nono*; Úrsula - *Yeyu*; Manoel - *Mandù*; Francisca - *Chica*.

As fontes relativas ao Brasil

Como já foi referido antes, a prática lexicográfica de D. Rafael Bluteau caracteriza-se pelo recurso à abonação textual para exemplificar o uso da palavra-entrada, aspecto que pressupõe a selecção das obras de referência. Relativamente às entradas marcadas como “termo do Brasil” ou “palavra do Brasil”, o significado e o usos específicos dessas unidades lexicais são abonados a partir de fontes pertencentes a géneros como a crónica, o relato, a narrativa de viagem, assim como obras de cariz científico, dos domínios da botânica, da farmacopeia, da medicina, por exemplo. Entre os autores de obras relativas ao Brasil, cujos nomes se encontram no *Catalogo dos autores portugueses, segundo as materias, que tratarão* (BLUTEAU, 1712, p.i), salientem-se os seguintes: Pero de Magalhães de Gândavo (*Historia da Provincia de Santa Cruz do Brasil*, Lisboa, por Antonio Gonçalves, 1579), Simão de Vasconcelos (*Noticias curiosas do Brasil*, Lisboa, por João da Costa, 1668), Francisco de Brito Freire (*Historia da Guerra Brasilica*, Decada I. Lisboa, per João Galvão, 1675), Simão Estaço da Silveira (*Relaçam das cousas do Maranhão*, 1624), Manuel Pimentel (*Arte pratica de navegar, & Roteiro das viagens, & costas marítimas do Brasil Guinë, Angola, Índias, & Ilhas Orientaes, novamente emmendado, & acrescentado do Roteiro da costa de Espanha, & mar mediterraneo*, Lisboa. Na Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1699), Bartolomeu Guerreiro (*Jornada dos Vassallos de Portugal, para restaurar a Bahia*, por Mattheus Pinheiro, 1625), João de Madeiros Correia (*Relação da Restauração da Bahia*, Lisboa, Pedro Craesbeck, 1625; *Relaçam da tomada de Recife, itamaracà, Paraiba, &c.* Lisboa, na officina Craesbeckiana, 1654). Ademais destes, cita Garcia de Orta (MURAKAWA, 2003), conquanto o seu nome não figure no Catálogo de Autores. Sem embargo da importância das fontes portuguesas, os enunciados de Bluteau, no que tange às

definições descritivas de plantas e animais do Brasil, são subsidiários sobretudo de duas Autoridades estrangeiras: o holandês Wilhelm ou Guilherme Piso (1611-1678) e o alemão Georg Markgraf ou Jorge Marcgrave (1610-1644), cujas obras em latim, publicadas em 1648,¹⁴ resultavam da observação directa, visto que Marcgrave, integrado na expedição de Nassau à colónia holandesa, contactara directamente com a natureza brasileira. Os trabalhos destes dois naturalistas constituíam ao tempo de Bluteau verdadeiras enciclopédias do mundo animal e vegetal daquelas paragens exóticas. Isso explica que o Autor do *Vocabulario* recorra a tais obras para abonar o uso de termos do Brasil, embora o seu enunciado lexicográfico resulte, não raro, do cruzamento dos dados de uma fonte portuguesa com os daqueles autores, cuja autoridade, quanto aos termos do Brasil, fica atestada em exemplos que traduzem, ainda, o rigor da remissão para a fonte, ao indicarem autor, obra e página. São citados igualmente os seguintes autores: Barbuno¹⁵ (*Historia plantorum universalis*), Curtius, Scipione Maffeo (*Historia da India*, 1588).

MAMAMOEIRA. Arvore do Brasil, com que os naturaes chamaõ *Papai*. Os Portuguezes lhe chamaõ Mamamoeira, porque o fruto que da, tem feição de mama. Tem muita folha, & pouco ou nenhum ramo. He sempre verde, & carregado de frutos. Ha desta planta macho, & femea. Vid. Georg. Marcg. Hist. Plant.102. (BLUTEAU, 1716, p.276)

MANGABEIRA. Arvore do Brasil do tamanho das nossa cerejeiras. Produz hũas flores brancas a modo de Jasmims, & frutos a modo de ameixas grossas, hũas redondas, outras ovadas, que não são boas de comer, senão quando cahem da arvore. Jorge Marggravo chama esta arvore, Mangabiba, & Mangaiba (Mangabeira, cujo fruto em suavidade de gosto não concede ventagem a muitos de Europa. O P. Simão de Vasconc. Noticias do Brasil, pag. 164). (BLUTEAU, 1716, p.290)

O exemplo precedente atesta que Bluteau confrontava os dados recolhidos em obras portuguesas e estrangeiras. Das últimas não fez qualquer rol, pelo que apenas a leitura dos verbetes revelará as fontes consultadas. Porém, casos há em que o Autor não aponta qualquer fonte, como se vê em

ARATICU. Planta do Brasil. He arvore, muy fresca de tres especies; cujos frutos tem feytio de pinha. O a que chamaõ Araticuaepe, he doce. O a que chamaõ *aratigoacu* toca de agro doce, muy fresco para tempo de calma. A terceyra especie não se come". (BLUTEAU, 1712, p.467)

¹⁴ A obra de Piso intitulava-se *Historia Naturalis Brasiliae*; a de Margrave, *Historia Rerum Naturalium Brasiliae*. Foram publicadas em conjunto na cidade holandesa de Leyden.

¹⁵ Tratar-se-á de Jean Bauhin (1541-1613) ou Bauhinis.

Ciente de que esta seria a primeira dicionarização dos 'termos do Brasil', em língua portuguesa, Bluteau disponibiliza informação que hoje excede o razoável para um dicionário de língua, imprimindo ao *Vocabulario* uma dimensão enciclopédica ou pré-enciclopédica, denotada quer na quantidade, quer na natureza dos dados aduzidos. Por outro lado, ao fazer a marcação diatópica relativa ao Brasil, a obra lexicográfica de Bluteau estabelece um diálogo interlinguístico entre o português e o tupi, na medida em que muitas palavras assinaladas com aquela marca têm origem nessa língua indígena do Brasil. Às entradas lexicográficas com esta procedência, designativas sobretudo de animais, plantas, utensílios ou outras realidades, vale a pena acrescentar unidades lexicais arroladas no *Vocabulario de Termos Commummente ignorados, mas antigamente usados em Portugal, e outros, trazidos do Brasil, ou da India Oriental, e Occidental*, incluído no *Supplemento*. Entre outras, ali estão reunidas as seguintes palavras indígenas: *Albara, Ambaiba, Anda, Amongeaba, Aguaxima, Araca (Hervas, e Arvores); Amaore guacu, Arome-pixuma, Amore-tinga, Aracadel (Peixes); Arabo (cobra); Acaja, Aguapè, Androsaca, Apeiba, Arucaiba (Plantas do Brasil); Bacoba, Basourinha (Plantas); Boiaguacu (Cobras); Camararajuba, Caopia, Cupouna (Hervas e Arvores); Caaguacu, Caaetimay, Caabepa, Caapenga, Camacary, Camaru, Caraguata, Caranaiba, Caraca, Cebipira, Curuba (Hervas e, Arvores); Camuri, Capeuna, Carauna, Ceixupira, Cucuri, Curimata, Corocoro (Peixes); Cabure, Caracara, Cariama, Curicara, Curucui (Aves)* (BLUTEAU, 1728, p.495-500).

Última nota

Sem pretensão de exaustividade ou de demonstração quantitativa, os dados acima compulsados, serviram para corroborar que o *Vocabulario Portuguez e Latino* de D. Rafael Bluteau foi concebido segundo o modelo do dicionário locupletíssimo e autorizado, conforme asserção de Telmo Verdelho. Com efeito, quer a valorização do fenómeno da variação linguística em todas as suas dimensões e, em especial, o relevo conferido à natureza diassistemática da língua, quer a dicionarização de palavras próprias de todos níveis e usos linguísticos, desde os mais polidos e normativos até aos mais plebeus e divergentes da norma, todos eles amparados em abonações fornecidas por toda a sorte de Autoridades, configuram a singularidade de uma obra deveras monumental, tanto mais que nela, além das características inerentes a um dicionário de língua, foi igualmente investida uma feição enciclopédica, consoante se verificou nas entradas relativas aos termos do Brasil acima transcritas. De fato, a dicionarização de palavras referentes a realidades extra-europeias, sem ser o único, será no entanto um dos mais relevantes e curiosos contributos do *Vocabulario* para a expansão dos

fundos lexicais do português, mercê do ingresso de palavras orientais, africanas e brasileiras, motivo suficiente para que a história do léxico brasileiro e a 'dicionarização do Brasil' tenham na obra de D. Rafael Bluteau uma fonte privilegiada, tanto quanto o é para a metalexigrafia e para a memória linguística do português.

GONÇALVES, M. F. "Termo do Brasil": a lexicographical mark in D. Rafael Bluteau's *Vocabulário Portuguez e Latino*. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.205-228, 2006.

- *ABSTRACT: The aim of this paper is to analyse the lexicographical mark "Brazilian term" in the Vocabulário Portuguez e Latino by D. Rafael Bluteau (1712-1721). This lexicographer compiled, in the form of a dictionary, part of the early 18th century Brazilian vocabulary by including many words related to Brazil ("brasileirismos") in his Vocabulário, stressing them with a particular lexicographical mark. Besides that "mark", this paper also analyses the different types of definition associated to it, as well as the sources used by Bluteau.*
- *KEYWORDS: Lexicographical marks; Brazilian vocabulary; Portuguese lexicography.*

Referências bibliográficas

BOLÉO, M. P. *Brasileirismos*. Coimbra, 1943.

BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez, e latino*. Coimbra: Colégio das Artes, 1712. v.1-2.

_____. *Vocabulário portuguez, e latino*. Coimbra: Colégios das Arte, 1713. v.3-4.

_____. *Vocabulário portuguez, e latino*. Lisboa: Pascoal da Sylva, 1716. v.5.

_____. *Vocabulário portuguez, e latino*. Lisboa: Pascoal da Sylva, 1720. v.6-7.

_____. *Vocabulário portuguez, e latino*. Lisboa: Pascoal da Sylva, 1721. v.8.

_____. *Suplemento ao vocabulário portuguez e latino*. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva, 1727-1728a. v.1.

_____. *Suplemento ao vocabulário portuguez e latino*. Lisboa: Patriacal Officina da Musica, 1727-1728b. v.2.

_____. *Prosas portuguezas recitadas em diferentes Congressos Acadêmicos*. Lisboa: José António da Silva, 1728. 2v.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. ver. e acresc. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

CUNHA, C. *Que é um brasileirismo?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

ETTINGER, S. La variación lingüística en lexicografía. In: _____. et al. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982. p.359-394.

GONÇALVES, M. F. As “autoridades” no vocabulário português e latino (1712-1728) de D. Rafael Bluteau. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS, 7., 2002, Providence. *Actas...* Providence: Brown University, 2002a. 15p. CDRom.

_____. O “Prólogo” o “Catálogo de Autores” do vocabulário português e latino: as idéias lingüísticas de Bluteau no contexto da historiografia da língua portuguesa. In: _____. et al. (Org.) *A descrição do português: lingüística histórica e historiografia lingüística*. Araraquara: FCL-UNESP; Cultura Acadêmica, 2002b. p.25-65

_____. Vocabulário português e latino de Rafael Bluteau: aspectos da estrutura e da definição lexicográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 18., 2002, Porto. *Actas...* Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 2003. p.399-410.

HAENSCH, G. et al. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.

MARQUILHAS, R.. Em torno do vocabulário de Bluteau: o reformismo e o prestígio da norma no século XVIII. In: MATEUS, M. H. M. (Coord.) *Caminhos do português*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. p.105-118.

MELO, G. C. de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

MÜHLSCHLEGEL, U. Anticastellanos, y misoportuguezes tengan paciencia: Rafael Bluteau como mediador entre o português e o espanhol. In: KEMMLER, R.; SCHÄFER-PRIESS, B.; SCHÖNBERGER A. (Ed.) *Estudos de história da gramaticografia e lexicografia portuguesas*. Frankfurt: Domus, 2002. p.145-157.

MURAKAWA, C. A. A. Garcia d’Orta: fonte de referência para Bluteau. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 18., 2002, Porto. *Actas...* Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 2003. p.591-599.

_____. Brasileirismo: um registro lexicográfico desde o século XVIII. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 20., 2004, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 2005. p.745-755.

_____. *António de Moraes Silva: lexicógrafo da língua portuguesa*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2006.

PORTO DAPENA, J.-A. *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco Libros, 2002.

OLIVEIRA, A. M. P. P. de. *O português do Brasil: brasileirismos e regionalismos*. 1999. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1999.

SILVA, F. I. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862. v.7.

SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo do português no Brasil*. 2. ed. aum. e rev. Rio de Janeiro: INL, 1963.

THIELEMANN, W. (Ed.) Língua culta, palavras antiquadas, plebeísmos: a linguagem e a sociedade portuguesa na época do Marquês de Pombal. In: _____. *Século XVIII: século das luzes, século de Pombal*. Frankfurt: TFM, 2001. p.51-97.

VERDELHO, T. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Org.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Pontes, 2002. p.15-64.

WERNER, R. La definición lexicográfica. In: ETTINGER, S. et al. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982. p.259-328.

Bibliografia consultada

CARDIM, F. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MARCGRAVE, J. *História natural do Brasil*. Tradução de Mons. Dr. J. P. de Magalhães. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

MURAKAWA, C. A. A. As obras de Bluteau e Morais na lexicografia portuguesa. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOGIE ROMANES, 22., 1998, Tübingen. ENGLEBERT, A. et al. (Ed.) *Actes...* Tübingen: Max Niemeyer, 2000. v.4, p.433-439.

_____. Tradição lexicográfica portuguesa: Bluteau, Morais e Vieira. In: ISQUERDO, A. N.; OLIVEIRA, A. M. P. P. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001. p.153-159.

NUNES, J. H.; PETTER, M. (Org.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Pontes, 2002.

VASCONCELOS, S. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

LA CLASIFICACIÓN DE NEOLOGISMOS: UNA TAREA COMPLEJA

Maria Teresa CABRÉ CASTELLVÍ¹

- **RESUMEN:** En este texto se presentan y discuten algunas propuestas de clasificación de neologismos y, a la vista de la experiencia adquirida en los dieciséis años de trabajo continuado del Observatori de Neologia (OBNEO) de la Universitat Pompeu Fabra de Barcelona y se formula una nueva propuesta más adecuada a la diversidad de los datos y de formato multivariante.
- **PALABRAS-CLAVE:** Neología; tipología; lexicología.

Me habría reprochado toda mi vida no poder estar presente en el homenaje a M. Tereza Biderman, ni que sea con un texto breve a causa de las premuras de tiempo. M. Tereza es una gran especialista en Lexicología y Lexicografía que ha demostrado con sus obras su profundo saber y su innovador saber hacer, autora de diccionarios de referencia sobre el portugués de Brasil, maestra de generaciones de lexicólogos y lexicólogas, lexicógrafos y lexicógrafas, motor de actividades en el seno de la Asociación Brasileña de Lingüística. Pero además de estas características que de por sí justifican este homenaje, M. Tereza es una excelente persona, una persona amiga de todos quienes nos hemos relacionado con ella. Vaya pues con este texto apresurado sobre los problemas que provoca la clasificación de los neologismos mi más sincero homenaje y reconocimiento a la científica y a la persona.

Introducción

En 1988 se inició bajo mi dirección en la Universidad de Barcelona un proyecto con antiguos estudiantes de Lexicología que deseaban seguir conectados con la Universidad. Este proyecto, que sigue en pie tras 18 años de trabajo, consiste en la recopilación de un corpus de neologismos de prensa de

¹ IULA – Institut Universitari de Lingüística Aplicada – 08002 – Barcelona – España. Endereço eletrónico: teresa.cabre@upf.edu

las lenguas castellana y catalana. El objetivo que persigue es doble: por un lado disponer de datos reales sobre cómo avanzan léxicamente las dos lenguas que constituyen su objeto de estudio; por otro, iniciar estudios contrastivos o no sobre el avance léxico de las dos lenguas. De hecho hoy en día el banco de datos del Observatori de Neologia cuenta con 94.915 neologismos del castellano y 118.323 neologismos del catalán, y, lo que puede ser más interesante, distribuidos en los 12 años de trabajo. No cabe duda que un análisis evolutivo de estos datos puede darnos un panorama interesante de cómo las lenguas organizan inconscientemente su actualización léxica.

El proyecto Observatori de Neologia

El Proyecto Observatori de Neologia (OBNEO) ha pasado, en mi opinión, por cuatro etapas, en cada una de las cuales el trabajo se ha orientado hacia un objetivo distinto.

En una primera etapa el centro de actividad lo constituyó la metodología y la estructuración del trabajo. Era necesario poner el proyecto en marcha delimitando y precisando sus objetivos y su objeto, y constituyendo un corpus metodológico suficientemente explícito que asegurara la sistematicidad. Era necesario también formar el primer equipo e integrar a las personas en el proyecto. Esta etapa se inició en 1989 y podemos decir que dio paso a la siguiente hacia 1993, sin que podamos decir que el objetivo inicial estuviera ya colmado.

En una segunda etapa la actividad se centro en la iniciación del estudio de los neologismos y, como medida previa se estableció su posible clasificación. Así, si en la primera etapa el núcleo duro lo había constituido la detección y recopilación de datos; en esta segunda etapa el centro se desplazó al análisis.

En una tercera etapa la actividad principal recayó en la ampliación del objeto de análisis. De este modo, y recogiendo una sugerencia que el Dr. Antoni M. Badia Margarit hizo con ocasión de su conferencia en el X aniversario del Observatorio, se incorporaron al objeto inicial del Observatori, los neologismos léxicos usados en la prensa escrita, otros tipos de neologismos procedentes de la prensa escrita informal y de los medios audiovisuales. Con esta incorporación la base de datos se enriqueció con muestras de neologismos que podían contrastarse con los anteriores.

Finalmente, en una cuarta etapa intercalada con la tercera y que dura hasta hoy, el proyecto entró en la fase de automatizar al máximo los circuitos y actividades de trabajo. De este modo, se diseñó e implementó el sistema SEXTAN, este año en fase de substitución por un nuevo programa SEXTAN II, útil para la extracción semiautomática de neologismos formales y el sistema LEGIMUS,

actualmente también en proceso de sustitución por un nuevo sistema que no tiene aun nombre.

Clasificación de los neologismos

No cabe duda de que en cada etapa de desarrollo del proyecto se suscitaron muchos dilemas a los que había que dar respuesta para seguir el proceso de trabajo. Entre estos problemas uno fue el de la clasificación de los neologismos, campo obligatorio para el registro de cada neologismo junto con otros tipos de información:

Autoría de la ficha	Contexto	Sección del periódico
Fuente	Aspectos tipográficos	Página
Fecha	<u>Tipo de neologismo</u>	Autoría
Entrada	Código Nota	Fecha de la ficha
Categoría gramatical	Nota	

Inicialmente y hasta ahora la tipología con la que se clasifican los neologismos comprende los siguientes tipos, cada uno representado por los códigos indicados a continuación:

- | | |
|---|-------|
| 1. Neologismos de forma | (F) |
| sufijación | FSUF |
| prefijación | FPRE |
| interferencias entre sufijación y prefijación | FPRSU |
| composición | FCOM |
| composición culta | FCULT |
| lexicalización | FLEX |
| conversión sintáctica | FCONV |
| sintagmación | FSINT |
| siglación | FTSIG |
| acronimia | FTACR |
| abreviación | FTABR |
| variación | FVAR |
| 2. Neologismos sintácticos | SINT |
| 3. Neologismos semánticos | S |
| 4. Préstamos M/AM (préstamo y préstamo adaptado, respectivamente) | |
| 5. Otros | |

Cada uno de estos tipos fueron definidos y delimitados, como se muestra en el documento de metodología del trabajo en Obneo:

1. Neologismos formales (F)

- a) Por sufijación (FSUF): neologismos formados a partir de la adjunción explícita de un sufijo a un radical. Ej.: *uniformizador*, *interculturalidad*, *relativizamiento*, *monopólico*, *pesificar*. También se incluyen en esta categoría los derivados de antropónimos, especialmente adjetivos y adjetivos sustantivados, que hacen referencia, sobre todo, a posturas partidistas respecto a personajes de proyección pública. Ej.: *aznarista* (partidario de José María Aznar), *fraguista* (partidario de Manuel Fraga), *chavismo*, *menemismo* (estilo o manera de obrar de Manuel Chaves, Carlos Menem).
- b) Por prefijación (FPRE): neologismo formado a partir de la adición de un prefijo explícito a un radical. Ejemplos: *antiespañolista*, *neovanguardismo*, *reislamización*, *superestrella*, *semiderruir*.
- c) Por prefijación o sufijación (FPRSU): casos en que los neologismos pueden clasificarse tanto como formados por prefijación como formados por sufijación, por cuanto no puede dilucidarse cual de los dos procesos es el último que se ha realizado. Así, quedarán agrupados todos los casos con posibles interferencias para análisis posteriores.
- d) Por composición (FCOM): neologismo formado a partir de dos radicales (simples o complejos). Ej.: *liberaldemócrata*, *quithambre*, *googleadicto*, *niño soldado*.
- e) Por composición culta (FCULT): neologismos formado a partir de uno de los procesos siguientes:
 - una forma prefijada culta y una forma sufijada culta. Ej.: *biogenia*, *aerófago*, *megápolis*;
 - una forma prefijada culta y un radical. Ej.: *autoexigencia*, *fotoperiodismo*, *microvestido*, *xenotrasplante*;
 - un radical (propio de la lengua o bien prestado de otra lengua) y una forma sufijada culta. Ej.: *clasicómano*, *normógrafo*, *simpaticoide*.
- f) Por lexicalización (FLEX): neologismos formado a partir de la lexicalización de una forma flexiva (no de un paradigma completo) normalmente de una forma del paradigma verbal. Ej.: *removida_f*, *encuadernado_m*, *hormigonado_m*.
- g) Por conversión sintáctica (FCONV): neologismo formado a partir de un cambio de categoría gramatical sin modificación de la base léxica. Ej.: *neoliberal_m* (documentado como adjetivo), *rediseño_m* de *rediseñar_{v tr}*

*autogestionar*_{v tr} de *autogestión*_t, *semi* (afijo usado como adjetivo), *anglo* (afijo usado como sustantivo), *stop*_{adv} (documentado como sustantivo), *collage*_{adj} (documentado como sustantivo).

- h) Por sintagmación (FSINT): neologismos formados por una estructura sintáctica lexicalizada. Ej.: *trabajadora social*, *violencia doméstica*, *motor de búsqueda*, *sin papeles*, *en juliana*.
- i) Por siglación (FTSIG): neologismos formados por las letras correspondientes a una sigla. Solo se recogen los casos en que la sigla ha perdido algunas de sus características y se ha lexicalizado: se escribe con minúsculas, se utiliza con flexión de número o género o con una acepción diferente a la original. Por ejemplo, un *dvd* (DVD), un *vj* (video jockey), el *pepé* (Partido Popular).
- j) Por acronimia (FTACR): neologismos formados por la combinación de segmentos de palabras que forman una estructura sintagmática. Ej.: *cubanglish* (cubano y english), *turismática* (informática aplicada al turismo). En estos casos es obligatorio consignar la misma nota que en la siglación.
- k) Por abreviación (FTABR), *protá* (protagonista), *neoon* (neoconservador): neologismos formados por abreviación de la base léxica de una unidad.

También en estos casos es obligatorio consignar la misma nota y hacer constar la forma desarrollada que origina el neologismo indicando si es neológica o no (es decir, si figura o no en los repertorios de referencia).

2. Por variación (FVAR)

Variante formal ortográfica (ni morfológica ni sintáctica) de una palabra documentada en el corpus de exclusión. Por ejemplo, *infraestructura* (infraestructura).

3. Neologismos sintácticos (SINT)

Neologismos que implican un cambio de subcategoría gramatical (género, número, cambio de régimen verbal, etc.) en una base léxica. Ej.: *descalificarse*_{v pron} (descalificar_{v tr}), *amo de casa*_m (ama de casa_f).

4. Neologismos semánticos (S)

Neologismos formados por una modificación del significado de una base léxica. Ej.: *buscador* (informática), *parquet* (pista de baloncesto), *llegador* (jugador de fútbol). También puede tratarse de un neologismo formado a partir de un nombre propio (de persona o marca registrada) utilizado como nombre común. Ej.: *bollicao*, *nivea*, *pescanova*, *tupperware*.

5. Préstamos (M/AM)

Unidades importadas de otra lengua. Ejemplos: *final four*, *aggiornamento*, *after hours*, *ghetto*, *búnker*, *sushi*, *gauche divine*, *mujaidín*, *carn d'olla*.

En el trabajo del Observatori se distingue entre préstamos no adaptados, codificados como M, y préstamos adaptados ortográficamente, AM. En ambos casos debe indicarse a continuación el código de la lengua de procedencia del préstamo. Si se indica que el préstamo procede de otras lenguas (MA/AMA), hay que registrar en el campo "Nota" con el código 9A la lengua de procedencia, si se conoce.

6. Otros

Se ha previsto la etiqueta "Otros" para las palabras simples, dialectales, argóticas, cultismos o casos extraños difíciles de etiquetar, pero que también son neológicas. Por ejemplo, *fitipaldi*, *yuyu*, etc.

Como puede observarse, esta lista, necesaria para iniciar un trabajo de manera clara y sistemática, simplifica necesariamente los tipos neológicos posibles, y además y sobre todo no permite representar la multidimensionalidad de la clasificación neológica.

Veamos un primer caso: según la lista adoptada, los neologismos se clasifican en cuatro tipos: neologismos de forma, neologismos sintácticos, neologismos semánticos y préstamos, dejando un quinto tipo para casos de difícil resolución. Interpretando literalmente esta propuesta deberíamos considerar que los cuatro tipos establecidos se excluyen entre sí, de forma que un neologismo considerado "neologismo de forma" no puede ser un "neologismo semántico". Este caso no plantearía ningún problema porque parece obvio que las dos vías de introducción de un nuevo ítem léxico en una lengua parecen claras: en un caso ha entrado una nueva unidad formal antes inexistente en el léxico de una lengua (como por ejemplo: *antiedad*);² en otro caso se ha dado un sentido nuevo a una unidad formalmente presente en el léxico de esta lengua (por ejemplo: *buscador* (informática)). Pero ya no parece tan clara la contraposición absoluta entre neologismo de forma y préstamo ya que ambos criterios de clasificación no son excluyentes entre sí: un préstamo puede proceder de un cambio semántico.

Tomemos ahora un segundo aspecto: la denominación de los tipos. Según nuestra propuesta inicial para el trabajo del Observatori un "neologismo de forma" no se consideraría neologismo sintáctico, o mejor dicho, un "neologismo sintáctico" no sería un "neologismo de forma" cuando de hecho se trata de una

² Jean-François Sablayrolles (1996), siguiendo a M. Tournier (1991) distingue entre matrices morfosemánticas, matrices semánticas y matrices morfológicas. Utiliza la palabra matriz como equivalente a recurso o vía de formación del neologismo.

combinación nueva de lexemas que da paso a una unidad polilexemática nueva (por ejemplo: autoproclamar (autoproclamarse como verbo transitivo (LEMA)). En este caso el problema radicaría en la inadecuación de la denominación de los tipos.

Nos encontramos pues ante una propuesta que, aunque sirvió durante años del proyecto para asegurar la sistematicidad, no da cuenta de las clases de neologismos en toda su amplitud ya que por un lado contrapone tipos que se excluyen entre si cuando en realidad se trata de tipos distintos no excluyentes porque proceden de criterios distintos. Con ello quiero indicar que una clasificación de los neologismos por tipos sólo puede hacerse adecuadamente si tenemos en cuenta al mismo tiempo criterios distintos de clasificación, los cuales complementan a los de otros tipos.

Posibles simplificaciones o ambigüedades

La clasificación que en su momento adoptó el Observatori, a pesar de los comentarios críticos que en este texto podamos hacer, tiene su justificación metodológica, y no es tan aleatoria ni simplista como en principio pueden dar a entender nuestras palabras.

Por un lado se hacen explícitas algunas instrucciones sobre la tarea de tipologización que deshacen posibles ambigüedades ante casos que podreían ser asociados a diferentes tipos. Así se explícita que el tipo al que se debe hacer corresponder el neologismo debe ser siempre el correspondiente al último proceso llevado a cabo. Tomemos algunos ejemplos: *esponsorización/esponsorització* es un neologismo de categoría nominal introducido en los años ochenta en el castellano y el catalán procedente de una base nominal tomada en préstamo del inglés y verbalizada mediante la adición del sufijo patrimonial *-iz* en castellano i *-itz* en catalán. Se trata por lo tanto de un préstamo inicial (que puede aparecer con la forma adaptada *espónsor* o no adaptada *sponsor*) que ha dado lugar a dos derivados sucesivos (*espónsor/sponsor-esponsorizar-esponsorización* en castellano y *espónsor/sponsor-esponsoritzar-esponsorització* en catalán). Es evidente que el último proceso de formación de *esponsorización/esponsorització* es la sufijación y se trata por lo tanto de un neologismo de forma, pero ¿y si nos encontramos ante un caso como *gauchista* en el que no sabemos si hemos tomado el préstamo directamente construido del francés *gauchiste* o bien hemos tomado la base *gauche* y hemos formado el derivado. O mismo nos sucede en *surfejar*, cuya base nominal corresponde a un préstamo del inglés, pero ¿no podríamos haberla tomado ya construida del castellano *surfear*?

Por otro lado, la clasificación adoptada en el Observatori se apoya en explicaciones complementarias que se proponen delimitar y precisar el contenido de cada tipo de neologismo, a fin de asegurar que todos los colaboradores tomarán las mismas decisiones ante un caso complejo.

Los fragmentos del protocolo de trabajo del Observatori que l'bservatorque reproducimos a continuación muestran suficientemente lo que acabamos de afirmar.

En relación a los neologismos formados por sufijación se dice:

[...] Si el neologismo comporta un cambio de categoría (con el mismo significado) respecto a la entrada documentada en las obras lexicográficas, se considera que el proceso de formación ha sido la conversión sintáctica y se codifica como FCONV, en lugar de como sufijación. Por ejemplo, *antieuropéo_m*, documentado como adj en el diccionario LEMA.

En cuanto a las verbalizaciones, consideramos que los tipos *-izar*, *-ear*, *-ificar*, etc. son efectivamente sufijos verbalizadores (FSUF), mientras que *-ar*, *-er*, *-ir* no los consideraremos como tales y, por consiguiente, los neologismos formados con estas terminaciones se clasificarán dentro de la conversión (FCONV). (En este sentido, véase más adelante el apartado *g*) sobre conversión sintáctica.)

En relación a los neologismos formados por prefijación:

[...] existe un grupo de preposiciones y adverbios que funcionan como prefijos, de modo que se considera que forman neologismos por prefijación y no por composición. Se trata de las formas siguientes: *ante-*, *fuera-*, *pro-*, *bajo-*, *mal-*, *sin-*, *bien-*, *menos-*, *sobre-*, *casi-*, *no-*, *tras-*, *contra-*, *plus-*, *ultra-*

Ejcs: *antepie*, *bienpensante*, *contraanálisis*, *fueraciudad*, *menoscabo*, *plusmarca*, *pronuclear*, *sobrecoste*, *ultrarápido*, *ultraliberal*, *bajomedieval*, *casi-modernización*, *malinterpretación*, *no intervención*, *sinvivir*, *transnacional*.

Para asegurar la sistematicidad en la clasificación de neologismos, el protocolo de trabajo especifica que hay que catalogar como neologismo formado por prefijación cualquier unidad que contenga alguna de las formas siguientes como prefijo:

a-, an-	di-	meta-	tras-
ab-	di-, dia-	mono-	sin-, sim-, sil-
ana-	diazo-	metoxi-	sobre-

anfi-	e-	no-, no	sub-
ante-	dis-	multi-	sulf-, sulfo
anti-	u-	neo-	supra-
apo-	endo-	nit-, nitro-	super-
archi-	epi-	nitros-, nitroso-	trans-
azoxi-	eso-	ob-	tri-
bajo-	ex-	oxo-	ultra-, ultra
benz-, benzo-	extra-	pan-	uni-
bi-, bis-	ex-, exo-	oxi-	vice-
bien-	fuera-	para-	yuxta-
carboxi-	hemi-	peri-	
casi-	hidroxi-	platini-	
cata-	hiper-	pluri-	
ceto-	in-, im-, i-	poli-	
circun-, circum-	infra-	post-, pos-	
cis-	inter-	pre-	
con-, com-, co-	Intra-	pro-	
contra-, contra	mal-	re-	
des-	menos-	semi-	

En los casos de neologismos formados por prefijación y sufijación en los que no puede dilucidarse cual de los dos procesos es el último que se ha realizado, se especifica lo siguiente:

Conviene tener presente que el código FPRSU es imprescindible sólo si realmente no se puede determinar el orden de los procesos de prefijación y sufijación implicados. En caso contrario, siempre hay que registrar el último proceso. De esta manera, en algunos casos la información extralingüística que tenemos del neologismo en cuestión nos puede ayudar a resolver la ambigüedad formal y, por lo tanto, priorizar uno de los dos procesos. Por ejemplo, en la forma *neothatcherismo* hay que postular la prefijación (FPRE) como tipo de proceso (*thatcher* > *thatcherismo* > *neothatcherismo*) porque, aunque formalmente *neothatcher* podría ser la base a la que se adjunta el sufijo *-ismo*, por conocimiento extralingüístico sabemos que este proceso de formación no es plausible.

Para los neologismos formados por composición (FCOM), el protocolo dice:

Hay que recordar que no se consideran radicales los adverbios y preposiciones que funcionan como prefijos (véase la lista anterior) relativo a los neologismos formados por prefijación) y, en consecuencia, crean neologismos formados por prefijación y no por composición. Del mismo modo, los adjetivos formados a la manera

culta (ej. *albanokosovar*, *parquímetro*) se consideran formados por composición culta (FCULT) en lugar de composición patronímica (FCOM).

Y para el tipo de neologismos formados por composición culta (FCULT), para asegurar aun más la tarea de clasificación, se añade el siguiente párrafo:

En los casos de neologismos en los que se aprecia una interferencia entre prefijos y formas prefijadas, por un lado, y sufijos y formas sufijadas, por otro lado (interferencias entre FPRE y FCULT, y FSUF y FCULT respectivamente), se considerarán FCULT aquellos neologismos que contengan un formante etiquetado en la *Taula de formants cultes*³ como forma prefijada o forma sufijada, independientemente de que se trate de un formante culto (griego o latín) o de un formante creado mediante acortamiento de una palabra de la lengua (ej.: *euro-*, *tele-*, *eco-*). Por lo tanto, se considerarán formas prefijadas todas aquellas que no están incluidas en la lista de prefijos del epígrafe *b) Por prefijación (FPRE)* de este apartado.

En el caso de los neologismos formados por lexicalización (FLEX), se especifica lo siguiente:

Cuando el neologismo es un nombre que proviene de una forma verbal (participio o gerundio) lexicalizada, se considera siempre FLEX, independientemente de que esta forma verbal esté documentada o no en el corpus de exclusión. Por ejemplo, *contorneado_m* (*contornear* consta en el DRAE), *flocado_m* (*flocar* no consta en el LEMA).

En cambio, en cuanto a los *adjetivos*, hay que tener presente que nunca se consideran FLEX ya que:

- Los adjetivos que provienen de un participio o de un gerundio de un verbo documentado en el corpus de exclusión, se desestiman como unidades neológicas porque se considera que quedan recogidas en el paradigma verbal correspondiente (ej.: *engañado*, *ilusionado* ya que *engañar* e *ilusionar* están documentados).
- Los adjetivos que proceden de un participio o gerundio de un verbo no documentado en el corpus de exclusión se consideran neológicos, pero se remiten al verbo correspondiente y se tratan según el proceso de formación que los ha generado (ej.: *bipolarizado* como FSUF en la entrada de *bipolarizar*, *reclasificado* como FPRE en la entrada de *reclasificar*).
- Los adjetivos morfológicamente complejos que tienen como radical un participio verbal documentado como adjetivo en el corpus de exclusión, se tratarán de acuerdo con el proceso que los ha generado (ej.: *multipremiado -da*, como FPRE, ya que *premiado -da* ya está documentado como adjetivo).

³ Realiter: IULATERM (1997). *Taula de formants cultes*. Barcelona: IULA-UPF, Sèrie Materials, 1. ISBN 84-477-0620-6

Se incluyen en los casos de conversión sintáctica (FCONV) los neologismos formados a partir de un cambio de categoría gramatical sin modificación de la base léxica, como *neoliberal*_m (documentado como adjetivo), *rediseño*_m de *rediseñar*_{v_tr}, *autogestionar*_{v_tr} de *autogestión*_f, *semi* (afijo usado como adjetivo), *anglo* (afijo usado como sustantivo), *stop*_{adv} (documentado como sustantivo), *collage*_{adj} (documentado como sustantivo), pero se recuerda que:

Los neologismos nominales y adjetivales formados mediante el mismo sufijo (ej. con *-ista*, *anticetralista* m/f y adj; con *-(i)ano*, *maragalliano* m y adj) y no documentados en las obras lexicográficas, se consideran neologismos sufijados en ambos casos (y no uno como conversión del otro). De este modo, se pueden agrupar los neologismos en los que interviene un mismo sufijo para análisis posteriores.

La conversión puede generar alguna interferencia con la sufijación (FSUF) en casos como *provisionar*, *aperturar*, que trataremos siempre como FCONV y no como FSUF. En cambio, neologismos del tipo *provincializar*, *problematizar* serán tratados como casos de sufijación (véase el apartado precedente sobre sufijación).

En los casos de unidades nuevas de estructura sintáctica procedentes de la lexicalización de un sintagma (FSINT) se recuerda lo siguiente:

Es fácil que, en ciertas estructuras, el proceso de sintagmación se confunda con el de composición (FCOM). En este sentido, cabe recordar que las estructuras VN (ej.: *quitamultas*, *vaciabolsillos*) y NN (ej.: *canción protesta*, *casa patio*) se tratarán como composición (FCOM) y no como sintagmación (FSINT).

En relación a la etiqueta atribuida a neologismos formados por variación (FVAR), que corresponden a variantes formales ortográficas (no morfológicas ni sintácticas) de unidades ya existentes en los diccionarios se subraya que:

Dado que la mayoría de los neologismos que son variantes de una entrada documentada en el corpus de exclusión son resultado al mismo tiempo de algún proceso de formación determinado (FSINT, FSUF, FPRE, M, etc.), primará siempre el proceso de formación sobre el hecho de que se trate de una variante, para poder agrupar los neologismos que son fruto de un mismo proceso. En forma de nota, se indicará que se trata de una variante (véase la codificación en el apartado 2.11 de este documento). Por ejemplo, *sufflé* como AMF y nota de variante ortográfica respecto a *soufflé* (documentado en el LEMA), *cableamiento* como FSUF y nota de variante morfológica respecto de *cableado* (LEMA).

En definitiva, solo se mantiene la etiqueta FVAR en los casos de variación formal ortográfica o cuando el neologismo es una palabra

simple que no es un préstamo, de forma que cualquier otro tipo de variante formal (es decir, las variantes flexivas, morfológicas, léxicas y sintácticas) se indica en forma de nota documentada y la fuente (véase el apartado 2.11).

La etiqueta de “Neologismo sintáctico” (SINT) se reserva a los cambios de subcategoría gramatical (género, número, cambio de régimen verbal, etc.) en una base léxica; y no se incluyen en este tipo las unidades formadas por conversión sintáctica, que forman parte según esta clasificación de los neologismos formados por recursos formales.

Cabe recordar que los neologismos originados por el paso de un nombre propio a un nombre común se consideran neologismos semánticos y no neologismos sintácticos, ya que son el resultado de una figura retórica (antonomasia) y no de un cambio en la subcategorización (género, número, transitividad, etc.).

Los neologismos de tipo sintáctico que hacen referencia a regímenes verbales, caídas de preposición en determinadas construcciones, etc. aparecen con mayor frecuencia en los medios de comunicación oral y en textos “espontáneos”. Dado que el objetivo de este proyecto es detectar la neología léxica, no se recogen este tipo de formas.

En cuanto a los denominados “Neologismos semánticos” (S), se indica:

La neología semántica, que es un proceso de creación léxica muy productivo, suele ser difícil de detectar por cuanto no presenta evidencia formal alguna de una modificación de sentido. Los neologismos semánticos deben identificarse sobre todo mediante el contexto y después deben ser comprobados con atención en las obras de referencia.

Algunos neologismos de sentido son más fáciles de detectar porque se utilizan deliberadamente de manera chocante o sorprendente (ej.: “Es muy posible que el cerebro, ese *engrudo* de neuronas tan complejo y tan plástico...”). Otros se utilizan con efectos teatrales o artificiosos que los delatan a su vez como neologismos de sentido (ej.: “Un Gobierno cuyo principal cometido será *domar* la crisis económica...”).

En cambio, muchos otros usos resultan más difíciles de detectar, quizá porque la ampliación o la restricción de sentido no se aleja demasiado del sentido estricto de la unidad o porque ya hace tiempo que están instalados en la lengua (ej.: “El sonido le *taladró* el cerebro...”).

Finalmente, existe otra subclase de neologismo de sentido que quizá en un principio era de tipo argótico pero que ha acabado implantándose en el lenguaje coloquial y familiar, de manera que es

especialmente difícil de identificar. Por ejemplo, “El hijo del famoso cantante se decidió a *salir del armario*”.

Algunos de los casos citados podrían interpretarse como metáforas, más que como neologismos de sentido. Los contextos no siempre son de utilidad a la hora de detectar este hecho. Por ello, el cómputo de frecuencia es el método más seguro para comprobar si la extensión de sentido de una determinada unidad léxica ha pasado por un proceso de lexicalización y se ha incorporado al uso normal de la lengua con ese sentido nuevo. En caso de duda, es mejor recoger estos usos, ya que siempre pueden ser descartados más tarde.

Y en relación a los préstamos (M/AM):

En algunas ocasiones, se pueden encontrar formas, normalmente procedentes del inglés (como *ticketing*) que, aunque parezcan existentes, no están documentadas en la lengua de origen. Debemos dar cuenta de estos casos mediante la nota 9A, indicando entre paréntesis el diccionario de la lengua de origen que se ha consultado.

Si el préstamo detectado es un xenismo (o una unidad léxica prestada que denomina una realidad inexistente en la cultura propia, como por ejemplo: *mulá*, *vicelehendakari*, *bistrot*, *burka*), se indica mediante la nota 10 (véase el apartado 2.11). No obstante, es fácil que surja la duda de etiquetar un candidato como xenismo o como neologismo. En este sentido, debe observarse la evolución diacrónica del neologismo detectado y comprobar el grado de penetración en la cultura propia. Por ejemplo, unidades como *faláfel*, *sushi* o *curry* (asociadas al ámbito gastronómico) han penetrado con fuerza y fortuna en nuestra cultura, y ya hace algún tiempo que han dejado de entenderse como designativas de una realidad exterior. Por lo tanto, en este momento pueden desestimarse como xenismos. El criterio, por consiguiente, para aceptar o desestimar una unidad como xenismo será el de la *exportabilidad*, es decir, si un concepto tiene posibilidades de ser exportado a nuestra cultura o no. Si efectivamente las tiene, se desestimarán como xenismo y se recogerá únicamente como préstamo.

Hay que recordar que los neologismos que no son préstamos, pero sí calcos de otras lenguas (traducciones literales de una palabra o sintagma), se etiquetan según el proceso de formación correspondiente (FSUF, FSINT, etc.) y se indica, con la nota 11, el hecho de que al parecer se trata del calco de una forma determinada de otra lengua. Por ejemplo, *bolsa de aire* (airbag), *rebotar* (reboot), *comida basura* (*junk food*).

Y finalmente prevé un apartado que es como cajón de sastre (el campo Código de Nota y NOTA) para casos neológicos extraños o difíciles de etiquetar, categorías híbridas o tipos no previstos en la clasificación. Estos casos, asociados a un código de identificación, pueden ser recuperados de manera selectiva para

su estudio posterior. Para facilitar esta selección el protocolo prevé una serie de subtipos:

1. Neologismo documentado en los diccionarios con algún tipo de marca. Los diccionarios utilizados actualmente como fuentes de exclusión no presentan ninguna marca de neologicidad.

2. Indicación de una **variante** respecto al neologismo, que recoge el diccionario consultado (o bien otras fuentes, si se da el caso). Todas las informaciones de este tipo deben llevar explícitamente la variante en cuestión, entre comillas, y la fuente entre paréntesis. Tienen que estar documentadas debidamente: ante la duda, es preferible no introducir ninguna observación.

2a. variante ortográfica de una palabra ya documentada en los diccionarios (ej.: *reestructuración*, de reestructuración) o bien variante ortográfica de otro neologismo documentado en la misma fuente de vaciado, con objeto de no perder la relación entre los dos neologismos: *empresa.com*, *empresa puntcom*. Ej.: **variante ortográfica de "reestructuración" (LEMA, DRAE); variante ortográfica de "empresa puntcom" (en la misma fuente de vaciado); variante ortográfica de "empresa.com" (en la misma fuente de vaciado).**

2b. acortamiento, siglación o acronimia: *diapo* (diapositiva), *cederrón* (CD-ROM), *cubanglish* (cubano y english). Ej.: **diapo abreviación de "diapositiva" (LEMA), cederrón siglación de "CD-ROM", cubanglish acronimia de "cubano y english".**

2c. equivalente español, en el caso de los préstamos: *on-line* (en línea), *mosso d'esquadra* (mozo de escuadra), *hedge fund* (fondo de alto riesgo). Esta nota es obligatoria para los préstamos que:

a) tienen un equivalente normativizado en las obras de consulta: *on-line* (en línea). Ej.: **equivalente español: "en línea" (LEMA).**

b) tienen un equivalente en la misma fuente de vaciado: *weblog* (diario de navegación), *hedge fund* (fondo de alto riesgo). Ej.: **equivalente español: "fondo de alto riesgo" (en la misma fuente de vaciado).**

2d. variante morfológica: *cableamiento* (cableado); *contextuar* (contextualizar); *xenofóbico* (xenófobo). Únicamente cuando se produce una alternancia de sufijos o prefijos y las dos unidades significan lo mismo. Ej.: **variante morfológica de "cableado" (LEMA); variante morfológica de "xenófobo" (LEMA).**

2e. variante flexiva, tanto en número como en género: *módems* (módemes), máquina *quitanieve* (quitanieves). Ej.: **variante flexiva de "módemes" (LEMA).**

2f. variante léxica: *mundialización* (*globalización*), eurozona (zona euro). Únicamente para neologismos que *no* sean préstamos ni que respondan a alternancias morfológicas. Debe comprobarse que se mantiene el mismo significado. Ej.: **variante léxica de “globalización” (LEMA), variante léxica de “zona euro” (en la misma fuente de vaciado).**

2g. variante sintáctica: *comisariar* v tr, *operadora* f. Ej.: **variante sintáctica de “comisario” m (LEMA), variante sintáctica de “operador” m (LEMA).**

Neologismo que se intuye que se trata de un **error**: *axfisiar* (asfiliar). Ej.: **posible error.**

4. Neologismo semántico. Debe indicarse respecto a qué acepción de las que recoge la fuente de exclusión constituye un cambio de significado, así como la misma fuente; ej.: **neologismo semántico respecto a la acepción 1 (LEMA).** Si solo hay una acepción o si el neologismo representa una modificación respecto de todas las acepciones incluidas en la fuente, basta con registrar: **neologismo semántico (LEMA).** En el caso de los neologismos semánticos que son resultado del paso de un nombre propio a un nombre común, la indicación se puede hacer literalmente: **neologismo semántico, de nombre propio a nombre común; neologismo semántico, de marca registrada a nombre común.**

8. Contexto insuficiente para interpretar el neologismo. Ej.: **contexto insuficiente.**

9. Otros. En esta nota se incluye:

el subgrupo codificado **9A** (con los comentarios que se consideren pertinentes y no puedan ser incluidos en ninguna de las demás notas). Ej.: **la base también es neológica; préstamo no documentado en la lengua de origen (Cobuild);**

el subgrupo codificado **9R**, que comprende los neologismos que pueden parafrasearse como “relativo a...” [personas, lugares, instituciones, etc.]. Este segundo subgrupo se divide de la manera siguiente:

9Ra relativo a ámbitos geográficos (*proisraelí, argelinización*). Ej.: **relativo a Israel.**

9Rb relativo a nombres de persona (*antifelipista, pucciniano*). Ej.: **relativo a Felipe González.**

9Rc relativo a organizaciones o tendencias políticas, militares o afines (*peneuismo, batasunidad, ugetista*). Ej.: **relativo al PNV (Partido Nacionalista Vasco).**

9Rd relativo a entidades deportivas (*milanista, bleu*). Ej.: **relativo al Milán, equipo de fútbol; relativo a la selección francesa de fútbol.**

9Re relativo a entidades culturales o religiosas (*furero, goya*). Ej.: **relativo al grupo teatral La Fura dels Baus**.

9Rf relativo a otros (*pos-Dolly, superchemóbil*). Ej.: **relativo al primer animal clonado, la oveja Dolly**.

10. Xenismo. Dentro de los neologismos etiquetados como préstamos, se indicarán con esta nota los casos considerados xenismos o expresiones que denominan una realidad inexistente en la cultura propia (ej.: *mulá, shamisen, burka, umma*). Ej.: **xenismo del árabe, xenismo del japonés**.

11. Calco. Esta nota se utiliza para indicar los neologismos que a pesar de estar formados por un recurso de formación propio de la lengua (sufijación, prefijación, composición, etc.), parecen ser calcos de una unidad perteneciente a otro sistema lingüístico (ej.: *bolsa de aire (airbag)*). Por ejemplo, **calco del inglés "airbag"**. Hay que recordar que esta nota no se utiliza para los préstamos.

Distintas propuestas de clasificación de neologismos

En un ensayo posterior a su tesis de doctorado de 1996, Jean-François Sablayrolles analiza las distintas tipologías creadas por cerca de un centenar de lingüistas y sociolingüistas franceses o galicistas de otros países. Este estudio le permite conocer críticamente los grandes tipos de neologismos establecidos y, por encima de todo, detectar la multiplicidad de criterios de los que los autores parten para clasificar las unidades neológicas.

Non seulement les typologies sont nombreuses et établissent des classes et sous-classes plus ou moins nombreuses (et ces données arithmétiques peuvent facilement être comparées, même si le maniement des résultats et les conclusions qu'on peut en tirer sont parfois délicats), mais encore elles sont fondées sur des critères qui ne relèvent pas des mêmes domaines: ils peuvent être radicalement hétérogènes, ce qui interdit toute comparaison directe d'une typologie à l'autre. (SABLAYROLLES, 1996-1997, p.15)

Como bien apunta Sablayrolles, la gran mayoría de clasificaciones, entre ellas la utilizada por el Observatori, se basan en los procesos de formación, aunque haya otras que utilicen otros criterios (semánticos, funcionales o de origen) que no excluyen forzosamente los anteriores, y otras además que mezclan en la misma lista criterios de distintos tipos.

Sablayrolles, a partir del estudio de las distintas propuestas y seleccionando como base la clasificación de Tournier (1985 y 1991), se propone diseñar una nueva tipología que satisfaga dos condiciones: a) que sea lo más completa posible, y b) que cubra la totalidad de los tipos de neologismos detectados en su corpus de prensa. Así elaboró su primera propuesta publicada en 1996-1997.

Casi una década más tarde, en el marco del Proyecto NEOROM,⁴ el grupo formado por J-François Sablayrolles, John Humbley y Helène Bécicri integrados en el grupo *NEOFran*, *Observatoire de Néologie du français de France*, con sede en la Universidad de París VII-Jussieu, remodelan esta primera propuesta y elaboran la siguiente:

m a t r i c e s i n t e r n e s	Morpho- sémantiques	Construc tion	Affixation	préfixation	supertribun, antiOGM
				suffixation	vieillardisme
				dérivation inverse **	auditer, orater
				parasynthétique	antichiraquisme
				flexion **	ils closirent
		Compo- sition	composition	voiture-bélier	
	synapsie **		grenelle des retraites		
	quasimorphème **		batracianophile		
			mot valise	courriel	
	Imitation et déformation		onomatopée	dzoing	
			fausse coupe	a nesthésie	
			jeu graphique	peintresse	
			paronymie	infractus	
	Syntactico- sémantiques	Changement de fonction	conversion**	la glisse, la gagne	
			combinatoire	ça craint	
syntactique/lexicale**			une passe de viande		
Changement de sens		métaphore	souris (inform.)		
		métonymie	transistor (poste) vinyle (disque)		
		autres figures**	vrai-faux, escorteuse		
Morpho- logiques	Réduction de la forme	troncation	blème, petit déj		
		siglaison**	ECUE, LMD		
Pragmatique		détournement**	piège à jeune loup		
matrice externe		emprunt	break, cool		

⁴ NEOROM es un proyecto de investigación impulsado en el marco de la Red Panlatina de Terminología (REALITER) que se propone analizar contrastivamente la neología en las distintas lenguas románicas a fin de conocer sus posibilidades y recursos en acción. Su primer paso ha sido la creación de una red de bancos de datos neológicos y el análisis contrastivo de 1000 neologismos de prensa en todas las lenguas románicas. La propuesta y coordinación del proyecto es obra nuestra y participan del proyecto los siguientes grupos:

- *Observatori de Neologia* del Institut Universitari de Lingüística Aplicada de la Universitat Pompeu Fabra (*OBNEO*), que se ocupa de las lenguas catalana y castellana. Responsable: Rosa Estopà;

Esta clasificación, basada también en la concepción de Tournier con algunos retoques que él mismo especifica en su artículo,⁵ mejora notablemente el carácter plano de las clasificaciones anteriores por cuanto incluye la posibilidad de combinación de tipos, con lo que no rechaza que una unidad pueda ser al mismo tiempo por ejemplo una metáfora y un préstamo (*ratón* para indicar el utensilio usado en el ámbito de la informática para moverse por la pantalla del ordenador). La clasificación de Sablayrolles toma de Tournier (1985 y 1991) la noción de “matrice lexicogénique” (que adaptaremos terminológicamente como *recurso de formación* y la convierte en la base de su tipología. Así distingue entre recursos internos a la propia lengua y recursos externos, donde incluye el préstamo.

Dentro de los recursos internos se establecen cuatro tipos de procesos: procesos morfosemánticos, procesos sintáctico-semánticos, procesos morfológicos y procesos pragmáticos. Y dentro de cada proceso incluye distintos subprocesos específicos.

Es importante subrayar la distinción que hace esta tipología entre aquellos procesos que implican la semántica de los que son puramente formales. Los procesos que implican la semántica se clasifican en morfológicos, entre los que sitúa la derivación y la composición, y sintácticos, en los que figuran la conversión sintáctica, el cambio de exigencias en la estructura argumental de las piezas predicativas y el cambio semántico. Dentro de los procesos puramente morfológicos incluye la siglación y la truncación. En nuestra opinión esta separación entre cambios que implican la semántica y los que no lo hacen no está rigurosamente justificada. Ciertamente si comparamos la relación que existe

-
- *Observatorio de Neoloxia de la Universidad de Vigo*, que se ocupa de la lengua gallega. Responsable: Xose M^a López Clemente;
 - *Osservatorio neologico della lingua italiana (ONLI)* del Istituto per il lessico intellettuale europeo e storia delle idee (ILIESI-CNR) y de la Universidad La Sapienza de Roma, que se ocupa de la lengua italiana. Responsables: Giovanni Adamo y Valeria della Valle;
 - *NEOFRAN, Observatoire de Néologie du français de France*, de la Universidad Paris VII-Jussieu de París, que se ocupa de la lengua francesa. Responsables: John Humbley y Jean-François Sablayrolles;
 - *Observatório de neologismos do português contemporâneo do Brasil*, de la Universidad de São Paulo, que se ocupa de la lengua portuguesa, variedad de Brasil. Responsable: Ieda Maria Alves;
 - *Observatório de Neologia do Português (ONP)*, del Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) de Lisboa. Responsable: Margarita Correia;
 - *Observatoire de Néologie du français du Québec*, de la Universidad Laval y el Office Québécois de la Langue Française. Responsable: Pierre Auger;
 - *Observatoire de Néologie du français de Belgique*, del Institut Marie Haps de Bruselas. Responsable: M. Pierre Mayar;
 - *ONEROM, Observatorul neologic român*, del Institutul de Lingvistică “Iorgu Iordan – Al. Rosetti” din Bucuresti al Academiei Române. Responsable: Ioana Vintila-Radulescu.

⁵ Toma de Tournier su noción de matrices lexicogénicas y añade a los tipos el “*detournement*” o formación por analogía modificando una parte de la expresión: *liberté, égalité, parité*, formado por analogía a partir de *liberté, égalité, fraternité*. Introduce también la neología sintáctica por cambio de construcción o por modificación de rasgos de selección. Dentro de la afijación añade la parasíntesis y, dentro de la composición introduce el tipo de “*mots-valise*” o acrónimos (que ejemplifica en *pyrowoman, clochemerdesque*). Incluye en la sufijación lo que denomina “*suffixation flexive*” (*écrivaine, lesbien*). Y finalmente dentro de los tipos de cambio semántico distingue la metáfora y la metonimia de la restricción y la extensión.

entre *comer* y *comida*, por un lado, y entre *director* y *dire*, por otro lado, podemos afirmar que en el primer caso cambia el significado porque cambia el lexema y que en el segundo caso no cambia el lexema sino que se presenta en forma abreviada. ¿Pero es tan determinante este criterio como para prescindir de la similitud que existe entre la abreviación y la acronimia (*mot-valise*) e incluir ésta última en la composición aun tratándose de una abreviación?

Si bien la propuesta de Sablayrolles es muy completa y abierta, no acaba de satisfacer la condición de multidimensionalidad de los términos, por cuanto todos los procesos, aunque representados en niveles jerárquicos distintos (*anidación*), se sitúan en un mismo plano, un plano bidimensional en el que la relación existente entre dos fenómenos solo se representa a través de su pertenencia a una categoría jerárquica superior. En efecto, podemos ver que la clasificación presenta cuatro niveles de anidación⁶ lo que da mayor adecuación a la lista de tipos, pero aun así no acaba de satisfacer nuestros intereses en algunos puntos:

1. No vemos clara la distinción en procesos morfosemánticos, sintáctico-semánticos y puramente morfológicos, por cuanto no se adecua a nuestra concepción de la formación de palabras en el marco de una gramática. En nuestro caso preferimos partir de los tipos de intervención gramatical asociados al tipo de proceso que se lleva a cabo, como veremos a continuación.
2. No acabamos de ver pertinente la distinta ubicación de la conversión y la derivación inversa por cuanto el proceso parece ser el mismo.
3. No consideramos que las formaciones sintagmáticas se incluyan en la composición, si tomamos este término en sentido estricto como un tipo de combinación, y tampoco se adecua a nuestras consideraciones gramaticales.
4. No encontramos suficientemente explícitos los casos de lexicalización de formas flexivas.
5. No consideramos la formación de una sigla correspondiente a un nombre propio como un neologismo léxico propiamente dicho, etc.

Criterios para una propuesta de tipologización multivariante

De acuerdo con nuestra concepción de lo que debería ser un sistema de clasificación de los neologismos, distinguiríamos diferentes criterios de clasificación, de forma que la aplicación de cada uno de ellos daría lugar a una

⁶ El término *anidación* intenta substituir el término francés *enchassement* usado por Sablayrolles.

clasificación específica. La integración de todos los criterios en una tabla de clasificación multivariante daría a cada neologismo un perfil general en el que para cada criterio habría un valor marcado, resuelto en positivo (+ presencia de un valor) o negativo (- ausencia de un valor) y un valor no marcado (0 no pertinencia de un valor para un tipo determinado de neologismo).

Los criterios que a nuestro parecer habría de tener en cuenta son los siguientes:

- a) Variación gráfica/ fonológica, en los casos que no se trate de una variante ortográfica.
- b) Vía o proceso final por el que el neologismo entra en el uso lingüístico: creación/formación/préstamo.
 1. Creación: sí/-
 2. Formación: especificar tipo y subtipo

2.1 Combinación

2.1.1 Combinación morfológica:

Prefijación

Sufijación

Prefijación y sufijación (casos en los que no se puede dilucidar cuál ha sido el último proceso)

Parasíntesis

Prefijación híbrida (culto/patrimonial)

Sufijación híbrida (culto/patrimonial)

Composición culta

Composición patrimonial

Composición híbrida

2.1.2 Combinación sintáctica

Núcleo sigla/unidad léxica

2.2. Cambio

2.2.1 Cambio gramatical:

2.2.1.1 Cambio de categoría gramatical

2.2.1.2 Cambio de subcategorización

2.2.2 Resemantización

2.2.2.1 Reducción de significado

2.2.2.2 Ampliación de significado

2.2.2.3 Cambio de significado

- 2.3 Reducción
- 2.4 Repetición
 - 2.4.1 Siglación
 - 2.4.2 Acronimia
 - 2.4.3 Abreviación
- 2.5 Fijación o lexicalización
- 3. Préstamo:
 - 3.1 Origen lingüístico: especificar lengua
 - 3.2 Procedente de lengua del mismo alfabeto/de distinto alfabeto: en el caso de préstamos de distinto alfabeto: transcripción/ transliteración/ mixto
 - 3.3 Préstamo directo/a través de otra lengua
 - 3.4 Adaptación a la lengua de acogida: sí/no
 - 3.5 Adaptación gráfica/fónica/morfológica
- c) Estructura interna: simple/construida (representación)
- d) Agente neológico: neologismo planificado/espontáneo.

Conclusiones provisionales

Es este artículo nos proponíamos revisar uno de los aspectos de la neología que ha sido objeto de una gran diversidad de criterios: la clasificación o tipología neológica.

Hemos partido del estudio de Sablayrolles (1996) en el que se analizan y comparan una gran cantidad de propuestas de distinta naturaleza y alcance y de distintas épocas. Esta revisión exhaustiva conduce a una propuesta inicial y a una segunda propuesta de 2004, realizada para el proyecto *Neología en las lenguas románicas (NEOROM)*.

El proyecto NEOROM, iniciado en 2004 y cuya primera finalidad era la constitución de una red de observatorios de metodología de las lenguas románicas en sus variantes más representativas, parte de la tipología creada por el Observatori de Neologia de l'institut Universitari de Lingüística Aplicada (IULA) de la Universitat Pompeu Fabra de Barcelona, que se propuso para asegurar la homogeneidad de los datos recopilados por los miembros del proyecto y facilitar el análisis contrastivo entre lenguas.

Sin embargo, la larga experiencia del Observatori de Neologia en materia de clasificación de los neologismos reclamaba una revisión de dicha neología, revisión que algunos miembros del proyecto NEOROM también reclamaban.

Este texto se propone como un primer paso en esta dirección con el único fin de facilitar la tarea de discusión conjunta.

CABRÉ CASTELLVÍ, M. T. Typology of neologisms: a complex task. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.229-250, 2006.

- *ABSTRACT: In this paper some proposals about typology of neologisms are presented. Based in the long work experience of the Observatori de Neologia (OBNEO) at the Pompeu Fabra University in Barcelona, a new and more adequate proposal to the diversity of neologisms and in a multivariate format is presented.*
- *KEYWORDS: Neology; typology; lexicology.*

Referências bibliográficas

SABLAYROLLES, J. F. Néologismes: une typologie des typologies. *Cahiers du CIEL* 1996-1997, p.11-48, 1996.

TOURNIER, M. *Précis de lexicologie anglaise*. Paris: Nathan, 1991.

Bibliografía consultada

GOOSE, A. *La néologie française d'aujourd'hui*. Paris: C.I.L.F., 1975.

GUILBERT, L. La néologie scientifique et technique. *La banque des mots*, v.1, p.45-54, 1971.

_____. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.

MERLE, G. et al. *Les mots nouveaux apparus depuis 1985*. Paris: Belfond, 1989.

OBSERVATORI DE NEOLOGÍA. *Metodología del trabajo en neología: criterios, materiales y procesos*. Barcelona: IULA, 2004.

SABLAYROLLES, J. F. *La néologie en français contemporain*. Paris: Honoré Champion, 2000.

FALSOS COGNATOS, FALSOS AMIGOS OU COGNATOS ENGANOSOS? DESFAZENDO A CONFUSÃO TEÓRICA ATRAVÉS DA PRÁTICA

Marilei Amadeu SABINO¹

- RESUMO: O objetivo deste trabalho é, primeiramente, apresentar algumas discussões referentes aos termos “**falsos cognatos**”, “**falsos amigos**” e “**cognatos enganosos**”. Em um segundo momento, após concluirmos que os termos “falsos cognatos” e “cognatos enganosos” referem-se a dois fenômenos lingüísticos diferentes, propomos definições distintas para cada um deles, ilustrando com exemplos da prática, baseados na Teoria dos Conjuntos Matemáticos.
- PALAVRAS-CHAVE: Falsos cognatos; falsos amigos; cognatos enganosos; dicionários bilíngües; tradução.

Introdução

Por meio da literatura sobre os **falsos cognatos**, percebemos que não havia uma conceituação teórica do termo que fosse livre de contradições e a compreensão do que realmente são vocábulos **falsos cognatos** parece ainda ser bastante confusa. Geralmente as expressões **falsos cognatos** e **falsos amigos** são consideradas sinônimas e por isso são utilizadas para designarem um mesmo fenômeno lingüístico.

Constatamos que não havia uma definição adequada e que fosse de aceitação unânime sobre essa questão. Por um lado, havia quem se baseava na etimologia para identificar um “*falso cognato*” (RÓNAI, 1983), aqueles que desconsideravam a importância de sua origem e outros autores que, ao classificarem vocábulos como “*falsos cognatos*”, incluíam, em sua definição, tanto os vocábulos com etimologia comum, quanto aqueles sem etimologia comum (XATARA; OLIVEIRA, 1995).

¹ UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Letras Modernas – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP – Brasil. Endereço eletrônico: amadeusm@ibilce.unesp.br

Se partirmos da etimologia do vocábulo **cognato**, constatamos que este originou-se do latim *cognatu(m)* que é a junção de *cum* (= **com**) e *natus* (= **nato**), significando, portanto, **nascido junto, consangüíneo**. Sendo assim, não poderiam ser consideradas cognatas, palavras de origens diferentes.

Em busca de desfazer alguns equívocos, partimos das definições encontradas no verbete **falso** em dois dicionários: no dicionário de Aurélio B. de H. Ferreira (1999) e no de Koogan e Houaiss (1999).

Falso (adj.)

1. contrário à realidade (*não verdadeiro, contrário à verdade*).
2. em que há mentira, fingimento, dissimulação (*simulado*).
3. fingido, **enganoso**, fictício (*suposto*).
4. **desleal, pérfido, traiçoeiro** (*traidor*).
5. sem fundamento, infundado.
6. errado, inexato.
7. falsificado.
8. aparente.
9. feito à semelhança ou imitação do verdadeiro (*imitado, postição*).

Verifica-se que, das nove acepções de sentido contidas no verbete **falso**, a grande maioria remete a algo que seja: não-verdadeiro (= falsificado), dissimulado, fictício (suposto), sem fundamento (infundado), errado (inexato), aparente, imitado. Dessa forma, atribuir o nome de cognatos não-verdadeiros, falsificados, fictícios, infundados, errados, inexatos ou aparentes a vocábulos de duas línguas diferentes, que tiveram origem comum (cognatos), mas que por evoluções semânticas divergentes resultaram em significados diferentes, seria tão incoerente quanto afirmar, por exemplo, que dois irmãos, filhos de um mesmo casal, por possuírem fisionomias distintas, não são filhos legítimos de uma mesma mãe. Por isso, atribuir a esses vocábulos o nome de **falsos cognatos** não parece ser uma designação lógica e racional.

Dentre os sentidos do item lexical **falso** que apresentamos, aqueles que caberiam para designar esse tipo de cognatos em apreço seriam, no máximo, os de **enganoso, traiçoeiro, desleal e pérfido (= infiel)**. Nesse sentido, poderíamos dizer que tais vocábulos, originariamente nascidos juntos, e que formalmente se assemelham, mas, que por evoluções semânticas diferentes assumiram alguns significados distintos, só poderiam ser chamados de **falsos cognatos** desde que **falso**, nesse caso, seja entendido exclusivamente como “enganoso, traiçoeiro, infiel”, ou seja, cognatos enganosos ou traiçoeiros, dados os sentidos diferentes que ambos os termos ou um só deles passaram a ter, vistos diacronicamente, ou ainda, cognatos infieis quanto aos sentidos que ambos possuíam em sua origem.

Afora essa interpretação, acreditamos que qualquer outra seria ilógica e irracional e por essa polissemia do vocábulo **falso** – que pode induzir a

interpretações ambíguas – acreditamos que a expressão **falso cognato** tenha sido mal cunhada. Concluindo, diríamos que essa expressão é perfeitamente aceitável somente para aqueles vocábulos que não possuem origem comum, mas que são formalmente semelhantes, podendo induzir a erros de interpretação de sentidos.

Um outro termo também bastante difundido na literatura voltada ao ensino de línguas estrangeiras e que é considerado, pela grande maioria dos estudiosos de línguas, como sinônimo de **falsos cognatos**, é o termo **falsos amigos**. Muitos autores reconhecem Koessler e Derocquigny (1928)² como tendo sido os primeiros a usarem o termo **falsos amigos** (faux-amis). A esse respeito, Prado (1989, p.721) traz a seguinte citação:

Desde que Maxime Koessler y Jules Derocquigny publicaron Les Faux Amis en 1928, la expresión “falsos amigos” se ha usado para denominar los vocablos de dos lenguas que son iguales o muy similares, pero que difieren, a veces considerablemente, en significado o uso. Estos falsos amigos son sumamente traicioneros porque a primera vista parecen ser una gran ayuda por la similitud ortográfica, pero en realidad hacen más ardua la tarea de maestros, estudiantes y traductores.

Segundo Campenhoudt (19--), o termo **falsos amigos** (faux-amis) não aparece nos grandes dicionários do francês contemporâneo, com exceção do *Trésor de la langue française* e do *Nouveau Petit Robert* (1993). Para ele, esse termo, que é próprio da Lingüística aplicada ao ensino das línguas, é particularmente utilizado na aprendizagem do inglês pelos falantes de francês ou do francês pelos falantes de inglês.

Constatamos, ainda, que esse termo tampouco é registrado no dicionário da língua portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1999).

Para Campenhoudt (19--), contrariamente ao que se acredita, a designação **false friends** é que é um decalque do francês. Para ele, os lingüistas de fala inglesa recorrem, às vezes, ao empréstimo puro e simples da forma **faux-amis**, sendo que os mais puristas preferem o termo **false cognate** ou **deceptive cognate**.³ Acreditamos, todavia, que o termo **deceptive cognates** (cognatos enganadores) possa ser uma boa alternativa para escaparmos da polissemia de

² Prado (1989) apresenta a seguinte referência: KOESSLER e DEROCQUIGNY. *Les faux-amis ou les trahisons du vocabulaire anglais*. Vuibert, 1928. Mascherpe e Zamarin (1980), por outro lado, apresentam a referência da edição de 1949: KOESSLER e DEROCQUIGNY. *Les faux-amis ou les pièges du vocabulaire anglais*. Paris: LibrairieVuibert, 1949. Santos (1980, p.xx) diz que o livro foi reeditado cinco vezes até 1964 e apresenta a referência da edição de 1975, de autoria apenas de Koessler. A referência dessa última edição é: KOESSLER, M. *Les faux amis des vocabulaires anglais et américain*: nouvelle édition refondue e augmenté. Paris: LibrairieVuibert, 1975.

³ Campenhoudt assinala que Robert et Collins (1990, p.296) prevêem igualmente a designação **deceptive cognates**: Robert-Collins dictionnaire français-anglais, anglais-français. Paris: Le Robert, 1990.

“false”, no caso de *false cognates*, bem como de termos de atribuir um sentido conotativo ao vocábulo “**friends**” (“amigos”), no caso de *false friends*.

Essa confusão no uso dos termos **falsos cognatos** e **falsos amigos** parece ser devida, em parte, ao fato de a primeira obra sobre o assunto ter sido publicada em francês, com o título de *Les faux-amis*, como já mencionamos. Supõe-se que, a partir disso – como já disse Campenhoudt, citado anteriormente –, o termo francês *faux-amis* começou a ser decalcado em outras línguas, inclusive no português, língua em que recebeu o nome de *falsos amigos*.

Nas palavras dos autores que definiram o termo pela primeira vez (Koessler e Derocquigny), os **faux-amis** (*falsos amigos*) designam *palavras de etimologia e de formas semelhantes, mas de sentidos parcialmente ou totalmente diferentes* (tradução nossa). Como a etimologia se refere à origem das palavras e considerando que as palavras que têm a mesma etimologia são **cognatas** (ou nascidas juntas), provavelmente seja essa uma possível resposta para o fato de posteriormente se atribuir o nome de **falsos cognatos** às palavras semelhantes na forma mas diferentes quanto aos sentidos. Essa expressão foi difundida em diversas línguas e é talvez por isso que os termos *falsos amigos* e *falsos cognatos* sejam hoje considerados por muitos como sinônimos e designadores de um mesmo fenômeno ou processo.

Pelas considerações que fizemos, até agora, acreditamos ter deixado evidente que não classificamos os dois termos como sinônimos um do outro, tampouco admitimos que designem um mesmo fenômeno.

Temos, por um lado, a expressão *falsos amigos* (*faux-amis*), na qual o item lexical *amigo* – que pode apresentar vários sentidos conotativos – nos leva a atribuir um sentido metafórico a ele. Por outro lado, na expressão *falsos cognatos*, embora o item *cognato* não possua entrelaçamentos da semântica conotativa, ela pode gerar sérios problemas de interpretação, causados tanto pela polissemia do termo *falso*,⁴ como já discutimos anteriormente, quanto pelo próprio vocábulo **cognato**, que faz referência à história da língua.

Alguns autores de obras sobre **falsos cognatos**, **falsos amigos** ou similares, embora não apresentem uma distinção clara entre esses dois vocábulos em questão, parecem ter consciência de que não se referem ao mesmo fenômeno e evidenciam esse fato não fazendo uso desses termos indiscriminadamente.

Provavelmente por sentir que **falsos cognatos** e **falsos amigos** não designam um mesmo processo, Downes (1984), na introdução de seu livro *Palavras amigas-*

⁴ Santos (1981, p.xviii-xx), ao declarar que a expressão **faux amis du traducteur** foi criada por Maxime Koessler e Jules Derocquigny, em 1928, quando lançaram o livro *Les faux amis ou les pièges du vocabulaire anglais*, afirma acreditar que **falso amigo** não é uma expressão simpática *não por designar algo a evitar ou traiçoeiro, mas por ser decalque infeliz de uma expressão figée francesa que ficou falsa ou artificial em português*. Por isso, a bem da precisão e clareza, prefere usar, em sua obra, a expressão **cognato traiçoeiro** ou **cognato enganador**.

da-onça: a vocabulary of false friends in English and Portuguese, deixa evidente a sua preferência pela expressão “*palavras amigas-da-onça*”, muito mais do que por **falsos amigos (false friends)** ou por **falsos cognatos (false cognates)**. Para ele, a expressão *palavras amigas-da-onça* é muito mais adequada, uma vez que se refere não exatamente a um amigo traiçoeiro que nos engana, mas a alguém que, tentando ser-nos útil, torna a nossa tarefa mais difícil. Desse modo, essa confusão teórica obviamente reflete-se também na prática. Geralmente as obras publicadas e disponíveis no mercado, intituladas como sendo de **falsos cognatos**, arrolam, indiscriminadamente, tanto os vocábulos que têm etimologia comum, quanto aqueles originários de étimos diferentes, agrupando, portanto, todos eles sob o rótulo de **falsos cognatos**. O que acontece, na verdade, é que muitas dessas unidades lexicais são verdadeiros cognatos e atribuir-lhes o nome de **falsos cognatos** não parece ser sensato.

Essas unidades lexicais, muitas vezes, representam problemas quando se contrastam duas ou mais línguas distintas – sobretudo as neolatinas – pelo fato de, por serem pertencentes a línguas irmãs e possuírem grande semelhança entre si, poderem induzir o falante a uma decodificação errônea. E é essa enorme familiaridade entre essas línguas o fator principal que induz ao erro, tanto o aprendiz desavisado, quanto até mesmo aquele mais experiente.

Após essas considerações, definir mais adequadamente o que são **falsos cognatos** e o que são **cognatos enganosos** torna-se imprescindível.

Definições de falsos cognatos e de cognatos enganosos

Como já dissemos anteriormente, não consideramos esses dois termos sinônimos, nem admitimos que designem um mesmo fenômeno. Assim sendo, propomos as seguintes definições para **falsos cognatos** e **cognatos enganosos**:

- a) **Cognatos enganosos** são unidades lexicais de duas (ou mais) línguas distintas que, por serem provenientes de um mesmo étimo, são ortográfica e/ou fonologicamente idênticas ou semelhantes, mas que por terem sofrido evoluções semânticas diferentes, possuem sentidos diferentes. Essas mudanças podem ter acontecido em apenas uma das línguas, ou nas duas. Sendo assim, é possível que ambas ainda conservem traços semânticos comuns, ou ainda, que os sentidos originariamente apresentados por esses pares de unidades lexicais tenham se distanciado tanto, em ambas as línguas – tornando-se, por vezes, até antagônicos – a ponto de não parecerem ser vocábulos cognatos.

Alistamos, abaixo, exemplos de **cognatos enganosos**, nas línguas portuguesa e inglesa:

VOCÁBULO	TRADUÇÃO	ETIMOLOGIA COMUM
Attend (Ingl.)	frequentar (escola), assistir (a aulas)	[L. <i>attendere</i>]
Atender (Port.)	dar atenção a, prestar auxílio a	
Expert (Ingl.)	perito	[L. <i>expertu(m)</i>]
Esperto (Port.)	espertalhão, inteligente	
Fabric (Ingl.)	tecido, pano	[L. <i>fabrica</i>]
Fábrica (Port.)	estabelecimento industrial	
Intend (Ingl.)	pretender, tencionar	[L. <i>intendere</i>]
Entender (Port.)	compreender	
Pretend (Ingl.)	fingir	[L. <i>praetendere</i>]
Pretender (Port.)	aspirar a, planejar, tencionar	
Push (Ingl.)	empurrar	[L. <i>pulsare</i>]
Puxar (Port.)	tirar, arrancar	

Quadro 1 – Vocábulos considerados **cognatos enganosos**, no confronto do português com o inglês

Com relação aos **falsos cognatos**, atribuímo-lhes a seguinte definição:

- b) **Falsos cognatos** são unidades lexicais pertencentes a duas (ou mais) línguas distintas que, apesar de serem provenientes de étimos diferentes resultaram – em conseqüência das evoluções fonéticas que sofreram, ao longo do tempo – em unidades lexicais ortográfica e/ou fonologicamente idênticas ou semelhantes, embora seus valores semânticos sejam bastante distintos.

Alguns exemplos desses pares de vocábulos são:

VOCÁBULO	TRADUÇÃO	ETIMOLOGIA (Oxford, 1992.)
Bald (Ingl.)	careca, calvo	[do Ing. <i>balde/belde/ballede</i> , p.p. <i>ball</i> (ficar redondo como uma bola, como quando o cabelo é removido)]
Balde (Port.)	recipiente	[de origem controversa]
Bravo (Ingl.)	muito bem!	[do It. <i>bravo</i> , “well done” (muito bem)]
Bravo (Port.)	furioso, irado	[do L. <i>barbaru</i>]
Contest (Ingl.)	competição	[do L. <i>contestari</i>]
Contexto (Port.)	encadeamento das idéias de um escrito	[do L. <i>contextu</i>]
Cute (Ingl.)	gracioso	[do L. <i>acutus</i> , “sharp” (agudo)]
Cute (Port.)	pele, tez	[do L. <i>cute</i> , “cutis” (pele)]
Moisture (Ingl.)	umidade	[do Fr. <i>moisteur</i> , de <i>moiste</i>]

Mistura (Port.)	mescla, amálgama	[do L. <i>mixtura</i>]
Policy (Ingl.)	orientação política; apólice	[do L. <i>apodixa</i> , do Gr. <i>apodeixis</i>]
Polícia (Port.)	corporação incumbida de fazer respeitar leis e regras	[do L. <i>politia</i> , do Gr. <i>politeia</i>]
Pull (Ingl.)	puxar	[do Anglo-Saxão <i>pullian</i>]
Pular (Port.)	saltar	[do L. <i>pullare</i>]

Quadro 2 – Vocábulo considerados **falsos cognatos**, no confronto do português com o inglês

Em seguida, com base na Teoria dos Conjuntos Matemáticos, elaboramos alguns subsídios teórico-práticos que possam servir para classificar mais precisamente essas unidades lexicais nomeadas ora de **falsos cognatos**, ora de **cognatos enganosos**.

Relações de oposição

Pais (2001), em sua obra *Introdução à fonologia*, utiliza-se desse modelo ao opor os códigos lingüísticos de dois indivíduos de um mesmo grupo. Para isso, o autor estabelece quatro tipos de relações de oposição, usando a seguinte nomenclatura: 1. *Relação de oposição de identidade*; 2. *Relação de oposição transitiva*; 3. *Relação de oposição inclusiva*; 4. *Relação de oposição disjuntiva*. A partir disso, propusemos a aplicação desse modelo para a identificação dos **falsos cognatos** e **cognatos enganosos**, tomando como base a Teoria dos Conjuntos Matemáticos, juntamente com a nomenclatura utilizada por Pais, e obtivemos os seguintes resultados:

1. Relação de igualdade (conjuntos iguais) ou Relação de oposição de identidade

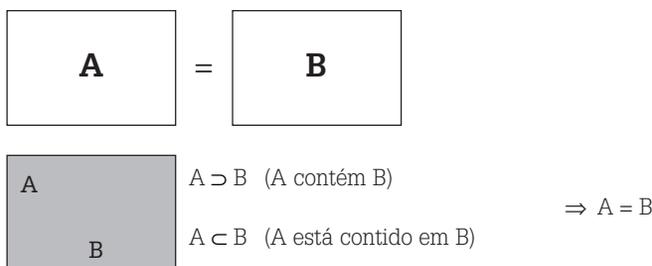


Figura 1 – Representação de unidades lexicais, de duas línguas distintas (A e B), que possuem sentidos iguais

2. **Intersecção entre conjuntos** ou **Relação de oposição transitiva**

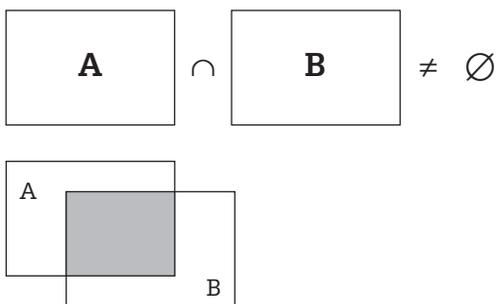


Figura 2 – Representação de unidades lexicais, de duas línguas distintas (A e B), que possuem sentidos em comum.

3. **Relação de inclusão** (subconjuntos) ou **Relação de oposição inclusiva**

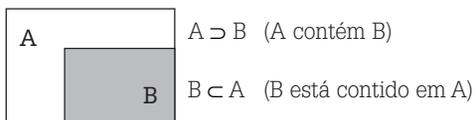


Figura 3 – Representação de unidades lexicais, de duas línguas distintas (A e B), cujos sentidos de B estão contidos A

4. **Disjunção entre conjuntos** ou **Relação de oposição disjuntiva**

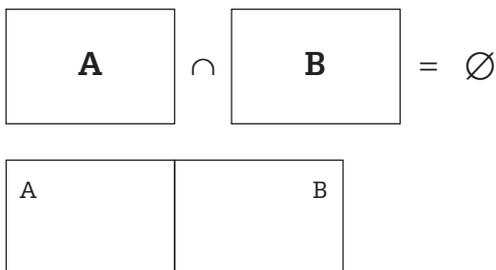


Figura 4 – Representação de unidades lexicais, de duas línguas distintas (A e B), que não possuem sentido em comum

Como o objeto de nossa investigação são as unidades lexicais da língua portuguesa que possuem pelo menos um sentido diferente daqueles apresentados pelo item lexical que é seu “par” semelhante na língua inglesa, descartamos, desde o princípio, o primeiro tipo de relação entre os conjuntos, citada há pouco, que é a **relação de oposição de identidade**. Isso porque nela se encaixariam todos os vocábulos **verdadeiramente cognatos** entre duas línguas. Assim sendo, os outros três tipos de relação de oposição entre conjuntos são os que verdadeiramente nos interessam, ou seja: relação de oposição transitiva; relação de oposição inclusiva e relação de oposição disjuntiva.

No que se refere à **relação de oposição transitiva**, faremos, a seguir, algumas considerações.

Para que compreendamos o tipo de relação lingüística que se estabelece entre um dado conjunto A e um dado conjunto B, entendamos por conjunto A uma unidade lexical da língua portuguesa que é igual ou semelhante, no plano da expressão, a uma outra unidade lexical – desta vez pertencente à língua inglesa –, mas que diferem, entre si, quanto aos sentidos que cada uma delas possui. Desse modo, todos os sentidos que figuram apenas no conjunto A seriam os sentidos que a unidade lexical da língua portuguesa possui e que diferem daqueles que a unidade lexical semelhante, pertencente à língua inglesa, apresenta. O mesmo é válido para os sentidos que aparecem registrados apenas no conjunto B, quer dizer, seriam os sentidos que a unidade lexical da língua inglesa possui e que diferem daqueles que a unidade lexical semelhante, pertencente à língua portuguesa, apresenta. Nessa perspectiva, chamamos as áreas dos conjuntos A e B que não estão em intersecção, de conjuntos-diferença. Por outro lado, na área de intersecção entre os conjuntos A e B estariam os elementos comuns aos dois conjuntos, ou seja, as acepções iguais ou semelhantes que ambas as unidades lexicais apresentam, cada qual em sua língua. Assim sendo, chamamos essa área de intersecção entre os conjuntos A e B de conjunto-intersecção. Poderíamos, grosso modo, listar alguns pares de unidades lexicais que se enquadrariam neste tipo de relação. São elas: *atender # to attend*, *entender # to intend*, *entrar # to enter* e *pretender # to pretend*.⁵ Ex:

⁵ As informações contidas nas figuras 5, 6 e 7 foram extraídas do dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e dos dicionários de Língua Inglesa das editoras Cambridge e Oxford, constantes da bibliografia.

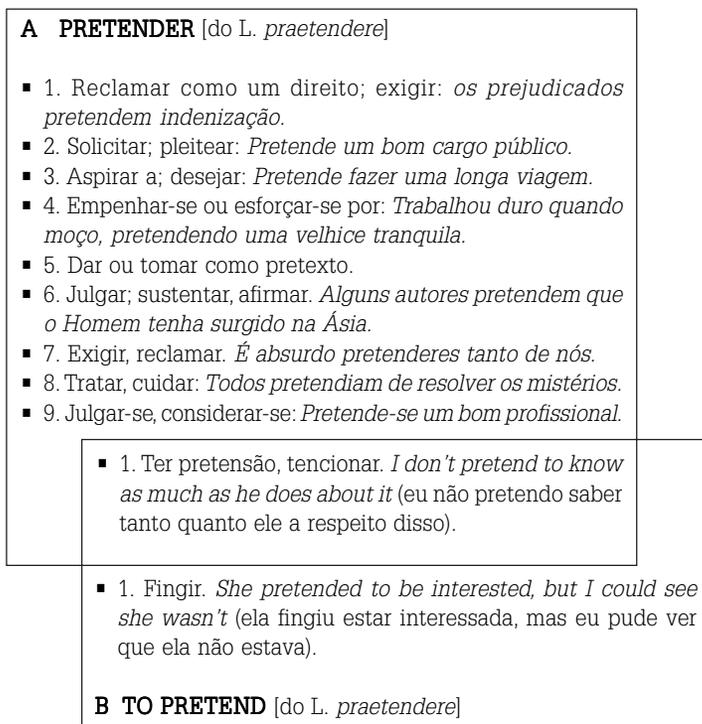


Figura 5 – Ilustração das relações de sentido entre as unidades lexicais **pretender** (português) e **to pretend** (inglês). A área em intersecção representa os sentidos que ambos os verbos possuem em comum.

No que diz respeito ao segundo tipo de relação que nos interessa, a **relação de oposição inclusiva**, verificamos que se trata daquelas unidades lexicais cujos planos da expressão (significantes) são idênticos ou semelhantes nas duas línguas, mas cujos planos do conteúdo (significados) são mais abrangentes na unidade lexical de uma delas e mais restritos na da outra. Contrastando a língua portuguesa com a inglesa, reconhecemos pares de unidades lexicais como **balcão** # *balcony*, **bravo** # *bravo*, dentre muitos outros. Abaixo descrevemos os lexemas **balcão** (Port.) # *balcony* (Ingl.), para exemplificar esse tipo de relação.

<p>A Balcão [do Al. <i>balko</i>, pelo It. <i>balcone</i>]</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 1. Móvel da altura de uma mesa ou pouco mais alto, empregado em lojas, repartições ou outros estabelecimentos, para atendimento do público ou da clientela e que eventualmente serve para expor mercadorias. 	<p>B BALCONY [do Fr. Balcon, It. Balcone]</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 1. Varanda ou sacada, guarnecida, em geral, de muro ou grade e peitoril. ▪ 2. (Teatr.) Localidade da platéia situada entre os camarotes e as galerias.
--	--

Figura 6 – Ilustração das relações de sentido entre **balcão** (português) e **balcony** (inglês). A área de **balcão** (A) contempla os sentidos comuns apresentados em **balcony** (B) e mais um sentido só seu.

Por fim, no que se refere à relação de disjunção (oposição disjuntiva), dizemos que duas unidades lexicais que se enquadrem nesse tipo de relação estão ligadas apenas pela semelhança no plano da expressão, não possuindo, portanto, nenhum sentido em comum. A figura 4, apresentada anteriormente, elucidada bem esse fenômeno. Nela, o traço em negrito que divide o conjunto A do B, seria o único elemento que os dois conjuntos têm em comum, elemento que, como já dissemos, é representado pela semelhança entre as unidades lexicais apenas no plano da expressão. Exemplos de pares de lexemas dessa natureza são: *cute # cute, balde # bald, polícia # policy, pular # to pull e mistura # moisture*. Vejamos:

A. CUTE (Port.) [do L. <i>cute</i>]	B. CUTE (Ingl.) [do L. <i>acutus</i>]
Var. <i>cútis</i> (s.) <ul style="list-style-type: none"> ▪ 1. A pele humana, a pele do rosto. ▪ 2. Epiderme, tez. 	(adj.) <ul style="list-style-type: none"> ▪ 1. Charmoso e atraente (esp. Algo ou alguém pequeno ou jovem). ▪ 2. Esperto, astuto, sagaz.

Figura 7 – Ilustração das relações de sentido entre duas unidades lexicais que não apresentam sentido em comum.

Em resumo, concluímos que as unidades lexicais que se enquadram nos dois primeiros tipos de relação abordadas, quer dizer, a de **oposição transitiva** e a de **oposição inclusiva**, caracterizam os **cognatos enganosos** de uma língua em relação à outra. Isso se deve ao fato de serem provenientes de um mesmo étimo, mas que ao longo do tempo sofreram mudanças de sentidos. Por outro lado, aquelas que mantêm uma relação de **oposição disjuntiva**, ou seja, que estão ligadas apenas pela semelhança no plano da expressão, não possuindo, portanto, nenhum sentido em comum, caracterizam os **falsos cognatos**.

Com relação aos **cognatos enganosos**, em alguns pares de lexemas as mudanças de sentidos podem ser de tal dimensão, que um consulente desavisado facilmente os confundiria com vocábulos **falsos cognatos**, já que a única forma de evidenciar que são cognatos verdadeiros (e portanto originários de um mesmo étimo), seria por meio de consulta a um dicionário etimológico. Como exemplo, poderíamos citar os pares fábrica # fabric e esperto # expert, que, apesar de serem provenientes de um mesmo étimo, não mais possuem sentidos afins.

Assim sendo, acreditamos que esses subsídios fornecidos pela Teoria dos Conjuntos Matemáticos possam contribuir não só para uma melhor identificação dos **falsos cognatos** e **cognatos enganosos**, em diversas línguas estrangeiras, como também para a sua classificação quanto ao tipo de relação que desempenham, em contraste com uma outra língua.

SABINO, M. A. False cognates, false friends or deceptive cognates? Eliminating theoretical confusion through practice. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.251-263, 2006.

- *ABSTRACT: The aim of this study is firstly to present a discussion concerning the terms "false cognates", "false friends" and "deceptive cognates". Secondly, having concluded that the terms "false cognates" and "deceptive cognates" refer to two different linguistic phenomena, we propose distinct definitions for each, illustrating these with practical examples, based on Set Theory.*
- *KEYWORDS: False cognates; false friends; deceptive cognates; bilingual dictionaries; translation.*

Referências Bibliográficas

CAMBRIDGE international dictionary of English. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CAMPENHOUDT, M. V. Mille faux-amis en langue française: table de confusions. Bruxelles: Institut Supérieur de Traducteurs et Interprètes (ISTI), 19--. Disponível em: <<http://www.termisti.refer.org/faintro.htm>>. Acesso em: 17 maio 2000.

DOWNES, L. S. *Palavras amigas-da-onça: a vocabulary of false friends in English and Portuguese*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

FERREIRA, A. B. H. *Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

KOOGAN, A.; HOUAISS, A. *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. 4. ed. Rio de Janeiro: Delta; Seifer, 1999.

- MASCHERPE, M.; ZAMARIN, L. *Os falsos cognatos na tradução do inglês para o português*. São Paulo: Difel, 1980.
- NASCENTES, A. Léxico de nomenclatura gramatical brasileira. In: SANTOS, A. S. *Guia prático de tradução inglesa*. São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1981.
- OXFORD advanced learner's encyclopedic dictionary. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- PAIS, C. T. *Introdução à fonologia*. São Paulo: Plêiade, 2001.
- PRADO, M. Falsos amigos en lexicografía bilingüe. *Hispania*, v.72, p.721-27, 1989.
- RÓNAI, P. *Guia prático da tradução francesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- SANTOS, A. S. *Guia prático de tradução inglesa*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1981.
- XATARA, C. M.; OLIVEIRA, W. A. L. *Dicionário de falsos cognatos francês-português e português-francês*. São Paulo: Schimidt, 1995.

Bibliografia Consultada

- BIDERMAN, M. T. C. A ciência da lexicografia. *Alfa*, São Paulo, v.28, p.1-26, 1984. Suplemento.
- HOYOS, B. L. F. *Dicionário de falsos amigos: do espanhol e do português*. São Paulo: Página Aberta; Consejería de Educación da Embajada de España, 1992.
- LEIVA, M. J. S. *Falsos cognatos em português e espanhol*. 1994. 170f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- MIRANDA, F. B. Sobre algunos tipos de falsos cognados. *Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos*, São Paulo, v.8, p.21-27, 1998.

OS ESTRANGEIRISMOS DA ÁREA DA INFORMÁTICA NO AURÉLIOXXI¹

Waldenice Moreira CANO²

Daniela de Faria PRADO³

- RESUMO: Este trabalho objetiva refletir sobre as inserções de estrangeirismos da área da Informática oriundos do inglês e registrados no Dicionário *Aurélio XXI*. Após a coleta e análise das cento e vinte e duas unidades marcadas, verificamos que faltam critérios confiáveis para a inserção dessas unidades no dicionário em questão.
- PALAVRAS-CHAVE: Lexicologia; lexicografia; empréstimo lingüístico; estrangeirismo.

Introdução

Como depositário da cultura de uma época, o dicionário não apenas descreve, mas também registra a norma social dessa época, com seus valores, suas interdições, as suas marcas de uso, à qual os sujeitos falantes devem se submeter. É com base nessa norma que os membros de uma comunidade julgam socialmente o comportamento uns dos outros: alguns são aceitos, outros descartados ou condenados. Nesse sentido o dicionário não é nem puramente descritivo, nem puramente normativo. É, antes de tudo, uma obra didática.

Assim, o acervo de conhecimentos técnico-científicos de um povo é, também, parte da sua cultura; assim, o dicionário, ao registrar as unidades especializadas, registra, também, os termos da técnica e da ciência de uma comunidade numa determinada época. Um consulente procura no dicionário o aval para empregar determinada palavra ou para esclarecer dúvidas sobre seu uso ou o domínio a que pertence. O dicionário não é, pois, apenas o reflexo da cultura característica de um povo, como também registra o saber científico

¹ Este trabalho é o resultado da pesquisa de Mestrado de Daniela de Faria Prado, sob orientação da Profa. Waldenice Moreira Cano e faz parte do Projeto de Pesquisa Marcas de Uso e Marcas Temáticas em Dicionários de Língua Portuguesa.

² UFU – Instituto de Letras e Lingüística – 38408-100 – Uberlândia – MG – Brasil. Endereço eletrônico: wmcano@triang.com.br

³ ULBRA – Instituto Luterano de Ensino Superior – 75503-480 – Itumbiara – GO – Brasil. Endereço eletrônico: danielaparacatu@hotmail.com

adquirido por esse povo em determinado momento da história. Assim, o dicionário é (ou deveria ser) o veículo de acesso a esse saber sócio-cultural e científico dominante, que deve ser aprendido, adquirido.

Segundo Dubois e Dubois (1971, p.103), nos primeiros repertórios monolíngües do francês, privilegiavam-se os neologismos literários em detrimento das terminologias, qualificadas de abomináveis e inúteis para o homem culto da época. Somente em princípios do século passado, a imagem do “homem literário” foi sendo substituída pela de “homem técnico”, ou seja, a do especialista em determinado campo do saber. Essa atitude é reflexo da transformação da cultura, determinada pelo avanço técnico-científico, haja vista a significativa porcentagem de terminologias num dicionário de língua. Aliás, é a quantidade de unidades especializadas que determina o tamanho de um dicionário de língua, já que o léxico comum tende a ser estável (BOULANGER, 1994, p.258). A presença ou não dessas unidades no dicionário de língua revela o avanço científico de uma época. Muitos termos presentes num dicionário num momento são abolidos em outro, quando o referente nomeado evolui ou se torna obsoleto.

Diante desse dinamismo do léxico, os lexicógrafos deparam-se com a difícil tarefa de codificar o saber lingüístico de uma comunidade em uma determinada época. No Brasil, vários grupos, em diferentes universidades brasileiras, estão procurando criar e desenvolver bancos de dados, principalmente terminológicos e neológicos, com o objetivo de sistematizar e registrar o léxico pertencente a várias áreas do conhecimento; porém, a realidade que enfrentamos em relação à produção lexicográfica e a forma como os lexicógrafos inserem novas unidades especializadas nos dicionários é de maneira geral desprovida de critérios, tanto para a organização dos verbetes, como para a escolha das unidades que compõem a nomenclatura do dicionário, sem falar das definições, quase sempre herméticas para o público leigo.

Neste trabalho vamos analisar as unidades especializadas da área da Informática, oriundas da língua inglesa, inseridas em Ferreira (2001), doravante *Aurélio Séc XXI*.

Partiu-se, desde o início, da premissa de que a língua inglesa vem invadindo as áreas tecnológicas e científicas e trazendo com as novas invenções e métodos as unidades lexicais que os nomeiam. Assim, acreditamos que um bom dicionário de língua geral deva estabelecer critérios para inserir e definir essas unidades.

Estrangeirismos e empréstimos lingüísticos

Segundo Alves (1990), denomina-se *estrangeirismo* a primeira etapa por que passa a palavra oriunda de outra língua. Nesse nível, ela é sentida como externa à língua importadora. O estrangeirismo costuma ser empregado em contextos relativos a uma cultura alienígena, externa à língua enfocada. Nesses casos, imprime à mensagem a “cor local” do país ou da região estrangeira a que faz referência (ALVES, 1990, p.72-73).

Sucedo o *neologismo por empréstimo*, quando o termo advindo de uma outra língua passa a ser usado freqüentemente pelos usuários da língua importadora. O emprego freqüente de um determinado termo estrangeiro é um dos critérios que fazem com que esse estrangeirismo se torne um empréstimo. Se, ao ser importada, uma palavra passa a ser muito veiculada pela imprensa e muito utilizada nos atos de fala, o falante da língua importadora passa a não mais senti-la como externa à sua língua, começando a vê-la como palavra integrante do seu acervo lexical.

Ao analisarmos morfossintaticamente as palavras estrangeiras, percebemos que algumas delas já formam derivados e compostos em nossa língua. Por isso, elas não devem mais ser classificadas como palavras estrangeiras e, sim, como empréstimo, pois, de acordo com Alves (1990), a formação de compostos e derivados é um segundo motivo para que sejam assim designadas.

Destacamos que, em nosso trabalho, classificaremos como estrangeirismos todas as unidades que ainda não sofreram adaptação ao português, ou seja, são registradas em sua forma original,⁴ e empréstimos lingüísticos aquelas que já estão adaptadas ao nosso sistema, seja por adaptação fonológica, morfológica ou semântica, não causando, assim, esse estranhamento relatado pela autora.

No nosso *corpus*, podemos inferir que o dicionarista, ao registrar as unidades que se encontram em fase de estrangeirismo, antecedeu-as por uma seta (→) na entrada do verbete; os empréstimos, ao contrário, não trazem nenhuma diferenciação; são vistos como lexemas já integrados ao português. Possivelmente o mestre Aurélio reconhecia a diferença entre empréstimo lingüístico e estrangeirismo. Verificamos em nossa pesquisa que, em sua maioria, as unidades lexicais inseridas no *Aurélio XXI* encontram-se na fase neológica de estrangeirismos.

Os empréstimos podem ser classificados, ainda, em decalque, adaptação e incorporação (CARVALHO, 1984).

⁴ Optamos por seguir essa classificação, pois, ao que parece, é a mesma utilizada por FERREIRA (2001). Entretanto, há autores que não concordam. Corrêa (2004, p.102), por exemplo, alega que não há estrangeirismos. Segundo a autora, sempre que existe importação de uma unidade lexical, existe a adaptação dessa unidade à estrutura da língua de chegada, ainda que essa adaptação seja imperceptível em alguns casos.

O *decalque* é a tradução, de maneira literal, da palavra estrangeira. Por exemplo: *Operational System – Sistema Operacional*.

A *adaptação*, que pode ser fonética, morfológica e ortográfica, se estabelece quando a palavra estrangeira se adapta ao sistema da língua importadora. Realiza-se, em geral, quando o termo alógeno já foi adotado há muito tempo pela cultura importadora, como, por exemplo, *becape*.

A *incorporação* ocorre quando a unidade lexical adotada sofre alterações fonéticas, mas conserva a sua grafia original. Ocorre no caso de siglas como: *Bps; bit per second/ bit por segundo*, em que não utilizamos a pronúncia em inglês.

Análise dos dados

Extraímos, manualmente, todas as unidades do *Aurélio XXI* marcadas simultaneamente como oriundas do inglês e pertencentes à área da Informática. Foram coletadas um total de 122 unidades abaixo discriminadas:

Estrangeirismos

Consideramos estrangeirismos as unidades lexicais registradas ainda na língua inglesa, que não sofreram nenhuma alteração e que no *Aurélio XXI* estão antecedidas por uma seta (→):⁵ *alias, array, assembler, backbone, backup*⁶, *basic, batch, bit, bookmark, boot, browser, buffer, bug, bite, cache, CASE, chat, clipboard, cluster, default, download, drive, driver, enter, exabyte, fax-modem, gateway, hacker, hardware, help, homepage, hyperlink, input, internet, job, joystick, kilobit, kilobyte, laptop, link, LISP, lock, log, login, logoff, loop, mainframe, master, megabit, megabyte, modem, mouse, notebook, off-line, on-line, palmtop, pixel, plotter, postscript, prompt, scanner, script, setup, site, software, terabyte, time-sharing, upgrade, upload, web*.⁷

Empréstimo por adaptação

Incluem-se nesse grupo as unidades lexicais que já sofreram alteração de âmbito fonético, fonológico e morfológico, ou seja, já se adaptaram ao sistema

⁵ É possível que algumas dessas unidades já tenham sofrido adaptação fonética, mas como o dicionário não faz menção a isso, nem traz a transcrição fonética, foram consideradas por nós como estrangeirismos.

⁶ Apesar de já termos a forma adaptada (*becape*) o dicionário ainda traz a forma original.

⁷ As unidades *enter* e *web*, apesar de estrangeirismos, não são registradas no *Aurélio XXI* antecedidas pela seta.

da língua portuguesa: *acessar, becape, conectar, console, deletar, disquete, encriptar, escanear, hipermídia, inicialização, inicializar, interface, zum.*

Empréstimo por decalque

Entendemos por decalque as unidades lexicais que sofreram tradução literal. Listamos aqui a forma registrada na língua estrangeira e sua respectiva tradução, visto que o *Aurélio XXI* traz as duas realizações, e, em todos os casos abaixo, a entrada aparece na língua estrangeira remetendo-se à unidade lexical já traduzida; ou seja, por exemplo, ao procurar → *alias*, o consulente terá uma remissiva para *atalho*. Assim temos: *alias/atalho; array/vetor; assembler/montador; boot/iniciação; browser/navegador; chat/papo virtual; clipboard/área de transferência; cluster/grupamento; desktop publishing/editoração eletrônica; drive/acionador; HD/disco rígido; help/ajuda; hyperlink/elo de hipertexto, inicialização/iniciação; input/entrada; Internet/também se diz rede; lock/bloqueio; setup/configuração; site/sítio; fazer upload/carregar; rato/mouse.*

Empréstimos por incorporação

A incorporação ocorre quando a unidade lexical adotada sofre adaptações fonéticas, mas conserva a sua grafia original. Para esse caso, selecionamos em sua totalidade as siglas, pois não utilizamos a pronúncia em inglês.⁸ Essas unidades são registradas no *Aurélio XXI* precedidas pelo símbolo □: *ASCII, BBS, BPS, CAD, CAD/CAM, CD-ROM, COBOL, CPU, DOS, DTP, EPROM, FORTRAN, GB, HD, HDD, HTML, KB, MIDI, Mb, OS, PROLOG, SQL, URL.*

Fraseologias

Neste grupo, listamos as fraseologias híbridas, ou seja, em que um dos elementos permanece na língua de origem: *bit de paridade, dar boot, cursor do mouse, disco de boot, fazer um download, loop infinito, papo on-line, fazer upload, interface de comando, interface de usuários.*⁹

O gráfico abaixo registra quantitativamente as ocorrências da classificação proposta por nós. Assim, concluímos que a maior parte das unidades lexicais registradas no *Aurélio XXI* ainda se encontra em estado de estrangeirismo.

⁸ Alguns profissionais da área leram para nós as unidades coletadas e constatamos, em sua maioria, adequação ao sistema fonológico da língua portuguesa.

⁹ A unidade *Interface* já está adaptada ao sistema lingüístico do português.

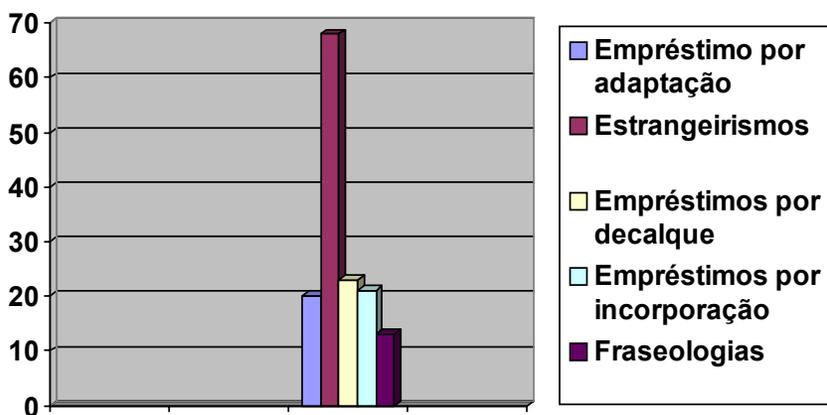


Gráfico 1 – Ocorrências de empréstimos, estrangeirismos e fraseologias

Considerações acerca da inserção das unidades acima no Aurélio XXI

Quanto às marcas de inserção

1. embora o *Aurélio XXI* não explicita, inferimos que as unidades lexicais que ainda se encontram em fase de estrangeirismo, ou seja, que ainda não sofreram adaptações ao sistema lingüístico do português, são sempre precedidas por uma seta (→). As unidades *enter* e *web*, entretanto, não são precedidas pela seta, e, do nosso ponto de vista, não sofreram ainda processos de adaptação ao português.
2. as unidades lexicais já incorporadas ao português não trazem nenhuma marca de inserção, a não ser a informação sobre a origem;
3. as siglas são sempre precedidas por um pequeno quadrado (□).

Quanto às marcas de origem

Um aspecto que nos chamou atenção ao coletarmos os dados de nossa pesquisa diz respeito à maneira como o dicionário em questão organiza as marcas referentes à origem. Encontramos as mais diversas classificações:

- a) anglicismo: *inicialização* [De inicializar + -ção; ingl. initialization.] S. f. **Angl. Inform.** 1. V. iniciação (8 a 10).

- b) do inglês: *hacker* [**Ingl.**, substantivo de agente do v. to hack, 'dar golpes cortantes (para abrir caminho)', anteriormente aplicado a programadores que trabalhavam por tentativa e erro.
- c) adaptação do inglês: *acessar* [De acesso + -ar²; **adapt. do ingl.** (to) access.]
- d) acrônimo do inglês: □ASCII (ásqui). [**Acrôn. do ingl.** American standard code for information interchange, 'código padrão americano para intercâmbio de informações'.] Inform.
- e) abreviação do inglês: □MIDI [**Abrev. do ingl.** Musical Instrument Digital Interface.] Inform.
- f) aportuguesamento do inglês: *escanear* [**Aport. do v. ingl. to scan**, 'examinar, correndo os olhos'; 'percorrer a superfície de'; v. -ear².]

Quanto às siglas, em sua maioria, apresentam a marca 'do inglês'. Assim, inferimos que, para o dicionarista, não está claro o que é um anglicismo, ou aportuguesamento do inglês, bem como a generalização 'do Inglês' encontrada na maioria das entradas.

Quanto à pronúncia

O *Aurélio XXI* não traz transcrição fonética. No caso dos estrangeirismos, em alguns casos, é registrada uma forma aproximada da pronúncia da unidade, como em □ASCII (*ásqui*). Mas em muitas unidades, que possivelmente deixariam o consulente em dúvida, não há registro de pronúncia. Em →**CASE**, ou →*gateway*, →*alias* por exemplo, não sabemos como pronunciar tais lexemas, se na forma original do inglês ou se a adaptamos ao sistema do português. Se tomarmos como parâmetro a seta precedida, inferimos que os pronunciamos como na língua de origem; mas podemos questionar o caso das siglas, que em sua maioria são adaptadas ao nosso sistema fonético, como em *bps*, no inglês /bi pi és/ e no português /be pe éssi/. Aliás, esse é um problema para o dicionarista. Sabemos que, para qualquer forma estrangeira, sempre vai haver incorporação, de alguma maneira, ao sistema fonológico da língua de chegada, mesmo que o dicionário indique a pronúncia da palavra na língua de partida. Ou seja, os falantes irão pronunciar a unidade adaptando os fonemas ao seu sistema lingüístico, como em *software*, em que o falante pronuncia algo como *sófiter*. Assim, não podemos falar em estrangeirismos com todo esse rigor que a classificação proposta sugere.

Informação quanto ao gênero gramatical

Em sua maioria, os substantivos do *corpus* coletado são do gênero masculino. Entretanto, na língua inglesa, a objetos, coisas, animais geralmente não se atribuem gênero, salvo algumas exceções. Podemos inferir, assim, que o fato de o *Aurélio XXI* atribuir um gênero a todos os estrangeirismos (adaptados ou não ao português) já é um indício da incorporação da unidade estrangeira ao léxico do português. Entretanto, no caso das siglas, não há informação sobre o gênero no referido dicionário, mas, em português, mesmo em relação a siglas, podemos inferir o gênero através da anteposição do artigo. Em “a CPU”, por exemplo, atribuímos o gênero feminino. Esse é mais um argumento para não afirmarmos com rigor que os estrangeirismos são as unidades que ainda não sofreram alterações na língua de chegada.

Remissivas e circularidade

Quanto ao registro das definições, verificamos que, de maneira geral, os estrangeirismos, ou seja, as unidades lexicais que o *Aurélio XXI* registra precedidas por uma seta (à) têm suas definições na entrada da forma estrangeira quando não há um correspondente na língua portuguesa; para os correspondentes, a definição é feita em tal entrada. Por exemplo:

backbone

[Ingl., lit. ‘espinha dorsal’.]

S. m. Inform.

1. Rede de computadores capaz de transmitir e processar dados em alta velocidade, responsável por garantir o tráfego de informações entre redes menores a ela ligadas.
2. A parte de uma rede de computadores, ou sua estrutura física, que suporta o maior tráfego de informações.

No caso supracitado, não há um equivalente em língua portuguesa:

boot

[Ingl., abrev. de bootstrap, lit., ‘correia de bota’, us. na expr. by one’s own bootstraps, ‘por seus próprios meios’.]

S. m. Inform.

1. V. iniciação (8).

Assim, neste caso, a definição se faz na forma correspondente desse verbete em língua portuguesa – *iniciação* (8). E, ao observarmos a definição, notamos que o dicionarista faz menção ao correspondente em língua inglesa:

iniciação

8. Inform. Processo pelo qual um computador ou periférico é preparado para uso, e que compreende rotinas automáticas de teste dos seus componentes, carga do sistema operacional e, por vezes, a identificação do usuário e a restauração dos parâmetros de sua configuração personalizada. [Corresponde ao ingl. boot.]

Entretanto, a regra descrita acima não é coerente. Em nossa pesquisa, verificamos alguns casos em que a definição da unidade lexical registrada como estrangeira aparece nesta entrada e não na do equivalente em língua portuguesa:

backup

[Ingl., 'substituto, reserva']

S. m. Inform.

1. Procedimento, método ou unidade empregados em caso de falha do procedimento, do método ou da unidade do computador original ou principal.

2. Cópia de um arquivo, que é guardada como reserva para o caso de destruição ou inutilização do arquivo original; cópia de segurança.

[Tb. usado adjetivamente, após um substantivo, e ligado ou não a este pela preposição de.]

[F. aport.: becape.]

becape

[Aport. do ingl. backup.]

S. m. Inform.

1. V. backup.

Também em *chat* a definição se faz na forma estrangeira e indicam-se sinônimos, que nos remetem, por sua vez, à forma estrangeira:

chat

[Ingl., 'conversa informal']

Inform.

1. Forma de comunicação através de rede de computadores (ger. a Internet), similar a uma conversação, na qual se trocam, em tempo real, mensagens escritas; bate-papo on-line, bate-papo virtual, papo on-line, papo virtual.

bate-papo on-line - Inform. V. chat.

bate-papo virtual - Inform. V. chat.

Papo on-line - Inform. V. chat.

Papo virtual - Inform. V. chat.

Acreditamos ser necessário investigar qual a forma mais usual, e aí registrar as definições, indicando as remissivas menos usadas.

Outro caso em que a definição se dá na forma estrangeira, com indicação

de equivalentes, mas os tais equivalentes não são necessariamente sinônimos da forma estrangeira, embora, no Brasil, já sejam usados como tal:

homepage

[Ingl., lit., 'página original' ou 'página de base'.]

S. f. Inform.

1. Página de entrada em um site da Web, ou de outro sistema de hipertexto ou de hipermídia, que ger. contém uma apresentação geral e um índice, com elos de hipertexto que remetem às principais seções de conteúdo do site, visando facilitar a navegação pelo sistema; página inicial, página default.

[Usa-se, impr., como designação de qualquer página da Web, ou mesmo, por sinédoque, de todo um site.]

[A forma mais correta, e mais us., em ingl. é home page.]

No Brasil, pela nossa experiência, cremos que o termo *homepage* não é tão freqüente. Já foi decalcado para *página da web*, ou simplesmente, *página*, embora, com essa redução sintagmática, haja uma sobreposição de traços sêmicos. Utilizamos *página* seja para indicar a página principal, que contém os elos para os principais conteúdos, como para qualquer desses elos ou mesmo para todo o conteúdo de um site.

Mas voltemos à questão das remissivas. Em *homepage*, o dicionário nos dá como sinônimos *página inicial*, *página default*. Assim, buscamos tais definições na entrada *página* e constatamos que não há registros no dicionário dessas unidades, mas, sim, *página da WEB*.

página

Inform. Página da Web (q. v.), ou, p. ext., site ou homepage.

Página da Web

1. Qualquer documento que se pode consultar na Web em uma localização ou endereço específico (a sua URL de identificação). [É composto de um arquivo básico, codificado em HTML, e que pode indicar (por meio de elos) e requerer outros arquivos complementares, como, p. ex., de imagens ou de sons, e scripts.] [Tb. se diz apenas página.]

É interessante observar que o *Aurélio XXI* registra a definição de *site* em *sítio* (forma mais usada em Portugal), como vimos acima; entretanto, sabemos que, no Brasil, a forma consagrada é *site* (ou *página*), como o comprova o próprio dicionarista, ao nos indicar a remissiva de *página* para *site*. Mesmo na elaboração das definições o uso de *site* é recorrente.

Os casos de circularidade no *Aurélio XXI* não são raros. Alguns, em particular, chamaram a nossa atenção: a definição perdeu-se no caminho, não solucionando a dúvida do consulente. Vejamos:

lock

[Ingl.]

S. m. Inform.

1. V. bloqueio.

A entrada acima remete para *bloqueio*, mas ao buscarmos a entrada *bloqueio*, verificamos que não há nenhuma definição desse verbete no que tange à área da Informática:

Com relação, ainda, às remissivas e à cicularidade, vejamos o que ocorre ao buscarmos a entrada *clipboard*:

clipboard

[Ingl., 'prancheta para escrever, dotada de prendedor de papéis', de clip, 'prendedor' + board, 'prancha'.]

S. m. Inform.

1. V. área de transferência.

Área de transferência

1. Inform. Área de memória (q. v.) controlada pelo usuário, destinada ao armazenamento temporário de informações para troca entre programas, ou para uso em outras rotinas dum mesmo programa.

Área de memória

1. Inform. Fração da memória (13),¹⁰ us. para armazenamento de dada informação, ou com uma finalidade específica (como, p. ex., a área de memória de vídeo).

memória

15. Inform. Dispositivo em que informações podem ser registradas, conservadas, e posteriormente recuperadas;

O dicionarista registra os sinônimos *armazenador* e *dispositivo de armazenamento*, mas esses verbetes não dizem respeito à Informática. Enfim, nenhuma das remissivas retorna o consulente para a busca inicial *clipboard*. Outros casos semelhantes:

- *cluster* – remissiva para *grupamento*; mas em grupamento não há menção de *cluster*;
- *help* – remissiva para *ajuda*, porém, na remissiva na há menção do correspondente em inglês;
- Setup – remissiva para *configuração*, sem indicação do correspondente na língua inglesa.

¹⁰ O Aurélio XXI remete a *memória* (13), mas na verdade trata-se de *memória* (15).

Um caso interessante diz respeito à unidade *scanner/escanear*. O *AurélioXXI* registra o substantivo na forma inglesa, mas no caso do verbo, traz a forma decalcada *escanear* e o deverbal *escaneamento*.

Considerações finais

Procuramos, com este trabalho, tecer comentários sobre os estrangeirismos da área da informática acolhidos pelo *Dicionário AurélioXXI*. Verificamos que esses registros não são coerentes e que faltam critérios para sua inserção.

CANO, W. M.; PRADO, D. de F. Loan Words related to Computers in the *Aurélio XXI* dictionary. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.265-276, 2006.

- *ABSTRACT: This work aims to be a reflection about the insertions of loan words from English in the Aurélio XXI dictionary, all related to the area of Computers. After collecting and analysing data, we noticed that there is not a delimitation of criteria to the insertion of new words, which appear as Portuguese units and as loan words.*
- *KEYWORDS: Lexicology; lexicography; loan words; foreign words.*

Referências bibliográficas

- ALVES, I. M. *Neologismo: criação lexical*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BOULANGER, J.-C. L'aménagement du lexique spécialisé dans le dictionnaire de langue: du prélexicographique au microstructurel. In: MARTEL, P. ; MAURIS, J. (Dir.) *Langues et sociétés en contact*. mélanges offerts à Jean-Claude Corbeil. Tübingen : Max Niemeyer, 1994. p.253-268.
- CARVALHO, N. *Empréstimos lingüísticos*. São Paulo: Ática, 1984.
- DUBOIS, J.; DUBOIS, C. *Introduction à la lexicographie*: le dictionnaire. Paris, Larousse, 1971.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio séc. XXI*: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- PRADO, D.F. *Uma análise das inserções dos empréstimos lingüísticos da área da informática no Dicionário Aurélio XXI*. 2006. 139f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Letras e Lingüística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Adjectivo, p. 103
Adjectivo argumental, p. 103
Adjectivo classificatório, p. 103
Adjectivo predicativo, p. 103
Adjectivo qualificativo, p. 103
Adjectivo relacional, p. 103
Brasil, p. 9
Brasileirismo, p. 173
Cognatos enganosos, p. 251
Corpus África, p. 189
Definição lexicográfica, p. 145
Dicionário bilíngüe, p. 145, 251
Dicionário de aprendizagem, p. 155
Dicionário especializado, p. 43, 85
Dicionário fundador, p. 173
Dicionário geral de língua, p. 155
Dicionário monolíngüe, p. 43, 173
Dicionário multilíngüe, p. 25
Dicionário semibilíngüe, p. 145
Empréstimo lingüístico, p. 265
Estrangeirismo, p. 265
Expressão fixa, p. 25
Falsos amigos, p. 251
Falsos cognatos, p. 251
Gramática, p. 55
Gramaticalização, p. 131
Identidade, p. 173
Lengua española, p. 69
Lexicalização, p. 131
Léxico, p. 9, 25, 55, 189
Léxico do Brasil, p. 205
Lexicografia, p. 43, 55, 155, 265
Lexicografia brasileira, p. 173
Lexicografia diacrónica, p. 69
Lexicografia portuguesa, p. 205
Lexicologia, p. 265
Lexicología, p. 229
Marca lexicográfica, p. 205
Neologia, p. 131
Neología, p. 229
Neologismo, p. 131
Nomes de cor, p. 25
Norma lexical, p. 9
Palavra-entrada, p. 55
Pensamento lingüístico, p. 55
Polissemia, p. 131
Português, p. 9, 189
Provérbio, p. 25
Regionalismo, p. 9
Teoria Comunicativa da Terminologia, p. 85
Terminografia, p. 43, 85
Terminologia, p. 43
Terminologia descritiva, p. 85
Tipología, p. 229
Tradução, p. 251
Unidade lexical, p. 55
Variação, p. 189
Variação diatópica, p. 9

SUBJECT INDEX

- Adjective, p. 103
Argumental/thematic adjective, p. 103
Bilingual dictionary, p. 145, 251
Brazil, p. 9
Brazilian lexicography, p. 173
Brazilian vocabulary, p. 205
Classificatory adjective, p. 103
Color names, p. 25
Communicative Theory of Terminology, p. 85
Corpus Africa, p. 189
Deceptive cognates, p. 251
Descriptive terminology, p. 85
Diachronic lexicography, p. 69
Diatopic variation, p. 9
Entry, p. 55
False cognates, p. 251
False friends, p. 251
Fixed expressions, p. 25
Foreign words, p. 265
Founding dictionaries, p. 173
General language dictionary, p. 155
Grammar, p. 55
Grammaticalization, p. 131
Identity, p. 173
Learning dictionary, p. 155
Lexical item, p. 55
Lexical norms, p. 9
Lexicalization, p. 131
Lexicographical definition, p. 145
Lexicographical marks, p. 205
Lexicography, p. 43, 55, 155, 265
Lexicology, p. 229, 265
Lexicon, p. 9, 25, 55, 189
Linguistic thought, p. 55
Loan words, p. 265
Monolingual dictionary, p. 43, 173
Multilingual dictionary, p. 25
Neologism, p. 131
Neology, p. 131, 229
Polissem, p. 131
Portuguese, p. 9, 189
Portuguese lexicography, p. 205
Predicative adjective, p. 103
Proverb, p. 25
Qualifying adjective, p. 103
Regionalism, p. 9
Relational adjective, p. 103
Semi-bilingual dictionary, p. 145
Spanish language, p. 69
Specialized dictionary, p. 43, 85
Terminography, p. 43, 85
Terminology, p. 43
Translation, p. 251
Typology, p. 229
Variation, p. 189

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHOR INDEX

- ALMEIDA, G. M. de B., p. 85
ALVES, I. M., p. 131
BACELAR DO NASCIMENTO, M. F., p. 189
BATISTA, R. P., p. 173
BEVILACQUA, C. R., p. 43
CABRÉ CASTELLVÍ, M. T., p. 229
CANO, W. M., p. 265
CORREIA, M., p. 155
DURAN, M. S., p. 145
FINATTO, M. J. B., p. 43
GARCIA, A. R. da R., p. 173
GONÇALVES, M. F., p. 205
ISQUERDO, A. N., p. 9
KRIEGER, M. G., p. 173
MESSNER, D., p. 69
MÜLLER, A. F., p. 173
MURAKAWA, C. de A. A., p. 55
PRADO, D. de F., p. 265
RIO-TORTO, G., p. 103
SABINO, M. A., p. 251
XATARA, C. M., p. 145
ZAVAGLIA, C., p. 25